

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**  
**FACULDADE DE ECONOMIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

**ELISA ALONSO MONÇORES VIANA**

**HETEROGENEIDADES DO EMPREGO FEMININO NO BRASIL:**  
**Bipolarização e polarização dos rendimentos do trabalho entre 1995 e 2015**

**TESE DE DOUTORADO**

**NITERÓI**

**2020**

Elisa Alonso Monçores Viana

**HETEROGENEIDADES DO EMPREGO FEMININO NO BRASIL:  
Bipolarização e polarização dos rendimentos do trabalho entre 1995 e 2015**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Economia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Celia de Andrade Lessa Kerstenetzky

Co-orientador: Prof. Dr. Fábio Domingues Waltenberg

Niterói

Novembro de 2020

Ficha catalográfica automática - SDC/BEC  
Gerada com informações fornecidas pelo autor

V614h Viana, Elisa Alonso Monçores  
Heterogeneidades do emprego feminino no Brasil :  
bipolarização e polarização dos rendimentos do trabalho  
entre 1995 e 2015 / Elisa Alonso Monçores Viana ; Celia de  
Andrade Lessa Kerstenetzky, orientadora ; Fábio Domingues  
Waltenberg, coorientador. Niterói, 2020.  
159 f. : il.

Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói,  
2020.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGE.2020.d.13101687764>

1. Gênero. 2. Emprego. 3. Mercado de trabalho. 4.  
Desigualdade. 5. Produção intelectual. I. Kerstenetzky,  
Celia de Andrade Lessa, orientadora. II. Waltenberg, Fábio  
Domingues, coorientador. III. Universidade Federal Fluminense.  
Faculdade de Economia. IV. Título.

CDD -

Elisa Alonso Monçores Viana

**Heterogeneidades do emprego feminino no Brasil: bipolarização e polarização dos rendimentos do trabalho entre 1995 e 2015**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Economia.

Banca examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Celia de Andrade Lessa Kerstenetzky – Orientadora  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

---

Prof. Dr. Fábio Domingues Waltenberg – Co-orientador  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Danielle Carusi Machado  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Moema de Castro Guedes  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Nadya Araujo Guimarães  
Universidade de São Paulo (USP)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Simone Wajnman  
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Aos meus pais, Mônica e Leonardo, por todo o  
amor e por toda a coragem.

## AGRADECIMENTOS

Escrever esta tese foi um processo pessoal e acadêmico muito transformador. Chego ao final da jornada extremamente grata e feliz por tê-la vivido, e com uma bagagem de aprendizados enorme; a sensação é que vivi bem mais do que quatro anos e meio desde que entrei para o doutorado. Entretanto, foi de fato um processo. O começo foi nebuloso e o percurso, cheio de buracos. Eu levei um tempo para entender por que estava fazendo o que estava fazendo, afinal. E digamos que a compreensão não me chegou de forma suave. Eu pensei, repensei, viajei, voltei atrás, reinventei. Foi custoso, doeu, deu medo. Deu muito medo. Viver no Brasil entre 2016 e 2020 também não ajudou a tornar o doutorado mais leve. Um golpe político, o desmonte da proteção social, a perseguição às universidades, o obscurantismo, a chegada de governos autoritários ao poder, e agora... bem, agora uma pandemia.

Mas os últimos anos me trouxeram o entendimento de que precisamos nos unir aos nossos. Funcionamos e resistimos muito melhor em comunidade. “Tudo que nois tem é nois”, já diria o poeta Emicida. Foram as conexões humanas e os muitos afetos que encontrei ao longo do doutorado que deram sentido a tudo. Aos poucos, o tanto de trocas pessoais e intelectuais que vivi nesse período me indicaram que, sim, eu estava no lugar certo. Exatamente onde queria e precisava estar.

Começo agradecendo à minha orientadora, professora Celia Lessa Kerstenetzky, por quem nutro profundo respeito e admiração. Celia me orientou durante todo o mestrado e o doutorado, e eu ainda me impressiono com tamanha inteligência e perspicácia. Suas impressões, correções e sugestões foram fundamentais para os rumos deste trabalho e para a minha formação acadêmica. Muito obrigada pela sua disponibilidade e generosidade em compartilhar seu tempo e conhecimento comigo.

Obrigada também ao meu co-orientador, professor Fábio Waltenberg, sempre muito paciente e solícito, principalmente nos momentos em que eu estava confusa com os rumos do trabalho. Fábio me acalmou, me motivou e trouxe meus dois pés para o chão quando as coisas pareciam sair dos trilhos. Obrigada pelo entusiasmo, por todos os conselhos, revisões e *insights*.

Agradeço ao PPGE/UFF por ter sido um ambiente importante para a minha formação enquanto pesquisadora. Sou grata em especial à professora Danielle Carusi, que esteve sempre presente nos momentos chave. Dani me deu aulas, participou das bancas, deu conselhos, e se colocou sempre disponível a ajudar. Ter a sorte de organizar um seminário na UFF junto dela em 2019 foi a cereja do bolo! Obrigada por tudo, Dani.

Da UFF surgiram também belas parcerias acadêmicas e afetivas entre nós, estudantes da pós. Sou grata principalmente à Bruna Cataldo, Graciele Guedes, Larissa Domingues, Roberta Costa e Taynara Menezes por todas as trocas que realizamos nos nosso pequeno grupo de leituras sobre gênero e economia. À Larissa e Roberta, obrigada ainda por termos dividido a organização do seminário. Foi um dia emocionante! Minha querida amiga Graciele merece uma menção honrosa por tudo o que já vivemos. Graci esteve comigo desde a graduação na UFRJ, e atravessamos juntas o mestrado e o doutorado. Muito obrigada por todo o carinho, pelas reflexões, parcerias e pelo seu humor afiado, que combina tão bem com o meu. Agradeço também ao querido Felipe Martins (ou Giba, porque Felipe soa como outra pessoa, não me parece que é você), pelas conversas, pelo apoio e risadas que compartilhamos.

Obrigada à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), na forma dos colegas professores e professoras do Departamento de Ciências Econômicas e Exatas do Instituto Três Rios (DCEEX/ITR), que me concederam um semestre de afastamento para que eu pudesse me dedicar exclusivamente à elaboração da tese. Aqueles meses foram fundamentais para a estruturação teórica do trabalho. Ainda no campo dos afetos que a vida acadêmica me deu, agradeço especialmente aos colegas de Rural, Carla Curty e Leandro Gomes, pela amizade e apoio. Nossas longas conversas nas viagens de ida e volta para Três Rios estão me fazendo muita falta. Obrigada também à Simone Fioritti, sempre solícita e preocupada comigo.

Gostaria de agradecer ainda aos estudantes do *campus* Três Rios com quem tive o privilégio de compartilhar nos últimos cinco anos o que aprendi até aqui. O ofício de pesquisadora é fascinante (e difícil), mas ser professora de vocês é o que me motiva a continuar nessa carreira. Sei que é um grande clichê, mas eu aprendi mais com vocês até hoje do que vocês comigo.

Agradeço também às excelentes professoras Clara Araújo e Moema Guedes, com quem tive o privilégio de fazer uma disciplina na UERJ, no começo do doutorado. A bibliografia com a qual tive contato naquele período e as reflexões promovidas em sala de aula foram de grande ajuda para o desenho desta tese. Muito obrigada ainda à equipe do *Luxembourg Income Study* (LIS), com quem pude participar de um breve, porém muito significativo *workshop* em 2017, que influenciou enormemente este trabalho. Foi no LIS que eu ouvi falar pela primeira vez (e que vi a aplicação) das metodologias de aferição da bipolarização e polarização.

Passando das influências acadêmicas para os laços familiares, agradeço aos meus pais, Mônica e Leonardo, por todo o carinho, pela dedicação e pelo lar cheio de amor em que fui criada. Obrigada por nunca, em momento algum, terem me dito que qualquer sonho era grande

demais. Pelo contrário, a cada novo projeto que eu inventei na vida (e eu invento muitos), vocês sempre foram os maiores entusiastas. Obrigada por terem priorizado a minha educação, me dando liberdade para que eu seguisse meus próprios caminhos. E, ao Gabriel, meu irmão, obrigada por ser meu companheiro e por estar aqui, para o que der e vier. Sua luz é linda, e sua gentileza me conforta.

Ao meu parceiro de vida, Guilherme, que estive ao meu lado durante todos os grandes e os pequenos momentos dos últimos 15 anos, muito obrigada. Obrigada pela paciência, pela compreensão nas ausências, pelo colo e por todo o seu amor. Obrigada por manter a minha barriga cheia, para que a cabeça pudesse continuar funcionando, e que o coração ficasse aquecido. Obrigada por me instigar a pensar fora da caixa, por me fazer uma pessoa melhor e por me incentivar a seguir em frente.

Sou grata ainda a toda a minha família e ao carinho que sempre recebi. Agradeço às minhas avós, Ninita e Penha, ao meu avô Niwaldo, à tia Rita, à minha madrinha e ao meu padrinho, Regina e Edison, às minhas primas amadas Luana e Larissa e ao compadre e colega de Rural, Albert. Obrigada à Yasmin e ao Inácio pelo sopro de esperança que trazem às nossas vidas. Sou especialmente grata à minha tia-avó, Nilza, que sempre soube que eu seria doutora, quando nem eu sabia ainda. Acho que você acertou, tia!

Agradeço à amiga da vida toda, Helena Sangali, e à amiga de infância que fiz aos vinte anos, Ana Thereza, pelo carinho, confiança mútua e por terem me ouvido chorar todas as pitangas dos últimos quatro anos e meio sem nunca reclamar. Muito obrigada à minha querida terapeuta, Rejane Azevedo, que me mostrou que o possível pode ser extraordinário.

Obrigada a Deus, a Meishu-Sama e aos meus antepassados por terem me guiado e protegido até aqui. A jornada tem sido incrível.

## RESUMO

A bipolarização do emprego feminino é o termo utilizado por autoras da sociologia do trabalho para descrever a crescente segregação das mulheres em dois grupos de trabalhadoras, cada um deles marcado por características socioeconômicas e de empregabilidade situada em polos opostos. O objetivo desta tese é apresentar e conceituar o fenômeno da bipolarização conforme levantado pela literatura sociológica, propor uma metodologia de aferição, e estimar a bipolarização em sua dimensão do rendimento de todos os trabalhos para o Brasil. A principal hipótese é que o emprego feminino no país seja bipolarizado, e que a bipolarização teria aumentado a partir da década de 1990, conforme tendência apontada por Hirata (2002, 2009, 2010, 2011, 2015). Serão utilizadas três medidas para o cálculo da bipolarização: o índice de Foster-Wolfson (1992, 2010), e duas medidas formuladas a partir deste, propostas e calculadas para o Brasil por Lopes (2009) e Hoffman (2017). As medidas também foram estimadas segundo cor ou raça e subsetores do setor de serviços. Como parâmetro de comparação, todos os indicadores foram igualmente reproduzidos para os homens. Ao final, o trabalho propõe um exercício de estimação da polarização do rendimento de homens e mulheres. Em termos estatísticos, polarização e bipolarização são fenômenos diferentes. Daí o interesse em reservar a parte final da tese para a investigação da polarização. Esteban e Ray (1994) definiram polarização como o agrupamento da população em *clusters* de tamanho significativo, que admitem a formação de um número arbitrário de “polos”, e não apenas dois. Os membros de cada *cluster* devem possuir atributos semelhantes, e diferentes *clusters* devem ter membros com atributos diferentes. O método de aferição utilizado foi a estimação do índice de Duclos, Esteban e Ray (DER) (2004). Realizou-se ainda a decomposição do índice em subgrupos, conforme proposto por Araar (2008). A produção de todos os dados foi realizada através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para os anos de 1995 a 2015, para a população de 18 a 64 anos. Os resultados da bipolarização contrariam a hipótese de trabalho. A bipolarização das mulheres é inferior àquela verificada para os homens, além de ter recuado durante o período analisado. Mas o resultado precisa ser relativizado: as mulheres brancas possuíam patamares mais elevados de bipolarização do que os homens pretos e pardos e do que as mulheres pretas e pardas. Há três hipóteses para a menor bipolarização feminina e para a queda da bipolarização em geral: 1- a elevação da mercantilização do trabalho das mulheres as teria aproximado do padrão de inserção masculino; 2- a bipolarização respondeu ao movimento de queda da desigualdade no Brasil; 3- A melhora dos indicadores educacionais e a expansão do acesso ao nível superior deslocou a fronteira entre as duas categorias de mulheres, levando a uma queda da distância entre elas. Para a polarização, os dados indicam que não houve grandes modificações, assim como não havia diferença significativa entre a polarização de homens e mulheres. Sua decomposição segundo subgrupos mostrou-se associada à divisão de grupos de escolaridade, posição na ocupação e subsetor dos serviços, não havendo diferença expressiva na relação da polarização de cada um dos sexos com tais grupos.

**Palavras-chave:** Emprego feminino. Bipolarização. Polarização. Gênero. Mercado de trabalho.

## ***ABSTRACT***

The bipolarization of female employment is the term introduced by authors of sociology of work to describe the growing segregation of women into two groups of workers, each of them featured by socioeconomic and employability characteristics located at opposite poles. The main objective of this thesis is to present and conceptualize the phenomenon of bipolarization as pointed out by the sociology literature and then, to propose a measurement methodology, and to estimate bipolarization based on the labour income for Brazil. The main hypothesis is that female employment in the country is bipolarized, and that bipolarization would have increased since the 1990s, according to the trend pointed by Hirata (2002, 2009, 2010, 2011, 2015). Three measures will be used to estimate bipolarization: the Foster-Wolfson index (1992, 2010), and two other measures proposed and calculated for Brazil by Lopes (2009) and Hoffman (2017). The measures were also estimated according to race and subsectors of the service sector. As a comparison parameter, all indicators were also reproduced for men. At its final chapter, the thesis proposes an exercise to estimate the income polarization of men and women. In statistical terms, polarization and bipolarization are different phenomena. Hence the interest in reserving the final part of the thesis for the investigation of polarization. Esteban and Ray (1994) defined polarization as the grouping of a population into clusters of significant size, which admit the formation of an arbitrary number of “poles”, and not of just two of them. The members of each cluster must have similar attributes, and different clusters must have members with different attributes. The measurement method was the estimation of the Duclos, Esteban and Ray (DER) index (2004). The index was further decomposed into subgroups, as proposed by Araar (2008). The production of all data was based on microdata of the National Household Sample Survey (PNAD) of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) for the years 1995 to 2015, for a population aged 18 to 64 years. The results of bipolarization contradict the working hypothesis: the bipolarization of women is lower than that observed for men, in addition to having decreased during the analyzed period. But the result needs to be put into perspective: white women had higher levels of bipolarization than black and brown men and black and brown women. There are three hypotheses for a lower female bipolarization and for a drop in bipolarization in general: 1- the increase in the commodification of women's work as it would have approached the male labour market insertion pattern; 2- bipolarization responded to the movement of falling inequality in Brazil; 3- the improvement of educational indicators and the expansion of access to higher education moved the border between the two categories, leading to a decrease in the distance between them. For the polarization, the data indicate that there were no major changes, as well as there was no difference between the polarization of men and women. The decomposition according to subgroups showed compatibility with the division of schooling groups, position in occupation and subsector of services, but there was no significant difference in the relationship between the polarization of each sex and these groups.

**Keywords:** Female employment. Bipolarization. Polarization. Gender. Labor market.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – <i>Spread</i> aumentado.....	90
Figura 2 – Bipolaridade aumentada.....	91
Figura 3 – Curva de Lorenz com tangente no ponto referente à mediana.....	94
Quadro 1 – Resumo dos trabalhos que estimaram medidas de polarização e bipolarização para o Brasil.....	156

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – PEA ocupada com renda zero segundo sexo (em % do total de ocupados) – Brasil, 1995 a 2015 .....	67
Gráfico 2 – Trabalhadoras sem remuneração e trabalhadoras na produção para o autoconsumo (em % da PEA feminina ocupada) – Brasil, 1995 a 2015 .....	68
Gráfico 3 – Distribuição da PEA ocupada segundo a posição na ocupação para mulheres – Brasil, 1995 a 2015.....	71
Gráfico 4 – Taxa de atividade da PEA segundo sexo – Brasil, 1995 a 2015 .....	73
Gráfico 5 – Taxa de atividade da PEA segundo sexo e cor ou raça, Brasil – 1995 a 2015 (em %) .....	74
Gráfico 6 – Taxa de atividade da PEA por sexo segundo faixas etárias (em %)- Brasil, 1995 a 2015 .....	75
Gráfico 7 – Taxa de atividade segundo sexo e faixa de anos de estudos, Brasil – 1995 a 2015 (em %) .....	76
Gráfico 8 – Distribuição da PEA feminina segundo faixas de anos de estudos, Brasil – 1995 a 2015 (em %) .....	78
Gráfico 9 – Distribuição dos ocupados nos subsetores de serviço segundo sexo (em % – Brasil, 2002 a 2015).....	79
Gráfico 10 – Rendimentos de todos os trabalhos da PEA ocupada nos subsetores de serviços segundo o sexo – Brasil, 2002 a 2015 .....	80
Gráfico 11 – Distribuição dos trabalhadores segundo sexo e anos de estudos nos subsetores de serviço (em %) – Brasil, 2002 a 2015 .....	80
Gráfico 12 – Ocupados em empregos formais segundo subsetores dos serviços, de acordo com o sexo (em %) – Brasil, 2002 e 2015.....	82
Gráfico 13 – Distribuição da PEA ocupada nos subsetores de serviços, por cor ou raça e sexo – Brasil, 2002 e 2015 (em %).....	82
Gráfico 14 – Índices de bipolarização de acordo com o sexo, Brasil, 1995 a 2015.....	101
Gráfico 15 – Medidas de desigualdade de acordo com o sexo, Brasil, 1995 a 2015 .....	102
Gráfico 16 – Decomposição intra e intergrupos das medidas de bipolarização de acordo com o sexo, Brasil, 1995 a 2015 .....	102
Gráfico 17 – Índices de bipolarização de Foster-Wolfson de acordo com o sexo (incluindo trabalhadores não mercantis), Brasil, 1995 a 2015.....	113
Gráfico 18 – Resultado do índice de polarização da renda DER (2004) de acordo com o sexo, Brasil, 1995 – 2015.....	123
Gráfico 19 - Histograma do rendimento de todos os trabalhos da PEA feminina ocupada (com adição da função densidade/método de kernel) - Brasil, 1995 e 2015 (em R\$ de setembro de 2015).....	126
Gráfico 20 - Histograma do rendimento de todos os trabalhos da PEA masculina ocupada (com adição da função densidade/método de kernel) - Brasil, 1995 e 2015 .....	126

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Taxas de atividade feminina e masculina segundo faixa de anos de estudos, Brasil, 2015 (em %) .....	53
Tabela 2 – PEA segundo sexo e cor ou raça, Brasil – 1995 a 2015 (em valores absolutos e % da PEA total) .....	72
Tabela 3 – Rendimentos do trabalho da PEA ocupada segundo o sexo – Brasil, 1995 a 2015 (em R\$ de setembro de 2015).....	99
Tabela 4 – Índices de bipolarização, Brasil, 1995 a 2015 .....	100
Tabela 5 – Indicadores de rendimentos por grupos de cor ou raça e sexo – Brasil – 1995, 1998, 2002, 2005, 2008, 2012 e 2015 (em R\$ de setembro de 2015).....	105
Tabela 6 – Índices de bipolarização por grupos de cor ou raça e sexo – Brasil – 1995, 1998, 2002, 2005, 2008, 2012 e 2015 .....	107
Tabela 7 – Indicadores de rendimentos dos subsetores dos serviços de acordo com o sexo – Brasil – 2002 e 2015 (em R\$ de setembro de 2015) .....	109
Tabela 8 – Índices de bipolarização de acordo com o sexo e o subsetor dos serviços, Brasil, 2002 e 2015 .....	110
Tabela 9 – Resultado do índice de polarização da renda DER (2004) de acordo com o sexo, Brasil, 1995 - 2015 .....	123
Tabela 10 – Dez valores mais frequentes da distribuição do rendimento de todos os trabalhos de mulheres, homens e total - Brasil, 1995 e 2015 (em R\$ correntes).....	126
Tabela 11 – Resultado da decomposição do índice de polarização da renda DER – Mulheres, Brasil, 1995.....	131
Tabela 12 – Resultado da decomposição do índice de polarização da renda DER (2004) – Mulheres, Brasil, 2015 .....	132
Tabela 13 – Resultado da decomposição do índice de polarização da renda DER – Homens, Brasil, 1995.....	133
Tabela 14 – Resultado da decomposição do índice de polarização da renda DER (2004) – Homens, Brasil, 2015 .....	134
Tabela 15 – Cinco principais atividades femininas dos subsetores de serviços de (em números de trabalhadoras ocupadas e % do total de trabalhadoras do subsetor) – Brasil, 2002 e 2015 .....	153
Tabela 16 – Cinco principais atividades masculinas dos subsetores de serviços (em números de trabalhadores homens ocupados e % do total de trabalhadores do subsetor) – Brasil, 2002 e 2015 .....	154

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1 – As forças motrizes da bipolarização .....	20
1.1. A bipolarização como fenômeno do emprego feminino .....	21
1.2. Mudanças na divisão sexual do trabalho .....	28
1.3. A mercantilização do trabalho das mulheres.....	31
1.3.1. A articulação entre o trabalho mercantil e não mercantil.....	31
1.3.2. Breves considerações sobre a mensuração do trabalho feminino .....	35
1.3.3. A massificação do trabalho feminino remunerado.....	38
1.3.4. A mercantilização significa o mesmo para todas? .....	41
1.4. Hipóteses explicativas .....	42
1.4.1. O polo inferior: Ocupações femininas e precarização do emprego .....	42
1.4.1.1. Precarização e as “ocupações femininas” .....	43
1.4.1.2. Precarização como informalidade.....	47
1.4.1.3. Precarização como baixos salários: Por que ocupações de cuidado são mais mal remuneradas?.....	50
1.4.2. O outro polo: escolarização feminina e ocupações de nível superior .....	52
1.4.2.1. Escolarização feminina e participação no mercado de trabalho .....	52
1.4.2.2. Mulheres em carreiras de nível superior.....	57
Considerações finais:.....	58
CAPÍTULO 2 – MERCANTILIZAÇÃO DO TRABALHO FEMININO: AUMENTO DO ASSALARIAMENTO E O EMPREGO NO SETOR DE SERVIÇOS .....	63
2.1. Considerações metodológicas.....	63
2.2. A mercantilização em números: o aumento do assalariamento.....	66
2.2.1. A participação feminina no mercado de trabalho brasileiro entre 1995 e 2015 .....	71
2.3. O <i>locus</i> da bipolarização: análise do emprego feminino no setor de serviços .....	78
Considerações finais .....	84
CAPÍTULO 3 – BIPOLARIZAÇÃO DA RENDA DO TRABALHO DE MULHERES E HOMENS NO BRASIL .....	86

3.1. Bipolarização e polarização.....	87
3.2. Metodologia das medidas de bipolarização.....	92
03.2.1. O índice de bipolarização da renda de Foster-Wolfson (1992, 2010).....	92
3.2.2. Variações do índice de bipolarização da renda.....	95
3.3. Breve revisão dos trabalhos com dados brasileiros sobre a polarização e a bipolarização da renda.....	97
3.4. Resultados das estimações.....	99
3.4.1. Rendimentos de homens e mulheres ocupadas.....	99
3.4.2. Resultados dos índices de bipolarização.....	100
3.4.3. Bipolarização segundo cor ou raça.....	104
3.4.4. A bipolarização nos serviços.....	108
Considerações finais: bipolarização e mercantilização do trabalho feminino.....	111
<b>CAPÍTULO 4 – OUTRAS FORMAS DE HETEROGENEIDADE? POLARIZAÇÃO DE MULHERES E HOMENS NO BRASIL SEGUNDO O ÍNDICE DER.....</b>	<b>115</b>
4.1. Metodologia da medida de polarização.....	117
4.1.1. O índice de polarização de Duclos, Esteban e Ray (DER) (2004).....	117
4.1.2. Estimção do índice DER.....	118
4.1.3. Decomposição do índice DER em subgrupos.....	119
4.2. Resultados.....	122
4.2.1. O índice DER para homens e mulheres no Brasil.....	122
4.2.2. Resultado da Decomposição do índice DER.....	127
Considerações finais.....	135
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>137</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>140</b>
<b>APÊNDICE A – Principais atividades dos subsetores de serviços.....</b>	<b>153</b>
<b>APÊNDICE B – Trabalhos que estimaram medidas de polarização e bipolarização para o Brasil.....</b>	<b>156</b>

## INTRODUÇÃO

As desigualdades entre homens e mulheres persistem em diversos aspectos da vida política, social e econômica, e o mercado de trabalho é apenas um dos locais em que ela se espelha. A busca por estudar os diferentes desafios que se apresentam em termos da desigualdade de gênero no mundo do trabalho não deve ser cega às diferenciações internas que cada um dos grupos possui. Caso contrário, corre-se o risco de, equivocadamente, supor que o gênero basta enquanto dimensão analítica das desigualdades existentes entre homens e mulheres.

O ponto de partida desta tese é o reconhecimento de que as mulheres não formam um grupo social e econômico homogêneo. Ao contrário, em um mercado de trabalho complexo como o brasileiro, marcado por um elevado grau de desigualdade, espera-se que, no interior do grupo feminino, haja inúmeras possibilidades de investigação a respeito da heterogeneidade das trabalhadoras. Para citar algumas, a classe, a raça, a faixa etária, a ocupação e a orientação sexual, por exemplo, constituem dimensões que, somadas ao gênero, conferem às mulheres oportunidades e vivências distintas no mercado de trabalho. Distintas daquelas vivenciadas pelos homens, e distintas entre as próprias mulheres. Entre as muitas possibilidades de leitura a respeito da heterogeneidade feminina, neste trabalho, elegeu-se estudar tal problemática segundo a lente específica da bipolarização do emprego feminino, que constitui o objeto da tese.

A bipolarização do emprego feminino é o termo utilizado para descrever a crescente segregação da força de trabalho das mulheres em dois grupos de trabalhadoras, cada um deles marcado por características socioeconômicas e de empregabilidade diametralmente opostas, isto é, localizados em “polos” distantes (BRUSCHINI, 2000; BRUSCHINI e LOMBARDI, 2000; HIRATA, 2002, 2009, 2010, 2011, 2015; HIRATA e KERGOAT, 2007, KERGOAT, 1998, 2009). Ou seja, trata-se de uma face possível de investigação da heterogeneidade das trabalhadoras ocupadas, ou mesmo de um método específico de análise da questão. No Brasil, esta segregação é apresentada enquanto fenômeno por autoras feministas da sociologia do trabalho, que apontam para a questão como de fundamental importância para a compreensão da estruturação das desiguais oportunidades e trajetórias das mulheres.

O objetivo desta tese é apresentar e conceituar o fenômeno da bipolarização conforme levantado pela literatura da sociologia do trabalho e, em seguida, propor uma metodologia de aferição e calcular a bipolarização em sua dimensão do rendimento do trabalho. A principal

hipótese de trabalho é que o emprego feminino no Brasil seja bipolarizado, e que a bipolarização teria aumentado a partir da década de 1990, conforme tendência levantada por Hirata (2002, 2009, 2010, 2011). Enquanto metodologia de aferição, serão utilizadas três medidas de bipolarização: o índice de Foster-Wolfson (1992, 2010), e mais duas medidas formuladas a partir deste, propostas e calculadas para o Brasil por Lopes (2009) e Hoffman (2017). Como parâmetro de comparação para os resultados dos dados femininos, todos os indicadores serão também reproduzidos para os homens.

Neste trabalho, tomou-se a decisão de utilizar os rendimentos de todos os trabalhos como a principal variável para medição da bipolarização. Essa escolha foi motivada por dois aspectos: em primeiro lugar, por se acreditar que a ordenação das mulheres segundo sua renda do trabalho seria uma boa *proxy* do lugar que estas ocupam na hierarquia do mercado. Sabe-se que a questão da bipolarização do emprego, conforme descrita pela literatura sociológica, não se limita ao aspecto dos rendimentos. Ela também engloba debates sobre a qualidade das ocupações, as perspectivas de carreira e o prestígio social que essas carregam. Contudo, entende-se que a renda é capaz de atuar como uma espécie de variável catalizadora – ainda que imperfeita – das demais dimensões. Em segundo lugar, a escolha pela utilização dos rendimentos permite ao trabalho utilizar uma metodologia estatística já bem estabelecida para a medida da bipolarização, isto é, o índice de Foster-Wolfson e suas variações, e, a partir daí, abrir espaço para a discussão sobre as formas mais apropriadas de aferição do fenômeno sociológico, na forma como descrito por Hirata e Kergoat.

Sendo assim, o cálculo dos índices de bipolarização propostos, que dizem respeito exclusivamente à dimensão da renda, não pretende dar uma resposta definitiva a esta questão, mas sim contribuir com dados e metodologia até então inéditos para a discussão. Por outro lado, como forma de pontuar os demais fatores que compõem o quadro da bipolarização do emprego feminino, realizou-se o esforço de destacar, através da revisão da literatura e da produção de dados descritivos, dimensões como a ocupação, a informalidade e a escolarização.

Em termos estatísticos, a bipolarização de renda é um método de análise da concentração de determinada distribuição de renda, ou ainda, da distância entre dois grupos. Seu pressuposto básico é que a distribuição será dividida em dois grupos de rendimentos, um abaixo e um acima da separatriz, que pode ser a mediana da renda ou qualquer outro ponto de corte que se julgue adequado. A partir daí, a bipolarização será um resultado da combinação da desigualdade entre os grupos de renda e a desigualdade dentro deles. As medidas de bipolarização utilizadas nesta tese podem ser decompostas em índices de desigualdade, mas,

conceitualmente, bipolarização e desigualdade são fenômenos diferentes, que podem ou não caminhar na mesma direção.

Assim como para a desigualdade de uma distribuição, que pode ser medida, por exemplo, pelo índice de Gini ou pelo T de Theil, a literatura estatística sobre a bipolarização também possui propostas de medidas específicas para o conceito. Os estudos de medição da bipolarização enquanto uma forma de aferir a distância entre dois grupos de renda datam do começo dos anos de 1990, e tiveram origem nos trabalhos de Foster e Wolfson (1992, 2010) e Wolfson (1994), nascidos do debate sobre a diminuição da classe média nos EUA, Canadá e alguns países europeus.

As medidas de bipolarização ainda se diferenciam daquelas de polarização, ou de multipolarização, como chamadas em alguns trabalhos. A polarização também é uma forma de medir a concentração da renda, porém em potenciais múltiplos polos, através da aglutinação dos rendimentos ao redor de médias locais. O trabalho pioneiro desta linha de pesquisa é Esteban e Ray (1994). Esteban e Ray (1994) definem a polarização como o agrupamento da população em *clusters* de tamanho significativo. Os membros de cada *cluster* devem possuir atributos semelhantes, e diferentes *clusters* devem ter membros com atributos diferentes. A definição de polarização desses autores admite a formação de um número arbitrário de “polos”, que nada mais são do que os *clusters* formados em torno de médias locais da distribuição. Na literatura sobre polarização, a semelhança (ou aproximação) experimentada por indivíduos do mesmo grupo é chamada de identificação, enquanto a diferença (ou distância) entre pessoas de grupos diferentes é denominada alienação. A polarização será tão grande quanto maior for a identificação dentro dos grupos ou a alienação entre eles. Isto é, um grande afastamento entre os grupos geraria uma polarização elevada, ao mesmo tempo em que uma grande homogeneidade interna a estes, também. Os autores costumam relacionar o fenômeno da polarização à geração de tensões, guerras e revoltas sociais, motivadas pelo forte sentimento de identificação interna dos grupos, associadas à alienação aos demais. Ao final da tese, no último capítulo, é realizado um exercício de estimação da polarização do rendimento do trabalho de homens e mulheres no Brasil, como forma de investigar outra possível forma de distanciamento entre os rendimentos femininos.

A análise proposta nesta tese apresenta ineditismo ao explorar a bipolarização do emprego das mulheres de maneira abrangente, propondo a aplicação de medidas capazes de captar o fenômeno para a totalidade da população feminina ocupada. Em geral, os trabalhos anteriores se propuseram a estudar a bipolarização de forma segmentada, analisando características de ocupações específicas – como empregadas domésticas e profissionais liberais

– e, por vezes, comparando-as entre si (GUEDES, 2015). Não se pretende aqui reduzir o fenômeno sociológico a uma metodologia estatística. Ao contrário, a intenção é propor e testar uma metodologia de aferição, entre as várias possíveis, para um fenômeno até então descrito ou em termos teóricos pela literatura, ou medido de maneira fragmentada, através da comparação de grupos selecionados. Nesse sentido, a tese se soma aos estudos sobre a heterogeneidade das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, literatura para a qual pretende realizar sua principal contribuição.

A produção dos indicadores foi realizada através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para os anos de 1995 a 2015, para a população de 18 a 64 anos. No caso dos dados para os ocupados nos serviços, utilizou-se as PNADs 2002 a 2015. A vantagem da utilização de uma série com vinte anos de extensão é a possibilidade de acompanhar no tempo a evolução dos indicadores de homens e mulheres, e de observar em que medida houve aproximação ou distanciamento entre eles. Além disso, o recorte temporal se justifica por dois motivos; um motivo teórico e, outro, prático. Em termos teóricos, ele é coerente com o período descrito pela literatura como os anos em que a bipolarização iria se acirrar, isto é, a partir dos anos de 1990. Do ponto de vista prático, a série da PNAD a partir de 1995 apresenta uma grande vantagem em relação ao período anterior, pois garante maior confiabilidade dos valores dos rendimentos declarados, tendo em vista a não necessidade em se converter a unidade monetária dos rendimentos, já que, após a adoção do Real, em 1994, o Brasil não mais modificou sua moeda. A análise se encerra em 2015 por este ser o último ano em que o IBGE realizou a PNAD anual tradicional<sup>1</sup>.

O trabalho possui 4 capítulos. O capítulo 1 situa o objeto da tese através da revisão dos principais trabalhos que teorizam sobre a bipolarização do emprego feminino no Brasil. As referências mais importantes para essa parte são os trabalhos de Helena Hirata e Danièle Kergoat e de Cristina Bruschini e Maria Rosa Lombardi. Em seguida, o capítulo analisa aspectos da elevação da participação feminina no trabalho remunerado, identificado a partir da literatura como o disparador do processo da bipolarização. O próximo passo foi então aprofundar o estudo das principais hipóteses que alimentariam a bipolarização: para o polo desfavorecido, a precarização do emprego feminino; para o polo do topo, a elevação da

---

<sup>1</sup> Após aquele ano, o IBGE passou a divulgar apenas a PNAD Contínua, que existiu paralelamente à antiga PNAD entre 2012 e 2015, e cujas séries de mercado de trabalho não são compatíveis com as da PNAD anterior.

escolaridade e a diversificação das ocupações exercidas por mulheres. O setor de serviços é reconhecido como o *locus* econômico dos processos subjacentes à bipolarização do emprego.

Dada a importância da mercantilização do trabalho feminino e do consequente papel do setor de serviços para a bipolarização do emprego, o capítulo 2 busca caracterizar a mercantilização das mulheres e sua participação nos serviços através da análise de dados descritivos calculados a partir da PNADs 1995 a 2015, do IBGE. Os dados do setor de serviços vão de 2002 a 2015, e o setor foi desagregado em quatro subsetores, seguindo a proposta de Elfring (1989). São eles os serviços pessoais, os serviços sociais, os serviços distributivos e os serviços produtivos. O objetivo é que os dados contribuam para a interpretação dos índices de bipolarização e polarização da renda que serão calculados nos capítulos 3 e 4.

O capítulo 3 apresenta as estimações dos três índices de bipolarização propostos, além de descrever a metodologia de cada um deles. As medidas foram estimadas para mulheres, homens e para o total da população ocupada, além de desagregadas por cor ou raça para mulheres e homens. Os índices também foram calculados para as trabalhadoras e trabalhadores dos serviços, no total e para cada um de seus quatro subsetores. O capítulo conta ainda com uma seção que apresenta os conceitos estatísticos de bipolarização e polarização, bem como os diferenciais da desigualdade.

Por fim, o capítulo 4 propõe um exercício de estimação da polarização dos rendimentos de mulheres e homens no Brasil, segundo o índice de Duclos, Esteban e Ray (DER)(2004). O objetivo é investigar se, para além da bipolarização, os rendimentos do trabalho feminino teriam se distanciado ou se aproximado segundo a configuração de *clusters*. Os resultados do índice foram decompostos segundo características de participação no mercado de trabalho das mulheres que poderiam estar associadas à formação de polos. São elas: faixas de anos de estudo, subsetores dos serviços, cor ou raça, condição de formalização e posição na ocupação.

Os resultados gerais apontam que, apesar de elevada segundo comparações internacionais, a bipolarização brasileira declinou no período estudado, para mulheres e para homens, o que contraria a hipótese de que ela aumentaria a partir dos anos de 1990. Para o total das mulheres, a bipolarização era sempre inferior à masculina, inclusive dentro de cada um dos subsetores dos serviços. Contudo, os dados desagregados por cor ou raça sugerem uma relativização desses resultados. As mulheres brancas eram menos bipolarizadas que os homens brancos, mas possuíam bipolarização superior aos homens pretos e pardos. Já as mulheres pretas e pardas formavam o grupo menos bipolarizado. Ou seja, pretos e pardos como um todo eram mais homogêneos que os demais grupos de brancos. No caso da polarização, não foi possível detectar nenhuma tendência de comportamento para qualquer um dos sexos, assim

como a desagregação dos índices de homens e mulheres não apresentou qualquer padrão que os diferenciase segundo as características analisadas.

## CAPÍTULO 1 – As forças motrizes da bipolarização

A bipolarização do emprego feminino é o fenômeno da crescente segregação da força de trabalho das mulheres em dois grupos distintos de trabalhadoras, cada um deles marcado por características socioeconômicas e de empregabilidade opostas. O objetivo deste capítulo é apresentar e situar o objeto da tese – a bipolarização do emprego feminino – na literatura sobre gênero e trabalho, tomando-o como ponto de partida para a apresentação dos processos e hipóteses que o sustentam. Durante a revisão de literatura realizada sobre a bipolarização, foi possível identificar que sua origem se localizaria na massificação da entrada das mulheres no mercado de trabalho, processo de central importância para modificações sociais e econômicas ocorridas desde meados do século XX. A partir desse fenômeno – uma espécie de marco zero da bipolarização do emprego – duas hipóteses estariam disputando o papel de elementos que alimentariam a bipolarização, ou que atuariam como suas forças motrizes. Seriam elas a crescente precarização do emprego feminino a partir da globalização; e o aumento da escolarização e da diversificação das ocupações assumidas pelas mulheres. Ambas as hipóteses estão relacionadas à expansão da importância do setor de serviços nas economias modernas, e em como este se tornou um fundamental ofertante de empregos para as mulheres.

Essas hipóteses não são apresentadas de maneira esquematizada pelas autoras que abordam a temática, e em geral, tampouco aparecem todas explicitadas simultaneamente nos textos de referência (cf. BRUSCHINI, 2000; BRUSCHINI e LOMBARDI, 2000; HIRATA, 2002, 2009, 2010, 2011, 2015; KERGOAT, 1998, 2009; HIRATA e KERGOAT, 2007, 2008).

Enquanto metodologia para o capítulo, foi necessário, em primeiro lugar, uma revisão da literatura focada nas autoras que discutem a bipolarização. Este primeiro esforço visou identificar quais foram as hipóteses nas quais se basearam para teorizar a respeito do fenômeno. A segunda parte do capítulo consistiu no aprofundamento da literatura sobre cada uma das possíveis causas explicativas, que servirá de suporte para a interpretação dos dados produzidos na tese. Sendo assim, a organização do debate e a esquematização para estudá-lo que se segue é também uma contribuição analítica do presente trabalho para a literatura.

A revisão realizada procurou abordar as principais questões levantadas pela literatura sobre gênero e mercado de trabalho ao longo das últimas décadas, com ênfase no período da década de 1990 em diante, época em que, de acordo com o referencial, o processo de bipolarização teria se intensificado.

A primeira preocupação do capítulo é apresentar a questão da bipolarização enquanto fenômeno observado e teorizado por autoras que difundiram os estudos de gênero através do

campo da sociologia do trabalho. A principal fonte de investigação nesse caso são os trabalhos de Helena Hirata e Danièle Kergoat que, partindo de observações de Kergoat para o caso do emprego feminino na França, estenderam e aprofundaram suas análises para o Brasil. Os trabalhos de Cristina Bruschini e Maria Rosa Lombardi também serviram como uma importante fonte de revisão para o capítulo.

O estudo da bipolarização do emprego feminino é, antes de tudo, uma lente para a problemática da heterogeneidade entre mulheres. Neste sentido, as recentes mudanças na divisão sexual do trabalho – movimentos igualmente apontados por Hirata e Kergoat – são importantes elementos para a composição do quadro explicativo da bipolarização, uma vez que tais mudanças podem ter contribuído para o aumento do distanciamento entre mulheres, especialmente entre ricas e pobres e brancas e negras. Por esse motivo, após a revisão de literatura com foco na apresentação da bipolarização em si, o capítulo se dedica às análises das mudanças da divisão sexual do trabalho.

Uma vez situado o objeto da tese, o capítulo parte para o estudo do marco identificado na literatura como principal disparador do processo, isto é, a elevação da participação feminina no trabalho remunerado. A partir daí, a análise se desdobra para as hipóteses que alimentariam a bipolarização, uma vez que as mulheres já estivessem presentes no mercado: para o polo desfavorecido, a precarização do emprego feminino; para o polo do topo, a elevação da escolaridade e a diversificação das ocupações exercidas por mulheres.

O capítulo está dividido em seis partes, contando com esta introdução. A seguir, a seção 1.1. apresenta a bipolarização como fenômeno teorizado na literatura de gênero e trabalho no Brasil. A seção 1.2 desenvolve o conceito da divisão sexual do trabalho e analisa como as mudanças recentes nela ocorrida podem ter contribuído para o aprofundamento da heterogeneidade entre mulheres. A parte seguinte (seção 1.3), apresenta reflexões sobre a massificação do trabalho feminino e sua relação com o trabalho não-mercantil. A seção 1.4 divide-se em duas subseções que se aprofundam, respectivamente, na apresentação das hipóteses da precarização do emprego feminino e do aumento da escolaridade das mulheres, ambas permeadas pela importância das mulheres no setor de serviços. Considerações finais encerram o capítulo.

### **1.1.A bipolarização como fenômeno do emprego feminino**

A bipolarização do emprego feminino é o fenômeno da crescente segregação da força de trabalho das mulheres em dois grupos distintos de trabalhadoras, cada um deles marcado por características socioeconômicas e de empregabilidade opostas. A teoria por trás da expressão

“bipolarização do emprego feminino” é apresentada por Helena Hirata e Danièle Kergoat (HIRATA, 2002, 2009, 2010, 2011, 2015; KERGOAT, 1998, 2009; HIRATA e KERGOAT, 2007, 2008)<sup>2</sup> em estudos sobre as mudanças sofridas pela divisão sexual do trabalho nos países desenvolvidos, com ênfase no caso francês, mas, segundo as autoras, extensivo ao Brasil. Cristina Bruschini e Maria Rosa Lombardi também foram pioneiras no uso do termo (BRUSCHINI, 2000; BRUSCHINI e LOMBARDI, 2000). Ao contrário das duas primeiras autoras, que se dedicaram principalmente ao desenvolvimento teórico do tema, Bruschini e Lombardi o utilizaram em trabalhos empíricos sobre o caso brasileiro, em que buscavam aferir estatisticamente características das trabalhadoras de um e de outro polo.

Desde que os primeiros trabalhos foram publicados, o termo ganhou aderência na literatura sobre trabalho feminino no Brasil, sendo citado com frequência em diversas publicações. Como exemplos de trabalhos recentes que mencionam o fenômeno, é possível elencar Melo e Thomé (2018), Maia (2016), Itaboraí (2016), Guedes (2015), Sorj e Fontes (2012), entre outros, fora trabalhos que não mencionam explicitamente os termos “bipolarização” ou “polarização”, mas que citam as autoras de referência (Hirata, Kergoat, Bruschini e Lombardi) e mencionam a ideia de que o emprego feminino se divide em dois polos.

O primeiro grupo de mulheres em questão seria numericamente menor, formado por aquelas que alcançaram postos de trabalho razoavelmente prestigiados e relativamente seguros do ponto de vista da formalização e da remuneração que recebem. Este seria o caso, por exemplo, das profissionais engenheiras, arquitetas, médicas, advogadas e magistradas. Já o segundo grupo contaria com mulheres empregadas em ocupações tradicionalmente “femininas” e desvalorizadas, frequentemente informais, de baixa remuneração e sem perspectiva de carreira. Comporiam esse segundo contingente as empregadas domésticas, cuidadoras de idosos e babás, além das demais trabalhadoras pouco qualificadas, como grande parte das trabalhadoras do comércio, auxiliares de enfermagem, professoras de maternal e ensino fundamental, prestadoras de serviços e profissionais do trabalho de cuidado (HIRATA, 2010).

---

<sup>2</sup> Em artigo de 2001, Hirata cita Hakin (1996) em referência ao termo “polarização das mulheres”. De fato, o tema do livro de Hakin (1996) é o emprego feminino e a polarização das mulheres, mas o que esta autora chama de polarização difere do conceito apresentado por Hirata. Hakin (1996) fala de uma polarização a respeito das preferências femininas que, se dividiriam entre priorizar a carreira, optando por não ter filhos, ou escolher ter filhos e levar uma carreira em paralelo ao trabalho de cuidado com estes. Logo, não parece se tratar do mesmo fenômeno, tendo em vista que Hirata nomeia como polarização a alocação das mulheres em empregos com *status* e características opostas, independentemente de possuírem filhos ou não.

O desenrolar deste fenômeno teria sido verificado em países desenvolvidos (KERGOAT, 1998 apud HIRATA, 2010) e estaria em curso no Brasil, a partir sobretudo da década de 1990.

Bruschini e Lombardi (2000) compararam em profundidade, através de dados de diversas fontes estatísticas, de 1970 ao final dos anos de 1990, as características de inserção no mercado de trabalho de dois grupos de trabalhadoras situadas em polos opostos: de um lado, as empregadas domésticas e, de outro, mulheres com diploma de nível superior nas disciplinas de Engenharia, Medicina, Arquitetura e Direito<sup>3</sup>. As pesquisadoras organizaram o artigo segundo a perspectiva de mudanças e continuidades no mercado de trabalho para as mulheres no Brasil.

A principal continuidade identificada foi o alto percentual de mulheres ocupadas em “posições menos favoráveis e precárias, quanto ao vínculo de trabalho, à remuneração, à proteção social ou às condições de trabalho propriamente ditas” (BRUSCHINI E LOMBARDI, 2000, p. 68). Essas posições incluíam a ocupação de empregada doméstica, as atividades sem remuneração e as atividades de produção para consumo próprio, que formavam cerca de 40% da PEA feminina ocupada em 1995 de acordo com a PNAD (BRUSCHINI, 1998). Outra continuidade mencionada seria a elevada proporção de mulheres trabalhando em ocupações tradicionalmente femininas, como enfermeiras e professoras. Do lado das rupturas, chamava atenção das pesquisadoras o crescimento da presença das mulheres em carreiras de prestígio e que exigem curso superior, à exemplo da Medicina e do Direito. Bruschini e Lombardi (2000) atribuíram esse aumento à elevação do ingresso feminino em diferentes cursos nas universidades, decorrente, entre outros motivos, do movimento feminista dos anos de 1960 e 1970, da mudança de valores culturais que dele adveio e da expansão das universidades públicas e privadas.

Hirata (2001, 2009, 2010) localizou a questão da bipolarização do emprego das mulheres como uma consequência das modificações experimentadas pela divisão sexual do trabalho nos anos de 1990, durante o processo de globalização, e sua consequente reestruturação

---

<sup>3</sup> A expressão exata utilizada por Bruschini e Lombardi (2000) e Bruschini (2000) para se referir ao mesmo fenômeno é “bipolaridade do trabalho feminino”, e não do emprego, conforme escrevem Hirata e Kergoat. A distinção se faz pertinente, pois a diferença na escolha de uma ou outra palavra (trabalho *versus* emprego) pode não ser mero acaso. Apesar de nenhuma das duplas de autoras explicitar o porquê da escolha das palavras, a partir do conteúdo dos trabalhos é possível perceber que Hirata e Kergoat estão se referindo a mulheres inseridas em relações de trabalho mercantilizadas, nas quais a força de trabalho é vendida em troca de remuneração monetária. Já Bruschini e Lombardi incluem nas estatísticas que calculam trabalhadoras sem remuneração e trabalhadoras na produção para consumo próprio e do grupo familiar. Ao passo que não há dúvidas de que essas atividades constituem trabalho, o fato de não serem remuneradas e de não haver clareza sobre o lugar que ocupam na mercantilização das relações de trabalho coloca em dúvida sua classificação enquanto emprego. A seção 1.3 deste capítulo apresenta uma discussão a respeito da relação entre o trabalho mercantil e não mercantil realizado pelas mulheres.

produtiva e desregulamentação do trabalho, fruto das políticas neoliberais. Ao mesmo tempo em que a participação remunerada feminina, historicamente mais baixa que a masculina, aumentou em todo o mundo, à exceção da África Subsaariana, a elevação do emprego feminino teria se concretizado na forma de postos de trabalho mais precários para as mulheres, com contribuição especialmente relevante do crescente número de empregos mal remunerados do setor de serviços (HIRATA, 2002, 2010).

Para Hirata (1998, 2002, 2009, 2010, 2011), o movimento dissonante de homens e mulheres diante da globalização estaria relacionado à maior vulnerabilidade feminina frente às mudanças na esfera do trabalho remunerado. Em uma crítica à grande parte da literatura das décadas de 1980 e 1990 sobre a flexibilização do trabalho, que generalizava o trabalhador homem enquanto sujeito universal, Hirata (1998) chama atenção para a necessidade de introdução de uma perspectiva sexuada acerca dos trabalhadores, uma vez que os resultados da reestruturação produtiva seriam diferentes para homens e mulheres.

A autora destaca que “as mulheres podem ser mais facilmente ‘cobaias’ de experimentações sociais, porque são menos protegidas, tanto pela legislação do trabalho quanto pelas organizações sindicais” (HIRATA, 2002), o que faria com que fossem as principais ocupantes para as vagas de empregos precários que estavam sendo criadas. O gênero seria então “um organizador chave da globalização neoliberal” (HIRATA, 2010, p. 5). O crescimento do setor de *telemarketing* pelo mundo e das migrações internacionais motivadas pelas dinâmicas de cuidado são exemplos dos novos campos de trabalhos precários e majoritariamente femininos (HIRATA, 2011).

Ao passo que os empregos em *telemarketing* são ocupados principalmente por mulheres e jovens, as mulheres assumiram papel central no processo de internacionalização do trabalho reprodutivo, caracterizado pelo crescente fluxo migratório de trabalhadoras que se deslocam de países periféricos para prestar serviços domésticos e de cuidados em países desenvolvidos. Essa migração se daria na esteira de um aumento da demanda por serviços domésticos e de cuidado nos países ricos, motivado por um lado pela necessidade de cuidados de dependentes em geral (crianças, idosos, doentes e pessoas com deficiência), reforçada pelo envelhecimento populacional, e o conseqüente aumento do cuidado de idosos, e de outro pelo aumento da participação feminina no mercado de trabalho<sup>4</sup>. Apesar de apontar a precarização do trabalho feminino como ponto de convergência entre os países do Norte e do Sul, Hirata

---

<sup>4</sup> A esse respeito, ver Parreñas (2001) e Ehrenreich e Hochschild (2004).

(2002, 2011) destaca que a maneira como a precarização irá se espelhar nestas sociedades difere: no Norte, a principal característica da nova face do trabalho remunerado feminino é o tempo parcial. No Sul, o trabalho informal. A autora caracteriza os novos postos como “trabalhos instáveis, mal remunerados, com uma possibilidade quase inexistente de formação, de promoção de carreira, e com direitos sociais limitados ou inexistentes” (HIRATA, 2002, p 145)<sup>5</sup>. Assim como a precarização, a bipolarização do emprego feminino também seria um fenômeno comum aos países do Norte e do Sul (HIRATA, 2011).

Ainda analisando o fenômeno da bipolarização, mas desta vez o chamando de “dualização do emprego feminino”, Kergoat (2009, p.74) pontua suas consequências políticas. Baseada em dados franceses sobre o aumento – relativo e absoluto da presença feminina em “profissões executivas e profissionais de ensino superior” entre as décadas de 1960, 1980 e início dos 1990, Kergoat (1998, 2009)<sup>6</sup> afirma que, pela primeira vez na história do capitalismo, estaria emergindo “uma camada de mulheres cujos interesses diretos (não mediados antes pelos homens: pais, esposos, amantes etc.) se opõem frontalmente aos interesses daquelas abrangidas pela generalização do tempo parcial, dos empregos muito mal remunerados e não reconhecidos socialmente e, em geral, mais atingidos pela precariedade” (KERGOAT, 2009, p.75).

Dessa forma, Kergoat (1998, 2009) chama atenção para a relação potencialmente conflituosa em termos sociais e econômicos que surge do antagonismo direto entre as mulheres que ocupam posições opostas no mercado de trabalho. A partir do momento em que um dos grupos alcançou oportunidades de carreira antes reservadas majoritariamente aos homens, este mesmo grupo passaria a ser, de certa forma, dependente dos serviços das mulheres do grupo menos favorecido.

Essa dita dependência ocorreria pela necessidade de manutenção das tarefas domésticas e de cuidado das famílias: uma vez que não houve modificação significativa na divisão sexual do trabalho não remunerado, o trabalho doméstico não remunerado antes exercido pelas mulheres no âmbito familiar precisaria agora ser externalizado. Ou seja, para as mulheres com ambições e possibilidade de carreira, enquanto grupo social, passaria a ser desejável a manutenção da outra parcela das mulheres em empregos de menor prestígio que se encarregassem dos afazeres domésticos e dos cuidados de dependentes. A externalização

---

<sup>5</sup> Hirata (2002) não fornece uma definição precisa sobre quais categorias se qualificariam como trabalho precário, apesar de trabalhar ao longo do texto com a caracterização mencionada.

<sup>6</sup> Segundo Kergoat (1998), os dados do Institut National de la Statistique et des Études Économiques (INSEE), revelavam que as mulheres ocupadas em “profissões executivas e profissionais de ensino superior” teriam passado de 2,5% em 1968, para 5% em 1984 e 9,5% em 1994.

poderia acontecer para fora ou dentro do domicílio, com opções que vão desde a contratação de empregadas domésticas, babás e cuidadoras de idosos à colocação de crianças em creches e pré-escolas, e de idosos em instituições de cuidados. Conforme já mencionado, os empregos existentes nesses tipos de instituição também são ocupados majoritariamente por mulheres.

Hirata e Kergoat (2007) classificaram essa forma de articulação entre tarefas domésticas e de cuidado e trabalho remunerado como o “modelo de delegação”. No modelo de delegação, mulheres de estratos sociais mais altos transferem, por necessidade e por possibilidade, através da terceirização, as responsabilidades domésticas e de cuidados que lhes foram atribuídas pelas normas de gênero tradicionais às mulheres mais pobres, que tendem a não possuir esta opção. Assim, o “modelo” se configuraria ele mesmo um reforço à bipolarização do emprego feminino, uma vez que a ascensão e permanência de parte das trabalhadoras de alta escolaridade em ocupações mais competitivas e mais bem posicionadas no mercado de trabalho só seriam viáveis, em grande parte, graças à externalização das tarefas domésticas e de cuidado a empregadas domésticas e cuidadoras profissionais. Nos termos de Bruschini e Lombardi (2000, p.101), “ironicamente, é no trabalho das empregadas domésticas que as profissionais freqüentemente irão se apoiar para poder se dedicar à própria carreira. Este é o elo que une os dois pólos analisados.”

A ascensão do modelo de delegação como recurso de articulação feminina entre vida pública e privada está diretamente relacionada à emergência dos empregos no setor de serviços (HIRATA e KERGOAT, 2007), uma vez que é justamente neste setor que se encontram os empregos que fornecem às famílias a possibilidade de externalizar suas atividades domésticas e de cuidados.

Citando Hirata e Kergoat (2007), Sorj e Fontes (2012) sugerem uma mudança interpretativa sobre como teria ocorrido o fenômeno da bipolarização no Brasil. As autoras utilizam o termo “polarização do emprego feminino” ao apresentarem o processo como uma das consequências do estabelecimento de um regime de cuidados em que mulheres de classe média e alta delegam às empregadas domésticas parte das tarefas domésticas que antes lhes cabiam, e fazem uma analogia desse regime com o modelo de delegação (HIRATA E KERGOAT, 2007).

Sorj e Fontes (2012) ressaltam que Hirata e Kergoat (2007) justificaram o fenômeno da polarização na França através das mudanças que ocorreram na internacionalização do trabalho reprodutivo, isto é, na intensificação do fluxo migratório de trabalhadoras de cuidados entre os países. Entretanto, as primeiras autoras contrastaram o caso francês ao brasileiro, teorizando que, por aqui, a “polarização” aconteceu através da entrada das mulheres de classe

média e alta no mercado de trabalho, uma vez que as empregadas domésticas historicamente já faziam parte deste.

É importante pontuar que, especificamente em Hirata e Kergoat (2007), as pesquisadoras de fato deram ênfase ao caso da bipolarização nos países desenvolvidos e sua relação com a ascensão do modelo de delegação. Entretanto, ao longo dos trabalhos estudados para a realização desta revisão, ficou claro que, apesar de terem partido da realidade francesa, em seus diversos artigos sobre o tema, Hirata e Kergoat estenderam a bipolarização ao Brasil, citando inclusive dados brasileiros produzidos por outras pesquisadoras para exemplificar o fenômeno, como em Bruschini (2000 apud HIRATA, 2011).

Além disso, apesar da escolaridade não ser explicitada enquanto uma variável explicativa da bipolarização nos trabalhos da autora do começo dos anos 2000, em Hirata (2009) há a incorporação do aumento da escolarização de parte das mulheres enquanto hipótese para a bipolarização. A elevação da escolaridade criaria condições para que algumas mulheres assumissem postos que exigem maior qualificação, e que antes se restringiam ao domínio dos homens. Conforme visto alguns parágrafos atrás, o mesmo argumento da escolarização é utilizado por Bruschini e Lombardi (2000). Sendo o emprego em serviços um reduto tradicionalmente feminino, o setor acirraria a bipolarização do emprego das mulheres ao constituir-se ele mesmo um gerador de postos de trabalho desiguais. Ao mesmo tempo em que é composto por ocupações que exigem maior qualificação e possuem conseqüentemente remunerações mais altas – como a medicina – também estão nele contidos empregos que exigem praticamente nenhuma qualificação – tal qual o já citado emprego doméstico.

É possível desmembrar o processo descrito pelas autoras até aqui referenciadas em subprocessos que, acontecendo em paralelo, seriam as causas da bipolarização do emprego. O aumento da entrada das mulheres no mercado de trabalho parece ser o elemento disparador do fenômeno. Pois teria sido na medida em que as mulheres adentraram o trabalho remunerado em massa, que a bipolarização entre elas começou a ocorrer.

A partir daí, há duas hipóteses principais para a causa da bipolarização: a expansão da oferta de postos de trabalho precários para o contingente feminino, localizados principalmente no setor de serviços, que engordaria o contingente de mulheres localizadas no polo inferior – hipótese sustentada pelos vários trabalhos citados de Hirata e Kergoat; e a elevação da escolaridade feminina, que promoveria a bipolarização através do aumento do peso do polo superior – hipótese defendida em algum momento por todas as autoras aqui mencionadas. A elevação da escolaridade feminina teria gerado uma pequena massa de mulheres qualificadas,

aptas a tornarem-se trabalhadoras que assumiriam parte dos bons empregos gerados pelo setor de serviços.

Todos esses processos são reflexos das mudanças na divisão sexual do trabalho tradicional, que permitiriam tanto às mulheres favorecidas assumir postos antes exclusivamente masculinos, quanto promoveriam um aprofundamento das desigualdades entre as mulheres, através das modificações ocorridas nos modelos de “conciliação” entre vida familiar e trabalho remunerado. Justamente por tratar-se do contexto maior no qual se insere a bipolarização, e por ser um conceito importante para a compreensão dos estudos de gênero, a esquematização a seguir inicia-se pelas mudanças na divisão sexual do trabalho.

## **1.2.Mudanças na divisão sexual do trabalho**

A divisão sexual do trabalho é um conceito caro aos estudos de gênero. O termo é amplamente utilizado para fazer referência à maneira como o trabalho se divide socialmente entre homens e mulheres e, em geral, chama atenção para as desigualdades de gênero que surgem dessa divisão. O conceito abraça uma definição ampla de trabalho: nele estão contidos o “trabalho profissional e doméstico, formal e informal, remunerado e não remunerado” (HIRATA, 2015, p.4). A relação entre trabalho não remunerado e o processo de mercantilização do trabalho das mulheres será tratada em detalhes na próxima seção.

Por ora, nos interessa saber que o estudo do trabalho – remunerado ou não – sob a ótica da divisão sexual do trabalho apresenta possibilidades analíticas que aprofundam a compreensão das desigualdades dele derivadas. Tanto as que se reproduzem entre homens e mulheres quanto as desigualdades percebidas entre as próprias mulheres. Vamos nos ater inicialmente às desigualdades do primeiro tipo.

Baseadas na tradição da sociologia francesa, Hirata e Kergoat (2007, p.599) definem a divisão sexual do trabalho como “a forma da divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos”, e apontam a divisão sexual do trabalho como um “fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos”. Neste sentido, é possível dizer que a análise converge para a de Biroli (2018, p.23), que argumenta “a divisão sexual do trabalho como um importante *locus* da produção do gênero”. Ou seja, o gênero enquanto categoria social é gerado também, mas não apenas, a partir das tarefas atribuídas socialmente – e, eventualmente exercidas – por cada um dos sexos, assim como da dinâmica relacional entre eles que daí emerge.

Aqui há dois pontos a serem ressaltados: em primeiro lugar, o caráter persistente e, simultaneamente, maleável da divisão sexual do trabalho (HIRATA E KERGOAT, 2007). Ao

mesmo tempo em que ela se verifica em todas as sociedades conhecidas, sua forma muda no tempo e no espaço, a depender dos processos históricos e culturais que estejam em curso. A globalização, por exemplo, é um processo já mencionado que teria modificado a divisão sexual do trabalho no bojo das economias capitalistas, principalmente pela via da precarização do trabalho das mulheres.

Em segundo lugar, a divisão sexual do trabalho é uma potente fonte de produção de hierarquia entre os sexos. Hirata e Kergoat (2007) traduziram estas questões em dois princípios teóricos: o princípio da separação e o da hierarquização. Segundo o princípio da separação, determinados trabalhos deveriam ser exercidos apenas por homens, enquanto outros, exclusivamente por mulheres. O princípio da hierarquização se traduz no entendimento de que trabalhos tradicionalmente femininos são menos valorizados social e economicamente do que aqueles ditos como masculinos. A separação entre trabalhos de homens e de mulheres estaria pautada em uma naturalização das práticas sociais, reduzindo-as a “papéis sociais”. Esta naturalização ocorre através do estabelecimento da conexão entre o sexo biológico e as tarefas sociais que seriam adequadas a cada um dos sexos. Assim, partindo do princípio biológico da capacidade de gerar filhos, são atribuídas às mulheres características entendidas como “maternais”, tais como a docilidade e a pré-disposição para o cuidado. Tais atributos, por sua vez, são associados ao âmbito das atividades exercidas no seio da família, no mundo privado, da esfera doméstica. Em contrapartida, aos homens são atribuídas qualidades de agressividade e de provisão de bens materiais, ligadas às dimensões de poder e política, daquilo que é público.

Baseada nesses princípios, a divisão sexual do trabalho atua tanto transferindo as naturalizações dos papéis sociais para a esfera produtiva e definindo, portanto, ocupações de atuação prioritariamente masculinas e outras femininas, quanto moldando normas de gênero que imprimem às mulheres a responsabilidade pelas tarefas domésticas e de cuidados. Ambos os fenômenos terão consequência sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho. No primeiro caso, haverá a formação de nichos de ocupações femininas. Em geral, essas atividades estão ligadas ao ideário de domesticidade e cuidados, e tendem a ser mais mal remuneradas que as atividades “masculinas”, seguindo o princípio da hierarquização (o trabalho de uma mulher “vale menos” que o trabalho de um homem). Isso explicaria, por exemplo, a grande proporção de mulheres empregadas como babás, cuidadoras de idosos, enfermeiras e professoras de educação infantil. Já a expectativa social depositada sobre as mulheres a respeito da realização das atividades domésticas e de cuidados traz com ela a sobrecarga de exercerem simultaneamente, em maior intensidade que os homens, as atividades referentes ao trabalho remunerado, quando o possuem, e o trabalho doméstico não remunerado.

Mas chamar atenção para as desigualdades entre homens e mulheres é apenas uma das possibilidades da concepção de divisão sexual do trabalho. A partir dela é possível reconhecer também que esta divisão não afeta a todas as mulheres da mesma forma, já que as posições de classe e a raça promovem variações nas hierarquias de gênero (BIROLI, 2018; BIROLI E MIGUEL, 2015). Por sua vez, o reconhecimento das distintas consequências da divisão sexual do trabalho sobre mulheres de classe e raça diferentes não significa negar que a divisão sexual do trabalho impõe desvantagens a todas as mulheres, comparativamente aos homens. Significa apenas identificar que essas desvantagens terão clivagens mais ou menos restritivas a depender sobre *quais* mulheres estamos falando (BIROLI, 2018). A análise do tempo despendido em afazeres domésticos por homens e mulheres de variadas classes sociais é bastante ilustrativa.

É notável a maneira como a divisão sexual do trabalho reflete-se na diferença de tempo dedicado a afazeres domésticos e cuidado de pessoas não remunerados. Em 2017, as mulheres gastavam em média 20,9 horas semanais na realização destas atividades, enquanto os homens, apenas 10,8 horas (IBGE, 2018). Estes dados, apesar da evidente discrepância, não surpreendem – apenas materializam as normas de gênero incutidas na divisão sexual do trabalho. Porém, um olhar mais atento para o grupo feminino revela razoável heterogeneidade no uso do tempo das mulheres de diferentes classes.

Através da PNAD 2012, Itaboraí (2016) constatou que o número de horas que as mulheres brasileiras dedicavam ao trabalho doméstico não remunerado decrescia na medida em que aumentava a classe social familiar – estabelecida a partir de categorias ocupacionais e definida pela ocupação mais alta dentre os cônjuges em caso de casais. As mulheres da classe 1 (a mais baixa utilizada pela autora) chegavam a despende mais de 10 horas semanais a mais que aquelas da classe 8 (classe definida como a mais alta). Por outro lado, o tempo masculino de trabalho doméstico não remunerado parecia ser razoavelmente insensível à classe, apenas variando ligeiramente para cima no caso dos homens das classes de maior escolaridade (classes 6 e 8)<sup>7</sup>. Este achado coloca os resultados brasileiros sobre o tema na mesma direção dos dados internacionais, que indicam propensão à divisão menos desigual das tarefas domésticas entre os casais mais escolarizados (cf. ESPING-ANDERSEN, 2009). Sorj e Fontes (2012)

---

<sup>7</sup> As categorias utilizadas por Itaboraí (2016) são: Trabalhadoras rurais (classe 1), trabalhadoras na indústria tradicional, nos serviços pessoais e domésticos (classe 2), trabalhadoras nos serviços gerais e vendedoras ambulantes (classe 3), trabalhadoras na indústria moderna (classe 4), empresárias por conta própria (classe 5), ocupações não manuais (Técnicas, artistas, de rotina e supervisão) (classe 6), Proprietárias e dirigentes (classe 7), Profissionais de nível superior (classe 8).

encontraram resultado semelhante na análise de dados da PNAD 2009 segundo os quintos de rendimento familiar. As mulheres cônjuges do quinto mais pobre trabalhavam em média 10 horas a mais que as mulheres do quinto mais rico, enquanto entre os homens a diferença era irrisória – 0,1 hora por semana. A assimetria entre os estratos extremos das mulheres chefes de domicílio também se fazia bastante expressiva (7,3 horas semanais).

O exemplo acima revela que a divisão sexual do trabalho é fator determinante no uso do tempo de homens e mulheres em trabalho doméstico não remunerado. Entretanto, apenas as mulheres são significativamente afetadas pelas diferenças de classe que dali emergem. Isso significa que, no caso das mulheres, a clivagem de classe importa para a análise dos efeitos da divisão sexual do trabalho não remunerado. E, se importa para o trabalho não remunerado, certamente importa para o trabalho remunerado, uma vez que a relação das mulheres com o trabalho realizado no mercado não pode ser dissociada da maneira como divide-se socialmente o trabalho não remunerado (ENRÍQUEZ, 2012; HIRATA, 2015). A relação do trabalho doméstico não remunerado com o trabalho exercido pelas mulheres de maneira remunerada é tema da próxima seção.

### **1.3.A mercantilização do trabalho das mulheres**

#### **1.3.1. A articulação entre o trabalho mercantil e não mercantil**

O trabalho não-mercantil exercido pelas mulheres nos domicílios estrutura, constrange e define os limites de sua atuação no mercado de trabalho (ARAÚJO E SCALON, 2005; BIROLI, 2018; ESQUIVEL, 2011; HIRATA, 2015). Os constrangimentos ocorrem seja porque as mulheres precisam interromper suas trajetórias no mercado para se dedicarem exclusivamente à reprodução social, através do trabalho doméstico e de cuidados, ou porque, ainda que permaneçam no mercado, continuam sendo as principais responsáveis pelo trabalho reprodutivo não remunerado. É impossível, portanto, compreender integralmente a atuação das mulheres no trabalho remunerado sem considerar que sua responsabilização pelo trabalho não-mercantil é de suma importância para os resultados que serão verificados na esfera mercantil.

O trabalho não-mercantil costuma ser definido em oposição ao “trabalho *stricto sensu*” (SCHWARTZ, 2000)<sup>8</sup>. Isto é, nas sociedades ocidentais atuais, em que a norma para se pensar

---

<sup>8</sup> Enquanto construção teórica, há considerável aproximação entre o entendimento da ergologia e as teorizações da sociologia e da economia feminista sobre o trabalho não-mercantil. Sendo assim, o presente trabalho tomou emprestado da primeira algumas definições e reflexões, em especial aquelas baseadas nas formulações de Yves Schwartz, buscando-as integrar ao pensamento feminista sobre o assunto.

o trabalho é o trabalho mercantil, o trabalho não-mercantil é aquele que se distorce desta referência (NOUROUDINE, 2011). O grande diferencial que se estabelece entre as duas formas de trabalho é o assalariamento, ou a parcela de tempo da vida que se troca por remuneração (SCHWARTZ, 2011), e limitar o conceito de trabalho somente às atividades exercidas em troca de pagamento exclui a possibilidade de se entender diversos tipos de atividades como trabalho de fato. Ao falar sobre trabalho não-mercantil, abre-se o debate para o estudo do trabalho doméstico e de cuidado, do trabalho voluntário e do trabalho agrícola para subsistência, por exemplo.

Apesar de estar fora da esfera do mercado, o trabalho não-mercantil continua inserido na esfera econômica, uma vez que este trabalho produz bens, e que estes bens circulam socialmente, apesar de não serem trocados como mercadoria (NOUROUDINE, 2011). Este raciocínio se alinha à defesa feminista de que o trabalho não-mercantil realizado pelas mulheres nos lares integra o sistema econômico capitalista (NELSON, 1993; PICHIO, 2003).

Até cerca de quatro décadas atrás, os estudos do trabalho no âmbito da ciência econômica e da sociologia entendiam como trabalho apenas as atividades voltadas para a esfera mercantil, orientadas para o lucro e capazes de gerar renda diretamente no mercado. O trabalho não remunerado realizado nos domicílios, como tarefas domésticas rotineiras e de cuidados com dependentes, não era reconhecido ou contabilizado enquanto trabalho, pois não se mostrava explicitamente inserido na lógica de mercado (MELO E CASTILHO, 2009; MELO, CONSIDERA, SABBATO, 2007; MELO E SERRANO, 1997). Sendo as mulheres as principais responsáveis pelas atividades domiciliares não remuneradas, a cegueira teórica ao trabalho doméstico e de cuidado contribuiu para a invisibilidade de um grande volume de trabalho feminino. Segundo Melo e Castilho (2009), em parte, a negligência sobre o trabalho feminino não remunerado surgia da confusão entre os conceitos de “produção” e de “produção de mercadorias”, assim como também se confundia “trabalho” com “emprego”. No âmbito da ciência econômica, essa limitação pode ser consequência do recorte estreito que a disciplina possui a respeito de como se dividem e interagem as esferas da vida econômica (CARRASCO, 2006).

As formulações da economia feminista consideram que o trabalho de reprodução social<sup>9</sup> exercido majoritariamente por mulheres é indispensável ao funcionamento das

---

<sup>9</sup> As primeiras elaborações teóricas sobre o trabalho reprodutivo originaram-se na produção de feministas marxistas da década de 1970 (BENERÍA, 2003). Tais formulações permitiram incorporar ao arcabouço teórico marxista as atividades não remuneradas realizadas pelas mulheres. Ao longo das décadas, a utilização do termo se

economias capitalistas. É através da criação e da educação dos filhos e da manutenção da vida doméstica cotidiana, como a preparação da comida, e o lavar e passar das roupas, que é possível manter e reproduzir tanto a força de trabalho presente quanto as gerações futuras (DEDECA, 2008; ESQUIVEL, 2011, 2012; PICHIO, 2003). Para England (2005), por exemplo, o trabalho de cuidado desenvolvido pelas mães produz bens públicos dos quais toda a sociedade desfruta como *free riders*. Embora as mães não sejam pagas para criar seus filhos, o trabalho de desenvolvimento de um ser humano e suas qualidades beneficia patrões, colegas de trabalho e membros da sociedade em geral.

Os primeiros trabalhos em economia que se dedicaram a investigar a participação feminina no mercado de trabalho datam da década de 1950, e encontram Mincer (1962) como seu principal expoente na economia neoclássica. A motivação para o surgimento dessa linha de pesquisa nasceu da percepção empírica da crescente entrada das mulheres norte-americanas no mercado de trabalho dos Estados Unidos, justamente no mesmo momento em que a renda das famílias atingia um patamar relativamente favorável (BENERÍA, 2003). À primeira vista, esta situação demonstrava uma aparente contradição, uma vez que se acreditava que, estando as famílias em uma condição economicamente favorável, não haveria motivos para as mulheres saírem ao mercado de trabalho na busca por complementar a renda familiar.

A resposta teórica encontrada à época mirava no “efeito substituição” gerado pelo aumento do custo de oportunidade de permanecer sem trabalhar, em um contexto de aumentos salariais na economia norte-americana. Ou seja, segundo essa perspectiva, a elevação dos salários da economia teria criado um incentivo para a entrada feminina no mercado de trabalho. O pano de fundo da perspectiva neoclássica

Na década de 1960, somaram-se a esses esforços as reflexões de Becker (1965)<sup>10</sup>, cujo enfoque se caracterizava por modelos neoclássicos de produção doméstica que tentavam explicar a divisão sexual do trabalho doméstico e o processo de decisão de entrada no mercado

---

expandiu para outras correntes teóricas feministas, e deixou de dizer respeito apenas ao trabalho não remunerado. Em boa parte das formulações contemporâneas, o trabalho reprodutivo costuma ser sinônimo do exercício de atividades de reprodução social, sejam elas remuneradas ou não. As atividades exatas que serão entendidas como reprodutivas não são consenso na literatura, e estas variam de acordo com a classificação das autoras. Para Duffy (2007), a flexibilização da categoria trabalho reprodutivo teria sido estimulada por dois movimentos: a ampliação da participação feminina no mercado de trabalho e o reconhecimento da baixa visibilidade da importância social das trabalhadoras engajadas em trabalhos reprodutivos remunerados, como as faxineiras, babás e cuidadoras.

<sup>10</sup> Segundo Ferber (2003), apesar de Garry Becker ser considerado “o pai” das análises que enxergam na família uma unidade de produção econômica, o verdadeiro pioneirismo da área é de uma mulher. Margaret Reid (1934 APUD FERBER, 2003) reconheceu a família como *locus* da produção e do consumo, além de ter definido o trabalho doméstico não remunerado como uma atividade produtiva.

de trabalho por parte dos membros das famílias. Tais decisões teriam como princípio a maximização da utilidade da divisão sexual do trabalho, instrumento que seria fundamental para explicar as assimetrias de gênero surgidas dentro e fora dos domicílios. Este processo decisório possui como hipótese de fundo a suposição de que os lares seriam unidades “harmoniosas” e “ahistóricas”, em que as decisões de seus membros são tomadas exclusivamente com base na racionalidade econômica<sup>11</sup> (BENERÍA, 2003). Contudo, a visão das unidades familiares enquanto espaços de harmonia seria questionada por teóricas feministas que se propunham a pensar os conflitos e as relações de assimetria de poder potencialmente existentes no interior dos lares.

O modelo de oferta de trabalho neoclássico tradicional desconsidera o tempo de trabalho doméstico, e adota uma perspectiva bipartite do tempo dos indivíduos, que poderia ser alocado apenas entre trabalho e lazer. A escolha de alocação do tempo ocorreria a partir da maximização de uma função de utilidade sujeita à restrição temporal e orçamentária. Neste sentido, a principal inovação de Becker (1965) em relação ao modelo tradicional é a inclusão do tempo dedicado à produção doméstica como parte da escolha alocativa dos indivíduos.

No modelo de Becker (1965), a divisão do tempo dos agentes econômicos passa a ser tripartite, entre trabalho/lazer/produção doméstica. A produção doméstica seria o resultado de uma função de produção na qual as famílias combinam seu tempo disponível com os bens adquiridos no mercado. Tal produção poderia se materializar no preparo de uma refeição em casa ou na limpeza de um cômodo do domicílio, por exemplo.

Para a economia feminista<sup>12</sup>, um dos pontos mais controversos da teoria de Becker (1965) está na forma como este apresenta o processo de maximização da função utilidade das famílias (CARRASCO 2006; FERBER, 2003). Para o autor, a decisão das famílias a respeito de quais de seus membros ofertarão mais tempo de trabalho remunerado ou tempo de produção doméstica é baseada em uma escolha racional, que avalia a produtividade dos indivíduos nas atividades de trabalho *versus* “não-trabalho”. Quem tiver a maior produtividade, se especializa naquela atividade.

---

<sup>11</sup> A hegemonia das formulações de Becker a respeito da racionalidade por trás das alocações realizadas no interior das famílias se estendeu durante toda a década de 1970 e 1980, e possuiu como marco a fundação da chamada Nova Economia Doméstica (*New Home Economics*).

<sup>12</sup> A economia feminista busca incorporar à análise econômica reflexões a respeito do papel do trabalho doméstico (ou do trabalho de cuidado, remunerado ou não) para o funcionamento da economia. Dessa forma, tal campo de estudo procura levar visibilidade ao trabalho de reprodução social, introduzindo as relações de gênero como variável relevante e, simultaneamente, tentando situar a posição que homens e mulheres ocupam enquanto agentes econômicos (ESQUIVEL, 2012). O termo foi fundado em trabalho seminal de Ferber e Nelson (1993).

Como, em sua maioria, as mulheres já são “especializadas” na produção doméstica, e os homens, no trabalho remunerado, a alocação resultante do método de maximização proposto por Becker (1965) seria que mulheres continuassem exercendo atividades domésticas e homens, se inserindo no mercado, em um ciclo que se autoalimentaria (FERBER, 2003). Segundo a perspectiva da Economia Feminista, a partir dessas conclusões, a abordagem da “Nova Economia Doméstica” racionaliza e cristaliza a divisão sexual do trabalho tradicional, retirando dela os componentes sociais e históricos que a sustentam (CARRASCO, 2006), além de normalizar seus efeitos.

### **1.3.2. Breves considerações sobre a mensuração do trabalho feminino**

Antes de prosseguirmos para a próxima seção, há dois aspectos acerca da medição do trabalho das mulheres que merecem destaque e que serão importantes para a plena compreensão dos dados analisados nos próximos capítulos. Ambos são boas oportunidades de elucidação sobre os desafios em se definir e aferir estatisticamente o trabalho e, em especial, o trabalho feminino.

A primeira questão é a grande influência que as metodologias de coleta de dados estatísticos exercem sobre a contabilização e visibilidade do trabalho das mulheres. A depender da definição que as pesquisas estabeleçam sobre o conceito de trabalho, haverá considerável variação do número de mulheres engajadas na população economicamente ativa. Em geral, a zona cinzenta aberta para debate gira em torno do trabalho não remunerado, já que a remuneração costuma fazer de qualquer trabalho mercantil trabalho “*strictu sensu*” (SCHARTZ, 2011), sendo o trabalhador que o exerce indiscutivelmente parte da PEA. Uma vez que as mulheres exercem mais trabalho não-mercantil que os homens, é o trabalho delas que está em debate. Este ponto pode ser ilustrado com o caso de uma importante mudança metodológica realizada na PNAD, pesquisa que será utilizada como base de dados principal desta tese.

Em 1992, a pesquisa passou a considerar como ocupados, além dos trabalhadores remunerados, aqueles indivíduos de 10 anos ou mais que realizassem trabalho não remunerado, durante pelo menos 1 hora na semana de referência. Até então, só se enquadravam em tal categoria pessoas que trabalhassem ao menos 15 horas semanais<sup>13</sup>. Também ocorreram

---

<sup>13</sup> O número de horas mínimas trabalhadas foi modificado por recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), após debate interno à instituição (SILVA E DEL GROSSI, 1997).

significativas modificações nas posições na ocupação investigadas, tendo sido criadas duas categorias: trabalhadores na produção para o próprio consumo e trabalhadores na construção para o próprio uso. Adicionalmente, passou-se a contar os trabalhadores domésticos isoladamente, em categoria específica para aqueles que exerciam serviços domésticos remunerados (SILVA E DEL GROSSI, 1997).

Continuaram excluídas do grupo economicamente ativo mulheres que declaravam se dedicar exclusivamente aos afazeres domésticos não remunerados, as “donas de casa”. Por outro lado, segundo recomendação do próprio IBGE, deveria ser classificado como trabalhador para o próprio consumo aquele que “exerceu tarefas em cultivo, pesca ou criação de animais destinados à própria alimentação ou das pessoas moradoras no domicílio” (IBGE, 1995, p.147), incluindo na definição, portanto, “donas de casa e estudantes que cuidam das galinhas e da horta doméstica nas horas vagas e até mesmo um aposentado que se dedicou apenas uma hora na semana à pesca para seu próprio sustento” (SILVA & DEL GROSSI, 1997, p.248).

Na prática, as mudanças citadas acima ampliaram o conceito de trabalho da PNAD, promovendo um aumento no número de ocupados. Dedecca (2004) calcula que, para o ano de 2001, a mudança de conceito tenha gerado incremento de 3,7 milhões de mulheres à PEA (equivalente a um aumento de 12% da PEA feminina), enquanto para os homens o incremento foi de 1,9 milhões de pessoas (ou 4,1%). Logo, a interpretação do aumento do número de trabalhadoras ao longo da série histórica deve ser cautelosa, pois é diretamente influenciada pelas modificações metodológicas (BRUSCHINI, 1998a).

Esta ampliação do conceito de trabalho incorporou alguns trabalhos não-mercantis (como a criação de animais para autoconsumo), mas manteve outros de fora (como o trabalho doméstico não remunerado)<sup>14</sup>. Esta distinção torna o conceito, no mínimo, controverso, pois exclui das estatísticas do trabalho o trabalho não-mercantil realizado com maior frequência na sociedade, que é o trabalho reprodutivo nos domicílios (DEDECCA,1998; BRUSCHINI, 2006). Não parece haver justificativa teórica para se considerar, por exemplo, o cultivo de batatas para o próprio consumo como uma atividade produtiva, mas o descascar, cortar e cozinhar das batatas – também para consumo próprio – como improdutiva. Ambos os trabalhos

---

<sup>14</sup> Um movimento semelhante aconteceu com o Censo, que modificou significativamente a metodologia para cômputo da população economicamente ativa entre as décadas de 1950 e 1960. Para uma reflexão aprofundada sobre as mudanças no Censo e o trabalho das mulheres, conferir Guimarães, Brito e Barone (2015) e Bruschini (2006).

(o cultivo e o preparo das batatas), geram valor de uso, mas não valor de troca, assim como ambos são etapas essenciais para a satisfação do bem-estar daqueles que irão consumi-las.

Ainda na mesma linha de reflexão, o caso do trabalho das mulheres rurais merece destaque. No campo, em maior intensidade que no meio urbano, o trabalho feminino se confunde como “ajuda” à família. A trabalhadora rural é frequentemente não remunerada, mesmo quando seu trabalho contribui diretamente para a produção agrícola que será vendida no mercado (FARIA, 2009). Não é incomum que apenas o homem adulto do domicílio receba remuneração pelo trabalho voltado à produção de mercadorias<sup>15</sup>. A forma de execução das tarefas cotidianas das trabalhadoras rurais costuma dificultar a distinção entre o que é trabalho reprodutivo não remunerado ou trabalho para o autoconsumo, e o que seria trabalho não remunerado voltado para a produção de mercadorias (BRUSCHINI, 2006; FARIA, 2009; MELO E DI SABBATTO, 2009; PAULILO, 2004). Em geral, as próprias trabalhadoras rurais costumam enxergar a terra como uma extensão de suas casas e, portanto, compreendem o trabalho reprodutivo não mercantil que exercem como indissociável do trabalho nas atividades agrícolas, frequentemente declarando todas as atividades que exercem como trabalho doméstico (PAULILO, 2004), além de estarem mais presentes nos trabalhos remunerados temporários, como as colheitas, o que também faz com que sejam menos captadas pelas estatísticas (PAULILO, 2013).

Esta configuração, a sobreposição do trabalho reprodutivo não mercantil ao trabalho rural não remunerado – que assume a forma de “ajuda” – torna a mensuração do trabalho agrícola feminino de difícil aferição. Ademais, esta combinação borra as fronteiras da definição entre o trabalho mercantil e o não mercantil, uma vez que, apesar de não remuneradas, as trabalhadoras rurais estariam diretamente engajadas na produção das mercadorias.

O segundo ponto é um bom ilustrativo da fluidez na fronteira entre o mercantil e o não-mercantil para as mulheres. Diz respeito ao desemprego, que, no caso das mulheres, pode ser facilmente mascarado como inatividade econômica (DAVIS, 2016; MARUANI E MERON, 2016). Conforme questionam Maruani e Meron (2016, p.62), “uma mulher desempregada é uma trabalhadora demitida, ou uma mulher que ‘voltou para o lar’?”.

O entendimento do doméstico como o local de pertencimento do feminino faz com que, quando desempregadas, as mulheres possam mais facilmente ser colocadas (ou se colocarem)

---

<sup>15</sup> Nas estatísticas oficiais brasileiras, os demais membros não remunerados do domicílio que se engajaram no trabalho voltado para a produção de mercadorias são contabilizados como parte do grupo “trabalhadores não remunerados”.

como donas de casa, sendo retiradas, portanto, da população economicamente ativa. A mesma interpretação certamente não acontece para o caso masculino. Tendo essas considerações em mente, é possível agora prosseguir para o estudo do trabalho mercantil feminino.

### **1.3.3. A massificação do trabalho feminino remunerado**

Ao longo dos últimos 50 anos, a sobrevivência dos indivíduos no Brasil passou a depender da mercantilização do seu trabalho para uma proporção cada vez maior de pessoas, e as protagonistas deste movimento foram as mulheres (GUIMARÃES, 2016; GUIMARÃES, BRITO E BARONE, 2016).

O processo de massificação da entrada das mulheres no mercado de trabalho iniciou-se nos anos de 1970 e ganhou força ao longo das décadas seguintes para grande parte dos países ocidentais (ESPING-ANDERSEN, 2009; OIT, 2018). No Brasil, os dados do Censo Demográfico do IBGE mostram que, entre 1960 e 2010, a taxa de atividade feminina no trabalho remunerado mais que triplicou, passando de 16,5% em 1960, para 19,1% nos anos de 1970, 27,1% em 1980, 34,6% em 1991, 47,1% em 2000 e 52,6% em 2010. Para os homens, que partiam de patamar bem mais elevado em 1960 (77,8% de taxa de atividade), houve redução de 7,7 pontos percentuais em igual período, fazendo com que a taxa masculina alcançasse 70,1% em 2010 (GUIMARÃES, BRITO E BARONE, 2016). Logo, a chegada de um grande montante de mulheres ao trabalho remunerado promoveu uma aproximação entre as participações de homens e mulheres.

A tendência de queda da taxa de atividade masculina pode ser explicada como o reflexo de comportamentos diferenciados segundo as faixas etárias, pois origina-se da redução da atividade dos homens jovens – fenômeno que vem ocorrendo desde o princípio da década de 1990. Esta mudança de comportamento está associada principalmente à elevação do número médio de anos de estudos dos mais jovens que, por estarem se escolarizando mais, adiam sua entrada no mercado de trabalho (BALTAR E LEONE, 2015). Guimarães, Brito e Barone (2016) encontraram empiricamente a partir de resultados dos Censos que, especialmente no caso dos homens negros, além da entrada tardia, há também um movimento de retirada precoce da atividade econômica.

Diversos fatores seriam responsáveis pelo aumento da atividade feminina ao longo das décadas. A diminuição do número médio de filhos por mulher, por exemplo, contribuiu para uma maior liberação do tempo feminino passível de ser ofertado no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que a entrada das mulheres no mercado, por sua vez, reforçou o declínio da fecundidade (BRUSCHINI, 1998; LEONE, 2017). De acordo com o IBGE (2012), a

fecundidade das mulheres brasileiras era de 5,76 filhos por mulher em 1970, e chegou a 1,9 filhos por mulher em 2010. Além de mudanças culturais e comportamentais, a queda da taxa de fecundidade relaciona-se à popularização da pílula anticoncepcional, que permitiu às mulheres maior autonomia e controle sobre seus corpos, promovendo uma separação mais bem definida na fronteira entre sexualidade e maternidade. O avanço tecnológico, por sua vez, também possibilitou o aprimoramento e facilitação do acesso a novos bens e serviços que poupam tempo de trabalho doméstico e, conseqüentemente, liberam tempo feminino para o trabalho remunerado, tais como o acesso à água encanada, ao esgotamento sanitário e à eletrodomésticos, como a máquina de lavar (FONTOURA et. al, 2010; LAVINAS, 2007).

Mudanças na composição das famílias e novos arranjos familiares fizeram com que as mulheres assumissem com cada vez mais frequência o lugar de pessoa de referência do domicílio, seja em arranjos monoparentais femininos, seja em domicílios com famílias biparentais. Dessa forma, o emprego feminino deixou de ser apenas uma questão de complementação da renda familiar e passou a representar uma efetiva fonte de sobrevivência para uma parcela cada vez maior das famílias (BRUSCHINI, 2007; GUEDES E ARAÚJO, 2011).

Ademais, modificações na própria relação das mulheres com o trabalho remunerado também devem ser levadas em consideração: para além da necessidade financeira, exercer um trabalho remunerado passou a ser uma questão de afirmação da identidade feminina na contemporaneidade, em especial para as mulheres mais escolarizadas e que vislumbram a possibilidade de trilhar carreiras (BRUSCHINI, 2007; ENGLAND, GORNICK E FITZGIBBONS, 2012). Conforme será visto em maiores detalhes na próxima seção, o progressivo aumento da escolarização feminina e da chegada das mulheres às universidades vem se mostrando um importante fator de incentivo à participação no mundo do trabalho remunerado.

A expansão da mercantilização do trabalho feminino trouxe consigo um descolamento das taxas de desemprego femininas das masculinas; a partir dos anos de 1990, a desocupação das mulheres passou a ser sistemática e expressivamente superior a dos homens (BRUSCHINI, 2007; LAVINAS, 1997;). Ainda que os anos de 1980 e 1990 tenham se caracterizado pela elevação generalizada do desemprego no país, compondo um movimento que rumava em direção à consolidação da mercantilização do trabalho nos anos 2000 (GUIMARÃES, BRITO E BARONE, 2016), o desemprego feminino cresceu proporcionalmente mais que o masculino. Lavinias (1997) levanta a hipótese de que, diante do cenário da reestruturação produtiva e da redução do emprego industrial, os trabalhadores homens teriam migrado para outros ramos de

atividades, competindo então com as mulheres por postos de trabalho e, conseqüentemente, forçando o aumento do desemprego feminino.

O fato é que as altas taxas de desemprego das mulheres em relação aos homens é uma característica de diferenciação da inserção no mercado de trabalho entre os sexos que persistiu ao longo dos anos. Em 1995, segundo a PNAD, a taxa de desocupação das trabalhadoras de 16 anos ou mais de idade era de 7,0%, frente a 5,0% de desocupação entre os homens. Em 2015, ano que registrou expressivo aumento da desocupação total em relação ao ano anterior, o diferencial da taxa entre homens e mulheres se manteve: o indicador era de 7,8% para os homens, e 11,6% para as mulheres (IPEA, 2017).

Além do aumento da proporção de mulheres no mercado e da manutenção da diferença das taxas de desemprego, o perfil das trabalhadoras também se modificou consideravelmente a partir dos anos 1980. Se antes a trabalhadora brasileira média era jovem, solteira e sem filhos, após aquela década, ela passa a ser mais velha, casada e mãe (BRUSCHINI, 2007; BRUSCHINI E PRUPPIN, 2004; LAVINAS, 1997). Ainda assim, diversos estudos mostram que contar com a presença de crianças pequenas no domicílio ou ao menos um idoso, ou ainda ser casada, diminui a probabilidade de uma mulher ser economicamente ativa (BARBOSA, 2014; BARBOSA, COSTA, 2017; PASSOS, 2018; RAMOS, ÁGUAS E FURTADO, 2011; SCORZAFAVE; MENEZES, 2001).

Em trabalho recente, Muniz e Veneroso (2019) relativizaram estes achados ao incluírem a dimensão de classe na investigação sobre a penalidade da maternidade no mercado de trabalho. A penalização da maternidade é a desvantagem que as mulheres incorrem no mercado de trabalho por terem filhos, seja em relação aos homens ou a outras mulheres sem filhos. Essas desvantagens podem se expressar em termos de uma menor participação média no trabalho remunerado ou, quando possuem emprego, em salários mais baixos e estagnações na progressão da carreira. Os resultados encontrados pelos autores sugerem que, no Brasil, a penalidade materna convertida em não participação no mercado atingia principalmente as mulheres da “classe de renda baixa”: a probabilidade dessas mulheres trabalharem recuava 8 pontos percentuais a cada criança a mais com idade até cinco anos no domicílio. No caso de todos os homens e das mulheres da “classe de renda alta”, o efeito é o oposto, e ocorre elevação marginal da probabilidade de participação por criança adicional<sup>16</sup>. A partir do resultado, os autores

---

<sup>16</sup> Muniz e Veneroso (2019) testaram um modelo quantílico causal de desigualdade de gênero que levava em conta a probabilidade de inserção no mercado de trabalho. Homens e mulheres foram divididos em três classes, de acordo com as predições de renda para cada quantil: classe baixa, referente ao quinto quantil de rendimentos; classe média,

destacaram a importância de uma análise consubstancial (KERGOAT, 1978, 2010) das categorias de gênero e classe “como condicionante fundamental da desigualdade, já que estas duas categorias não representam dimensões independentes, mas sim complementares” (MUNIZ E VENEROSO, 2019, p.20).

#### **1.3.4. A mercantilização significa o mesmo para todas?**

A ideia do trabalho feminino remunerado como forma de libertação para as mulheres foi historicamente defendida pelas análises feministas dominantes (FALQUET, 2016), e a pauta feminista pela mercantilização do trabalho das mulheres e por salários equivalentes aos salários masculinos ganhou ressonância na sociedade. A reivindicação pela inclusão das mulheres no mercado de trabalho apontava para a possibilidade de subverter a divisão sexual do trabalho tradicional através da saída feminina para o espaço público, além de permitir independência financeira e, portanto, mais graus de liberdade em relação aos homens.

Entretanto, análises alternativas questionam a visão do trabalho remunerado como condição suficiente para a emancipação das mulheres, alegando que a entrada no mercado não ressoava da mesma forma para todas. A partir da experiência do movimento feminista norte-americano, Barber (1975 apud HOOKS, 1984) destaca, por exemplo, que para as mulheres pobres – em sua maioria, mulheres negras – um emprego era sinônimo mais de autopreservação do que de autorrealização, já que sua principal motivação na busca por trabalho remunerado era a sobrevivência material. Para essas, em geral, eram destinados os empregos ruins, que não garantiam nem sua independência completa em relação aos homens, pois eram mal remunerados, nem as preenchiam em termos de sua realização pessoal (HOOKS, 1984).

Se é certo que a mercantilização da mão de obra feminina traz consigo um potencial de libertação para as mulheres – tanto financeira quanto de desafio ao lar como lugar feminino por excelência – também é verdade que essa perspectiva condiz com a realidade de apenas uma parte das mulheres: a parcela bem educada, vinda de classes com melhores condições de renda, de maioria branca, para quem era possível alcançar os bons empregos. Assim, a depender das condições de trabalho que algumas mulheres experimentem, é possível que muitas delas desejem ficar em casa, como forma de se proteger de situações degradantes (FALQUET, 2016).

---

localizada no quinquagésimo quantil; e classe alta, para pessoas no nonagésimo quinto quantil. A fonte dos dados foi a Pesquisa Dimensões Sociais das Desigualdades (PDSD), realizada em 2008 pelo Centro para o Estudo da Riqueza e da Estratificação Social (Ceres), do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), antigo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj).

O olhar para as mulheres enquanto categoria não homogênea revela que o ingresso do contingente feminino no mercado lhes proporcionou experiências desiguais. Parte dessa desigualdade espelha-se nas diferentes ocupações que passam a assumir, cada qual carregando *status* e graus de precariedade (ou de estabilidade e prosperidade) diferentes. Dessa forma, é possível dizer que a mercantilização “pode ser a solução para a posição desigual de *algumas mulheres relativamente a alguns homens*” (BIROLI, 2018, p.89), mas explicita e aprofunda desigualdades para as demais (BIROLI, 2018). A questão ocupacional feminina e sua heterogeneidade serão tratadas nas próximas seções.

#### **1.4. Hipóteses explicativas**

##### **1.4.1. O polo inferior: Ocupações femininas e precarização do emprego**

No que se refere à precarização do emprego, interessa ressaltar que a definição exata acerca do conceito difere conforme a autora ou autor estudado, e pode também inclusive variar de acordo com o país analisado (GUIMARÃES E PAUGAM, 2016). Em geral, a precarização está relacionada à baixos salários, menor grau de proteção social no emprego, informalidade e condições de trabalho degradantes, que coloquem em risco a vida e a saúde da pessoa ocupada. Nos vários trabalhos estudados para a escrita deste capítulo, Hirata recorre à noção de precarização do emprego feminino como uma forma de apontar para a degradação geral da condição do trabalho das mulheres, sobretudo a partir dos anos de 1990, mas em raros momentos apresenta uma definição exata, com parâmetros definidos, sobre quais critérios tornariam um emprego precário<sup>17</sup>. A pesquisadora pontua com frequência, contudo, que se refere à empregos “instáveis, mal remunerados e pouco valorizados socialmente [...] em que as possibilidades de promoção e de carreira são quase nulas, [...] e os direitos sociais atinentes são frequentemente limitados ou inexistentes, tanto na Ásia e Europa quanto na América Latina.” (HIRATA, 2009, p.31).

---

<sup>17</sup> Exceto por Hirata (2009), em que a autora apresenta três indicadores como forma de aferir a precarização no emprego, baseados na experiência internacional sobre o assunto. São eles “1) ausência de proteção social e de direitos sociais, inclusive de direitos sindicais: o trabalho informal nos países do Sul concerne a atividades realizadas sem proteção social (previdência social, aposentadoria), férias, etc. O mesmo ocorre com um certo número de empregos do setor de serviços nos países do Norte (trabalhadores domésticos, faxineiras, etc.); 2) horas reduzidas de trabalho, que resultam em salários baixos e que levam frequentemente à precariedade; por exemplo, uma mulher que trabalhe em tempo parcial, mesmo tendo um contrato por tempo indeterminado, pode ser considerada como alguém que exerce um trabalho precário; 3) níveis baixos de qualificação: a ausência de qualificação formal e a conseqüente baixa renda levam, em inúmeros casos, à precariedade e ao desemprego” (HIRATA, 2009, p.26).

Entendendo que, para o caso brasileiro, a noção de trabalho precário refere-se especialmente às trabalhadoras mais mal remuneradas e em trabalhos informais, a revisão sobre as trabalhadoras do polo em desvantagem se subdivide em três: precarização e as “ocupações femininas”, precarização como informalidade e precarização como baixos salários para as atividades de cuidado.

#### **1.4.1.1. Precarização e as “ocupações femininas”**

Segundo Hirata (2011), dentro de uma perspectiva de gênero, uma das principais características da globalização nos anos 90 foi o aumento do emprego feminino pari passu à elevação do emprego precário para as mulheres. Assim, a expansão da quantidade de mulheres empregadas teria sido acompanhada pela queda da qualidade nos empregos em geral. Ao mesmo tempo, porém, Hirata (2011) chama atenção para o despontar da carreira de um grupo reduzido de mulheres, que começa a assumir com maior frequência lugares de destaque no mundo do trabalho, antes exclusivamente masculinos. Ambos os grupos teriam crescido numericamente através da criação de empregos no setor de serviços, de maneira que este setor possa ser descrito como o principal cenário do processo de bipolarização do emprego feminino.

O setor de serviços é o local em que se encontra a maior parte dos empregos nas economias modernas. Dentro deste setor, uma das grandes fontes de criação de novos empregos é justamente o trabalho outrora realizado de forma não remunerada pelas mulheres no interior dos domicílios. Os exemplos são múltiplos, e vão desde a crescente profissionalização das atividades de cuidado, seja através das creches públicas e privadas, cuidadores de idosos ou instituições de cuidado, até a expansão dos restaurantes e serviços de *delivery*. Alguns autores argumentam que a saída feminina em massa ao mercado de trabalho foi uma importante fonte de criação de empregos em serviços (ESPING-ANDERSEN, 1999; KENWORTHY, 2008). Uma vez que o trabalho das mulheres não esteja mais exclusivamente dedicado ao provimento das necessidades de reprodução interna aos domicílios, essa lacuna poderia ser preenchida através da externalização dos serviços para o mercado. Complementarmente, os novos empregos gerados a partir da externalização também seriam, via de regra, ocupados por mulheres.

Os dados confirmam que as mulheres estão sobrerrepresentadas no setor de serviços em todo o mundo (HIRATA, 2016; OIT, 2018). Em uma análise do emprego no setor no Brasil, Kerstenetzky e Machado (2018) relataram que, em 2014, as mulheres eram 52,8% do total de ocupados, com presença particularmente relevante nos subsetores de serviços pessoais (75% do total de trabalhadores), e nos serviços sociais (64,7% dos trabalhadores).

Os serviços pessoais são compostos, por exemplo, por serviços de bares e restaurantes, serviços domésticos, de lavanderia e limpeza, beleza e serviços de hotéis. Já os serviços sociais são majoritariamente formados por serviços na área de saúde e educação. Assim, os empregos criados no primeiro subsetor costumam fazer parte da base dos empregos do setor de serviços, com piores condições de trabalho e pior remuneração, enquanto o setor de serviços sociais em geral demanda profissionais mais qualificados, como médicos e professores, cuja expectativa é que possuam empregos de maior qualidade. Como o foco desta seção são os empregos femininos precarizados, daqui para frente a atenção será voltada primordialmente para empregos do primeiro tipo.

Costumam ser entendidos como empregos precários aqueles exercidos de maneira informal, sem contrato de trabalho ou proteção social. Assim, “uma ocupação pode ser definida como precária quando as condições de participação do trabalhador ou trabalhadora no mercado ocorre a parte das normas vigentes, os rendimentos são insuficientes e a incerteza quanto à continuidade da atividade gera alta insegurança” (PRONI E GOMES, 2015). Mas os empregos precários não se resumem aos informais. A precariedade também é caracterizada pelas altas taxas de rotatividade no emprego, as condições degradantes de trabalho e a subremuneração (BRAGA, 2014).

As mulheres estão proporcionalmente mais expostas a situações de precariedade ocupacional do que os homens (HIRATA, 2010; 2011; BRUSCHINI E LOMBARDI, 2008). No Brasil, segundo dados da PNAD 2013, 34,1% das trabalhadoras do sexo feminino estava em situação precária, frente à 29,7% dos homens, e quanto mais alto o grau de precariedade no trabalho, maior a prevalência feminina. A situação chamava ainda mais atenção para a disparidade entre brancos e negros, que eram atingidos pela precariedade em uma proporção de 23,8% e 38,7%, respectivamente (PRONI E GOMES, 2015). Proni e Gomes (2015) consideraram trabalhadores precários aqueles que não contribuía para o INSS e que, adicionalmente, ou não possuía rendimentos (trabalhadores não mercantis e não remunerados) ou rendimentos menores que dois salários mínimos.

Historicamente, em termos quantitativos, a principal ocupação feminina brasileira é o emprego doméstico. Em 2015, elas eram aproximadamente 5,7 milhões de mulheres. A categoria é conhecida como referência da precariedade no emprego entre as mulheres no Brasil, especialmente pelos baixos salários e alto grau de informalidade, ao mesmo tempo em que é parte fundamental da estrutura social e do regime de cuidados do país (SORJ E FONTES, 2012). A presença massiva das empregadas domésticas na sociedade brasileira perpetua marcas de um passado escravagista, em que famílias brancas possuíam escravas domésticas e, por

vezes, contavam com a “ajuda” de jovens mulheres livres, que trabalhavam em troca de casa e comida, ao longo do século XIX (MELO, 1998). No século XXI, o emprego doméstico configura-se como uma das principais ocupações entre as mulheres brasileiras, empregando principalmente mulheres negras, de baixa escolaridade, que em sua maioria não contribuía para a previdência social (BRUSCHINI E LOMBARDI, 2000; IPEA, 2011; FRAGA, 2013; BRITES E PICANÇO, 2014; GUEDES E MONÇORES, 2019).

Ao longo das últimas duas décadas, a proporção de empregadas domésticas flutuou entre 14% e 18% da PEA feminina ocupada, segundo dados da PNAD Anual. Para as mulheres pretas e pardas, o patamar variou entre 23,1% e 17,7% da PEA (IPEA, 2018). Notou-se uma tendência à redução desta proporção a partir dos anos de 2003/2004, na esteira do ciclo econômico expansivo dos anos 2000. Por se tratar de uma ocupação desvalorizada e precária, espera-se que ela decresça em tempos de prosperidade econômica, quando surgem novas oportunidades para as então domésticas, e que se expanda em momentos de crise, diante da impossibilidade de empregos melhores. As novas oportunidades para mulheres vindas do serviço doméstico no bom momento econômico parecem ter surgido principalmente no comércio e no ramo de beleza e higiene pessoal (BRITES E PICANÇO, 2014).

Há indícios de que as filhas de empregadas domésticas tenham buscado oportunidades para quebrar o ciclo intergeracional que geralmente se apresentava nesta ocupação, na qual as filhas possuiriam grandes chances de seguirem os passos das mães (KOFES, 2001). Este parece ter sido um movimento comum para a entrada de jovens mulheres no setor de *telemarketing*, mesmo quando o salário do serviço doméstico era mais vantajoso (BRAGA, 2014). Pode-se dizer que essas jovens teriam realizado uma transição passível de ser interpretada como um distanciamento do *status* desvalorizado do emprego doméstico.

No campo institucional, alguns avanços importantes para a categoria ocorreram na década de 2010. Em abril de 2013, com setenta anos de atraso em relação à garantia de direitos trabalhistas dos demais trabalhadores, foi promulgada a Emenda Constitucional (EC) nº 72, conhecida como a “PEC das Domésticas”. A emenda seria sancionada como Lei Complementar (LC) em junho de 2015 (LC nº 150/2015)<sup>18</sup>.

Entre os direitos assegurados às trabalhadoras domésticas a partir de 2013, estavam a garantia de recebimento de ao menos um salário mínimo, o direito ao décimo terceiro salário,

---

<sup>18</sup> A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (1943) não garantiu às trabalhadoras domésticas acesso aos direitos trabalhistas. A primeira regulamentação obtida pela categoria data de 11 de dezembro de 1972, pela Lei nº 5.859, mas a equiparação aos trabalhadores regidos pela CLT só aconteceria em 2013, com a PEC das Domésticas.

jornada de trabalho normal de no máximo oito horas diárias e 44 horas semanais, e repouso semanal remunerado. Até o momento, os efeitos concretos da PEC sobre a situação das trabalhadoras ainda são ambíguos. Após a realização de estudo econométrico sobre o tema, Costa, Barbosa e Hirata (2016) encontraram resultados diferentes para as empregadas domésticas mensalistas e diaristas<sup>19</sup>. Para as mensalistas, houve aumento da formalização e redução da jornada de trabalho, mas nenhuma consequência para os salários. No caso das diaristas, nenhum efeito foi encontrado. Além disso, observou-se um aumento na probabilidade de ser diarista, e uma mudança das características das mensalistas em relação às diaristas. Os autores ressaltaram a necessidade de realização de uma análise intertemporal mais longa, para que seja possível aumentar a precisão das estimativas realizadas.

Outra ocupação que vem despontando no cenário brasileiro dos postos majoritariamente femininos e precários dos serviços é a função de cuidadora. Diferentemente do emprego doméstico, o termo “cuidadora” é relativamente recente no uso cotidiano brasileiro, e as primeiras evidências de sua utilização datam dos anos 2000 (GUIMARÃES E HIRATA, 2016). Apesar de formarem um contingente numericamente menos expressivo – cerca de 1,2 milhões de mulheres em 2015, de acordo com a PNAD – as cuidadoras possuíam características socioeconômicas e de emprego próximas das empregadas domésticas, destoando destas apenas pela média de escolaridade mais elevada (GUIMARÃES E HIRATA, 2016; GUEDES E MONÇORES, 2019).

Além das ocupações ligadas aos cuidados e às tarefas domésticas, tradicionalmente entendidas como femininas, é interessante ressaltar o crescimento do emprego no já citado setor de *telemarketing* como um novo nicho ocupacional feminino. Calcula-se que cerca de 70% da mão de obra do setor seja formada por mulheres (BRAGA, 2014). O ramo é relativamente novo no país e, nas últimas duas décadas, promoveu a oportunidade do primeiro emprego aos jovens – sobretudo negros e do sexo feminino – além de uma possibilidade de transição da informalidade para a formalidade aos trabalhadores pouco qualificados, que alcançaram direitos sociais e alguma qualificação técnica (BRAGA, 2014)<sup>20</sup>. Apesar de geralmente formais, os

---

<sup>19</sup> O método utilizado por Costa, Barbosa e Hirata (2016, p. 7) constituiu-se em um “pareamento por escore de propensão para a construção do grupo de controle e o estimador de diferenças em diferenças para investigar os efeitos causais da lei”. O trabalho utilizou dados das PNADs de 2011 a 2014.

<sup>20</sup> “No Brasil, a indústria do *call center* formou-se apenas recentemente: na realidade, 96% das centrais de teleatividades brasileiras foram criadas após 1990 e 76% a partir de 1998, ano da privatização do sistema Telebrás e auge do neoliberalismo no país. Entre 1998 e 2002, o número de ocupados no setor cresceu a uma taxa anual de 15% e dados do Ministério do Trabalho indicam que durante o governo Lula essa taxa aumentou para 20% ao ano, acumulando uma variação de 182,3% entre 2003 e 2009. Ao somar as centrais de teleatividades terceirizadas e as

empregos em *telemarketing* possuem diversas características dos trabalhos precários: baixíssimos salários, altas taxas de rotatividade e um ambiente e prática de trabalho propensos ao adoecimento físico e mental das trabalhadoras e trabalhadores (BRAGA, 2014).

#### **1.4.1.2. Precarização como informalidade**

Conforme visto na primeira seção deste capítulo, para Hirata (1998, 2002; 2011), nos países do Sul, a precarização do trabalho feminino expressou-se principalmente através do aumento da informalidade entre as mulheres. Nesta seção será visto de que forma a informalidade do trabalho fez-se presente no trabalho das mulheres brasileiras nas últimas décadas.

A informalidade é um fenômeno heterogêneo, e está relacionado a diversas formas e regimes de trabalho, que se tornaram ainda mais complexos nas últimas décadas. Além dos arranjos de trabalho tradicionalmente reconhecidos como informais, caracterizados por pessoas pobres que desempenham atividades de sobrevivência, de baixa produtividade e desprotegidas socialmente, houve o surgimento do que alguns autores denominam como “nova informalidade” (KREIN E PRONI, 2010). A nova informalidade possui como marca a redefinição das formas de contratação das empresas, através da “ampliação do trabalho autônomo, da contratação por meio de cooperativas de trabalho, trabalho estágio, contratação como pessoa jurídica (PJ), terceirização etc. São contratações presentes em setores estruturados e muitas vezes se caracterizam como uma relação de emprego disfarçada” (KREIN E PRONI, 2010, p.23).

Além disso, ao longo dos anos 2000 e 2010, mudanças na legislação brasileira facilitaram que trabalhadores individuais – como empregadas domésticas e autônomos em geral – contribuíssem para a previdência social sem que necessariamente possuíssem a carteira de trabalho assinada. Essa possibilidade permitiu aos trabalhadores acesso a um tipo de proteção social primária, como a aposentadoria por velhice, a licença maternidade e auxílio por acidente de trabalho, mas os manteve privados de direitos trabalhistas completos fornecidos pela relação contratual, como férias pagas, 13º salário e o recebimento de horas extras, atuando como uma espécie de formalização “second-best”(KERSTENETZKY E MACHADO, 2018).

---

próprias, a Associação Brasileira de Telesserviços (ABT), entidade que representa as principais companhias de *call center*, estima que, em 2012, mais de 1,4 milhão de trabalhadores estariam empregados no setor.” (BRAGA, 2014, p. 34)

No Brasil, a elevação da informalidade ocorreu de maneira generalizada principalmente a partir dos anos de 1990, quando esta elevou-se a níveis sem precedentes, puxada tanto pela expansão dos trabalhadores por conta própria quanto dos sem carteira (ULYSSEA, 2006). Contribuiu para o crescimento da informalidade o baixo crescimento econômico da década, somado ao processo de abertura do mercado nacional em um contexto de globalização e de reestruturação produtiva do capitalismo mundial, que levou a uma maior flexibilização das relações de trabalho (KREIN E PRONI, 2010). Mudanças estruturais na composição setorial das ocupações urbanas também teriam provocado o aumento da informalidade no período, em especial a expansão do setor de serviços – marcado por elevada informalidade – e o encolhimento da indústria da transformação que, além de ter perdido postos de trabalho, teve parte de suas vagas convertidas em empregos informais (RAMOS, 2002).

Já do princípio dos anos 2000 ao começo da década de 2010, ocorreria um avanço na formalização do emprego, que teve justamente o setor de serviços como carro chefe da criação de empregos formais (KERSTENETZKY E MACHADO, 2018). Os serviços aumentaram sua participação no emprego em geral, e respondiam por 65% de todos os empregos em 2014. Apesar da melhora, o setor continuou liderando no quesito empregos informais: ainda para 2014, ele abarcava 52% de todos os postos de trabalho informais, e os serviços distributivos e pessoais concentravam 83% destes (KERSTENETZKY E MACHADO, 2018)<sup>21</sup>.

Considerando como informais os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, os conta-própria, e os trabalhadores não remunerados, Araújo e Lombardi (2013) calcularam que, entre 2001 e 2009, de acordo com a PNAD, a informalidade passou a ser ligeiramente mais alta para as mulheres do que para os homens, apesar de ter se retraído para ambos no período. Como a quantidade de pessoas ocupadas se elevou, ainda que a informalidade tenha caído em termos relativos, em valores absolutos o número de informais aumentou. A taxa de crescimento relativo dos homens ocupados informais foi de 2,1%, enquanto a das ocupadas, de 16,3%. Assim, os dados demonstram que, ainda que o emprego formal tenha crescido em um ritmo superior ao informal, em termos proporcionais, a informalidade se deslocou um pouco mais em direção às mulheres (ARAÚJO E LOMBARDI, 2013).

---

<sup>21</sup> Para este indicador, Kerstenetzky e Machado (2018) consideraram como trabalhadores informais aqueles que não realizavam contribuição à previdência social.

Já segundo o critério de formalização adotado pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Caged, do Ministério do Trabalho<sup>22</sup>, entre 2005 e 2015, o saldo de movimentação de empregados (diferença entre os admitidos e os desligados), igualmente mostrava uma trajetória de crescimento na formalização das mulheres no mercado de trabalho. Contudo, a partir de 2014, é possível perceber queda nas admissões, acentuada para o ano de 2015, quando o saldo atinge patamar negativo. Até o ano de 2011, os homens possuíram um saldo de empregos formais superior ao das mulheres, mas esta situação se inverteu a partir de 2012, e o saldo das mulheres passa a ser maior que o dos homens (IBGE, 2016). Analisando os dados da Rais/MTE para os anos de 2003 a 2013, Lavinás, Cordilha e Cruz (2016) interpretaram que o emprego formal masculino se expandiu em anos de maior crescimento econômico (2004, 2007 e 2010, por exemplo), enquanto o feminino apenas ultrapassou ou mostrou desempenho próximo ao masculino em épocas de retração da atividade (por exemplo de 2008 a 2009, e em 2011, quando as taxas de crescimento desaceleram)<sup>23</sup>.

Entre as mulheres, a informalidade expressou-se nas últimas décadas através da consolidação da posição de trabalhadoras por conta-própria. Tal categoria é muito heterogênea e abarca desde vendedoras ambulantes e atuantes em shoppings populares e camelódromos (categorias em processo de feminização) a mulheres com nível superior atuando como autônomas ou PJs nos serviços de educação e de saúde, além de profissionais de arquitetura, jornalismo e advocacia, por exemplo (ARAÚJO E LOMBARDI, 2013). Também não é incomum a presença de mulheres conta-própria que trabalhavam em ramos industriais, em serviços domiciliares terceirizados, na produção de alimentos e bebidas e no setor têxtil (ARAÚJO E LOMBARDI, 2013).

Em termos ocupacionais, outra característica marcante foi a queda das trabalhadoras sem remuneração – categoria majoritariamente feminina. Bruschini (2007) já registrava retração na década de 1990 e princípio dos anos 2000 no número destas trabalhadoras – presentes majoritariamente no setor agrícola – ao mesmo tempo em que apontava para um preocupante aumento da proporção de trabalhadoras não remuneradas em atividades não-agrícolas, em especial no comércio, na indústria da transformação e nos serviços. Na última

---

<sup>22</sup> “Em sua metodologia de pesquisa, [o CAGED] considera a formalização no âmbito de regimes jurídicos e leis trabalhistas específicas que regem o mercado de trabalho formal, diferente do conceito de trabalho formal utilizado na análise dos dados da PNAD, que considera o mercado de trabalho formal em uma perspectiva que tem como base a garantia de proteção social ao trabalhador” (IBGE, 2016, p.74).

<sup>23</sup> A informalidade prejudica as mulheres inclusive no que diz respeito ao *gap* salarial em relação aos homens. Segundo dados da Pnad 2012, as trabalhadoras do setor formal auferiam 78,4% dos rendimentos masculinos, enquanto a proporção era de 67,4% para as informais (LAVINAS, CORDILHA e CRUZ, 2016).

década, a tendência a queda das trabalhadoras não remuneradas intensificou-se, provavelmente por conta de um deslocamento destas para outras atividades remuneradas (ARAÚJO E LOMBARDI, 2013).

#### **1.4.1.3. Precarização como baixos salários: Por que ocupações de cuidado são mais mal remuneradas?**

Ocupações ligadas aos cuidados e afazeres domésticos costumam ser mais mal remuneradas que as demais ocupações, arcando com o chamado “*care penalty*” (ENGLAND, BUDIG e FOLBRE, 2002). England, Budig e Folbre (2002) utilizaram dados longitudinais para os EUA e constataram que os trabalhadores do que chamam de “setor de cuidados”<sup>24</sup> recebiam em média remuneração horária inferior ao que seria esperado com base em características dos empregos, demandas por habilidades e qualificações de quem ocupa os cargos. Assim, após isolarem possíveis efeitos externos, chegaram à conclusão de que existe penalidade salarial para os trabalhadores dos cuidados, justificada por características do próprio trabalho. A seguir serão vistas algumas hipóteses da sociologia e da economia feminista do porquê o “*care penalty*” acontece.

Primeiramente, o trabalho de cuidado pode ser pouco valorizado por estar associado ao trabalho não remunerado realizado pelas mulheres e mães (ENGLAND, BUDIG e FOLBRE, 2002; ENGLAND, 2005; HIRATA, 2014; BIROLI, 2018) e, em geral, a mulheres não-brancas (ENGLAND, 2005). Conforme já visto na seção sobre divisão sexual do trabalho, segundo o princípio da hierarquização, o trabalho feminino “vale” menos que o masculino e, por isso, em sua extensão remunerada, receberia salários mais baixos.

Em segundo lugar, as pessoas que recebem os cuidados frequentemente não possuem abundância de recursos financeiros para pagar por eles (crianças, por exemplo). Neste caso, a disponibilidade para pagar os trabalhadores de cuidados dependerá da riqueza da família e do Estado, além do grau de altruísmo daqueles que pagam pelo atendimento (ENGLAND, BUDIG e FOLBRE, 2002). Uma terceira hipótese pelo lado de quem recebe o cuidado argumenta que a desvalorização e vulnerabilidade social dos grupos beneficiários, principalmente idosos e pessoas com deficiência, levaria à invisibilização e desvalorização social deste trabalho (PAPERMAN, 2013 APUD HIRATA, 2014).

---

<sup>24</sup> As autoras denominam como trabalho de cuidado as ocupações contidas em um subgrupo do que chama de setor de “serviços interativos”. Trabalho de cuidado seria o trabalho provido cara a cara com o beneficiário, capaz de desenvolver as capacidades deste.

Outra hipótese plausível é a dificuldade em se atingir ganhos de produtividade no setor de cuidados (ENGLAND, BUDIG e FOLBRE, 2002). Elevar a produtividade deste setor é uma tarefa difícil, pois trata-se de atividades intrinsecamente intensivas em trabalho. Mas, para competir por trabalhadores qualificados com outros setores que possuam produtividade mais elevada, os salários teriam que subir, aumentando o custo para os consumidores desses serviços.

Assim, o custo relativo para os usuários dos serviços de cuidado iria aumentar, pois os ganhos de produtividade em outros setores levariam a salários maiores. Entretanto, não importa o quão grande seja a necessidade por cuidado; se o custo for maior do que aquele que os beneficiários são capazes de pagar, haverá dois desfechos possíveis: 1) os serviços não serão contratados; 2) Os profissionais aceitarão trabalhar por salário abaixo do correspondente ao nível de capital humano e habilidade que possuem.

Uma sexta hipótese para os baixos salários dos cuidados é o “*compensation wage argument*”, ou o argumento da compensação salarial, em livre tradução. Segundo Nelson (2011), esta hipótese se desenvolveu a partir da ideia de que as pessoas *desejam* (grifo da autora) realizar trabalho de cuidado, por este ser considerado prazeroso e ser movido pelo amor àqueles que são cuidados. Além da teoria do *compensation wage*, o pensamento acima também deu origem ao “*protection argument*”, ou o argumento da proteção. Vejamos o primeiro argumento.

Ao tentar explicar a penalidade salarial nos empregos tipicamente femininos, economistas neoclássicos frequentemente recorrem ao argumento do *compensation wage* (FILER, 1989 APUD ENGLAND, BUDIG E FOLBRE, 2002), argumentando que empregos que possuam condições favoráveis de trabalho deveriam, tudo o mais constante, pagar menos, em relação aos demais. No caso dos empregos em cuidados, a compensação pelos baixos salários viria na forma do afeto e da satisfação daqueles que são cuidados. Uma possível crítica a essa abordagem ressalta que o argumento de que o trabalho prazeroso possui remuneração menor não se verifica em outros setores. Algumas pessoas adoram utilizar matemática em seus empregos, enquanto outras gostam de dar ordens. Nem por isso vagas na área de engenharia ou finanças possuem baixos salários (ENGLAND, BUDIG E FOLBRE, 2002; NELSON, 2011).

Já o argumento da proteção defende que o trabalho de cuidado (mesmo o remunerado) deveria ser exercido por uma motivação intrínseca, pelo real desejo de cuidar, e manter os salários baixos seria uma boa estratégia para evitar que pessoas que o realizariam apenas pelo

dinheiro não se interessassem pelas vagas no setor<sup>25</sup>. Entre outros motivos de discordância desta linha argumentativa, Nelson (2011) destaca que ela contraria uma outra literatura econômica, a dos “salários eficientes” (*efficiency wages*). Na teoria dos salários eficientes, se o empresário paga ao trabalhador um salário superior ao que ele receberia em outro lugar, isso faria com que o desempenho do trabalhador fosse ainda melhor, motivado por um sentimento de lealdade à firma<sup>26</sup>.

## **1.4.2. O outro polo: escolarização feminina e ocupações de nível superior**

### **1.4.2.1. Escolarização feminina e participação no mercado de trabalho**

A elevação contínua da escolaridade feminina é um dos fatores que influenciariam na bipolarização do emprego feminino. A ideia é que, na medida em que uma parte das mulheres teve acesso a maior escolarização – em especial ao nível superior – este contingente pôde ocupar posições mais prestigiadas e de melhor remuneração. Em alguns casos, pôde inclusive adentrar nichos ocupacionais antes exclusivamente masculinos, promovendo uma mudança, ainda que sutil, na divisão sexual do trabalho remunerado. (BRUSCHINI, 1998; MADALZO, 2010).

A presença das mulheres em níveis elevados de ensino começou a ganhar corpo no Brasil na década de 1970. No mesmo período, iniciou-se uma modificação da distribuição relativa da população brasileira pelos estratos de escolaridade rumo a um maior nível médio educacional, assim como também começou um processo de expansão de vagas nas universidades (GUEDES, 2008). Do total de estudantes de nível superior à época, 42,5% eram mulheres. Dez anos antes, em 1960, a proporção era de 25% (SOARES, MELO, BANDEIRA, 2017). Nos anos de 1980, a distribuição dos níveis educacionais por sexo teve pouca alteração, apesar da participação relativa das mulheres entre 25 e 29 anos ter triplicado em relação ao Censo de 1970, ao passo que a presença masculina para a mesma faixa etária se manteve estável. (GUEDES, 2008). Também houve aumento do percentual de mulheres no ensino médio em relação aos homens, em parte atribuído ao aumento da evasão escolar masculina. Mas foi na década de 1990 que as mulheres passaram a ser maioria absoluta no nível superior. De acordo

---

<sup>25</sup> Para uma argumentação favorável à manutenção dos baixos salários para trabalhos que seriam intrinsecamente motivados, como a enfermagem, por exemplo, ver Heyes (2005) e Brekke e Nyborg (2010).

<sup>26</sup> Nelson (2011) aproveita o exemplo para denunciar o quanto existiria um dualismo entre o masculino/feminino e a noção de egoísmo/altruísmo na ciência econômica. Quando a teoria diz respeito a qualidade dos trabalhadores em geral, a solução seria pagar mais. Mas, quando a ocupação em questão é feminina, a saída seria reduzir o salário.

com dados do Censo de 1991, elas representavam 51,0% dos estudantes deste nível de ensino (SOARES, MELO E BANDEIRA, 2017). Em 2010, eram 58,1% (IBGE, 2012).

Ao longo dos Censos de 2000 e 2010, observou-se a continuidade do processo iniciado na década de 1970 e, em 2010, 12,5% das mulheres maiores de 25 anos possuíam nível superior, percentual que representava praticamente o dobro da década anterior (6%), e 2,6 p.p. a mais em relação aos homens (9,9%.) (SOARES, MELO E BANDEIRA, 2017).

Cabe chamar atenção, contudo, para o recorte racial que permeia os dados acima. Ainda segundo o Censo 2010, enquanto 17,7% das mulheres brancas possuíam instrução superior, o mesmo se verificava para apenas 6,7% das mulheres pretas e pardas. Ainda assim, comparativamente aos homens pretos e pardos (4,5% com nível superior), as mulheres da mesma cor ou raça possuíam instrução mais elevada que estes, apesar de consideravelmente inferior à dos homens brancos (15,3% com nível superior) (IBGE, 2012)<sup>27</sup>.

A correlação positiva entre a taxa de participação feminina no mercado de trabalho e o grau de escolarização da mulher já é bem documentada na literatura (BRUSCHINI, 2007; SOARES E ISAKI, 2002; GUEDES E ARAÚJO, 2011; GUEDES, 2015). Sabe-se que mulheres de escolaridade mais alta possuem em média participação mais elevada e, na medida em que aumentam os anos de estudo, a taxa de participação feminina se torna cada vez mais próxima ao patamar masculino. Segundo dados da PNAD 2015, por exemplo, a taxa de atividade das mulheres com 15 anos de estudo ou mais era aquela que mais se aproximava do padrão de participação dos homens: a distância entre as taxas masculina e feminina era de 10 pontos percentuais (p.p) para o referente grupo, enquanto chegava a mais de 30 p.p. nas três faixas de menor instrução.

**Tabela 1 – Taxas de atividade feminina e masculina segundo faixa de anos de estudos, Brasil, 2015 (em %)**

	<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>
Sem instrução e menos de 1 ano	26,1	56,1
1 a 3 anos	34,9	68,5
4 a 7 anos	45,6	76,6
8 a 10 anos	56,8	84,9
11 a 14 anos	68,1	88,6
15 anos ou mais	78,1	88,1
<b>Total</b>	<b>55,7</b>	<b>79,6</b>

<sup>27</sup> A trajetória dos indicadores educacionais não desagregados por faixas etárias está inevitavelmente marcada por efeitos de coorte. Isto é, uma vez que a escolaridade tende a ser mais alta nas faixas etárias mais jovens, as médias totais são puxadas para baixo, pois ainda carregam o peso da população mais velha, que é geralmente menos escolarizada.

Fonte: Elaboração própria. IBGE (2018), microdados PNADs 2015

Nota: Percentuais referentes à população entre 25 e 64 anos.

Em geral, o mercado de trabalho é mais receptivo a profissionais de escolaridade elevada, o que explica porque, mesmo entre os homens, a escolarização é um diferencial nas taxas de atividade (GUEDES, 2010). Porém, os motivos da relação positiva entre escolaridade feminina e a participação no mercado de trabalho vão além, e podem estar ligados a possibilidade deste grupo em contratar soluções privadas (contratação de empregadas domésticas, faxineiras, creches privadas) que substituam suas funções no papel doméstico socialmente esperado de ser exercido pelas mulheres (BRUSCHINI, 2000, DEDECCA et. al., 2008).

Do ponto de vista da teoria econômica, a relação entre a escolaridade feminina e a participação no trabalho remunerado poderia ser explicada pelo efeito renda ou pelo custo de oportunidade (ENGLAND, GORNICK E FITZGIBBONS, 2012). Mulheres mais educadas tendem a receber salários mais altos, de forma que o custo de oportunidade de não estarem no mercado de trabalho é maior. Por outro lado, dada a tendência a formação de casais entre pessoas de níveis de renda e de escolaridade equivalentes (homogamia), mulheres menos escolarizadas tenderiam a se casar com homens menos escolarizados, e o efeito renda poderia operar incentivando estas mulheres a entrar no mercado. No caso das mulheres de maior escolarização, o contrário ocorreria: a renda mais alta de seus maridos poderia gerar um incentivo para que elas permanecessem em casa, pois, teoricamente, a renda familiar seria alta o suficiente para que pudessem “comprar lazer” ou “tempo de afazeres domésticos”.

O custo dos cuidados infantis também precisa ser levado em consideração para a motivação ao emprego feminino, no caso das mulheres que são mães (ENGLAND, GORNICK E FITZGIBBONS, 2012; ESPING-ANDERSEN, 2009). Como as mães costumam ser as principais responsáveis pelas crianças, a conta de custo-benefício que precisaria ser realizada é se a saída delas para o trabalho remunerado valeria a pena diante do custo de se arcar com uma creche privada ou com a contratação de babás<sup>28</sup>.

Entretanto, motivações não monetárias também precisam ser levadas em consideração. Um trabalho significativo, com o qual a mulher seria capaz de desenvolver um maior grau de identificação e propósito, provavelmente contribuiria para uma inclinação ao trabalho

---

<sup>28</sup> England, Gornick e Fitzgibbons (2012) destacam, no entanto, que, se os custos com cuidados infantis fossem o único fator que contribui para a gradação do emprego feminino segundo a escolaridade, não haveria variação sobre o emprego em países que fornecem amplos subsídios para a assistência infantil.

remunerado, tendo em vista que esse trabalho ainda precisaria competir em significado com a construção cultural da maternidade e do lar como fonte de identidade feminina (ENGLAND, GORNICK E FITZGIBBONS, 2012). Assim, como os melhores empregos, com possibilidade de crescimento na carreira, costumam estar ao alcance apenas do contingente mais escolarizado, haveria mais uma vez um incentivo à participação das mulheres escolarizadas, em detrimento daquelas de menor escolaridade.

Além disso, acredita-se que a mudança na identidade feminina, mais voltada para o trabalho remunerado e para a construção da carreira, e menos para a vida familiar, esteja também relacionada ao avanço da escolaridade. Afinal, conforme mencionado na seção sobre mercantilização do trabalho feminino, o trabalho remunerado como forma de emancipação apresenta-se como possibilidade concreta justamente para o grupo das mulheres de maiores salários e escolaridade.

A educação igualmente se relaciona com a disposição feminina para o trabalho reprodutivo: mulheres de escolaridade mais baixa dedicam em média mais horas por semana ao trabalho doméstico não remunerado (BRUSCHINI, 2006; BRUSCHINI E RICOLDI, 2012; DEDECCA et. al., 2008; RAMOS, 2011). Mais uma vez, a principal hipótese levantada é que trabalhadoras qualificadas e, conseqüentemente, com melhores oportunidades no mercado de trabalho, sejam capazes de delegar parte das tarefas domésticas e de cuidados às menos qualificadas, e assim, trabalharem jornadas remuneradas mais longas (BRUSCHINI, 2006; BRUSCHINI E RICOLDI, 2012; DEDECCA et. al., 2008).

Essa hipótese é ainda mais reforçada devido ao baixo engajamento dos homens de todos os estratos educacionais no trabalho reprodutivo. Pinheiro (2018) e Ramos (2011) ressaltam uma importante diferença nas evidências de estatísticas descritivas brasileiras sobre uso do tempo quando comparadas aos achados internacionais: no Brasil, o número de horas masculinas gastas com trabalho reprodutivo também se reduz – ainda que em menor magnitude – quando aumenta a escolaridade, enquanto nos países desenvolvidos os homens mais escolarizados tendem a dedicar mais tempo ao trabalho não pago. Já a taxa de participação no trabalho não remunerado segue a tendência internacional: reduz-se para as mulheres conforme se eleva a escolaridade, e amplia-se para os homens (PINHEIRO, 2018). Ou seja, mulheres mais escolarizadas tendem a diminuir tanto a participação quanto o número de horas em trabalho não remunerado; homens na mesma situação participam mais, porém com poucas horas de trabalho.

Contrariando grande parte da literatura nacional, Madalozzo et. al. (2010) encontraram para a PNAD 2006 que o aumento da escolaridade diminuía a jornada não remunerada feminina

e aumentava a masculina, ainda que o efeito fosse bastante reduzido para os homens<sup>29</sup>. Segundo interpretação dos autores, haveria duas explicações possíveis: a primeira é que mulheres mais bem-educadas possuiriam maior entendimento a respeito da desigual condição domiciliar que desfrutam frente aos homens e, diante deste quadro, teriam mais clareza para exigir uma melhor repartição das tarefas domésticas e de cuidados no lar. A segunda explicação diz respeito à forte associação entre rendimentos e escolarização. Mulheres mais escolarizadas teriam condições financeiras mais favoráveis – e, logo, poder de barganha – para negociarem uma divisão do trabalho doméstico não remunerado menos desigual com os homens. Além disso, homens de escolaridade elevada teriam maior pré-disposição a auxiliar nas atividades domésticas. Apesar da correlação entre renda e escolaridade, Madalozzo et. al. (2010) também encontraram que a elevação da renda individual se associava à diminuição do trabalho doméstico para ambos os sexos. Uma vez que os parâmetros para a renda foram maiores do que os educacionais, concluiu-se que o efeito dos rendimentos se sobrepõe ao da escolaridade.

Uma fonte interpretativa adicional pode surgir ainda do conhecimento sobre a percepção dos indivíduos a respeito das normas de gênero tradicionais. Em trabalho baseado em um *survey* de opinião aplicado no estado do Rio de Janeiro em 2014, Guedes (2016) encontrou a escolaridade como variável fundamental para entender as normas de gênero que sustentam a divisão sexual do trabalho tradicional. Quando perguntados sobre qual seria a melhor maneira para pais e mães organizarem o cuidado da criança, percebeu-se que o arranjo familiar tradicional “pai provedor/ mãe cuidadora” perdia força na medida em que crescia a faixa de escolaridade. Entre homens e mulheres sem instrução, cerca de 70% dos homens e mais de 90% das mulheres acreditavam que o melhor arranjo seria o pai trabalhar em tempo integral e a mãe ficar em casa. Entre aqueles que possuíam nível superior incompleto, completo ou pós-graduação, os percentuais para a mesma opção de resposta caíam para pouco mais de 50% entre os homens e cerca de 45% entre as mulheres.

Guedes (2016) chama atenção ainda para o caso das mulheres mais escolarizadas, em que houve maior opção pela situação ideal em que ambos (pai e mãe) trabalhem em tempo parcial e dividam o restante do tempo de cuidado. Segundo interpretação da autora, esta escolha entre as mulheres mais instruídas “atenta para uma valorização do tempo de cuidado dos filhos

---

<sup>29</sup> As autoras utilizaram modelos de regressão linear múltipla, com coeficientes estimados por mínimos quadrados ordinários.

e uma desconstrução da ideia de que “a maior dedicação possível” ao mundo público seria o ideal tanto para homens quanto para mulheres” (GUEDES, 2016, p.14).

Por fim, conforme ressalta a autora, é necessário cautela nas análises contemporâneas que relacionam o papel da escolarização e as mudanças nas representações dos papéis sociais, tendo em vista que, ao que parece, estas últimas modificam-se mais lentamente em relação aos avanços educacionais. Este fato é especialmente verdade diante das políticas públicas recentes que vinham alterando rapidamente o perfil da população com nível superior no país, como o Reuni, o ProUni e a Lei de Cotas nas universidades públicas. A possibilidade de analisar de maneira aprofundada as mudanças nas percepções de gênero advindas da expansão recente da população de nível universitário ainda está por vir.

#### **1.4.2.2. Mulheres em carreiras de nível superior**

Embora ao longo das últimas décadas parte das mulheres tenha se inserido em ocupações antes masculinizadas (BRUSCHINI E LOMBARDI, 1999; MADALLOZO, 2010), a maioria delas continua seguindo profissões tipicamente femininas. O padrão de estratificação brasileiro por gênero no ensino superior localiza as mulheres principalmente em carreiras das áreas de educação, saúde e humanidades, enquanto os homens estabelecem presença nos negócios, engenharias e tecnologia (RIBEIRO E SCHLEGEL, 2015). Além do reforço às normas de gênero tradicionais, a principal consequência dessa segregação são os diferenciais salariais que surgirão ao longo das carreiras de homens e mulheres.

Em 2017, dos vinte cursos de ensino superior em que mais ingressaram estudantes do sexo feminino, o curso de Pedagogia aparecia como o de maior ingresso, representando 19,1% das matrículas das novas estudantes de todo o país para aquele ano, e as mulheres formavam 92,5% do total de ingressantes. Já a primeira engenharia da lista, por exemplo, vinha na décima terceira posição, com 3% do total de matrículas (INEP, 2018). Logicamente, estes valores não são perfeitamente comparáveis, pois são influenciados por outros fatores que não apenas a opção de curso preferida pelas estudantes. Outras variáveis, como o número de vagas disponíveis para cada curso e o grau de dificuldade no acesso a eles – como notas de corte e relação candidato vaga mais ou menos elevadas – também podem contribuir para esses resultados.

Contudo, comparativamente ao ingresso masculino no ensino superior, as mulheres seguem um padrão claramente mais feminilizado: além da Pedagogia, Enfermagem (7,2%), Serviço Social (4%) e Fisioterapia (3,7%) aparecem como cursos representativos entre os 20 primeiros em número de matrículas. Já para os homens, em 2017, entre os dez cursos com maior

número de ingressantes do sexo masculino, 4 eram engenheiras (Civil, Mecânica, Produção e Elétrica, na ordem em que aparecem) (INEP, 2018).

Por outro lado, dos três cursos das chamadas “carreiras imperiais” (Direito, Medicina e Engenharia), dois eram formados majoritariamente por mulheres. O curso de Medicina contava com 58,3% de mulheres entre seus ingressantes e, o Direito, com 55,3%. Há evidências de que, justamente para essas profissões, ao contrário das demais, as mulheres possuem diferenças salariais menores em relação aos homens (MADALOZZO E ARTES, 2017). As mulheres também eram maioria entre as ingressantes de Ciências Contábeis (57,0%) e Administração (54,9%).

O padrão de inserção das mulheres no nível superior logicamente transpõe-se para o mercado de trabalho. O leque de ocupações femininas costuma ser mais estreito que o masculino e, entre as ocupações que exigem maior qualificação, o principal nicho ocupacional feminino são os serviços de saúde e educação (COMIM, 2015).

Por fim, ainda que dentro do mesmo setor e exercendo a mesma ocupação, as mulheres frequentemente diferenciam-se dos homens pelos cargos que desempenham. Em geral, elas ocupam postos menos prestigiados nas hierarquias empresariais, atingindo com menor frequência cargos de gerência e diretoria (BRUSCHINI E PUPPIN, 2004; COMIM, 2015; GUEDES E ARAÚJO, 2011;).

### **Considerações finais: a bipolarização do emprego feminino e o entesouramento de oportunidades**

Este primeiro capítulo foi dedicado à apresentação e investigação do objeto de estudo da tese, isto é, a bipolarização do emprego feminino. Em primeiro lugar, buscou-se realizar uma revisão de bibliografia baseada principalmente nos trabalhos de Hirata e Kergoat e Bruschini e Lombardi, autoras que teorizaram sobre o fenômeno. A partir da revisão, identificou-se que a mercantilização em massa do trabalho feminino teria sido o marco inicial da bipolarização e, por isso, a seção 1.3 foi dedicada a revisar os principais achados da bibliografia sobre o trabalho mercantil das mulheres nas últimas décadas no Brasil, mas não sem antes dedicar uma subseção que pontuasse a articulação que este estabelece com o trabalho não mercantil, fundamental para que se compreenda os constrangimentos e particularidades da inserção feminina no mercado.

Ao longo do capítulo, observou-se que o processo de entrada das mulheres no trabalho remunerado as levou para diferentes lugares no mercado de trabalho. Algumas mulheres

alcançaram postos de prestígio em posições antes tidas como masculinas, enquanto outras adentraram o mercado em trabalhos precários e de baixa visibilidade. Assim como na divisão sexual do trabalho, conceito estudado na segunda seção do capítulo, o processo de mercantilização atuou sobre estruturas pré-existentes de raça e de classe, trazendo a cabo, portanto, resultados diferentes para o diverso grupo das mulheres.

Se é verdade, como diz Kergoat (1998, 2009), que o grupo feminino pela primeira vez passou a experimentar antagonismos diretos, isto é, não mediados por pais ou esposos, então pode-se dizer que a mercantilização do trabalho das mulheres ampliou para o nível da individualidade feminina no mercado desigualdades que já existiam, mas antes estavam restritas ao âmbito das famílias. Antes do assalariamento feminino em massa, a condição de classe das mulheres se dava por uma extensão da condição de suas famílias. Com o processo de mercantilização, as mulheres passariam a ser agentes da amplificação da desigualdade entre elas, enquanto indivíduos. Neste mesmo processo, mulheres em vantagem econômica e social se beneficiaram da nova modelagem da divisão sexual do trabalho, que permitiu a transferência de algumas de suas atribuições para mulheres mais pobres.

Além da evidente importância da mercantilização para a bipolarização do emprego, percebeu-se que havia um cenário, um *locus* econômico específico para o desenrolar da mercantilização feminina, que seria o setor de serviços. A expansão da economia dos serviços criou demandas e possibilidades para o emprego feminino, fossem elas na base da pirâmide ocupacional, ou mais próximas ao topo.

Segundo a revisão realizada, há duas hipóteses principais sobre os mecanismos que teriam estimulado o aumento da bipolarização: a criação de um grande número de empregos precários para as mulheres pobres e menos escolarizadas, principalmente a partir dos efeitos da reestruturação produtiva e da desregulamentação do mercado de trabalho nos anos de 1990; e a elevação da escolaridade feminina, que levou ao surgimento de um significativo grupo de mulheres escolarizadas aptas a assumirem postos de trabalho antes reservados apenas aos homens, ainda que as mulheres sigam subrepresentadas em determinadas áreas, como as Engenharias, e nos cargos de comando. Essas mudanças ocorreram paralelamente a uma modificação nas normas sociais em relação ao trabalho feminino, visto não mais como apenas uma renda extra para o domicílio, mas também como um valor para as mulheres.

A seção 1.4 apresentou dados e reflexões teóricas a respeito dos dois polos: aquele caracterizado pela precariedade no emprego, e aquele cuja principal característica, além dos melhores empregos, seria a escolaridade elevada. Para o polo em desvantagem, foi feito um exame da precariedade segundo três aspectos comuns ao mercado de trabalho para as mulheres

no Brasil: primeiro foram examinadas as principais ocupações ditas como “femininas”, com especial destaque para o serviço doméstico e os trabalhos de cuidado de maneira geral, e pelo *telemarketing*. Depois, olhou-se para a precariedade pela via das mulheres informais e dos baixos salários, com o foco especial sobre a pergunta do porquê seriam as ocupações “femininas” ligadas ao cuidado menos bem remuneradas. No que diz respeito às mulheres do topo, deu-se ênfase ao processo de aumento da escolaridade feminina no Brasil e ao quanto a participação das mulheres no mercado de trabalho é diretamente relacionada ao seu nível de escolaridade. Procurou-se traçar também um breve panorama sobre para quais carreiras se destinam as mulheres de nível superior no país.

A concepção da bipolarização feminina como o aumento da distância entre as mulheres ocupadas remete à teoria de Charles Tilly (1998) sobre a origem das desigualdades sociais persistentes (“*durable inequalities*”) e a relação destas com as desigualdades entre categorias separadas por uma fronteira.

Tilly (1998) definiu categorias como “um conjunto de atores que compartilham uma fronteira” (TILLY, 1998, p.62, tradução própria). Essa fronteira simultaneamente os distingue e os relaciona. Em geral, para Tilly (1998), as categorias podem ser analisadas aos pares, de modo que cada par possua seus próprios tipos de diferenças e fronteiras entre eles. Tais categorias, entretanto, podem não ser suficientes para o estudo de todas as desigualdades, na medida em que algumas pessoas talvez não se insiram em nenhuma delas, ou se insiram em várias ao mesmo tempo, como no caso de indivíduos de gênero não binário, por exemplo. Contudo, para as situações em que se aplicam, Tilly (1998) defende que as desigualdades categóricas entre pares são cruciais para a organização do acesso a recursos sociais, econômicos e políticos valiosos.

As categorias, no entanto, não são apenas grupos de pessoas ou atributos infalíveis; são relações sociais padronizadas, assimétricas e mutáveis. Seu foco nas desigualdades persistentes supõe atenção especial às desigualdades que se estendem por toda a vida dos indivíduos e organizações. Para Tilly (1998), as grandes desigualdades entre os seres humanos correspondem principalmente às desigualdades categóricas, como aquelas verificadas entre homens/mulheres, brancos/negros, nativos/imigrantes. Segundo essa perspectiva, desigualdades persistentes entre categorias surgiriam através de dois mecanismos causais, a exploração de recursos valiosos por pessoas poderosas e o entesouramento de oportunidades. Para os fins deste trabalho, por hora, interessa explorar o segundo mecanismo.

O entesouramento de oportunidades acontece quando uma das categorias que compõe um par, e que, de forma geral, não pertence à elite, consegue acesso a um recurso que é “valioso,

renovável, sujeito à monopólio, necessário às atividades da rede de relacionamento a qual a categoria faz parte e é engrandecido pelo *modus operandi* da mesma rede” (TILLY, 1998, p. 10, tradução própria). Assim, uma vez possuindo acesso a esse bem, a categoria em vantagem se utiliza dele para definir o limite entre ela própria e a outra categoria.

Ao conceituar a bipolarização do emprego, esta tese também considera as desigualdades que se apresentam a partir da divisão das mulheres em um par de categorias: as mulheres do polo superior e as mulheres do polo inferior. A divisão entre essas categorias pode ainda ser analisada segundo outros pares de categorias a elas relacionadas: mulheres com nível superior/sem nível superior, brancas/negras, ocupadas em serviços pessoais/serviços sociais, empregos precários/não precários. Mas, assim como teoriza Tilly (1998), tais categorias não devem ser vistas apenas como grupos de atributos, ou variáveis isoladas. A bipolarização do emprego feminino supõe antes uma relação social assimétrica entre os grupos de cada lado da fronteira. Segundo Bruschini e Lombardi (2000), o elo que une os dois polos é justamente a ironia que os separa. É através do apoio no trabalho das mulheres do polo inferior que aquelas do polo superior irão realizar a manutenção e ascensão de suas carreiras.

Nesse sentido, o conceito de entesouramento de oportunidades de Tilly (1998) pode ser aplicado ao contexto da bipolarização: as desigualdades existentes entre as duas categorias de mulheres persistem na medida em que um dos grupos se apropriou de melhores oportunidades educacionais, o que lhe proporcionou acesso aos melhores empregos. Apesar de estarem no topo da hierarquia do mercado de trabalho para mulheres, as mulheres do polo superior não costumam compor a elite do mundo do trabalho. Conforme visto, elas possuem menor participação nos cargos de decisão e ainda aferem salários inferiores aos masculinos. Ainda assim, este grupo conseguiu acesso a um bem “valioso, renovável, sujeito à monopólio, necessário às atividades da rede de relacionamento a qual a categoria faz parte e engrandecido pelo *modus operandi* da mesma rede”, isto é, a educação, que, uma vez não sendo acessada pela outra categoria, garante ao primeiro grupo a manutenção da fronteira que os separa.

Diante da melhora dos indicadores educacionais e da expansão do acesso ao nível superior vivenciado no Brasil nos últimos anos, é possível que tenha ocorrido o deslocamento da fronteira entre as duas categorias de mulheres, através da redução da capacidade do polo do topo de entesourar as oportunidades. Ou, dito de outra forma, pode ter havido uma queda da distância entre os dois polos, baseada no processo de democratização das oportunidades educacionais.

A argumentação acima contradiz a hipótese de que a bipolarização do emprego feminino tenha se expandido nas últimas décadas. Essa hipótese será testada no capítulo 3, através da

estimação de índices de bipolarização para os anos de 1995 a 2015. Antes, contudo, no próximo capítulo, serão analisados dados descritivos das PNADs de 1995 a 2015, com o objetivo de caracterizar o processo de mercantilização do trabalho feminino e o local em que ele ocorre, ou seja, o setor de serviços.

## **CAPÍTULO 2 – MERCANTILIZAÇÃO DO TRABALHO FEMININO: AUMENTO DO ASSALARIAMENTO E O EMPREGO NO SETOR DE SERVIÇOS**

No capítulo 1 foram identificados dois pontos fundamentais para a compreensão do fenômeno da bipolarização do emprego feminino: o processo de mercantilização do trabalho das mulheres e a maneira como as trabalhadoras se inseriram nos empregos do setor de serviços. Ao passo que a massificação do trabalho feminino remunerado teria sido o ponto de partida para a bipolarização do emprego, os serviços seriam o local em que esse processo viria a se desenrolar. Se inseriram no setor de serviços grande parte das mulheres com nível superior, que alcançaram os melhores postos de trabalho; ao mesmo tempo, o setor também era o responsável por empregar mulheres pouco escolarizadas, ocupadas em empregos de baixa remuneração e ausentes de proteção social, em geral localizados nos serviços pessoais. Com frequência, os empregos do subsetor reproduzem no mercado atividades cuja provisão acontece via externalização de atividades domésticas.

Este segundo capítulo busca caracterizar o processo de mercantilização do trabalho feminino e a participação das mulheres ocupadas nos serviços através da análise de dados descritivos calculados a partir das PNADs 1995 a 2015, do IBGE. O capítulo possui, portanto, o objetivo de investigar, através dos dados, os dois processos acima elucidados. Tais processos já foram abordados em termos teóricos na revisão bibliográfica do capítulo anterior. Espera-se que a análise de dados descritivos aqui desenvolvida auxilie a interpretação dos índices de bipolarização e polarização da renda que serão calculados nos capítulos 3 e 4.

Antes de adentrar o tema principal, a seção 2.1. pontua algumas considerações metodológicas sobre os dados que serão utilizados neste e nos próximos dois capítulos. A seção 2.2., sobre o processo de mercantilização, está dividida em duas partes: a primeira delas se debruça sobre a recente diminuição do número de mulheres ocupadas em atividades não remuneradas e sobre as potenciais consequências que esse movimento possui sobre o emprego feminino. A segunda realiza um apanhado geral das mudanças na participação feminina no mercado de trabalho brasileiro entre 1995 e 2015. A seção 2.3 examina as características das mulheres empregadas no setor de serviços brasileiro para o mesmo período. A principal estratégia para essa parte foi a desagregação dos serviços em quatro subsetores, seguindo a classificação proposta por Elfring (1989): serviços distributivos, serviços sociais, serviços pessoais e serviços produtivos. Por fim, breves considerações finais encerram o capítulo.

### **2.1. Considerações metodológicas**

A produção de todos os indicadores apresentados ao longo deste trabalho foi realizada através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para os anos de 1995 a 2015. Até o ano de 2015, a PNAD era uma pesquisa amostral anual que ia a campo todos os anos em setembro, com a exceção dos anos em que ocorria o Censo Demográfico. Assim, a série utilizada neste trabalho não possui dados para os anos de 2000 e 2010, por esses serem anos em que não houve PNAD. Até o ano de 2003, a PNAD não abrangia a área rural da região Norte. Para fins de compatibilização, os registros referentes a essa área foram retirados dos dados de 2004 a 2015. Neste trabalho, utilizou-se a versão mais recente dos microdados da PNAD anual fornecidos pelo IBGE. Cabe ressaltar que a série da PNAD de 2001 a 2012 foi reponderada pelo Instituto, utilizando a Projeção de População para o Brasil e para as Unidades da Federação realizada em 2013. As PNADs da década de 1990 não foram reponderadas, o que pode trazer algum grau de descontinuidade entre os anos de 1999 e 2001. Ainda assim, há compatibilidade entre as séries da década de 1990 e 2000, de forma que a interpretação dos dados não deve ser prejudicada.<sup>30</sup>.

Para todos os indicadores que envolvem a renda, a variável utilizada foi o rendimento mensal de todos os trabalhos, justificada pelo interesse da tese nos resultados de mercado de trabalho. Os rendimentos utilizados foram deflacionados para o mês de setembro de 2015, segundo índice proposto por Corseuil e Foguel (2002), baseado no INPC. Todos os cálculos foram realizados para a população entre 18 e 64 anos. Apenas as variáveis que envolvem anos de estudo foram aplicadas para a população acima de 25 anos (com teto nos 64 anos), por uma questão de coerência com os resultados esperados para o número de anos de estudo equivalente ao nível superior.

Nas formulações apresentadas da subseção 2.2.1 em diante, foram retiradas do cálculo da PEA as posições na ocupação de “trabalhadores sem remuneração”, “trabalhadores na produção para autoconsumo” e “trabalhadores na construção para o próprio uso”. Uma vez que o objetivo do trabalho é o estudo da bipolarização do *emprego* feminino, optou-se por excluir da PEA as categorias de trabalho que não pudessem ser classificadas como atividades mercantis.

Por rigor metodológico, decidiu-se que não seria razoável reunir e comparar, dentro do mesmo grupo, mulheres inseridas em relações de trabalho claramente mercantis, tais quais

---

<sup>30</sup> A nota técnica do IBGE sobre a reponderação das PNADs anuais pode ser acessada em <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2015/microdados.shtm>

aquelas classificadas nas demais posições na ocupação, com outras cuja natureza do trabalho não necessariamente se enquadraria neste perfil. Neste ponto, cabe lembrar a discussão tratada na seção 1.3 do capítulo 1, que explicitou que todo o trabalho não mercantil exercido pelas mulheres influencia diretamente sua inserção na esfera do trabalho mercantil. Por outro lado, viu-se também que é necessário distinguir o conceito de trabalho daquele de emprego, tendo em vista que o segundo necessariamente trata de uma atividade remunerada, enquanto o primeiro engloba atividades remuneradas e não remuneradas.

Os indicadores propostos especificamente para as pessoas ocupadas no setor de serviços e seus subsetores puderam ser calculados apenas de 2002 em diante. Antes de 2002, a PNAD utilizava o sistema de classificação de atividades CNAE/CD91 e, de 2002 em diante, passou a adotar o sistema CNAE-Domiciliar. Apesar de o IBGE fornecer em seu site documentação oficial que permitia identificar a compatibilidade entre os códigos de atividade dos dois sistemas, para os fins da definição dos subsetores de serviços propostos nesta tese, a mudança dos sistemas de classificação impedia a perfeita harmonização dos códigos de atividade. Sendo assim, optou-se por não realizar a compatibilização entre os códigos que seriam classificados de acordo com os setores e subsetores de atividades dos serviços.

Seguindo a classificação proposta por Elfring (1989), o setor de serviços foi dividido em quatro subsetores: serviços distributivos, serviços pessoais, serviços sociais e serviços produtivos. A divisão de Elfring (1989) leva em consideração a função econômica da atividade, o destino da provisão (família ou empresa) e a forma de provisão (via mercado ou não-mercado).

Os serviços produtivos são aqueles destinados principalmente a empresas, e costumam ser serviços auxiliares ou intermediários no processo de produção de outras atividades. Seu produto costuma aparecer na forma de transferência de informação ou conhecimento. São divididos em serviços de negócios e profissionais, serviços financeiros, serviços de seguros e imobiliários. Os serviços distributivos envolvem a distribuição e circulação de produtos, informações e pessoas. Diferem dos serviços produtivos na medida em que se aplicam somente a produtos que serão distribuídos ou transportados já em seu estágio final, e não intermediário. Seus principais exemplos são o comércio varejista, o comércio atacadista, transportes e comunicações.

Elfring (1989) classifica os serviços pessoais como aqueles demandados pelos consumidores individuais, ou seja, as famílias. São eles serviços domésticos, serviços de lavanderia e limpeza, serviços de reparo, serviços de beleza e barbearia, bares e restaurantes, serviços de hotéis, recreação e entretenimento e serviços pessoais diversos. Apesar de este não

ser um critério explícito da classificação do autor, fica claro que boa parte desses serviços substituem a provisão de atividades passíveis de serem realizadas pelas próprias famílias, como os serviços domésticos, de alimentação e de lavanderia. Conforme será visto na última seção, no Brasil, o emprego feminino nos serviços pessoais está concentrado justamente nesse tipo de atividade, apesar de os serviços de beleza e barbearia terem sido os que mais cresceram no período estudado.

Por fim, os serviços sociais se caracterizam por serem tradicionais áreas de atuação do Estado, como serviços de educação e saúde, mas que também podem ser ofertados pelo mercado ou pelo terceiro setor. Elfring (1989) os divide entre serviços de propriedade do governo (civil e militar), serviços de saúde, serviços de educação e serviços sociais diversos.

## **2.2. A mercantilização em números: o aumento do assalariamento**

Conforme visto no primeiro capítulo, a aceleração do processo de mercantilização do trabalho feminino seria o ponto inicial do fenômeno da bipolarização do emprego entre as mulheres: o distanciamento dos empregos das trabalhadoras do topo em relação àquelas da base teria ocorrido justamente a partir do maior influxo de mulheres ao mercado de trabalho.

Em geral, a literatura chama atenção para a variação das taxas de atividade da PEA feminina como uma sinalização da participação das mulheres no trabalho remunerado. Contudo, foi visto na discussão da seção 1.3 do capítulo 1, que as mudanças realizadas no conceito de trabalho da PNAD em 1992 permitiram que fossem contabilizadas como PEA um grande contingente de mulheres antes excluído do conceito de atividade econômica<sup>31</sup>. Essas mulheres trabalhavam em atividades não remuneradas e, por isso, ao tabular os dados das PNADs da década de 1990, é possível notar que a elevada proporção de trabalhadoras sem rendimentos era uma característica particular da PEA feminina. Trabalhos como os de Bruschini (2007), Bruschini e Lombardi (2002), Leone (2010) e Mello e Sabbato (2006) já chamavam atenção para essa peculiaridade. Ao longo dos vinte anos de PNAD analisados neste capítulo, observou-se a contínua redução da proporção de trabalhadoras ocupadas com rendimento do trabalho igual a zero.

Neste trabalho, acredita-se que esta possa ser uma importante evidência sobre o processo de mercantilização da força de trabalho feminina no Brasil. Ainda que sejam contabilizadas

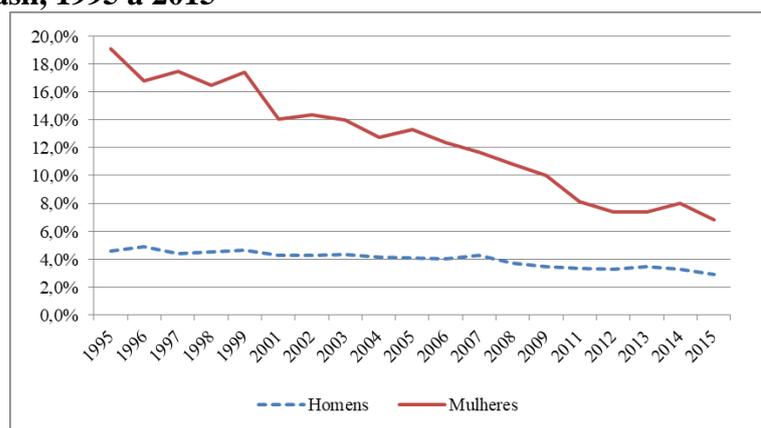
---

<sup>31</sup> A partir de 1992 eram ocupados, além dos trabalhadores remunerados, pessoas de 10 anos ou mais que realizassem trabalho não remunerado, durante pelo menos 1 hora na semana de referência. Anteriormente, a categoria era formada por pessoas que trabalhassem ao menos 15 horas semanais.

pelo IBGE como parte da PEA, a ausência de remuneração ao trabalho impede que estas trabalhadoras estejam plenamente inseridas na lógica mercantil. Por outro lado, o aumento do assalariamento entre as trabalhadoras significa o oposto, isto é, a inserção completa destas na lógica do mercado. Sendo assim, para além da análise da taxa de participação, revela-se importante analisar o comportamento desta categoria interna – as trabalhadoras sem remuneração, em atividades não mercantis – que pode ser um bom indicador da efetiva imersão feminina no mercado de trabalho.

Em 1995, do total das mulheres ocupadas entre 18 e 64 anos, 19,1% (4,6 milhões) possuíam renda do trabalho igual a zero (Gráfico 1). A situação tornava-se chamativa quando contrastada à masculina: para o mesmo ano, apenas 4,6% (1,6 milhão) dos homens ocupados não possuíam remuneração.

**Gráfico 1 – PEA ocupada com renda zero segundo sexo (em % do total de ocupados) – Brasil, 1995 a 2015**



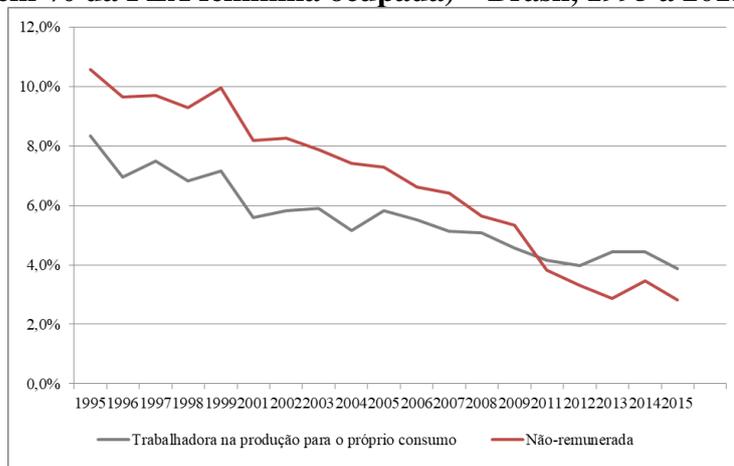
Fonte: Elaboração própria. IBGE (2018), microdados PNADs 1995 a 2015.

Nota 1: A metodologia para o cálculo dos ocupados utilizada nesta seção inclui todas as categorias de posição na ocupação, inclusive as não-mercantis.

Por outro lado, a análise desta mesma característica ao longo do tempo indica uma notória aproximação do perfil feminino ao masculino, motivada pela rápida queda do número de mulheres em tal situação, conforme pode ser observado no Gráfico 1. Entre 1995 e 2015, a proporção de trabalhadoras ocupadas com renda do trabalho igual a zero caiu 12,3 pontos percentuais (p.p.), chegando a 6,8% no último ano da série. A redução ocorreu também em termos absolutos: de 4,6 milhões de trabalhadoras em 1995 para 2,5 milhões em 2015 – e parece ter se intensificado a partir dos anos 2000. Ao mesmo tempo, há uma redução modesta no mesmo indicador para os homens, cujo patamar já era mais baixo, com redução de 4,6% (1,6 milhão de pessoas) para 2,9% (1,4 milhão de pessoas) ao longo de 20 anos.

Entre as mulheres ocupadas com rendimento zero, para o ano de 1995, 55,2% delas eram trabalhadoras não remuneradas; 43,6% atuavam como trabalhadoras na produção para o próprio consumo; 0,6% eram empregadas domésticas sem carteira; 0,3% atuavam como conta-própria; e 0,2% outras trabalhadoras sem carteira. Ou seja, em 1995, da totalidade das trabalhadoras que não recebia qualquer remuneração, 98,8% faziam parte de grupos que, por pressuposto, não seriam remunerados: as trabalhadoras sem remuneração em ajuda a um membro do domicílio e aquelas na produção para autoconsumo<sup>32</sup>. Ao longo das duas décadas aqui analisadas, ambos os grupos sofreram considerável retração, em termos absolutos e relativos.

**Gráfico 2 – Trabalhadoras sem remuneração e trabalhadoras na produção para o autoconsumo (em % da PEA feminina ocupada) – Brasil, 1995 a 2015**



Fonte: Elaboração própria. IBGE (2018), microdados PNADs 1995 a 2015.

Nota 1: A metodologia para o cálculo dos ocupados utilizada nesta seção inclui todas as categorias de posição na ocupação, inclusive as não-mercantis.

Conforme pode ser observado no Gráfico 2, entre os anos de 1995 e 2015, as trabalhadoras sem remuneração passaram de 10,6% (2,5 milhões) a somente 2,8% (1,1 milhão)

<sup>32</sup> O IBGE (2016, p.128) definia trabalho não remunerado como “Ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvida durante pelo menos uma hora na semana : • Em ajuda a membro da unidade domiciliar que tivesse trabalho como: empregado na produção de bens primários (que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta própria ou empregador; • Em ajuda à instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; ou • Como aprendiz ou estagiário”. No mesmo documento, conceituava a categoria Trabalho na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso segundo os seguintes preceitos: “Ocupação desenvolvida, durante pelo menos uma hora na semana : • Na produção de bens, do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, destinados à própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar; ou • Na construção de edificações, estradas privativas, poços e outras benfeitorias (exceto as obras destinadas unicamente à reforma) para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.”(IBGE, 2016, p 128).

da PEA feminina ocupada, enquanto as trabalhadoras na produção para próprio consumo saem de 8,3% (2 milhões) para 3,9% (1,4 milhão) no mesmo período.

Essas mudanças refletem as modificações sofridas pelo trabalho rural nas últimas décadas. Em 1995, 64,6% dos trabalhadores de ambos os sexos que não recebiam qualquer rendimento habitavam áreas rurais. Entre 1995 e 2015, a proporção pouco variou, ficando em 65,5%. Em contrapartida, a razão de homens e mulheres trabalhadores de áreas rurais que não recebiam remuneração declinou expressivamente, em especial no caso feminino. Estas saíram de 59,8% das ocupadas no meio rural (3 milhões de mulheres) em 1995 para 41,1% das ocupadas (1,7 milhões de mulheres) em 2015. Já no meio urbano, apenas 8,1% das mulheres ocupadas (1,5 milhões) não recebiam remuneração em 1995, percentual que declinou para 2,6% (861 mil) em 2015. Já para os homens, houve uma ligeira elevação da proporção daqueles engajados em trabalho não remunerado no campo: de 12,4% dos homens ocupados (937 mil) para 13,3% (911 mil) em 2015. A notável diferença no comportamento dos indicadores da ocupação no meio rural de homens e mulheres parece ser mais uma evidência que, conforme apontam Guimarães, Brito e Barone (2016), o processo de mercantilização da força de trabalho no Brasil se declina no feminino.

As possíveis explicações para a redução da participação do trabalho rural não remunerado encontram ressonância no processo de integração dos mercados de trabalho urbano e rural, advindo da urbanização do campo. As mudanças tecnológicas e a externalização de atividades antes realizadas nas próprias unidades agropecuárias fizeram com que parte da mão de obra rural ocupada em atividades agrícolas migrasse para atividades não-agrícolas (CAMPOLINA, GAIGER SILVEIRA; MAGALHÃES, 2009). Além das modificações no campo, não se pode perder de vista a expressiva melhora do mercado de trabalho brasileiro na segunda metade dos anos 2000 e princípio dos anos de 2010, fato que provavelmente gerou vagas de trabalho remunerado que puderam ser preenchidas pela população antes alocada apenas no trabalho não remunerado.

Também merece destaque a inflexão nas faixas etárias da população feminina não remunerada. Entre 1995 e 2015, esta foi uma população que envelheceu, tendo encolhido a representatividade das duas faixas etárias mais jovens (de 16% para 9,3% na faixa de 18 a 24 anos, e de 41% para 33% no grupo de 25 a 40 anos) e aumentado a participação das faixas mais velhas (de 29,7% para 38,3% dos 41 a 55 anos, e de 12,8% para 19,4% para a faixa de 56 a 64 anos). Quanto a cor ou raça, em 1995, 20,8% das mulheres pretas e pardas ocupadas não possuíam remuneração. Para as brancas, a proporção era de 17,8%. Em 2015, ambos os grupos

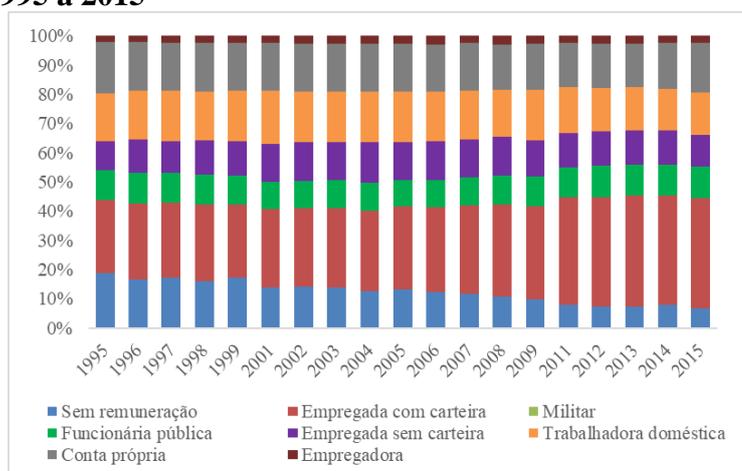
diminuíram suas participações, mas a categoria sem remuneração continuou se fazendo mais relevante para o caso das pretas e pardas (8,2%) frente às mulheres brancas (5,4%).

Por fim, a observação das mudanças ocorridas na distribuição das trabalhadoras segundo a posição na ocupação consolida o claro movimento da PEA feminina em direção ao assalariamento (Gráfico 3). Entre 1995 e 2015, a categoria que mais se expandiu entre as mulheres foi o emprego com carteira de trabalho assinada, que cresceu 12,7 p.p. e, em 2015, constituía 37,7% da PEA feminina ocupada. Além do emprego com carteira e as trabalhadoras não remuneradas, houve pouca variação nas demais categorias. A proporção de mulheres ocupadas como empregadoras, por exemplo, permaneceu praticamente estável em duas décadas, flutuando entre 2,1% (1995) e 2,9% (2006).

Após o emprego com carteira de trabalho assinada, as posições de maior peso para as mulheres eram o trabalho por conta própria, que após uma leve redução ao longo dos anos 2000 e começo dos 2010 voltou a subir em 2014 e 2015, atingindo 16,9% das trabalhadoras em 2015, e o trabalho doméstico com e sem carteira de trabalho que, mesmo com a queda de sua importância relativa, ainda ocupava 14,5% da PEA feminina em 2015.

Tal estrutura difere do padrão masculino, na medida em que, para os homens, havia uma maior ênfase no trabalho com carteira (44% em 2015), nos conta própria (25,9% em 2015), e em outros empregados sem carteira, que figuravam como a terceira posição mais frequente para os homens (15,6% em 2015), e apareciam como a quarta para as mulheres (11,0% em 2015). Também chamava atenção a elevada proporção de mulheres como funcionárias públicas (10,8% em 2015), com o dobro da presença relativa masculina na mesma posição (5,4% em 2015). Este marco da estrutura ocupacional feminina é conhecido na literatura sobre gênero e trabalho, e é geralmente atribuído à busca das mulheres por maior estabilidade e flexibilidade no emprego, características que facilitariam o manejo entre o trabalho remunerado e o trabalho reprodutivo; à forma de seleção via concurso para empregos públicos, que seria uma inibidora da discriminação por gênero no acesso ao emprego; e à grande proporção de mulheres ocupadas nos serviços sociais, em áreas como saúde e educação, serviços tradicionalmente ofertados pelo Estado.

**Gráfico 3 – Distribuição da PEA ocupada segundo a posição na ocupação para mulheres – Brasil, 1995 a 2015**



Fonte: Elaboração própria. IBGE (2018), microdados PNADs 1995 a 2015.

Os dados apresentados indicam um elevado número de trabalhadoras que se inseriram por completo na lógica do trabalho mercantil nas últimas décadas. Este fato modifica a dinâmica do mercado de trabalho feminino, pois abarca potenciais mudanças na distribuição de renda das trabalhadoras mulheres e na sua composição ocupacional. Da mesma forma, o fenômeno da expansão do assalariamento pode ter influenciado o curso do processo de bipolarização do emprego, tendo em vista que a massa de outrora trabalhadoras não remuneradas foi substituída (e ultrapassada em número) por outra que viria a possuir um emprego.

Da próxima seção em diante, os indicadores analisados excluem da PEA as categorias sem remuneração, pois pretende-se comparar e analisar a bipolarização do emprego feminino, entendido como necessariamente remunerado. As reflexões sobre o trabalho não mercantil realizadas até aqui serão, porém, de extrema importância para a interpretação dos fenômenos estudados, já que é peça fundamental do processo de mercantilização do trabalho feminino.

### 2.2.1. A participação feminina no mercado de trabalho brasileiro entre 1995 e 2015

O trabalho remunerado no Brasil vem se tornando mais feminino ao longo dos anos: de 1995 a 2015, as mulheres passaram de 37,7% da PEA total para 43,6% (Tabela 2). No mesmo período, a PEA feminina se expandiu em 87,9%, a uma taxa média anual de crescimento de 4,9% - 2 p.p. superior àquela registrada para a PEA masculina (2,9%), e quase o dobro do crescimento anual da PEA masculina (2,6%). A tabela 2 abaixo apresenta a evolução da PEA segundo sexo e cor ou raça em valores absolutos.

**Tabela 2 – PEA segundo sexo e cor ou raça, Brasil – 1995 a 2015 (em valores absolutos e % da PEA total)**

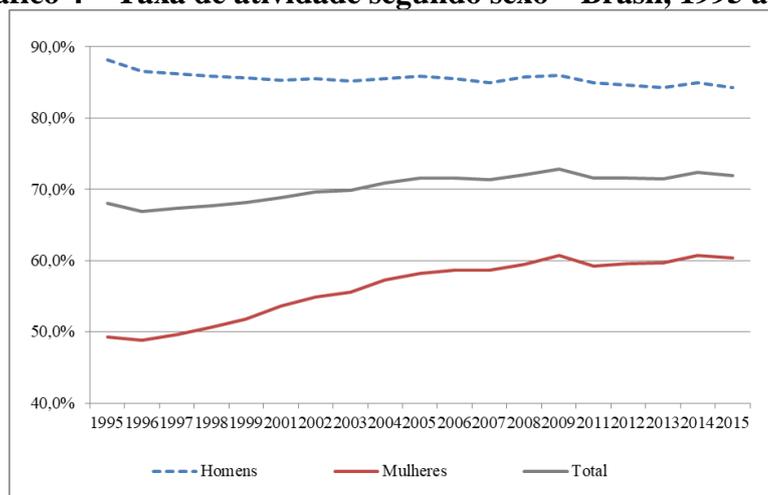
	Mulheres				Homens				Total					
	Absoluto		em % da PEA		Absoluto		em % da PEA		Absoluto		em % da PEA total		Total	
	Branças	Pretas e pardas	Branças	Pretas e pardas	Branços	Pretos e pardos	Branços	Pretos e pardos	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	%	Absoluto
1995	12,4	8,8	58,1%	41%	19,8	15,5	55,8%	43,6%	21,4	35,4	37,7%	62,3%	100,0%	56,9
1996	12,8	8,9	58,5%	41%	20,1	15,3	56,4%	43,0%	21,8	35,6	38,0%	62,0%	100,0%	57,4
1997	13,2	9,3	58,2%	41%	20,4	16,2	55,4%	44,0%	22,6	36,7	38,1%	61,9%	100,0%	59,3
1998	13,6	9,9	57,4%	42%	20,7	16,5	55,2%	44,0%	23,6	37,6	38,6%	61,4%	100,0%	61,2
1999	14,3	10,3	57,8%	42%	21,1	17,0	55,0%	44,3%	24,8	38,3	39,3%	60,7%	100,0%	63,1
2001	16,1	12,0	57,0%	42%	22,6	19,0	53,9%	45,5%	28,3	41,9	40,3%	59,7%	100,0%	70,2
2002	16,7	12,6	56,6%	43%	23,0	19,7	53,6%	45,8%	29,6	42,9	40,8%	59,2%	100,0%	72,5
2003	17,1	13,4	55,7%	44%	23,0	20,5	52,5%	46,9%	30,6	43,7	41,2%	58,8%	100,0%	74,4
2004	17,8	14,2	55,2%	44%	23,3	21,0	52,3%	47,1%	32,3	44,6	42,0%	58,0%	100,0%	76,8
2005	17,9	15,3	53,5%	46%	23,2	22,2	50,7%	48,5%	33,4	45,8	42,2%	57,8%	100,0%	79,2
2006	18,5	15,5	53,9%	45%	23,4	22,6	50,4%	48,8%	34,4	46,4	42,6%	57,4%	100,0%	80,8
2007	18,7	16,1	53,2%	46%	23,5	23,2	49,9%	49,3%	35,1	47,1	42,7%	57,3%	100,0%	82,2
2008	18,7	17,0	51,8%	47%	23,7	24,2	49,0%	50,0%	36,1	48,3	42,8%	57,2%	100,0%	84,4
2009	19,4	17,8	51,7%	48%	23,9	24,8	48,7%	50,6%	37,5	49,1	43,3%	56,7%	100,0%	86,6
2011	19,5	17,9	51,7%	47%	23,9	25,6	47,9%	51,2%	37,7	50,0	43,0%	57,0%	100,0%	87,7
2012	19,1	18,8	50,1%	49%	23,4	26,7	46,4%	52,9%	38,2	50,5	43,1%	56,9%	100,0%	88,8
2013	19,5	19,1	50,1%	49%	23,6	26,9	46,4%	52,9%	39,0	50,9	43,4%	56,6%	100,0%	89,8
2014	19,5	20,4	48,5%	51%	23,5	28,0	45,2%	54,0%	40,3	51,9	43,7%	56,3%	100,0%	92,2
2015	19,4	20,5	48,2%	51%	23,3	28,3	44,8%	54,4%	40,2	52,1	43,6%	56,4%	100,0%	92,3

Fonte: Elaboração própria. IBGE (2018), microdados PNADs 1995 a 2015.

Nota: Total inclui amarelos, indígenas e cor ou raça ignorada.

Conforme pode ser observado no gráfico 4, a elevação da PEA traduziu-se em aumento da taxa de atividade das mulheres até o ano de 2009. Esse movimento promoveu a continuidade da tendência de longo prazo de elevação da atividade feminina verificada nas últimas cinco décadas, já discutida no capítulo 1. Nota-se, contudo, que de 2009 para 2011, a participação das mulheres se retraiu 1,4%, mantendo-se relativamente estável nos dois anos posteriores, e voltando a crescer 1% em 2014, quando atingiu o maior valor da série (60,7%). Em 2015, a taxa se retraiu novamente, para 60,4%<sup>33</sup>.

<sup>33</sup> As taxas de atividade aqui apresentadas são superiores às encontradas em outros trabalhos que analisam o período. Este efeito ocorre pela opção em se trabalhar com um espectro reduzido da PEA em termos etários (18 a 64 anos). Esta opção exclui justamente as faixas em que a atividade é menor, isto é, os mais jovens (população abaixo de 18 anos) e os idosos (população acima de 64 anos).

**Gráfico 4 – Taxa de atividade segundo sexo – Brasil, 1995 a 2015**

Fonte: Elaboração própria. IBGE (2018), microdados PNADs 1995 a 2015.

A taxa de atividade feminina variou positivamente 11,3 p.p. entre 1995 e 2015. Já a taxa de atividade masculina oscilou menos, saindo de um pico de 87% em 1995 para o menor valor da série em 2015, de 84,2%. Assim, observou-se crescimento da taxa de atividade total no período, claramente puxada pela expansão da PEA feminina, tendo em vista que a PEA masculina cresceu a uma taxa média inferior a da PIA (2,9%).

As hipóteses explicativas para a retração da PEA em 2011 e em 2015, e para a sua expansão em 2014, são baseadas no ciclo econômico, nas mudanças sociais ocorridas da segunda metade dos anos 2000 em diante, e nos processos demográficos em curso. Supõe-se que, em 2011, após anos consecutivos de resultados favoráveis no mercado de trabalho<sup>34</sup> e expansão da renda das famílias, as pessoas se sentiram mais confiantes para se retirar do mercado – ou postergar sua entrada – em busca de qualificação. Esta lógica se fez presente em especial entre a população mais jovem, que reduziu sua participação no período. Além do cenário econômico favorável, a expansão das vagas nas universidades permitiu ainda maiores oportunidades de qualificação. Ainda no caso dos jovens, o aumento da incidência de jovens nem-nem – que não estudam nem trabalham, pode ter reforçado a queda da atividade para esse contingente (SIMÕES, ALVES E SILVA, 2016).

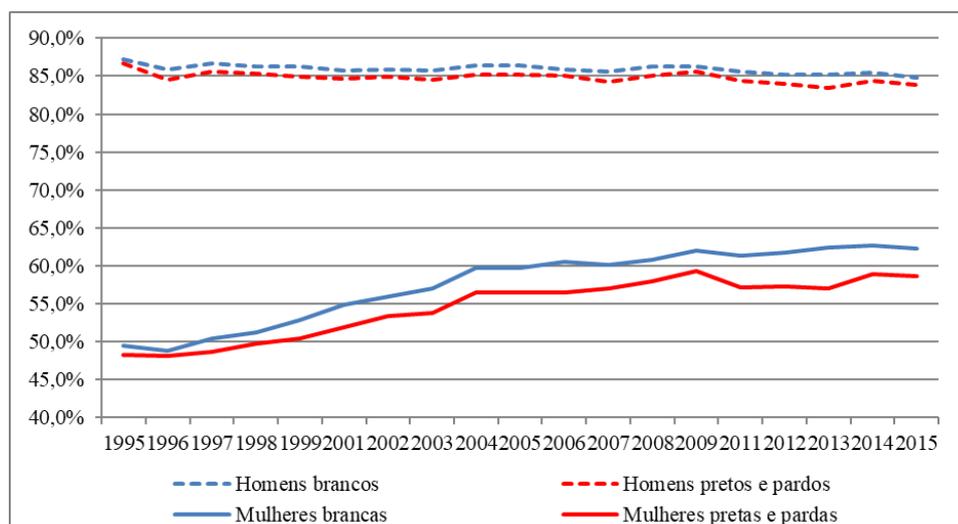
Além de mais feminina, a PEA brasileira também se tornou mais negra<sup>35</sup> (tabela 2). Entre 1995 e 2015, a população branca deixou de ser maioria tanto entre a PEA feminina quanto entre a masculina e, na virada dos anos 2000 para os 2010, os trabalhadores e trabalhadoras

<sup>34</sup> Refere-se aqui a movimentos como a queda da taxa de desemprego, a elevação da renda média e a redução da informalidade.

<sup>35</sup> Entende-se por negra neste texto a junção das categorias de cor ou raça do IBGE “pretos” e “pardos”.

pretas e pardas passaram a ser o contingente predominante. O movimento segue em consonância com a elevação da presença desses mesmos grupos de cor ou raça na PIA. No período estudado, a PIA preta e parda se expandiu em 90,6%, frente a uma elevação de apenas 22,7% da PIA branca. Essa mudança espelha o aumento da autoidentificação dos indivíduos como pretos e pardos, tendo em vista a característica auto declaratória da variável cor ou raça nas pesquisas domiciliares brasileiras (PINHEIRO et al., 2008; PAIXÃO E ROSSETTO, 2011).

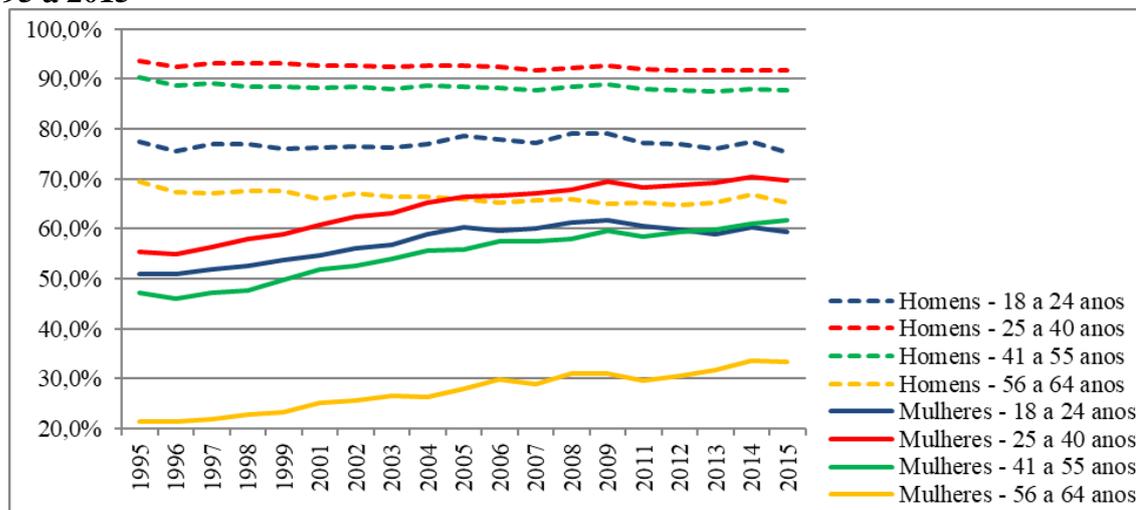
**Gráfico 5 – Taxa de atividade segundo sexo e cor ou raça, Brasil – 1995 a 2015 (em %)**



Fonte: Elaboração própria. IBGE (2018), microdados PNADs 1995 a 2015.

Apesar da modificação na composição da PEA, as taxas de atividade das mulheres e dos homens pretos e pardos seguia mais baixa que a dos indivíduos brancos. O hiato entre a participação das mulheres dos dois grupos de cor ou raça inclusive se alargou. Em 1995, a diferença na atividade das mulheres brancas e das mulheres pretas e pardas era de apenas 1,2 p.p. Ao longo dos anos, porém, notou-se a ampliação desta diferença, que atingiu o máximo de 5,3 p.p. em 2013. A análise do Gráfico 5 acima permite perceber que, em geral, a elevação da taxa de atividade se deu de forma mais lenta para as mulheres pretas e pardas. Inclusive, a queda no patamar observado na taxa de atividade feminina entre 2009 e 2013 pode ser atribuída principalmente à retração da atividade das mulheres pretas e pardas, cujo indicador caiu 2,1 p.p. entre 2009 e 2011, frente a uma queda de apenas 0,7 p.p. para as mulheres brancas. Por outro lado, de 2013 para 2014, a atividade das mulheres pretas e pardas se recuperou, levando o indicador para um patamar próximo àquele verificado em 2009.

**Gráfico 6 – Taxa de atividade por sexo segundo faixas etárias (em %)- Brasil, 1995 a 2015**



Fonte: Elaboração própria. IBGE (2018), microdados PNADs 1995 a 2015.

A análise das taxas de atividade segundo as faixas etárias corrobora a hipótese levantada pela literatura sobre a população mais jovem: a partir de 2009, a participação dos homens de 18 a 24 anos declinou 3 p.p. e a das mulheres na mesma faixa etária, 2,9 p.p. (Gráfico 6). Nenhuma outra faixa etária sofreu retração tão expressiva no mesmo período. Contrariando a tendência, a atividade das mulheres entre 56 e 64 na verdade se elevou em 0,8 p.p.

Para a série de vinte anos como um todo, percebeu-se expansão da participação feminina em todas as faixas etárias. Em 2015, o indicador variava de 69,7% para as mulheres entre 25 e 40 anos a 33,3% para aquelas de 56 a 64 anos. A faixa etária cuja participação menos cresceu entre as mulheres foi a de 18 a 24 anos e, em 2012, pela primeira vez o indicador referente às mulheres de 41 a 55 anos ultrapassou o patamar verificado para as mais jovens, fazendo com que a ordem de participação dos grupos etários femininos no mercado de trabalho fosse igual àquela verificada para os grupos masculinos. Ou seja, do grupo com a maior participação para aquele de menor participação, tem-se: de 25 a 40 anos; de 41 a 55 anos, de 18 a 24 anos; e de 56 a 64 anos.

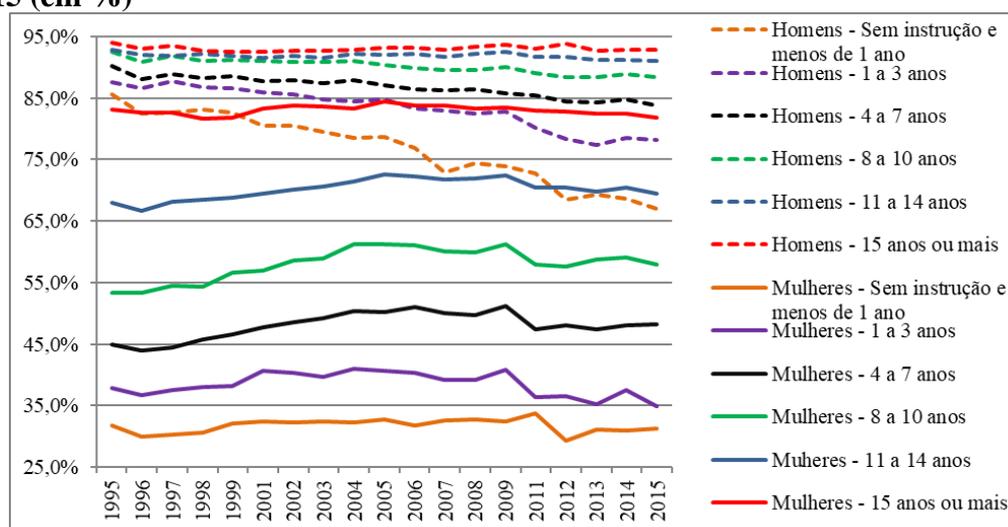
A maior expressividade no crescimento das taxas dos grupos de idade avançada reflete dois efeitos: 1) um efeito demográfico, que é o aumento da proporção de pessoas mais velhas na PIA, enquanto reflexo do processo de envelhecimento populacional; 2) um efeito econômico, isto é, o incremento de fato da atividade das mulheres mais velhas, que passaram a participar diretamente do mercado de trabalho. Entre 1995 e 2015, a PEA feminina de 56 a 64 anos cresceu 250%, ao passo que a PIA da mesma faixa etária se expandiu em 125,1%. Da mesma forma, para o grupo entre 41 e 55 anos, houve crescimento de 148,4% da PEA feminina, frente a um aumento de 89,5% da PIA de igual faixa etária. Para os homens dos mesmos grupos etários, o

crescimento da PIA foi superior ao da PEA no período, o que promoveu uma retração das taxas de atividade.

Conforme debatido no capítulo 1, a escolarização é um importante determinante da atividade feminina no trabalho remunerado – quanto maior a escolaridade da mulher, mais elevada sua participação. No gráfico 7, observa-se que a taxa de atividade das mulheres com 15 anos de estudo ou mais é aquela que mais se aproxima do padrão masculino de participação: a distância entre as taxas masculina e feminina em 2015 era de 11 p.p. para o referente grupo, enquanto chegava a mais de 30 p.p. nas quatro faixas de menor instrução.

Na análise longitudinal, chama atenção a redução da atividade de homens com poucos anos de estudo. Em 20 anos, o indicador se contraiu 18,6 p.p. para o contingente masculino do grupo dos sem instrução e 9,4 p.p. para aqueles que possuíam de 1 a 3 anos de estudo. Para os mesmos grupos, a participação feminina se reduziu em 0,5 p.p. e 3 p.p. No caso dos homens, a tendência decrescente para a taxa de atividade dos grupos menos escolarizados iniciou-se ainda no começo dos anos 2000. Para as mulheres, por outro lado, notou-se elevação generalizada da atividade até meados do ano de 2009, quando as taxas se tornam um pouco mais baixas, em especial para as menos escolarizadas. Comportamento semelhante para este indicador foi apontado por Barbosa (2014). Em uma análise que se inicia no ano de 1992, a autora revela a tendência de redução da participação dos grupos de anos de estudo supracitados a partir do ano de 2009, e encerra sua análise em 2012.

**Gráfico 7 – Taxa de atividade segundo sexo e faixa de anos de estudos, Brasil – 1995 a 2015 (em %)**



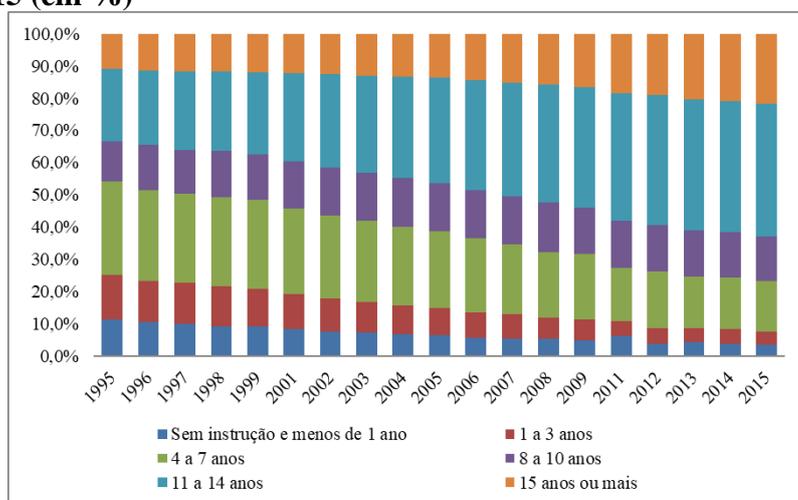
Fonte: Elaboração própria. IBGE (2018), microdados PNADs 1995 a 2015

É interessante notar que, para os homens (Gráfico 7), a taxa de atividade apresenta um comportamento relativamente mais homogêneo em relação à escolaridade, ainda que os pouco instruídos também participem menos do mercado de trabalho. E, ao longo dos anos, a diferença entre a participação dos homens mais escolarizados e dos menos escolarizados mais que dobrou, fazendo com que a diferenciação interna masculina se aproximasse mais da feminina nesse aspecto. Contudo, ainda assim, a diferença da escolaridade para a atividade feminina ainda é marcante, de forma que as mais escolarizadas chegavam a possuir taxa de atividade 50 p.p. acima das menos qualificadas em 2015.

Assim como no caso dos grupos etários, a redução da participação das faixas de menor nível educacional contou com um efeito demográfico/social e com um efeito econômico. Conforme visto no capítulo anterior, nas últimas décadas, o Brasil vem passando por um processo de elevação da escolaridade da população em geral e, em especial, da escolaridade feminina, cuja média teria ultrapassado a masculina precisamente nos anos de 1990. Este seria o efeito demográfico/social: a redução do número de pessoas de baixa escolaridade na população faria com que naturalmente a presença dessas pessoas na PIA se retraísse. Do lado econômico, a correlação entre a alta escolaridade e a alta atividade no mercado de trabalho faz com que a participação dos indivíduos com número elevado de anos de estudo na PEA seja mais do que proporcional a sua presença na PIA.

Em 1995, 6,3% da PIA feminina possuíam 15 anos de estudo ou mais, assim como 6,7% da PIA masculina. Em 2015, 16,1% da PIA era formada pelas mulheres da faixa mais elevada de escolaridade, frente a 12,5% da PIA masculina. Do lado oposto do espectro da escolarização, a proporção de homens e mulheres sem instrução caiu de 17,2% da PIA para ambos os sexos para 8,2% dos homens e 6,9% das mulheres. Já a proporção de mulheres com 15 anos ou mais de estudo na PEA variou de 10,8% em 1995 para 21,8% em 2015, ao passo que a dos homens foi de 7% para 13,4%. A consistente elevação da escolaridade ao longo dos anos estudados promoveu uma importante mudança na estrutura da PEA feminina, tornando-a mais homogênea do ponto de vista da escolarização, como pode ser visualizado no Gráfico 8 abaixo.

**Gráfico 8 – Distribuição da PEA feminina segundo faixas de anos de estudos, Brasil – 1995 a 2015 (em %)**



Fonte: Elaboração própria. IBGE (2018), microdados PNADs 1995 a 2015.

Durante o período analisado, as mulheres de 11 a 14 anos de estudo, somadas àquelas com 15 anos ou mais, passaram a representar 60,2% da PEA feminina no último ano da série, tendo partido de um patamar de 33,5% apenas 20 anos antes. No caso masculino, as duas categorias somadas formavam 49,1% em 2015.

### 2.3. O *locus* da bipolarização: análise do emprego feminino no setor de serviços

No capítulo 1, o setor de serviços foi caracterizado como o *locus* principal do emprego feminino no Brasil e no mundo. Em 2015, 85,4% de todas as mulheres ocupadas em trabalho remunerado se encontravam alocadas em atividades de serviços. A indústria era o segundo maior setor empregador, com 11,3% dos empregos. Desde 2002, quando 82% das mulheres ocupadas trabalhavam nos serviços, a proporção das mulheres empregadas no setor aumentou de forma lenta, porém constante. A participação masculina nos serviços também cresceu no período, de 52% dos empregos masculinos em 2002, para 56,6% em 2015.

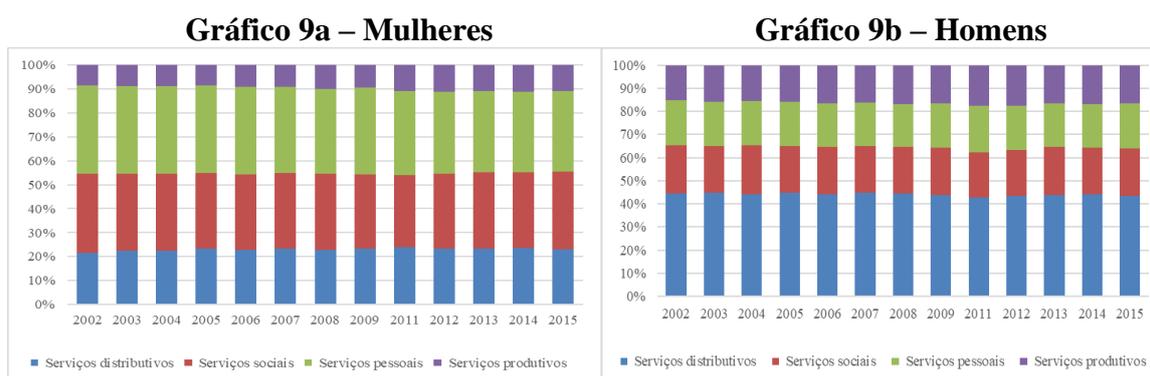
Conforme debatido no capítulo anterior, não por acaso, seria justamente através do crescimento dos empregos em serviços que a bipolarização do emprego das mulheres ganharia força: nos serviços se encontram os melhores postos de trabalho, com possibilidade de ascensão de carreira para as mulheres mais escolarizadas. Porém, no mesmo setor, também estão os empregos menos prestigiados, de menor remuneração e maior informalidade, destinado a trabalhadoras de escolaridade baixa. Com frequência, os piores empregos femininos dos serviços estão associados às atividades que foram externalizadas pelos domicílios, como os serviços domésticos. Assim, o próprio setor de serviços reforçaria a bipolarização, na medida

em que o trabalho das mulheres nos piores empregos seria necessário à ascensão no mercado daquelas nos melhores postos. Daí a importância de este trabalho se aprofundar nos dados sobre o emprego feminino em serviços, como forma de procurar novas pistas sobre o fenômeno da bipolarização.

Em 2015, as mulheres representavam 52,7% dos trabalhadores dos serviços, percentual levemente superior ao de 2002 (50,7%). As trabalhadoras formavam a maioria nos serviços pessoais, com participação sempre superior a 65%. Também eram maioria nos serviços sociais (63,7% em 2015). Desde 2002, sua participação aumentou 5,9 p.p. nos serviços produtivos (42,0% em 2015) e 4,0 p.p. nos serviços distributivos (37,3% em 2015). Esses dados são condizentes com aqueles apresentados por Kerstenetzky e Machado (2018), e reproduzidos no capítulo 1, para o emprego no setor de serviços brasileiro entre 2002 e 2014.

Conforme pode ser observado nos gráficos 9a e 9b, ao longo de toda a série, as trabalhadoras dos serviços encontravam-se principalmente no subsetor pessoal (33,7% em 2015), seguidas pelo subsetor de serviços sociais (31,9% em 2015), distributivos (23,4% em 2015) e produtivos (11% em 2015). Entre 2002 e 2015, o emprego feminino aumentou para todos os subsetores, com crescimento especialmente relevante para o setor produtivo, em que se expandiu 83,1% no período.

**Gráfico 9 – Distribuição dos ocupados nos subsetores de serviço segundo sexo (em % – Brasil, 2002 a 2015)**



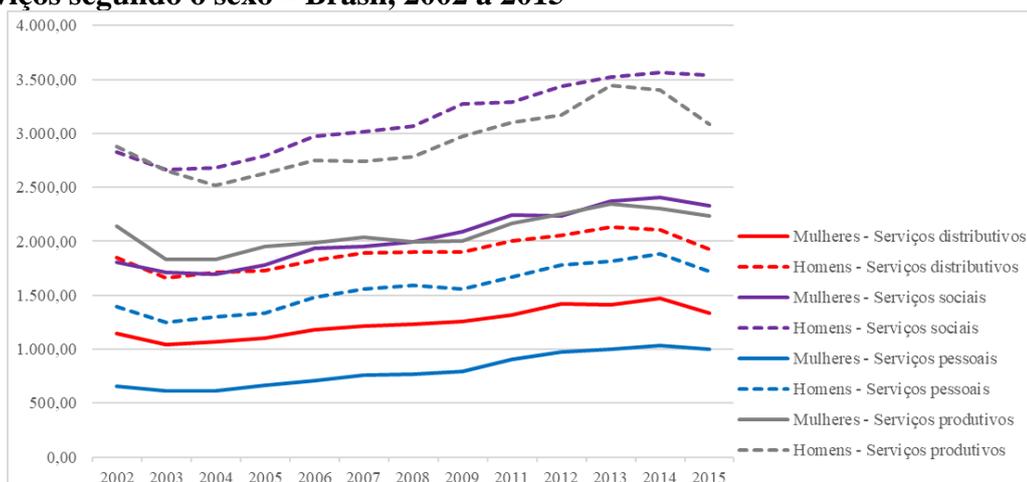
Fonte: Elaboração própria. IBGE (2018), microdados PNADs 2002 e 2015.

Já a distribuição dos homens ocupados entre os subsetores dos serviços, mostrava-se concentrada nos serviços distributivos, com participação beirando sempre os 45%. A distribuição dos homens entre os demais subsetores era relativamente equilibrada, com uma presença masculina um pouco mais acentuada nos serviços sociais (20,5% em 2015), seguida dos serviços pessoais (19,5% em 2015) e dos distributivos (16,7%) em 2015. Assim como no

caso das mulheres, o setor produtivo foi aquele que mais se expandiu em número de trabalhadores, com um crescimento de 42,9% entre 2002 e 2015.

Os rendimentos do trabalho masculinos eram superiores aos femininos em todos os subsetores dos serviços, e essa característica se manteve ao longo dos vinte anos da série (ver gráfico 10). As assimetrias salariais entre os subsetores seguiam a mesma hierarquia para ambos os sexos: as atividades dos serviços pessoais eram aquelas mais mal remuneradas, seguidas dos serviços distributivos. Para as mulheres, a remuneração média dos serviços sociais e dos serviços produtivos eram muito próximas e seus valores passam inclusive a se confundir a partir do ano de 2007. A hierarquia dos rendimentos médios masculinos é mais bem definida, de forma que os rendimentos dos serviços produtivos eram sempre superiores aos dos serviços sociais de 2003 em diante.

**Gráfico 10 – Rendimentos de todos os trabalhos da PEA ocupada nos subsetores de serviços segundo o sexo – Brasil, 2002 a 2015**



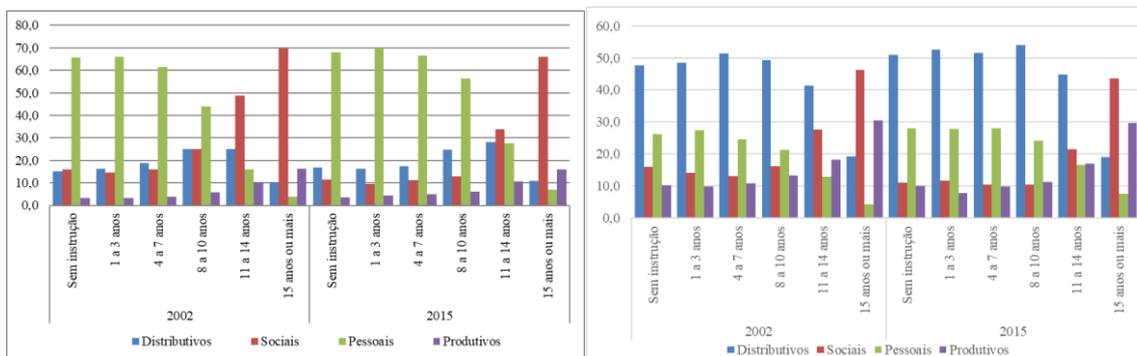
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados PNAD 2002 a 2015, IBGE.

Nota: Os rendimentos utilizados foram deflacionados para o mês de setembro de 2015, segundo índice proposto por Corseuil e Foguel (2002).

**Gráfico 11 – Distribuição dos trabalhadores segundo sexo e anos de estudos nos subsectores de serviço (em %) – Brasil, 2002 a 2015**

**Gráfico 11a - Mulheres**

**Gráfico 11b - Homens**



Fonte: Elaboração própria. IBGE (2018), microdados PNADs 2002 e 2015.

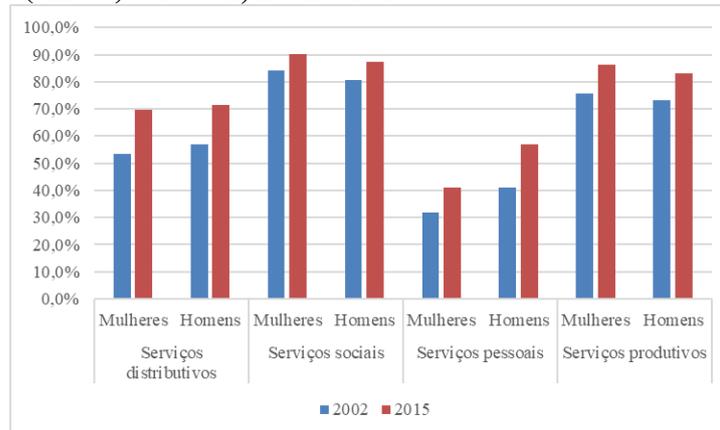
Existe um evidente padrão de participação das mulheres nos subsetores de serviços de acordo com a escolaridade, conforme pode ser verificado no gráfico 11. Em 2002, 69,5% das trabalhadoras dos serviços com 15 anos ou mais de estudo se encontravam ocupadas nos serviços sociais, enquanto somente 3,8% delas estavam nos serviços pessoais. Essa distribuição pouco se alterou em 2015, quando 66,1% das trabalhadoras com 15 anos ou mais de escolaridade eram ocupadas nos serviços sociais e 6,9% nos serviços pessoais. A segunda maior frequência desse grupo eram os serviços produtivos (16,1%), seguidos dos distributivos (10,9%).

Como pode ser observado na tabela 14 do Apêndice 1, as mulheres ocupadas nos serviços sociais exerciam principalmente atividades de educação, saúde e administração do Estado. Ou seja, atividades que em sua maioria requerem algum tipo de qualificação especializada, como nível superior ou curso técnico.

Em 2002, 48,8% das mulheres de 11 a 14 anos de estudo eram ocupadas nos serviços sociais, mas o cenário se modificou em 2015, quando apenas 33,8% deste mesmo grupo de escolaridade exercia atividades dos serviços sociais. Na verdade, a participação das mulheres das faixas de escolaridade mais baixas nos serviços sociais se reduziu para todos os grupos, ao passo que sua presença nos serviços pessoais aumentou para todas as faixas. Tanto em 2002 quanto em 2015, os serviços pessoais eram o principal subsetor de atividade das mulheres com até 10 anos de estudo.

Entre os homens, os serviços distributivos eram predominantes para os trabalhadores de até 14 anos de estudo (gráfico 11b). Os trabalhadores com 15 anos ou mais de estudo se faziam presentes em peso nos serviços sociais (43,6% em 2015), assim como nos serviços produtivos (29,7%).

**Gráfico 12 – Ocupados em empregos formais segundo subsetores dos serviços, de acordo com o sexo (em %) – Brasil, 2002 e 2015**



Fonte: Elaboração própria. IBGE (2018), microdados PNADs 2002 a 2015.

Nota: Consideram-se formais todas as trabalhadoras e trabalhadores que contribuíam para a previdência.

A formalização cresceu em todos os subsectores, seguindo o aumento generalizado da formalização do setor de serviços, já ressaltada no capítulo 1. Entretanto, havia expressiva assimetria entre os subsectores; os serviços pessoais se destacavam como o subsector de menor formalização, especialmente para as mulheres. Em 2015, apenas 41% das trabalhadoras dos serviços pessoais estavam ocupadas como formais, enquanto 56,9% dos homens do mesmo subsector eram formalizados. A formalização feminina era superior à masculina, porém nos serviços sociais – em que chegava aos 90,2% em 2015 – e nos serviços produtivos (86,3% em 2015).

**Gráfico 13 – Distribuição da PEA ocupada nos subsectores de serviços, por cor ou raça e sexo – Brasil, 2002 e 2015 (em %)**



Fonte: Elaboração própria. IBGE (2018), microdados PNADs 2002 e 2015.

Entre 2002 e 2015, a participação das trabalhadoras ocupadas brancas no setor de serviços variou de 81,8% para 84,7%. Proporção semelhante foi verificada para as trabalhadoras pretas e pardas, que passaram de 82,4% em 2002 para 86% em 2015. No caso masculino, notou-se uma presença relativa um pouco maior dos homens brancos frente aos pretos e pardos. Os trabalhadores brancos ocupados no setor de serviços representavam 56,2% do total de homens brancos ocupados em 2002 e 60,7% dos ocupados em 2015. Para os homens pretos e pardos, o mesmo indicador variou de 46,9% em 1995 para 53,2%.

A distribuição da PEA ocupada por sexo e cor ou raça segundo os subsetores dos serviços demonstrava um padrão de participação relativa segregado tanto pelo gênero quanto pela raça. No campo das diferenças intragêneros, observou-se uma maior participação das mulheres pretas e pardas nos serviços pessoais, ao passo que as brancas se faziam mais presentes nos serviços sociais. Em 2015, 40,1% das mulheres pretas e pardas estavam ocupadas nos serviços pessoais, proporção 5,6 p.p. inferior à 2002. Conforme pode ser observado na tabela 14 do Apêndice 1, em 2002, 66,7% das trabalhadoras dos serviços pessoais exerciam a atividade de serviços domésticos, tradicional reduto de trabalho das mulheres pretas e pardas. Este percentual se reduziu para 54,2% em 2015, como contraponto ao aumento proporcional das trabalhadoras em “Outros serviços de alimentação” e das mulheres ocupadas em atividades de “Cabeleireiros e outros tratamentos de beleza”.

Em oposição aos serviços pessoais, as atividades de serviços produtivos eram aquelas menos exercidas pelas trabalhadoras pretas e pardas: apenas 5,5% das mulheres pretas e pardas ocupadas nos serviços se encontravam no subsetor em 2002. Em 2015, a proporção deste grupo de trabalhadoras nos serviços produtivos chegava a 8,4%, mas elas continuaram sendo o grupo de menor representatividade no subsetor (16,4% do total de trabalhadores dos serviços produtivos eram mulheres pretas e pardas). Já a predominância das mulheres brancas nos serviços sociais manteve-se praticamente estável durante o período analisado, enquanto houve ligeira diminuição na participação destas nos serviços pessoais.

Os homens possuíam uma distribuição mais igualitária entre os subsetores, de modo que predominava por larga vantagem a presença nos serviços distributivos, tanto para brancos quanto para pretos e pardos. A maior diferença entre a participação de homens brancos e pretos e pardos segundo os subsetores residia no setor produtivo, em que estavam ocupados 19% dos homens brancos e 14,4% dos homens pretos e pardos. O aumento da participação nos serviços produtivos foi um movimento observado para todos os grupos de cor ou raça e sexo, o que ilustra o crescimento generalizado do setor no país ao longo do período estudado.

### **Considerações finais**

A redução da presença feminina nas posições na ocupação relacionadas a atividades não mercantis e o aumento do assalariamento do trabalho feminino foram movimentos que caminharam juntos ao longo do período analisado no capítulo. A massa de trabalhadoras declaradas como não remuneradas dos anos de 1990 se esvaiu, e deu lugar a uma expressiva expansão do trabalho feminino remunerado com carteira de trabalho assinada, na esteira da próspera fase vivida pelo mercado de trabalho brasileiro na década de 2000 e começo da década de 2010.

Já a análise dos dados descritivos do emprego feminino no setor de serviços, demonstrou que a maior parte das trabalhadoras daquele setor (65,6% em 2015) se encontrava concentrada nos serviços pessoais e nos serviços sociais. Não por acaso, o perfil da trabalhadora média dos dois grupos é praticamente um arquétipo dos dois polos antagônicos de trabalhadoras descrito pelas autoras estudadas no primeiro capítulo. As ocupadas nos serviços pessoais tinham os piores empregos em termos de remuneração e nível de formalização, além de possuírem a menor escolaridade média entre os grupos analisados. Já nos serviços sociais, residiam as mulheres com os maiores salários femininos, que contavam com o mais elevado grau de proteção social e, em sua maioria, com um diploma universitário.

Assim, os resultados reforçam a ideia do setor de serviços como palco do desenrolar do fenômeno da bipolarização do emprego das mulheres. A oposição entre a maior presença relativa das mulheres pretas e pardas nos serviços pessoais e das mulheres brancas nos serviços sociais demarca ainda a existência de uma provável demarcação racial no fenômeno da bipolarização, como também já foi apontado no primeiro capítulo. Isto é, a raça parece se somar como mais uma das características das trabalhadoras que se dividiam entre os dois grupos antagônicos dos subsetores de serviços.

A forte presença das mulheres nesses dois setores opostos em termos do perfil das trabalhadoras, mobiliza a percepção da bipolarização como um fenômeno que tangenciaria a dependência da manutenção das carreiras das mulheres do topo em relação aos empregos das mulheres da base. Os empregos em serviços da base supririam demandas agora externalizadas pelos domicílios e não mais atendidas no âmbito familiar pelas mulheres do topo. Essas, por sua vez, trilham carreiras em que precisam competir com os homens em situação ainda desvantajosa no mercado de trabalho, em meio a lentas mudanças na divisão sexual do trabalho tradicional, como visto no primeiro capítulo.

O próximo capítulo lançará mão do conceito estatístico da bipolarização da renda para aferir e testar a hipótese da bipolarização do emprego feminino para as mulheres ocupadas em geral e para as trabalhadoras dos serviços.

### **CAPÍTULO 3 – BIPOLARIZAÇÃO DO RENDIMENTO DO TRABALHO DE MULHERES E HOMENS NO BRASIL**

A bipolarização do emprego feminino apresentada no primeiro capítulo foi teorizada por Hirata e Kergoat como o fenômeno da crescente segregação da força de trabalho das mulheres em dois grupos distintos de trabalhadoras, cada um deles marcado por características socioeconômicas e de empregabilidade opostas. Seu ponto de partida se deu através da observação das mudanças na configuração do emprego das mulheres provocadas pela elevação da participação feminina no mercado de trabalho. O objetivo deste capítulo é medir a bipolarização do emprego feminino em uma de suas possíveis expressões, a dimensão do rendimento do trabalho.

Como recurso metodológico para a aferição, serão estimados três índices de bipolarização da renda. Essas medidas tiveram origem em outra literatura, a princípio distante dos estudos de gênero; o conceito nasceu do debate sobre a provável diminuição do tamanho da classe média nos EUA, Canadá e alguns países europeus. Foster e Wolfson (1992, 2010)<sup>36</sup> e Wolfson (1994) são os trabalhos seminais desta linha de pesquisa, que busca conceituar e desenvolver medidas estatísticas para esse fenômeno.

As três medidas de bipolarização da renda utilizadas no capítulo são o índice de Foster-Wolfson (1992, 2010) e outros dois índices que dele derivam, propostos por Lopes (2009) e calculadas para o Brasil por Lopes (2009) e Hoffman (2017). Todos os índices foram estimados para mulheres, homens e para o total da população ocupada, além de desagregados por cor ou raça para mulheres e homens. Os mesmos índices também foram calculados apenas para as trabalhadoras e trabalhadores dos serviços, no total e para cada um de seus subsetores.

Assim como no capítulo 2, a produção de todos os indicadores foi realizada através da PNAD do IBGE, para os anos de 1995 a 2015, à exceção dos dados de serviços, que foram calculados para os anos de 2002 e 2015. Para as medidas que envolvem a renda, a variável utilizada foi o rendimento mensal de todos os trabalhos, com exclusão dos rendimentos iguais a zero, pelos motivos discutidos nos capítulos anteriores. Todos os cálculos foram realizados com o recorte de idade para a população entre 18 e 64 anos. Apenas as variáveis de faixas de anos de estudo foram aplicadas para a população acima de 25 anos, por uma questão de

---

<sup>36</sup> Originalmente, a medida de Foster-Wolfson foi apresentada em um texto para discussão de 1992, mas o artigo só foi publicado oficialmente em 2010, pelo *Journal of Economic Inequality*, como um clássico redescoberto.

coerência com os resultados esperados para o número de anos de estudo equivalente ao nível superior<sup>37</sup>.

O capítulo está dividido em cinco seções, além desta introdução. A seção 3.1 situa e diferencia os conceitos de bipolarização e polarização. A seção seguinte (3.2.) descreve a metodologia das três medidas de bipolarização estimadas neste capítulo. A terceira seção apresenta um rápido levantamento bibliográfico dos trabalhos anteriores que realizaram estimações de índices de polarização e bipolarização com dados brasileiros. Já os resultados das medidas de bipolarização calculadas para este trabalho serão descritos e analisados na seção 3.4. O capítulo é finalizado por breves considerações.

### 3.1. Bipolarização e polarização

Apesar do uso frequente e popular da palavra polarização, apenas no começo dos anos de 1990 o termo passou a ser definido com maior precisão nos estudos econômicos, por uma literatura que buscava o desenvolvimento de metodologias para a medição da polarização. Foster e Wolfson (1992, 2010), Wolfson (1994) e Esteban e Ray (1994) são as principais referências da fundação do que viria a se tornar uma linha de pesquisa sobre medidas de polarização. Os três artigos se propunham a desenvolver índices de polarização e bipolarização de renda, e inauguraram uma importante divisão entre as abordagens da polarização e da bipolarização.

A polarização é o fenômeno da aglutinação dos indivíduos a partir de sua identificação em grupos. Estes grupos podem ser formados segundo os mais diversos critérios, tais como regiões geográficas, cor ou raça, sexo ou religiões. Com frequência, a variável de identificação utilizada para a formação dos grupos é a renda, de forma que as medidas de polarização podem também ser utilizadas como parâmetros para a concentração de renda. Neste capítulo, a renda será utilizada para medir a bipolarização interna de dois grupos previamente selecionados pela variável sexo. No próximo capítulo, um exercício parecido será replicado, mas dessa vez para aferir a polarização.

Esteban e Ray (1994) definem a polarização como o agrupamento da população em *clusters* de tamanho significativo. Os membros de cada *cluster* devem possuir atributos

---

<sup>37</sup> Os rendimentos foram deflacionados para o mês de setembro de 2015, segundo índice proposto por Corseuil e Foguel (2002). Os índices de Gini, T de Theil e Foster-Wolfson foram estimados através da versão mais recente do DASP (Distributive Analysis Stata Package), desenvolvido por Araar e Duclos (2013), e disponível gratuitamente em <http://dasp.ecn.ulaval.ca/>.

semelhantes, e diferentes *clusters* devem ter membros com atributos diferentes. A definição de polarização desses autores admite a formação de um número arbitrário de “polos”, que nada mais são do que *clusters* formados em torno de médias locais da distribuição. Na literatura sobre polarização, a semelhança (ou aproximação) experimentada por indivíduos do mesmo grupo é chamada de identificação, enquanto a diferença (ou distância) entre pessoas de grupos diferentes é denominada alienação. A polarização será tão grande quanto maior for a identificação dentro dos grupos ou a alienação entre eles. Isto é, um grande afastamento entre os grupos geraria uma polarização elevada, ao mesmo tempo em que uma grande homogeneidade interna a estes, também. Os autores costumam relacionar o fenômeno da polarização à geração de tensões, guerras e revoltas sociais, motivadas pelo forte sentimento de identificação interna dos grupos, associadas à alienação aos demais.

Já o conceito de bipolarização, conforme sugerido pelo termo, refere-se à distância captada entre dois grupos, tomando como referência o limite que os divide. Com frequência, este limite é a renda mediana – utilizada na construção do índice de Foster-Wolfson, por exemplo – mas nada impede que o corte entre estratos, no caso da renda como variável principal, seja localizado em outro ponto, como na média, no 90º ou o no 95º percentil da distribuição. Em termos econômicos, é possível pensar em uma segregação do tipo pobres/não-pobres, base/topo etc. Em termos gráficos, um aumento na bipolarização da distribuição de renda levaria à elevação “da densidade de probabilidade nas caudas, isto é, um crescimento nas frequências relativas de pobres e ricos” (HOFFMAN, 2017, p. 165)<sup>38</sup>. Justamente por isso, as medidas de bipolarização também são frequentemente utilizadas nos estudos sobre mudanças no tamanho da classe média, pois esta seria a classe “do meio”, possivelmente espremida entre dois polos, o polo dos mais ricos e o polo dos mais pobres.

Na literatura sobre a medição da polarização e da bipolarização, é comum encontrar autores que utilizam os termos como sinônimos. Entretanto, neste trabalho, acredita-se que a distinção conceitual entre as duas abordagens confere maior clareza tanto aos fenômenos que cada um desses conceitos busca definir, quanto às metodologias de medição a eles associadas. Conforme já mencionado, a polarização se expressa através da existência de múltiplos grupos; a bipolarização, com apenas dois. Mas a diferença entre os conceitos vai além da mera contagem do número de polos, ou mesmo da definição destes como *clusters* ou como dois grupos situados

---

<sup>38</sup> Neste artigo, Hoffman (2017) utiliza a palavra polarização para fazer referência ao que aqui é chamado de bipolarização, e multipolarização para denominar o que se entende por polarização.

em extremos opostos. “A polarização da renda é baseada no antagonismo médio gerado pela mistura da identificação e alienação. A bipolarização é uma função das distâncias a partir de um meio” (DUCLOS E TAPTUÉ, 2015, pg 352, tradução própria). Assim, é possível inclusive que, ao aferi-los, os resultados dos dois fenômenos possam ser aparentemente conflitantes.

A bipolarização, enquanto fenômeno social e econômico teorizado nos termos de Hirata e Kergoat no primeiro capítulo, guarda semelhanças com a definição conceitual da bipolarização realizada pela bibliografia aqui apresentada. Resumidamente, no capítulo 1, a bipolarização é conceituada como o fenômeno da crescente segregação da força de trabalho das mulheres em dois grupos distintos de trabalhadoras, cada um deles marcado por características socioeconômicas e de empregabilidade opostas. Esta segregação se expressaria na elevação do número de mulheres em vagas de trabalho situadas nas pontas da hierarquia do mercado (mulheres da base e mulheres do topo).

Supondo que a ordenação das mulheres pela renda do trabalho seria uma boa *proxy* do lugar que estas ocupam na hierarquia do mercado, é possível interpretar a elevação do emprego das mulheres do topo e das mulheres da base como um aumento relativo da densidade nas pontas da distribuição. Ou seja, uma descrição semelhante à imagem gráfica da bipolarização. Assim, apesar das diferenças de motivação e das distintas origens conceituais de uma e de outra definição sobre o que seria a bipolarização, avalia-se que existe considerável proximidade entre a descrição geral do fenômeno realizada pelas autoras no primeiro capítulo e a conceituação da bipolarização como medida estatística.

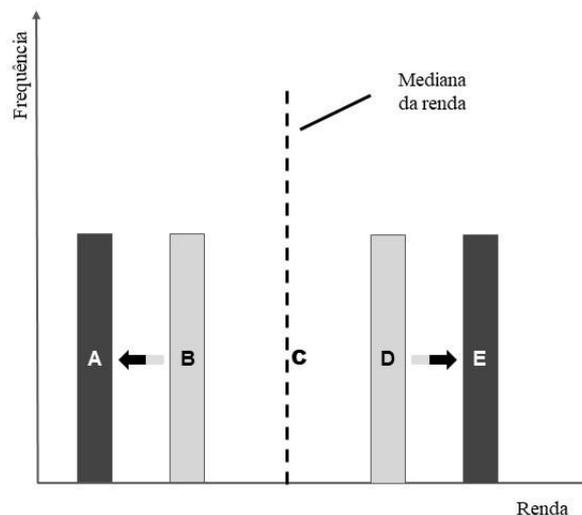
A compreensão sobre a bipolarização enquanto evento que afeta a distribuição de renda passa pelo entendimento de duas propriedades, postuladas como axiomas, que devem ser comuns a todos os índices de bipolarização: a “bipolaridade aumentada” (*increased bipolarity*) e o “*spread* aumentado” (*increased spread*).

O princípio do “*spread* aumentado” estabelece que o distanciamento (aproximação) dos grupos de renda acima abaixo da mediana faria com que a bipolarização se elevasse (diminuísse). Ou seja, incrementos (ou reduções) de renda realizados dentro dos grupos acima (ou abaixo) da mediana que expandissem a distribuição aumentariam (reduziriam) a bipolarização (CHAKRAVARTY, 2009). Já o princípio da “bipolaridade aumentada” garante que transferências de renda progressivas realizadas entre pessoas da mesma metade da distribuição (acima ou abaixo da mediana) que permaneçam nesta mesma metade, elevariam a

bipolarização, mas, seguindo o princípio de Pigou-Dalton<sup>39</sup>, diminuiriam a desigualdade dentro do grupo e a desigualdade total. A figura 1 exemplifica o *spread* aumentado através da ilustração de dois grupos de renda, B e D, cuja mediana da renda é C.

Suponha que ambos os grupos se afastem da mediana: aqueles abaixo dela tornam-se ainda mais pobres, se deslocando para o ponto A; o grupo acima da mediana fica ainda mais rico, passando a situar-se no ponto de renda E. Nessa situação, a bipolarização e a desigualdade aumentam. Após uma transferência de renda regressiva, houve aumento da distância entre os indivíduos, o que elevou a desigualdade. Por sua vez, o movimento de afastamento dos grupos aumentou as distâncias a partir do meio, o que aumenta a bipolarização.

**Figura 1 – *Spread* aumentado**



Fonte: Reprodução com base em Duclos e Taptué (2015)

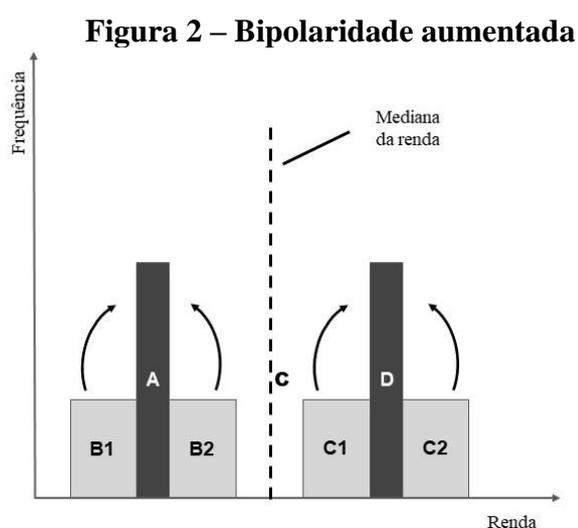
A bipolaridade aumentada é o resultado de duas mudanças de *spread* em relação à separatriz, em direções opostas. Um "aumento do *spread*" e uma "diminuição do *spread*" são exemplificados na figura 2, onde a separatriz da renda é representada pela mediana. Abaixo da mediana, as populações com renda B1 e B2 se agruparam na sua renda média A. O mesmo aconteceu com os grupos acima da mediana, quando as populações com renda C1 e C2 se aglutinaram na sua renda média D. Assim, os grupos próximos da mediana (B2 e C1) se afastaram dela, enquanto os grupos mais distantes da mediana (B1 e C2) se moveram em

<sup>39</sup> O princípio de Pigou-Dalton estabelece que toda transferência de renda de um indivíduo mais rico para um indivíduo mais pobre resulta em um grau mais elevado de igualdade, desde que não inverta a posição social entre eles. As medidas de bipolarização e de polarização não necessariamente obedecem ao princípio de Pigou-Dalton.

direção a ela. Os deslocamentos do primeiro grupo alargaram a *distância em relação à mediana*, enquanto os do segundo grupo a reduziu. Nessa situação, a desigualdade diminuiu, pois a renda dos indivíduos está mais próxima, mas supõe-se que a bipolarização aumentou.

Este axioma revela que bipolarização e desigualdade são necessariamente dois conceitos distintos, pois postula uma situação em que os fenômenos caminharão em sentidos opostos. Toda transferência progressiva provoca diminuição da desigualdade, independentemente da localização da transferência na distribuição. A bipolarização cai se a transferência ocorrer de um lado para o outro da distribuição, atravessando a mediana (DUCLOS E TAPTUÉ, 2015).

Além disso, a propriedade chama atenção para uma diferença fundamental em relação à desigualdade, presente na construção das medidas de bipolarização: estas são uma combinação de uma medida de desigualdade, expressa na distância entre os dois grupos, com um componente de igualdade, medido pela aproximação entre os indivíduos de um mesmo grupo (CHAKRAVARTY, 2009). Essa característica se estende também aos índices de polarização, e é justamente a importância conferida ao que aproxima os indivíduos, e não apenas ao que os distancia, que difere conceitualmente a construção dos índices de polarização e bipolarização das medidas de desigualdade. Ou seja, a homogeneidade interna dos grupos é um importante componente nas medidas de bipolarização e de polarização, e não apenas a heterogeneidade entre os indivíduos (DUCLOS E TAPTUÉ, 2015).



Fonte: Reprodução com base em Duclos e Taptué (2015)

Os axiomas dos índices de bipolarização dialogam com algumas propriedades das medidas de polarização, apesar de também possuírem diferenças em relação a elas. As propriedades da polarização serão vistas no capítulo 4, que será inteiramente dedicado a este fenômeno.

### 3.2. Metodologia das medidas de bipolarização

Nesta seção, serão apresentadas as metodologias dos três índices de bipolarização estimados no capítulo: o índice de Foster-Wolfson e outras duas medidas formuladas a partir deste. As medidas adaptadas foram propostas e calculadas para o Brasil por Lopes (2009) e Hoffman (2017). Dos três índices estudados, apenas o índice de Foster-Wolfson divide a distribuição segundo a mediana da renda. As outras duas medidas utilizam o 90º percentil da distribuição como limite entre os grupos. A medida de bipolarização  $P_{G90}$  é construída a partir da diferença entre o índice de Gini entre e intragrupos, enquanto a  $P_{T90}$  utiliza o índice T de Theil, em formulação semelhante.

#### 3.2.1. O índice de bipolarização da renda de Foster-Wolfson (1992, 2010)

O princípio básico da metodologia de Foster e Wolfson (1992, 2010) é a divisão dos indivíduos que fazem parte de uma mesma distribuição de renda em dois grupos: aqueles com renda abaixo e aqueles com renda acima da mediana. Tendo este ponto de partida, a bipolaridade aumentaria de duas formas: a) com a aproximação das rendas dentro dos grupos, ou seja, através de um aumento da homogeneidade intragrupos; b) com o distanciamento entre as rendas médias dos diferentes grupos.

Foster e Wolfson (1992, 2010) demonstraram que é possível derivar seu índice de bipolarização a partir de uma decomposição simples do índice de Gini total ( $G$ ), dado que os grupos de renda não se sobrepõem, tomando como base a divisão da população total segundo os dois grupos definidos anteriormente – das rendas abaixo e das rendas acima da mediana. Dessa forma, temos um índice de Gini para a desigualdade que ocorre entre os dois grupos ( $G_E$ ) e o Gini da desigualdade existente dentro de cada grupo ( $G_D$ ):

$$G = G_E + G_D \quad (1)$$

$$G_D = G - G_E \quad (2)$$

Hoffman et al. (2019) explicam intuitivamente a fórmula para o índice de Foster-Wolfson. Partindo da expressão do índice<sup>40</sup>:

---

<sup>40</sup> Wolfson (1994) alterou a fórmula da medida de bipolarização original, multiplicando-a por 2. O autor alega que, na ausência de renda negativa, esta transformação faria com que o índice de Foster-Wolfson variasse entre 0 e 1.

$$P_W = (2G_E - G) \mu/m^{4I}, \quad (3)$$

em que  $m$  é a mediana da distribuição total e  $\mu$  a renda média populacional, evidenciam que a diferença  $G_E - G$  é uma medida da desigualdade dentro das duas metades da distribuição, e que o contraste entre a desigualdade entre as metades e a desigualdade dentro das metades é:

$$G_E - (G - G_E) = 2G_E - G \quad (4)$$

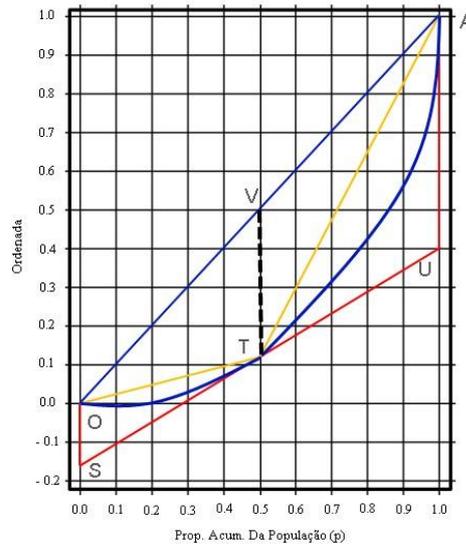
Escrito dessa forma, fica evidente que o índice de bipolarização é a desigualdade entre as metades superior e inferior da distribuição diminuída da desigualdade dentro dos dois subgrupos, medidas pelo índice de Gini, e renormalizadas pela mediana. Conforme destacam os autores, sendo o Gini total a soma de  $G_E$  com  $G_D$ , torna-se explícito que desigualdade e polarização são fenômenos diferentes. Uma maior desigualdade entre as metades acima e abaixo da mediana elevará tanto a desigualdade quanto a polarização, enquanto o aumento da desigualdade dentro dos grupos eleva a desigualdade geral, mas faz cair a bipolarização.

A medida de Foster-Wolfson também pode ser demonstrada graficamente a partir da curva de Lorenz. Segundo Wolfson (1994), o índice pode ser representado através da área estabelecida entre a curva de Lorenz e a tangente a essa curva no ponto equivalente à mediana. A dedução a seguir, via decomposição gráfica, é baseada em Hoffman et al. (2017) e Hoffman et al. (2019).

---

Contudo, Hoffmann (2008) afirma que isso não é verdade, pois a medida cresceria indefinidamente quando a mediana tende a zero. Por esse motivo, Hoffman (2017) defende que o índice seja mantido conforme sua formulação original. Neste trabalho seguiu-se a fórmula original, defendida por Hoffman (2017), na qual o índice não é multiplicado por 2. Cabe, contudo, atentar para este detalhe ao comparar os dados aqui estimados com aqueles apresentados em outros trabalhos, que podem ter utilizado a fórmula mais recente.

**Figura 3 – Curva de Lorenz com tangente no ponto referente à mediana**



Fonte: Reprodução baseada em Hoffman (2017)

Nomeia-se discrepância ( $D$ ) a distância entre o ponto na ordenada da linha de perfeita igualdade e o ponto da ordenada da curva de Lorenz. Na figura 3 acima, a discrepância  $D_{50}$  é representada pelo segmento em preto  $VT$ , no ponto correspondente à mediana.  $VT$  é numericamente equivalente a duas vezes a área do triângulo  $OAT$ . Já a área do triângulo  $OAT$  é igual à desigualdade entre as duas metades da distribuição, de forma que  $D_{50} = G_E$ . Assim, o índice de Foster-Wolfson pode ser reescrito como

$$P_W = (2D_{50} - G) \mu/m \quad (5)$$

Definindo a renda média do grupo mais rico como  $\mu^U$ , e a renda média do grupo mais pobre como  $\mu^L$ , Foster e Wolfson (1992, 2010) apresentam a seguinte medida  $\delta$  de distância relativa entre pobres e ricos<sup>42</sup>, a qual denominam “desvio relativo da mediana”:

$$\delta = (\mu^U - \mu^L) / \mu \quad (6)$$

Sendo a renda média relativa de um estrato equivalente à razão entre suas participações na renda e na população, e notando que a ordenada do ponto  $V$  é igual a 0,5, tem-se:

---

<sup>42</sup> Foster-wolfson (1992, 2010) chamam a essa distância de  $T$ , mas, neste trabalho, seguindo Hoffman et al. (2019), a distância será chamada de  $\delta$ , para que não se confunda com o “ $T$ ” que representa a medida de desigualdade  $T$  de Theil, utilizada na próxima subseção.

$$\mu^L/\mu = (0,5 - D_{50}) / 0,5 \quad (7)$$

$$\mu^U/\mu = (0,5 + D_{50}) / 0,5 \quad (8)$$

Subtraindo a expressão (7) da (8), chega-se à  $\delta = 4D_{50}$ <sup>43</sup>.

Ainda na figura 3, nota-se que a linha SU é tangente à curva de Lorenz no ponto correspondente à mediana, e a área do trapézio SOAU é igual a  $D_{50}$  (a altura do trapézio é igual a 1 e  $D_{50}$  é a média das bases). Logo, a área do trapézio SOAU vezes 4 é equivalente à  $\delta = 4D_{50}$ . Sendo a área delimitada pela curva de Lorenz e pela linha de perfeita igualdade igual à metade do índice de Gini, isto é,  $G/2$ , a medida das áreas referentes ao índice de Foster-Wolfson será dada por  $\delta/4 - G/2$ , que multiplicada por 2, será

$$\delta/2 - G \quad (9)$$

Multiplicando a diferença por  $\mu/m$ :

$$P_W = (\delta/2 - G) \mu/m = (2D_{50} - G) \mu/m = (2G_e - G) \mu/m \quad (10)$$

### 3.2.2. Variações do índice de bipolarização da renda

Nesta seção será apresentada a metodologia dos índices de bipolarização baseados no índice de Gini, com divisão de estratos pelo 90º percentil da distribuição, e no T de Theil, com divisão de estratos pelo 90º percentil da distribuição. Ambas as variações da medida de bipolarização foram propostas e calculadas por Lopes (2009) para os anos de 1992 a 2007 (Brasil e Estado de São Paulo) e recalculadas por Hoffman (2017), de 1995 a 2013, para todo o Brasil<sup>44</sup>.

---

<sup>43</sup> Foster e Wolfson (1992, 2010) afirmam que  $\delta$  (no caso do texto original, T) é igual ao dobro de  $D_{50}$ , mas Hoffman (2017) aponta que esta conclusão está equivocada. Como pode ser visto no texto, para Hoffman,  $\delta = 4D_{50}$ .

<sup>44</sup> Lopes (2009) sugere a utilização do método de maximização de desigualdade entre estratos de Aghevli e Mehran (1981) como critério para definir se determinada divisão da distribuição de renda poderia ser utilizada como limite de uma medida de bipolarização. A partir da PNAD 2007, Lopes (2009) calculou quais seriam os valores limites da renda na divisão de estratos que maximizariam a desigualdade entre eles, testando 12 medidas de bipolarização, que utilizavam os índices de Gini, T de Theil e L de Theil como medidas de desigualdade e a renda média, a mediana da renda, o 90º e o 95º percentil da distribuição como limite entre os estratos. A autora concluiu que as medidas que mais se aproximavam dos valores que maximizariam a desigualdade entre estratos para o Brasil eram  $P_{LM}$ , que possuía a média como limite entre estratos e o L de Theil como medida de desigualdade;  $P_{GM}$ , que possuía

O 90º percentil da distribuição foi escolhido como um limite possível entre os estratos<sup>45</sup>. O intuito deste exercício é verificar se a bipolarização obedece a um comportamento diferente uma vez que o corte entre os dois grupos se dê em um patamar mais elevado de rendimentos, quando comparado ao corte na mediana da renda, utilizado tradicionalmente pelo índice de Foster-Wolfson. Da mesma forma, a utilização do T de Theil enquanto medida de desigualdade no lugar no índice de Gini cumpre função semelhante, isto é, verificar se a medida de desigualdade utilizada interfere nos resultados gerais de bipolarização.

No índice de Foster-Wolfson (1992, 2010) a bipolarização foi traduzida como o contraste da desigualdade entre e dentro de dois estratos de renda separados pela mediana e medida pelo índice de Gini. Tomando esta ideia como ponto de partida, é possível desenvolver diversas medidas de bipolarização, apenas variando o ponto de corte da distribuição que separa os dois estratos e a medida de desigualdade utilizada (LOPES, 2009)<sup>46</sup>.

Para o T de Theil como medida de desigualdade e o limite entre estratos no 90º percentil da distribuição, teremos:

$$P_{T90} = 2T_{e90} - T,$$

Em que  $T_{e90}$  é o valor do T de Theil relativo à desigualdade entre os 90% mais pobres e os 10% mais ricos e T é o T de Theil para a população total.

Analogamente, para o índice de Gini, com o limite entre estratos estabelecido no 90º percentil:

$$P_{G90} = 2G_{e90} - G,$$

Em que  $G_{e90}$  é o valor do Gini relativo à desigualdade entre os 90% mais pobres e os 10% mais ricos e G é índice de Gini para a população total.

---

a média como limite e o índice de Gini como medida de desigualdade; e o  $P_{T90}$ , utilizando o 90º percentil como limite e o T de Theil como medida de desigualdade. Por se tratar de medidas cujos limites eram muito distantes dos valores que maximizavam a desigualdade entre grupos, as medidas  $P_{T50}$ ,  $P_{G95}$ ,  $P_{L90}$ ,  $P_{L95}$  foram descartadas como candidatas a índices de bipolarização.

<sup>45</sup> Na situação em que o limite entre grupos não é a mediana, o axioma da bipolaridade aumentada precisa ser generalizado, e seu enunciado passa a considerar transferências progressivas entre pessoas que estão e permanecem dentro de dois estratos e não dentro de duas metades (HOFFMAN et al. 2019).

### **3.3. Breve revisão dos trabalhos com dados brasileiros sobre a polarização e a bipolarização da renda**

Até o momento, foram poucos os trabalhos que calcularam medidas de polarização e/ou de bipolarização para o Brasil. O levantamento realizado para esta revisão encontrou ao todo quinze trabalhos que utilizaram tais medidas<sup>47</sup>. Entre esses, os índices mais utilizados foram o de Foster-Wolfson (1992, 2010) e o de Duclos et al. (2004), duas das quatro medidas igualmente calculadas para este trabalho (o índice de Duclos et al. (2004) será apresentado no capítulo 4). O quadro 1 do Apêndice 2 detalha quais medidas foram estimadas por cada estudo, o período analisado, a abrangência, a base de dados, a variável principal utilizada, o tipo de trabalho realizado (se artigo, tese, dissertação etc.) e os principais resultados encontrados.

O índice de Foster-Wolfson (1992, 2010) foi estimado para todo o Brasil por Alvares (2006), Audibert (2011), Deutsch et al. (2014), Fantinel (2017), Fantinel e Porto Junior (2017), Hoffman (2008, 2017), Lopes (2009) e Schroeder (2014), e o período neles analisado variou do ano de 1987 ao de 2014. Hoffman (2009) realizou o cálculo do mesmo índice apenas para os trabalhadores empregados na agricultura. Exceto por Deutsch et al. (2014), todos os trabalhos encontram tendência de declínio para a bipolarização no Brasil, resultado que acompanhou o desempenho do índice de Gini. Deutsch et al. (2014) foi o único desses trabalhos que não utilizou a PNAD como base de dados, assim como também foi o único cuja variável principal não era uma variável de rendimento, mas sim uma variável de bens disponíveis aos domicílios e seu acesso a diversos serviços<sup>48</sup>. Além da estimação da medida para todo o Brasil, Fantinel (2017), Fantinel e Porto Jr (2017), Hoffman (2017) e Schroeder (2014), também calcularam o índice desagregado segundo as Grandes Regiões. Todos encontraram tendência de redução para a bipolarização nas cinco regiões. Em uma estimação à parte para o Distrito Federal, Hoffman (2017) observou tendência de elevação. Alvares (2016) e Audibert (2011) analisaram também os dados do Rio Grande do Sul; ambos constataram declínio na medida. Lopes (2009) estimou o índice para o estado de São Paulo, e verificou igualmente tendência de queda, ainda que mais suave do que para o Brasil.

---

<sup>47</sup> Existem outros trabalhos com dados brasileiros que se propõem a medir e a analisar diferentes fenômenos nomeados de polarização por seus respectivos autores. Entretanto, o foco desta revisão são os estudos que se utilizaram da abordagem analítica e metodológica específica das medidas de polarização e bipolarização propostas pela literatura internacional apresentada nas seções anteriores.

<sup>48</sup> Tecnicamente, a polarização e bipolarização estimadas por Deutsch et al. (2014) não são de renda, pois a variável usada para calcular os índices não era uma variável de rendimento.

O índice de Duclos et al (2004) (ou DER, como também é comumente nomeado) foi calculado para o Brasil em oito trabalhos: Audibert (2011), Clementi e Schettino (2013), Fantinel (2017), Fantinel e Porto Jr. (2017), Figueiredo e Porto Jr. (2015), Figueiredo et al. (2007), Schroeder (2014) e Theodoro (2011) – cinco dos quais também estimaram o índice de Foster-Wolfson (1992, 2010). Theodoro (2011) realizou ainda o cálculo da medida para o estado de São Paulo.

Excetuando-se Clementi e Schettino (2013), Figueiredo e Porto Jr (2015) e Theodoro (2011), os trabalhos utilizaram a PNAD como base de dados, e o período neles analisado variou do ano de 1987 ao de 2014. Ao contrário dos cálculos para o índice de Foster-Wolfson (1992/2010), os resultados encontrados para a medida de Duclos et al. (2004) variaram entre os estudos. Fantinel (2017), Fantinel e Porto Jr. (2017) e Schroeder (2014) perceberam queda no indicador, enquanto Clementi e Schettino (2013) e Figueiredo et al. (2007) encontram tendência de elevação, e Audibert (2011) constatou relativa estabilidade. Figueiredo e Porto Jr (2015) observaram estabilidade da polarização dos PIBs estaduais e queda da polarização dos PIBs municipais. Já Theodoro (2011) relatou queda da polarização para valores de  $\alpha$  iguais a 0,25, e relativa estabilidade para  $\alpha$  maiores.

Hoffman (2008, 2017) critica a interpretação do índice de Duclos et al. (2004) fornecida pela maior parte dos estudos citados<sup>49</sup>. O autor argumenta que os trabalhos confundem a bipolarização e a “multipolarização” – ou apenas polarização, seguindo a nomenclatura que está sendo utilizada nesta tese – não percebendo que os índices desenvolvidos para um ou outro conceito captam fenômenos diferentes. Ressalta ainda que as medidas de multipolarização, como aquelas desenvolvidas por Esteban e Ray (1994) e Duclos et al. (2004), podem ser particularmente enganosas diante do perfil da distribuição de renda brasileira, caracterizada por “picos de maior frequência de valores declarados associados ao salário mínimo e à tendência de as pessoas declararem números redondos” (HOFFMAN, 2017, p.181), o que faria com que os polos se concentrassem justamente em torno desses valores. Essa discussão será retomada no próximo capítulo, quando a medida de polarização de Duclos et al. (2004) será formalmente apresentada.

---

<sup>49</sup> Para uma análise crítica da literatura brasileira a respeito dos índices de polarização e bipolarização, ver Hoffman (2008, 2017).

Um resumo das variáveis utilizadas e dos resultados encontrados para os outros índices de polarização e bipolarização estimados para o Brasil podem ser consultados no quadro 1, do Apêndice 2.

### 3.4. Resultados das estimações

#### 3.4.1. Rendimentos de homens e mulheres ocupadas

Antes da apresentação dos resultados das estimações, cabe uma breve análise sobre os rendimentos do trabalho de homens e mulheres no Brasil de 1995 a 2015 (tabela 3). Como movimento geral, a renda de homens e mulheres se retraiu entre 1996 e 2003, declinando 10,7% em termos reais para as mulheres, e 20,3% para os homens. Após um biênio de relativa estabilidade entre 2003 e 2004, os rendimentos do trabalho voltaram a crescer e se valorizaram 141,3% para as mulheres, e 133,3% para os homens entre 2005 e 2014. Em 2015, como reflexo da crise econômica que se iniciava no país, os rendimentos caíram 4,1% para as mulheres e 5,9% para os homens. Tais movimentos fizeram com que o hiato de gênero dos rendimentos do trabalho diminuísse de 61% em 1995 para 31,2% em 2015. Além de rendimentos médios menores, tanto a base quanto o topo da distribuição dos rendimentos femininos, aqui representados pelos percentis 10 e 90, eram mais baixos que os masculinos.

**Tabela 3 – Rendimentos do trabalho da PEA ocupada segundo o sexo – Brasil, 1995 a 2015 (em R\$ de setembro de 2015)**

	Média		Mediana		Percentil 10		Percentil 90	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
<b>1995</b>	1.247,16	2.008,35	674,26	1.086,31	224,75	374,59	2.738,24	4.420,14
<b>1996</b>	1.331,58	2.032,70	733,14	1.039,72	249,93	373,23	2.799,25	4.332,18
<b>1997</b>	1.316,39	2.006,73	734,61	1.054,01	229,96	383,27	2.874,56	4.471,54
<b>1998</b>	1.319,66	1.975,31	753,01	1.053,59	247,90	371,85	2.943,85	4.183,36
<b>1999</b>	1.246,07	1.804,63	698,74	989,89	232,91	349,37	2.838,64	3.784,86
<b>2001</b>	1.234,74	1.769,90	684,59	955,90	228,20	354,98	2.535,54	3.803,30
<b>2002</b>	1.208,50	1.720,69	692,00	922,67	230,67	346,00	2.537,34	3.460,02
<b>2003</b>	1.113,58	1.600,88	631,81	888,49	197,44	315,91	2.369,29	3.257,78
<b>2004</b>	1.112,13	1.607,69	652,93	932,75	186,55	373,10	2.238,60	3.357,91
<b>2005</b>	1.175,38	1.664,78	709,26	886,57	212,78	354,63	2.482,41	3.546,30
<b>2006</b>	1.273,28	1.782,74	703,82	1.035,04	258,76	370,89	2.587,59	3.450,12
<b>2007</b>	1.305,94	1.831,83	789,74	987,18	263,25	427,78	2.632,47	3.537,39
<b>2008</b>	1.327,15	1.861,55	767,76	1.074,86	307,10	460,65	2.763,92	3.838,78
<b>2009</b>	1.359,52	1.914,04	824,35	1.177,64	294,41	441,62	2.889,64	3.680,13
<b>2011</b>	1.490,68	2.027,87	917,03	1.252,40	366,81	628,82	2.882,10	3.930,14
<b>2012</b>	1.562,78	2.132,43	990,76	1.238,45	371,54	619,23	3.096,13	3.839,20
<b>2013</b>	1.630,27	2.219,55	1.031,69	1.406,85	410,33	703,42	3.282,64	4.103,30
<b>2014</b>	1.661,08	2.219,28	1.057,12	1.321,40	440,47	660,70	3.303,51	4.404,68
<b>2015</b>	1.592,38	2.088,58	1.000,00	1.300,00	400,00	600,00	3.000,00	4.000,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados PNAD 1995 a 2015, IBGE.

Nota: Os rendimentos utilizados foram deflacionados para o mês de setembro de 2015, segundo índice proposto por Corseuil e Foguel (2002).

### 3.4.2. Resultados dos índices de bipolarização

Os resultados encontrados para evolução da bipolarização da renda são condizentes com aqueles apresentados pela maior parte dos trabalhos revisados, isto é, apontam para a redução da bipolarização ao longo dos anos, acompanhando a já conhecida queda da desigualdade.

Na análise da bipolarização segundo cada um dos grupos de sexo, percebeu-se que o movimento de queda ocorreu tanto para as mulheres quanto para os homens. Entretanto, o grupo feminino possuía um nível de bipolarização mais baixo que o masculino. Essa situação se repetiu para os três índices analisados, e os resultados podem ser observados na tabela 4 e no gráfico 14 abaixo.  $PT_{90}$

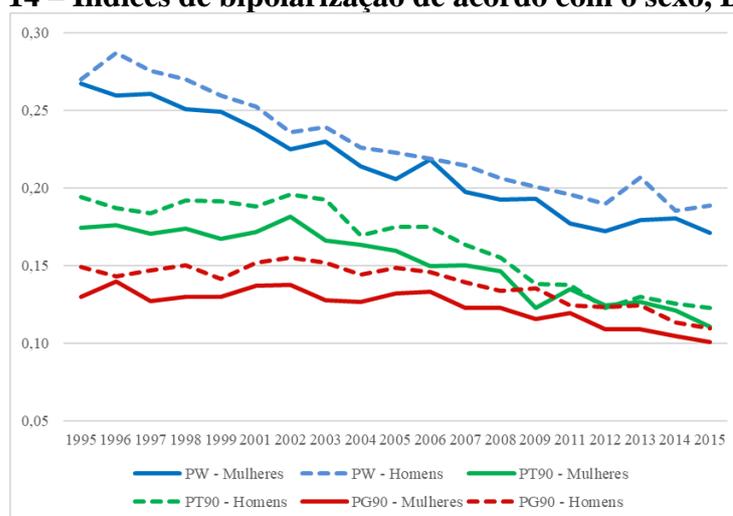
**Tabela 4 – Índices de bipolarização, Brasil, 1995 a 2015**

	Pw			PT90			PG90		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
1995	0,267	0,270	0,283	0,175	0,194	0,186	0,130	0,149	0,146
1996	0,260	0,287	0,274	0,176	0,187	0,189	0,140	0,143	0,147
1997	0,261	0,276	0,264	0,170	0,183	0,180	0,127	0,147	0,144
1998	0,251	0,270	0,259	0,174	0,192	0,186	0,130	0,150	0,146
1999	0,249	0,260	0,253	0,167	0,191	0,184	0,130	0,142	0,139
2001	0,238	0,252	0,255	0,171	0,188	0,187	0,137	0,152	0,151
2002	0,225	0,236	0,245	0,181	0,196	0,192	0,138	0,155	0,152
2003	0,230	0,239	0,233	0,166	0,192	0,181	0,128	0,152	0,145
2004	0,214	0,226	0,231	0,163	0,170	0,166	0,126	0,144	0,140
2005	0,206	0,223	0,224	0,159	0,175	0,173	0,132	0,149	0,147
2006	0,218	0,219	0,221	0,150	0,175	0,169	0,133	0,146	0,144
2007	0,197	0,215	0,223	0,150	0,163	0,153	0,123	0,139	0,132
2008	0,192	0,207	0,206	0,146	0,155	0,149	0,123	0,134	0,130
2009	0,193	0,201	0,210	0,123	0,138	0,132	0,116	0,136	0,130
2011	0,177	0,196	0,210	0,135	0,138	0,137	0,119	0,125	0,124
2012	0,172	0,190	0,203	0,124	0,123	0,117	0,109	0,123	0,116
2013	0,179	0,207	0,190	0,127	0,130	0,124	0,109	0,124	0,117
2014	0,180	0,185	0,202	0,121	0,126	0,124	0,104	0,114	0,111
2015	0,171	0,189	0,182	0,111	0,123	0,120	0,101	0,109	0,108

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados PNAD 1995 a 2015, IBGE.

Nota: Os rendimentos utilizados foram deflacionados para o mês de setembro de 2015, segundo índice proposto por Corseuil e Foguel (2002).

**Gráfico 14 – Índices de bipolarização de acordo com o sexo, Brasil, 1995 a 2015**



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados PNAD 1995 a 2015, IBGE.

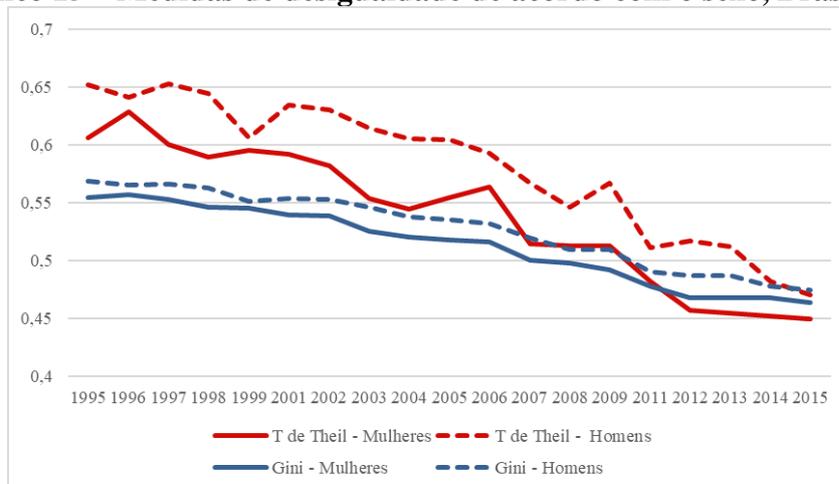
Nota: Os rendimentos utilizados foram deflacionados para o mês de setembro de 2015, segundo índice proposto por Corseuil e Foguel (2002).

A queda da bipolarização da renda ocorreu para a medida de Foster-Wolfson ( $P_W$ ) desde a década de 1990, enquanto os dois outros índices ( $P_{T90}$  e  $P_{G90}$ ) mantiveram comportamento oscilante no período, e só iniciaram trajetória consistente de redução a partir dos anos 2000.

A distância entre o indicador aferido para as mulheres e para os homens também se manteve relativamente estável ao longo dos 20 anos da série, à exceção de alguns anos em que ambos atingiram quase o mesmo valor.

Os dados aqui analisados sugerem uma relativização da ideia de que o emprego feminino é bipolarizado no Brasil, e de que esta bipolarização teria aumentado a partir dos anos de 1990. Ao menos no que diz respeito à ordenação dos empregos de acordo com os rendimentos do trabalho das mulheres quando comparado ao dos homens, as evidências apontam que, no passado, ambos os grupos apresentavam maior índice de bipolarização, sendo a bipolarização masculina sempre superior à feminina. Ao longo de 20 anos, houve tendência de queda igualmente relevante para os dois contingentes.

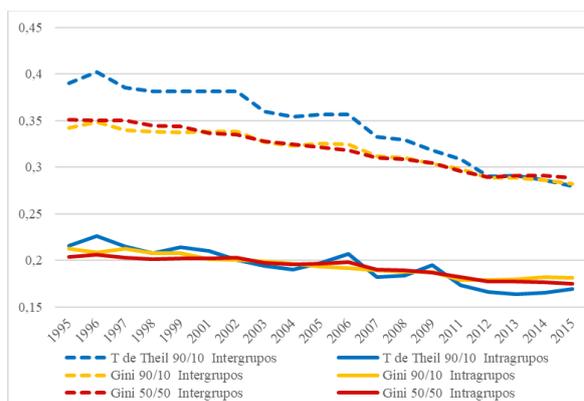
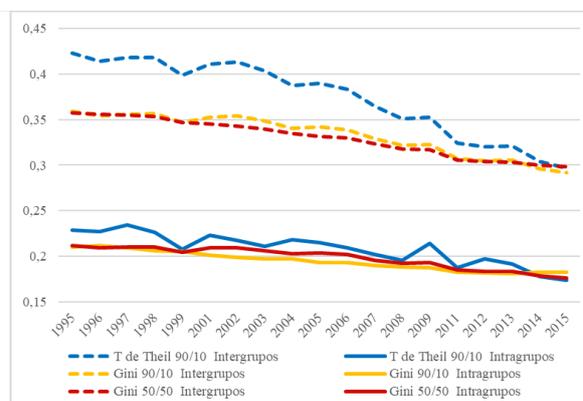
Assim como no caso da população total, a bipolarização acompanhou o movimento da desigualdade também quando desagregada por sexo. No gráfico 15 é possível perceber a tendência de queda do índice de Gini de mulheres e de homens, mas sempre com a manutenção do Gini masculino em patamar superior. Movimento semelhante ocorreu para o T de Theil ao longo da série analisada; o indicador de ambos os sexos declinou, mas a desigualdade masculina permaneceu constantemente superior à feminina. Logo, o caso brasileiro se enquadraria na situação em que bipolarização e desigualdade caminharam no mesmo sentido, inclusive por sexo.

**Gráfico 15 – Medidas de desigualdade de acordo com o sexo, Brasil, 1995 a 2015**

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados PNAD 1995 a 2015, IBGE.

Nota: Os rendimentos utilizados foram deflacionados para o mês de setembro de 2015, segundo índice proposto por Corseuil e Foguel (2002).

Os gráficos 16a e 16b apresentam a decomposição das três medidas de bipolarização estudadas no capítulo, segundo os índices de desigualdade que as compõem. Relembrando as fórmulas apresentadas na seção metodológica 3.2, sabe-se que os índices de bipolarização podem ser representados como a diferença entre o índice de desigualdade entre grupos e o índice de desigualdade intragrupos. No gráfico abaixo, as linhas tracejadas representam a desigualdade entre os estratos acima e abaixo do limite entre grupos de cada medida; as linhas contínuas evidenciam o movimento da desigualdade intragrupos.

**Gráfico 16 – Decomposição intra e intergrupos das medidas de bipolarização de acordo com o sexo, Brasil, 1995 a 2015****16a – Mulheres****16b – Homens**

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados PNAD 1995 a 2015, IBGE.

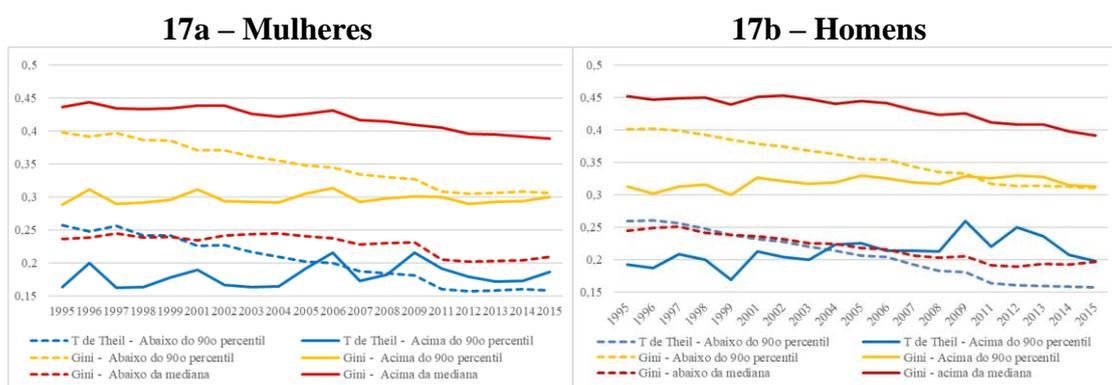
Nota: Os rendimentos utilizados foram deflacionados para o mês de setembro de 2015, segundo índice proposto por Corseuil e Foguel (2002).

Observou-se que a desigualdade caiu tanto para os componentes intra quanto para os intergrupos, tendo a queda se mostrado mais acentuada para o segundo. A redução foi especialmente expressiva para o T de Theil entre grupos, parte do índice  $P_{T90}$ . Essa medida de desigualdade partia de um patamar acima das demais, para homens e mulheres, e se igualou ao índice de Gini para os últimos anos da série de dados.

Conforme visto na seção 3.1, uma queda na desigualdade entre os grupos levaria à queda da bipolarização. Por outro lado, uma diminuição no componente de desigualdade intragrupos a aumentaria. A análise gráfica acima sugere que, apesar de ambos os componentes de desigualdade terem caído no Brasil, o efeito da queda da desigualdade intergrupos foi maior para todas as medidas, tanto para homens quanto para mulheres, proporcionando redução da bipolarização.

Os gráficos 17a e 17b abaixo apresentam a evolução dos índices de desigualdade de Gini e T de Theil para cada um dos grupos de renda que compõe as medidas de bipolarização estudadas, para homens e mulheres: os 50% mais ricos (ou seja, pessoas cujos rendimentos ficavam acima da mediana), os 50% mais pobres (grupo de pessoas com rendimentos abaixo da mediana), os 10% mais ricos (rendimentos acima do 90º percentil) e os 90% mais pobres (rendimentos abaixo do 90º percentil). O grupo dos 90% mais pobres foi aquele que experimentou as reduções mais expressivas da desigualdade, para ambos os sexos, medida segundo os dois índices. A trajetória desses grupos pode ser verificada nas linhas tracejadas em amarelo para o índice de Gini, e em azul para o T de Theil.

**Gráfico 17 – Medidas de desigualdade para os grupos de renda acima e abaixo das separatrizes de 50º e 90º percentis, de acordo com o sexo, Brasil, 1995 a 2015**



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados PNAD 1995 a 2015, IBGE.

Nota: Os rendimentos utilizados foram deflacionados para o mês de setembro de 2015, segundo índice proposto por Corseuil e Foguel (2002).

A desigualdade também apresentou queda para os grupos de rendimentos abaixo da mediana, mas em magnitude reduzida quando comparada aos demais grupos, especialmente para as mulheres. Nota-se também que, no caso feminino, a desigualdade deste mesmo grupo caiu apenas a partir de 2005. Para todos os grupos abaixo de suas respectivas separatrizes, houve estabilidade na desigualdade entre 2011 e 2015.

Já nos grupos de rendimentos das pessoas mais ricas, houve considerável estabilidade na desigualdade das mulheres e homens localizados nos 10% do topo, quando medida pelo índice de Gini. Quando aferida pelo T de Theil, a desigualdade desses mesmos contingentes mostrou-se um pouco mais oscilante, mas sem tendência definida. O movimento mais interessante a ser notado neste caso, fica por conta do cruzamento das linhas de desigualdade referentes aos grupos acima e abaixo do 90º percentil, que trocaram de posição em 2008 no caso feminino, e em 2004, no masculino. Para a desigualdade medida pelo índice de Gini, as linhas se estabilizaram praticamente no mesmo nível a partir dos anos de 2009 para os homens, e de 2011 para as mulheres. Apesar de mais discreta, ainda é possível notar a aproximação entre o nível da desigualdade dos grupos acima e abaixo da mediana. Tais movimentos são coerentes com a queda da desigualdade intergrupos observada no gráfico 16.<sup>50</sup>

### **3.4.3. Bipolarização segundo cor ou raça**

Na tabela 5 abaixo estão dispostos os mesmos indicadores referentes aos rendimentos de todos os trabalhos apresentados na última subseção (índice de Gini, T de Theil, P10 e P90, renda média e mediana), mas desta vez desagregados segundo mulheres brancas, mulheres pretas e pardas, homens brancos e homens pretos e pardos. A análise dos rendimentos segundo

---

<sup>50</sup> Há evidências de que pesquisas domiciliares como a PNAD possuiriam tendência à subnotificação de rendimentos dos indivíduos situados no topo da distribuição de renda, o que levaria também à subestimação da desigualdade no país. Ademais, a desigualdade de rendimentos brasileira se mostrou estável entre 2006 e 2012 quando incorporados dados tributários, contrariando os resultados de pesquisas domiciliares (MEDEIROS, et. al, 2015). Assim, é provável que, caso houvesse acesso a dados mais precisos dos ricos, seria verificado aumento da distância entre ricos e pobres, provocando elevação da bipolarização. Por outro lado, haveria também um possível aumento da heterogeneidade entre os ricos (reduzindo a bipolarização), de forma que o efeito líquido dessa possível mudança é desconhecido a priori.

os grupos de cor ou raça e sexo mostraram que, quanto mais baixa a renda média (e os rendimentos do topo e da base das distribuições – P90 e P10), menor também era a desigualdade interna ao contingente em questão.

**Tabela 5 – Indicadores de rendimentos por grupos de cor ou raça e sexo – Brasil – 1995, 1998, 2002, 2005, 2008, 2012 e 2015 (em R\$ de setembro de 2015)**

		1995	1998	2002	2005	2008	2012	2015
<b>Mulheres brancas</b>	Gini	0,544	0,539	0,537	0,522	0,501	0,478	0,471
	T de Theil	0,567	0,557	0,564	0,549	0,502	0,468	0,452
	P10	314,65	340,87	299,87	319,17	383,88	619,23	600,00
	P90	3.558,59	3.718,54	3.460,02	3.191,67	3.378,13	3.715,35	4.000,00
	Média	1.545,69	1.645,35	1.503,99	1.466,08	1.636,84	1.925,60	1.971,39
	Mediana	805,37	929,64	807,34	833,38	921,31	1.114,61	1.200,00
<b>Mulheres pretas e pardas</b>	Gini	0,506	0,483	0,475	0,455	0,447	0,412	0,412
	T de Theil	0,522	0,473	0,457	0,425	0,425	0,349	0,349
	P10	168,56	185,93	161,47	177,31	214,97	309,61	300,00
	P90	1.543,30	1.549,39	1.453,21	1.464,62	1.842,61	2.167,29	2.070,00
	Média	790,48	823,50	784,10	801,49	959,82	1.166,28	1.199,18
	Mediana	449,51	495,81	493,63	531,94	640,31	842,15	875,00
<b>Homens brancos</b>	Gini	0,559	0,557	0,553	0,539	0,518	0,502	0,487
	T de Theil	0,616	0,614	0,611	0,597	0,546	0,547	0,483
	P10	412,05	412,14	461,34	531,94	637,24	770,32	788,00
	P90	5.618,83	5.577,82	4.613,35	4.432,87	4.606,53	5.573,03	5.000,00
	Média	2.574,58	2.543,40	2.216,06	2.145,72	2.390,22	2.728,25	2.663,54
	Mediana	1.348,52	1.329,38	1.153,34	1.106,45	1.305,18	1.540,63	1.577,00
<b>Homens pretos e pardos</b>	Gini	0,513	0,495	0,485	0,467	0,448	0,425	0,421
	T de Theil	0,532	0,493	0,487	0,485	0,428	0,370	0,369
	P10	299,7	294,4	267,6	283,7	383,9	495,4	500,0
	P90	2.509,7	2.479,0	2.106,0	2.127,8	2.380,0	2.972,3	3.000,0
	Média	1.238,6	1.207,9	1.108,9	1.121,9	1.326,5	1.582,3	1.589,3
	Mediana	749,2	774,7	692,0	709,3	921,3	1.114,6	1.200,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados PNAD 1995, 1998, 2002, 2005, 2008, 2012 e 2015, IBGE.

Nota: Os rendimentos utilizados foram deflacionados para o mês de setembro de 2015, segundo índice proposto por Corseuil e Foguel (2002).

Seguindo os resultados já conhecidos na literatura, as mulheres pretas e pardas apareceram como o grupo de menor rendimento durante todo o período analisado, seguidas pelos homens pretos e pardos, pelas mulheres brancas e, por fim, pelos homens brancos – grupo de rendimento médio, mediano e P10 e P90 mais elevados. Da mesma forma, tanto para o índice de Gini quanto para o T de Theil, a desigualdade interna aos grupos seguiu a mesma hierarquia: era sempre mais alta para os homens brancos, e decrescia seguindo a ordem mulheres brancas,

homens pretos e pardos e mulheres pretas e pardas. Ambos os índices caíram ano a ano, para os quatro grupos. Ou seja, todos os grupos se tornaram menos desiguais.

Apesar da manutenção da hierarquia racial dos rendimentos, ao longo dos anos, a assimetria entre as rendas médias dos quatro grupos diminuiu, principalmente a partir do ano de 2005. A redução do hiato entre os rendimentos de brancos e pretos e pardos é consequência do bom momento experimentado pelo mercado de trabalho brasileiro da segunda metade dos anos 2000 ao começo de 2010, de forma que a valorização do salário mínimo e o aumento da formalização do emprego se refletiram em ganhos salariais reais principalmente para os trabalhadores da base da distribuição, onde os negros ainda formavam maioria.

Entre 1995 e 2015, houve valorização real dos rendimentos de todos os grupos de cor ou raça, que se recuperaram a partir de 2005 do período de queda na renda média, experimentado entre 1998 e 2002 para os pretos e pardos de ambos os sexos, e de 1998 à 2005 para as mulheres e os homens brancos. O grupo das mulheres pretas e pardas foi aquele para o qual se notou a maior valorização de rendimentos entre 1995 e 2015 (51,7%), seguidas dos homens pretos e pardos (28,3%), das mulheres brancas (27,5%) e dos homens brancos, cujo ganho real foi de apenas 3,5% no período.

Na comparação entre os dois extremos, ou seja, do grupo de renda mais baixa em relação àquele de renda mais alta, notou-se que o hiato de rendimentos entre as mulheres pretas e pardas e os homens brancos se reduziu de 225,7% em 1995, favoravelmente aos homens brancos, para 122,1% em 2015. Ainda comparativamente às mulheres pretas e pardas, em 2015, as mulheres brancas aferiram rendimentos em média 64,4% superiores às primeiras. Em 1995, essa diferença era de 95,5%.

**Tabela 6 – Índices de bipolarização por grupos de cor ou raça e sexo – Brasil – 1995, 1998, 2002, 2005, 2008, 2012 e 2015**

		$P_w$						
		1995	1998	2002	2005	2008	2012	2015
Mulheres	Branças	0,291	0,249	0,249	0,231	0,212	0,212	0,190
	Pretas e pardas	0,245	0,219	0,194	0,146	0,156	0,138	0,141
	<b>Total</b>	<b>0,267</b>	<b>0,251</b>	<b>0,225</b>	<b>0,206</b>	<b>0,192</b>	<b>0,172</b>	<b>0,171</b>
Homens	Branços	0,284	0,280	0,288	0,262	0,243	0,218	0,212
	Pretos e pardos	0,218	0,212	0,193	0,180	0,164	0,174	0,155
	<b>Total</b>	<b>0,270</b>	<b>0,270</b>	<b>0,236</b>	<b>0,223</b>	<b>0,207</b>	<b>0,190</b>	<b>0,189</b>
		$P_{T90}$						
		1995	1998	2002	2005	2008	2012	2015
Mulheres	Branças	0,150	0,159	0,161	0,156	0,140	0,124	0,118
	Pretas e pardas	0,127	0,089	0,106	0,080	0,081	0,078	0,065
	<b>Total</b>	<b>0,175</b>	<b>0,174</b>	<b>0,181</b>	<b>0,159</b>	<b>0,146</b>	<b>0,124</b>	<b>0,111</b>
Homens	Branços	0,175	0,176	0,182	0,174	0,157	0,137	0,137
	Pretos e pardos	0,125	0,100	0,105	0,067	0,084	0,078	0,062
	<b>Total</b>	<b>0,194</b>	<b>0,192</b>	<b>0,196</b>	<b>0,175</b>	<b>0,155</b>	<b>0,123</b>	<b>0,123</b>
		$P_{G90}$						
		1995	1998	2002	2005	2008	2012	2015
Mulheres	Branças	0,108	0,112	0,119	0,123	0,110	0,105	0,099
	Pretas e pardas	0,109	0,083	0,091	0,076	0,085	0,071	0,062
	<b>Total</b>	<b>0,130</b>	<b>0,130</b>	<b>0,138</b>	<b>0,132</b>	<b>0,123</b>	<b>0,109</b>	<b>0,101</b>
Homens	Branços	0,131	0,133	0,138	0,140	0,126	0,132	0,112
	Pretos e pardos	0,106	0,088	0,098	0,093	0,089	0,071	0,064
	<b>Total</b>	<b>0,149</b>	<b>0,150</b>	<b>0,155</b>	<b>0,149</b>	<b>0,134</b>	<b>0,123</b>	<b>0,109</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados PNAD 1995, 1998, 2002, 2005, 2008, 2012 e 2015, IBGE.

Nota: Os rendimentos utilizados foram deflacionados para o mês de setembro de 2015, segundo índice proposto por Corseuil e Foguel (2002).

A comparação da bipolarização dos rendimentos de mulheres e homens desagregados por cor ou raça apresentou alguns resultados diferentes daqueles verificados para a totalidade das mulheres quando comparadas à totalidade dos homens. Naquela situação, a bipolarização feminina foi inferior à masculina para toda a série estudada, de acordo com as três medidas utilizadas.

Em 1995, para o índice  $P_w$ , tanto as mulheres brancas quanto as pretas e pardas possuíam rendimentos do trabalho ligeiramente mais bipolarizados que os rendimentos dos homens da mesma cor ou raça. Isto é, ao serem comparadas aos homens brancos, a medida de bipolarização das mulheres brancas foi um pouco mais elevada para aquele ano. O mesmo aconteceu na comparação das mulheres pretas e pardas com os homens pretos e pardos. Esta situação se manteve para os pretos e pardos em 1998. De 2002 em diante, o índice  $P_w$  era sempre superior para os homens, comparativamente às mulheres de mesma cor ou raça. Entretanto, seguindo o padrão verificado para as medidas de desigualdade, os rendimentos das mulheres

brancas eram mais bipolarizados do que aqueles dos homens pretos e pardos, assim como também eram sempre superiores aos das mulheres pretas e pardas.

A bipolarização seguiu o mesmo padrão para as medidas  $P_{G90}$  e  $P_{T90}$ , isto é, uma tendência generalizada de declínio ao longo dos anos e, como regra geral, com a bipolarização dos homens brancos superior à dos demais grupos, seguida pela bipolarização das mulheres brancas, dos homens pretos e pardos e das mulheres pretas e pardas. As exceções ficam por conta do índice  $P_{T90}$  para as mulheres pretas e pardas, que foi levemente superior ao dos homens pretos e pardos para os anos de 1995, 2005 e 2015, e para a medida  $P_{G90}$  em 1995, também ligeiramente superior para as mulheres pretas e pardas em relação aos homens da mesma cor ou raça.

#### **3.4.4. A bipolarização nos serviços**

Conforme visto no capítulo 2, os subsetores dos serviços apresentam uma hierarquia em termos salariais em que seguem, do maior para o menor rendimento médio, os serviços produtivos, os serviços sociais, os serviços distributivos e, por fim, os serviços pessoais. Também foi visto que as mulheres se encontram principalmente nos serviços sociais e pessoais, e que há uma clara divisão racial e de escolaridade entre os subsetores dos serviços. Em especial, mulheres negras e mulheres pouco escolarizadas estão ocupadas nos serviços pessoais, que ainda guarda grande desproteção social, enquanto mulheres brancas e mulheres com nível superior estão mais presentes nos serviços sociais.

A tabela 7 reproduz os dados da média de rendimentos dos subsetores de serviços de acordo com o sexo para os anos de 2002 e 2015 e acrescenta informações sobre a mediana da renda, os valores do décimo e do nonagésimo percentis e os índices de desigualdade de Gini e T de Theil. A desigualdade por sexo no setor de serviços como um todo era praticamente a mesma daquela verificada para o total da população ocupada em 2015: tanto o índice de Gini quanto o T de Theil se distanciavam do total populacional para homens e mulheres já a partir do terceiro dígito. A desigualdade era sempre ligeiramente superior para o total dos ocupados, à exceção do Gini dos homens em 2015 (0,004 superior ao Gini de todos os homens ocupados). Assim como para o total dos ocupados, os homens eram mais desiguais entre si do que as mulheres em todos os subsetores, e esta característica se perpetuou entre 2002 e 2015.

**Tabela 7 – Indicadores de rendimentos dos subsetores dos serviços de acordo com o sexo – Brasil – 2002 e 2015 (em R\$ de setembro de 2015)**

	Serviços distributivos		Serviços sociais		Serviços pessoais		Serviços produtivos		Serviços - Total	
	2002	2015	2002	2015	2002	2015	2002	2015	2002	2015
<b>Gini</b>	<b>0,489</b>	<b>0,375</b>	<b>0,513</b>	<b>0,455</b>	<b>0,426</b>	<b>0,353</b>	<b>0,523</b>	<b>0,470</b>	<b>0,534</b>	<b>0,460</b>
<b>T de Theil</b>	<b>0,467</b>	<b>0,314</b>	<b>0,500</b>	<b>0,387</b>	<b>0,381</b>	<b>0,330</b>	<b>0,506</b>	<b>0,459</b>	<b>0,567</b>	<b>0,438</b>
<b>Mulheres</b>										
P10	230,67	450,00	461,34	788,00	184,53	240,00	461,34	788,00	230,67	420,00
P90	2.306,68	2.000,00	3.921,35	4.600,00	1.153,34	1.500,00	4.613,35	4.900,00	2.768,01	3.000,00
Média	1.141,40	1.290,24	1.806,07	2.323,03	657,73	861,42	2.140,85	2.238,50	1.266,06	1.639,49
Mediana	692,00	1.000,00	1.005,71	1.500,00	461,34	788,00	1.153,34	1.250,00	692,00	1.000,00
<b>Gini</b>	<b>0,513</b>	<b>0,414</b>	<b>0,551</b>	<b>0,507</b>	<b>0,489</b>	<b>0,413</b>	<b>0,563</b>	<b>0,501</b>	<b>0,544</b>	<b>0,478</b>
<b>T de Theil</b>	<b>0,539</b>	<b>0,358</b>	<b>0,572</b>	<b>0,482</b>	<b>0,494</b>	<b>0,345</b>	<b>0,604</b>	<b>0,491</b>	<b>0,592</b>	<b>0,466</b>
<b>Homens</b>										
P10	461,34	788,00	461,34	788,00	369,07	600,00	530,54	800,00	461,34	788,00
P90	3.690,68	3.500,00	6.458,70	7.880,00	2.768,01	3.000,00	6.920,03	7.000,00	4.613,35	5.000,00
Média	1.847,87	1.923,88	2.825,17	3.537,76	1.391,42	1.717,58	2.876,61	3.081,29	2.121,47	2.408,25
Mediana	1.107,21	1.400,00	1.557,01	2.000,00	922,67	1.200,00	1.384,01	1.650,00	1.153,34	1.500,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados PNAD 2002 a 2015, IBGE.

Nota: Os rendimentos utilizados foram deflacionados para o mês de setembro de 2015, segundo índice proposto por Corseuil e Foguel (2002).

Segundo o índice de Gini, o grau de desigualdade dos subsetores era diretamente proporcional ao seu rendimento médio: quanto mais alto o rendimento, maior a desigualdade. O mesmo ocorria com o T de Theil, exceto para as mulheres ocupadas nos serviços distributivos em 2015, cuja redução da desigualdade em relação a 2002 fez com que esse subsetor – o de segunda menor renda média – se apresentasse como menos desigual que os serviços pessoais (subsetor de menor renda média).

Movimento semelhante pôde ser verificado para o P10 e o P90, de forma que a menor desigualdade nos subsetores de serviços estava relacionada a remunerações mais baixas, tanto na base quanto no topo da distribuição. Assim, evidencia-se que, em especial para as mulheres, a ocupação nos serviços pessoais era restritiva em sua possibilidade de ascensão de rendimentos, uma vez que o teto de remuneração da ocupação é extremamente baixo quando comparado aos demais subsetores (R\$ 1.500,00 em 2015, comparativamente a R\$2.000,00 nos serviços distributivos, R\$4.600,00 nos serviços sociais e R\$4.900,00 para as mulheres dos serviços produtivos).

A bipolarização dos rendimentos masculinos era superior àquela verificada para os rendimentos femininos em todos os subsetores dos serviços, para os três índices estimados (Tabela 8). Apenas em 2002, para o total do setor de serviços, as mulheres eram mais bipolarizadas que os homens para o indicador  $P_{T90}$ . Assim como o fez a desigualdade, a queda da bipolarização foi generalizada entre os subsetores de serviços, para todas as medidas.

**Tabela 8 – Índices de bipolarização de acordo com o sexo e o subsetor dos serviços, Brasil, 2002 e 2015**

	$P_w$			
	Mulheres		Homens	
	2002	2015	2002	2015
Serviços distributivos	0,193	0,123	0,226	0,158
Serviços sociais	0,272	0,206	0,289	0,250
Serviços pessoais	0,134	0,121	0,196	0,158
Serviços produtivos	0,315	0,227	0,315	0,258
<b>Total Serviços</b>	<b>0,232</b>	<b>0,177</b>	<b>0,284</b>	<b>0,192</b>
	$P_{T90}$			
	Mulheres		Homens	
	2002	2015	2002	2015
Serviços distributivos	0,111	0,054	0,130	0,075
Serviços sociais	0,123	0,095	0,166	0,119
Serviços pessoais	0,058	-0,007	0,110	0,062
Serviços produtivos	0,111	0,073	0,150	0,146
<b>Total Serviços</b>	<b>0,173</b>	<b>0,111</b>	<b>0,168</b>	<b>0,132</b>
	$P_{G90}$			
	Mulheres		Homens	
	2002	2015	2002	2015
Serviços distributivos	0,085	0,062	0,112	0,073
Serviços sociais	0,087	0,066	0,111	0,080
Serviços pessoais	0,058	0,029	0,101	0,057
Serviços produtivos	0,074	0,106	0,107	0,107
<b>Total Serviços</b>	<b>0,129</b>	<b>0,098</b>	<b>0,129</b>	<b>0,107</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados PNAD 2002 a 2015, IBGE.

Nota: Os rendimentos utilizados foram deflacionados para o mês de setembro de 2015, segundo índice proposto por Corseuil e Foguel (2002).

No que diz respeito à bipolarização feminina, seguindo o padrão da desigualdade, a bipolarização era sempre menor para as ocupadas nos serviços pessoais. Para a bipolaridade calculada através do índice de Foster-Wolfson ( $P_w$ ), que utiliza a mediana como divisora de estratos, a ordem do grau de bipolarização é a igual a da desigualdade. Da menor bipolarização para a maior, têm-se os serviços pessoais, seguidos dos distributivos, sociais e produtivos. Já quando a bipolarização é estimada pelo índice  $P_{G90}$ , há uma mudança de ordenação, e os serviços sociais passam a ser os mais bipolares em termos dos rendimentos femininos em 2002 e 2015. O mesmo acontece com o índice  $P_{T90}$ , mas apenas para o ano de 2002. Em 2015, os serviços produtivos voltaram a apresentar a bipolarização mais elevada.

Um quadro semelhante era observado para a bipolarização masculina: ela seguia o mesmo ordenamento da desigualdade no caso da medida  $P_w$ , mas apresentava maior bipolarização nos serviços sociais para o  $P_{T90}$ . O índice  $P_{G90}$  para o ano de 2002 era o único que seguia um ordenamento completamente diferente, ao apresentar os serviços distributivos como os mais bipolarizados, seguidos dos sociais e, somente em terceiro lugar, dos produtivos. Em 2015, os resultados passam a ser semelhantes aos do índice  $P_w$  em termos da ordenação da bipolarização.

### Considerações finais: bipolarização e mercantilização do trabalho feminino

Ao que tudo indica, há uma tendência a menor bipolarização entre o rendimento do trabalho das mulheres, quando comparadas aos homens. Segundo os índices aqui calculados, não só a bipolarização da renda feminina é menor que a masculina, como também seguiu trajetória de queda durante o período analisado. As afirmações ainda são verdadeiras para o setor de serviços, grande *locus* da ocupação feminina na contemporaneidade, e para todos os seus subsetores.

Esses achados, porém, precisam ser relativizados à luz dos dados desagregados por cor ou raça. Naquela seção, viu-se que a bipolarização seguia também a uma ordenação racial, em que os brancos eram mais bipolarizados que os pretos e pardos. Assim, a bipolarização aferida para as mulheres brancas era sempre superior à dos indivíduos pretos e pardos, fossem eles homens ou mulheres. Logo, não se pode afirmar categoricamente que os homens são mais bipolarizados que as mulheres; antes, é necessário qualificar de quais homens e de quais mulheres se fala.

De modo geral, a bipolarização da renda brasileira parece ser alta para os padrões latino-americanos, apesar do recente movimento de queda no indicador apontar para uma melhora nesse sentido. Dessa forma, não se pode dizer que os rendimentos no país, sejam de homens ou de mulheres, não sejam bipolarizados.

Em 2002, o Brasil ocupava a 2ª posição no ranking da medida de Foster-Wolfson para 18 países da América Latina, com um índice no valor de 0,59, ficando atrás somente de Honduras ( $P_w = 0,65$ ). Em 2014, a bipolarização da renda brasileira já havia se reduzido para 0,49, passando a ocupar a 6ª posição (OIT, 2019)<sup>5152</sup>. Ainda segundo o índice de Foster-

---

<sup>51</sup> Os dados contidos no documento são referentes à renda domiciliar *per capita*, e podem apresentar variações em relação ao índice calculado segundo a renda do trabalho, conforme escolha metodológica desta tese.

<sup>52</sup> A disponibilidade de dados comparativos internacionais das medidas de bipolarização ainda é relativamente limitada e pouco sistematizada – principalmente quando comparada às bem estabelecidas medidas de desigualdade – sendo raros os dados disponíveis e metodologicamente passíveis de serem comparados entre os países. Ainda mais raros são os mesmos dados desagregados por gênero. No levantamento bibliográfico, foi encontrado apenas um trabalho que apresentava o índice de Foster-Wolfson segundo a renda do trabalho de homens e mulheres ocupadas, para os EUA. Os resultados mostravam que, entre os anos de 1990 e o ano de 2014, a bipolarização aumentou para homens e mulheres, porém de maneira mais acentuada no caso masculino. Apesar de muito próximos em termos de bipolarização, em 2014, os homens americanos eram ligeiramente mais bipolarizados do que as mulheres. No passado, do princípio dos anos de 1970 ao começo dos anos de 1990, as mulheres eram mais bipolarizadas que os homens (ALICHI ET AL., 2016).

Wolfson, no ano 2000, a região como um todo também figurava como a segunda mais bipolarizada<sup>53</sup>, atrás apenas do Sudeste Asiático (SESHANNAA, S.; DECORNEZ, S, 2003).

Conforme visto na seção 2 do capítulo 1, Hirata (2001, 2009, 2010) propôs que a globalização, com seu conseqüente processo de entrada massiva das mulheres no trabalho remunerado, seria o ponto inicial do processo de bipolarização do emprego feminino. Porém, à luz dos resultados encontrados nos capítulos 2 e 3, podemos pensar que, talvez, o processo de mercantilização do trabalho feminino tenha promovido o efeito oposto ao esperado. A incorporação de mais mulheres ao grupo das trabalhadoras remuneradas conduziu a uma maior similaridade entre o padrão de inserção feminino e o masculino no emprego, aproximando, inclusive, os graus de diferenciação interna em cada um dos dois grupos.

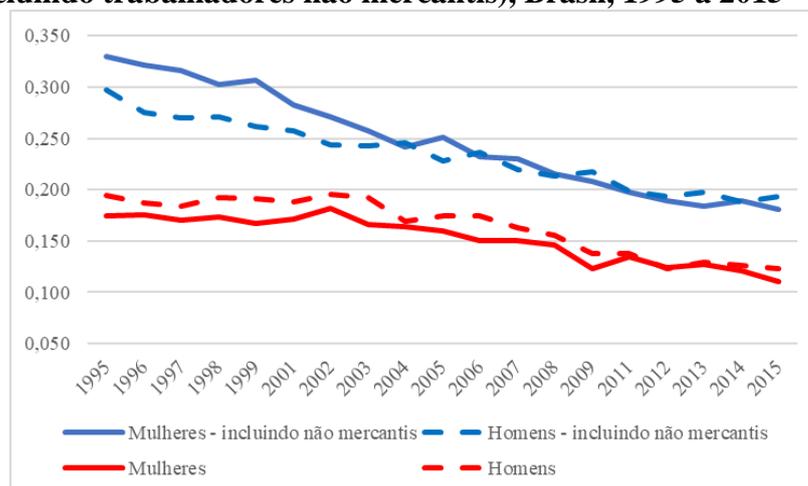
É possível novamente traçar um paralelo entre o movimento observado no Brasil e a situação dos demais países da América Latina. Assim como ocorreu no país, a região testemunhou um aumento generalizado da participação feminina no trabalho remunerado nas últimas três décadas, apesar dos números ainda se situarem abaixo daqueles verificados para os países desenvolvidos (CAMOU E MAUBRIGADES, 2017; OIT, 2019), e do ritmo de incorporação de novas trabalhadoras ao mercado estar desacelerando (OIT, 2019). Analisando a desigualdade entre as trabalhadoras remuneradas da América Latina, Camou e Maubrigades (2017) revelaram que as mulheres eram menos desiguais que os homens em 11 de 15 países analisados na década de 2000, segundo o índice de Gini, além da desigualdade ter se reduzido para 10 dos 15 países desde a década de 1990. Infelizmente, não foram encontrados dados da bipolarização da renda feminina para os países latino-americanos, mas a tendência de aumento da participação, somada à menor desigualdade entre as mulheres parece ser também uma tônica dos demais países da região. O aumento da similaridade entre os marcadores femininos e masculinos já havia sido apontado no capítulo 2, e cabe retomar uma discussão lá iniciada a respeito dos efeitos da queda do número (absoluto e relativo) de mulheres em trabalhos sem rendimento. No capítulo anterior, foi visto que o percentual de mulheres que trabalhavam em atividades não remuneradas se reduziu de 19,1% em 1995 para 6,8% em 2015, chegando próximo ao patamar masculino naquele ano, de 4,6%.

---

<sup>53</sup> O índice foi calculado para sete grupos de países, formados segundo regiões geográficas. Eram eles: América Latina, América do Norte, Ásia Oriental, Europa e Ásia Central, Sul Asiático, África Subsaariana e Oriente Médio e Norte da África.

No gráfico 17 abaixo é apresentado o resultado de um exercício em que se estimou novamente o índice de Foster-Wolfson para homens e mulheres, mas dessa vez incluindo as trabalhadoras e trabalhadores em atividades não mercantis – todos com renda zero.

**Gráfico 17 – Índices de bipolarização de Foster-Wolfson de acordo com o sexo (incluindo trabalhadores não mercantis), Brasil, 1995 a 2015**



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados PNAD 1995 a 2015, IBGE.

Nota: Os rendimentos utilizados foram deflacionados para o mês de setembro de 2015, segundo índice proposto por Corseuil e Foguel (2002).

Como pode ser observado, no começo da série, as mulheres apresentavam bipolarização mais elevada que os homens, mas a partir de 2004, os valores dos índices de homens e mulheres passam a ser muito próximos. Esse resultado explicita que, ainda que se considere a definição de população ocupada do IBGE, que inclui o trabalho em atividades não mercantis, a bipolarização feminina convergia para a masculina, reforçando a hipótese de que a mercantilização do trabalho feminino tenha diminuído a heterogeneidade tanto entre as mulheres quanto entre mulheres e homens. Ademais, este exercício reforça que, caso a bipolarização do emprego feminino já tenha sido mais elevada que a masculina, isso só aconteceu em um cenário em que se considerasse o trabalho feminino não remunerado conforme o classificado pela PNAD e, ainda assim, a bipolarização teria se reduzido ao ponto de tornar-se semelhante à masculina.

Também não se pode deixar de pontuar o quanto a queda da desigualdade de rendimentos no mercado de trabalho, motivada principalmente pela política de valorização do salário mínimo e pela formalização, pode ter sido importante para a redução da bipolarização. Em consonância com os demais estudos mencionados ao longo do capítulo, neste trabalho igualmente constatou-se que a bipolarização da renda seguiu o curso da desigualdade, reduzindo-se para mulheres e homens.

A princípio, a política de valorização do salário mínimo teria resultados ambíguos sobre a bipolarização. Como a mediana da renda é superior ao salário mínimo para todos os anos, e para ambos os sexos, todas as pessoas que recebiam até um salário mínimo se encontravam no grupo desfavorecido. A valorização do salário mínimo teria, portanto, elevado o rendimento médio deste grupo, pois o aumento da formalização no período estudado fez crescer a quantidade de pessoas recebendo o salário mínimo. Em segundo lugar, a política de valorização do mínimo, ao elevar o piso dos salários dos trabalhadores formais, aumentaria também o salário dos informais, através do efeito farol. Assim, haveria redução da distância do polo desfavorecido em relação ao polo favorecido, fazendo cair a bipolarização.

Por outro lado, o aumento do salário mínimo tenderia a reduzir a desigualdade deste mesmo grupo, tornando-o mais homogêneo. Excetuando-se os salários no valor de um salário mínimo, a maior parte dos rendimentos do trabalho não é negociada em função do mínimo. Assim, um aumento do mínimo não seria acompanhado por um aumento proporcional da remuneração média dentro do grupo, o que faria com que este se tornasse menos desigual. A redução da desigualdade interna ao grupo provocaria aumento da bipolarização.

As evidências analisadas ao longo do capítulo sugerem que o primeiro efeito (de queda da desigualdade entre os polos) suplantou o segundo, permitindo que a bipolarização se reduzisse.

No próximo capítulo, a polarização da renda das mulheres será estudada através da estimação do índice DER, em uma tentativa de mensurar uma outra forma possível da distância entre mulheres no mercado de trabalho brasileiro.

## **CAPÍTULO 4 – OUTRAS FORMAS DE HETEROGENEIDADE? POLARIZAÇÃO DE MULHERES E HOMENS NO BRASIL SEGUNDO O ÍNDICE DER**

Os dados apresentados no capítulo 3 sugerem que não houve aumento na bipolarização da renda das trabalhadoras remuneradas brasileiras. Ao contrário, assim como no caso dos trabalhadores do sexo masculino, a bipolarização feminina recuou, seguindo o movimento da desigualdade. Mas, se não houve um afastamento das mulheres em dois grandes grupos de renda, será que, ainda assim, as mudanças ocorridas no mercado de trabalho brasileiro poderiam ter levado a um outro tipo de apartamento entre as mulheres? Isto é, se o emprego feminino no período estudado não pode ser caracterizado pelo aumento da distância entre dois grupos situados em extremidades opostas, seria possível que a distância entre as mulheres tenha se modificado de outra maneira?

Para responder a esta pergunta, o presente capítulo se utiliza da metodologia dos índices de polarização e investiga como se dá a polarização da renda do trabalho das mulheres no Brasil. Relembrando a definição apresentada na seção 3.1 do capítulo anterior, a polarização é o agrupamento da população em *clusters* de tamanho significativo que se formam em torno de médias locais da distribuição de renda. Os membros de cada *cluster* devem possuir atributos semelhantes, e diferentes *clusters* devem ter membros com atributos diferentes. Assim, o principal interesse deste capítulo é analisar a formação dos *clusters* (ou polos) de renda femininos. Em especial, pretende-se estudar se a polarização da renda das trabalhadoras mulheres se alterou ao longo do tempo, se ela possui nível diferente da polarização masculina e quais características de participação no mercado de trabalho das mulheres estão relacionadas à formação dos polos.

O índice de polarização utilizado será o DER, proposto por Duclos, Esteban e Ray (2004). Este índice foi mencionado na revisão bibliográfica do capítulo anterior, e foi calculado para todo o Brasil por alguns poucos trabalhos até o momento. Para a análise das variáveis relevantes aos polos, realizou-se a decomposição do índice DER em subgrupos, conforme metodologia proposta por Araar (2008). Até o momento, não foi encontrado trabalho brasileiro que tenha estimado o índice por sexo.

O DER é uma extensão da medida de Esteban e Ray (1994) para o caso contínuo. Seguindo a mesma proposta da família de índices de polarização a que pertence, ele afere a polarização segundo o contraste entre identificação e alienação dos grupos de renda. A identificação é uma função crescente do número de indivíduos que se encontram na mesma

classe de renda. Já a função de alienação é expressa através do antagonismo provocado pelas diferenças de renda. A principal diferença do DER em relação aos índices anteriores é que ele permite que a quantidade de polos relevantes para a análise seja determinada a partir dos dados, e não *ex ante*, como em Esteban e Ray (1994) ou em Esteban et al. (2007). Quanto maior a identificação entre os membros do mesmo *cluster*, e maior a distância entre *clusters* diferentes, maior será a polarização. Ou seja, a polarização será elevada quando houver grupos que possuam uma alta quantidade relativa de indivíduos com rendas aproximadas, mas que, ao mesmo tempo, as rendas médias desses grupos sejam distantes entre si.

Parte da motivação para o estudo da polarização é ética. Supõe-se que o acirramento das distâncias entre grupos seria normativamente indesejável, assim como acontece com o distanciamento entre indivíduos, no caso da desigualdade (DUCLOS E TAPTUÉ, 2015). Na literatura sobre medidas de polarização, um nível elevado de polarização está relacionado a maior ocorrência de guerras civis, conflitos e mal-estar social em geral, dada a existência de muitos indivíduos identificados em seus próprios grupos e distante dos demais (DUCLOS et al., 2004)<sup>54</sup>.

No que concerne às características para a formação dos polos, foram eleitas cinco variáveis como possíveis demarcadoras dos grupos, além do próprio rendimento do trabalho, que assume o papel de variável aglutinadora. São elas: faixas de anos de estudo, subsetores dos serviços, cor ou raça, condição de formalização – representada pela existência de contribuição previdenciária – e posição na ocupação. Tais variáveis foram escolhidas como relevantes para a formação de grupos heterogêneos entre as mulheres a partir da revisão bibliográfica do primeiro capítulo.

As estimações da medida DER foram realizadas a partir da PNAD do IBGE, para toda a série de dados de 1995 a 2015. Já os resultados da decomposição do índice são apresentados apenas para os anos de 1995 e 2015. Assim como para os índices do capítulo anterior, a medida DER e sua decomposição foram calculadas através da versão mais recente do DASP, de Araar e Duclos (2013).

O capítulo está dividido em quatro partes, contando com esta introdução. A seção 4.1 apresenta o índice desenvolvido DER – sua metodologia de estimação, e a metodologia de decomposição proposta por Araar (2008). A terceira parte do capítulo analisa os resultados da

---

<sup>54</sup> Para uma visão das possíveis conexões entre polarização e conflito, ver a edição especial de 2008 do *Journal of Peace Research*.

estimação do índice para homens e mulheres e da decomposição deste em subgrupos. Considerações finais encerram o capítulo.

#### 4.1. Metodologia da medida de polarização

##### 4.1.1. O índice de polarização de Duclos, Esteban e Ray (DER) (2004)

O índice de polarização DER segue a perspectiva teórica da polarização enquanto resultante da combinação entre identificação e alienação. De acordo com os autores, o índice é uma espécie de extensão para distribuições contínuas da medida proposta por Esteban e Ray (1994), que se baseava em grupos de renda discretos e finitos. Em Duclos et al (2004), a identificação dos indivíduos é definida de acordo com a proximidade dos rendimentos que possuem, e são os dados que decidem o número de polos relevantes. Sendo  $f$  a densidade, a polarização será  $P(f)$ .

Supondo um indivíduo com renda  $x$ , a identificação experimentada por este depende da densidade em  $x$ ,  $f(x)$ . Para este mesmo indivíduo em  $x$ , se diz que sua alienação em relação a um indivíduo com renda  $y$  será igual à distância monotônica  $|x - y|$ . Denominando a função não negativa  $T(i, a)$  como “efetivo antagonismo de  $x$  em relação à  $y$ ”, em que  $i = f(x)$  e  $a = |x - y|$ , a polarização será a soma de todos os efetivos antagonismos:

$$P(F) = \iint T(f(x), |x - y|) f(x) f(y) dx dy \quad (1),$$

em que  $T$  é uma função contínua cujo segundo argumento é crescente, e que  $T(i, 0) = T(0, a)$ .

A equação acima fornece uma medida geral de polarização para a classe dos índices que se enquadram na perspectiva da identificação-alienação. Duclos et al (2004) ressaltam que, para que esta medida se torne operacional, é necessário definir a forma funcional de  $T$ . Com esta finalidade, os autores desenvolvem uma série de axiomas, e chegam à seguinte equação:

$$P_\alpha(f) = \iint (f(x)^{1+\alpha} f(y) |y - x|) f(x) f(y) dy dx \quad (2),$$

Em que  $\alpha \in [0, 25, 1]$ .

O parâmetro  $\alpha$  indica o grau de sensibilidade do índice à identificação local. Quanto mais próximo de 1, maior será o peso do componente de identificação na mensuração da

polarização, e mais distante o índice de polarização será do índice de Gini<sup>55</sup>. O valor do componente de identificação local  $f(x)^\alpha$  será tão grande quanto maior for a parcela populacional que possui o mesmo nível de renda  $x$ . A variação de  $\alpha$  entre 0,25 e 1 garante que haverá equilíbrio entre os pesos atribuídos aos dois principais componentes responsáveis pela polarização, isto é, a identificação e a alienação.

#### 4.1.2. Estimação do índice DER

Denominando de  $P$  o índice de polarização, para cada função de distribuição  $F$  com densidade associada  $f$  e média  $\mu$ , temos que

$$P_\alpha(F) = \int_y (f(y)^\alpha a(y) dF(y)) \quad (3),$$

com  $a(y) \equiv \mu + y (2F(y) - 1) - 2 \int_{-\infty}^y x dF(x)$ .

Suponha que  $P_\alpha(F)$  será estimada através de uma amostra aleatória independente e identicamente distribuída (i.i.d) de  $n$  observações de renda  $y_i$ ,  $i = 1, \dots, n$ . Tais observações foram extraídas da distribuição  $F(y)$  e ordenadas de modo que  $y_1 \leq y_2 \leq \dots \leq y_n$ .

Duclos et al. (2003) explicitam que é possível obter um estimador natural de  $P_\alpha(F)$ ,  $P_\alpha(F')$ , substituindo a função de distribuição  $F(y)$  pela função de distribuição empírica  $\hat{F}(y)$ ;  $f(y)^\alpha$  por um estimador adequado,  $\hat{f}(y)^\alpha$ ; e  $a(y)$  por  $\hat{a}(y)$ . Assim, teremos:

$$P_\alpha(\hat{F}) = \int (\hat{f}(y)^\alpha \hat{a}(y) d\hat{F}(y)) = n^{-1} \sum_{i=1}^n \hat{f}(y_i)^\alpha \hat{a}(y_i) \quad (4),$$

Em que  $\hat{a}'(y_i)$  é dado por

$$\hat{a}(y_i) = \hat{\mu} + y_i (n^{-1} (2_i - 1) - 1) - n^{-1} (2 \sum_{j=1}^{i-1} y_j + y_i) \quad (5),$$

No qual  $\hat{\mu}$  é a média amostral e  $\hat{f}(y)^\alpha$  é obtido não parametricamente utilizando o procedimento de estimação de kernel. A função de kernel  $K(u)$  utilizada é definida por  $\int_{-\infty}^{+\infty} K(u) du = 1$  e  $K(u) \geq 0$ .

---

<sup>55</sup>Quando  $\alpha = 0$ , a equação 2 é o próprio índice de Gini.

Já o estimador  $\hat{f}(y)$  será igual a  $\hat{f}(y) \equiv n^{-1} \sum_{i=1}^n K_h(y - y_i)$ , sendo  $K_h(z) \equiv h^{-1} K\left(\frac{z}{h}\right)$  e  $h$  o parâmetro de suavização. A obtenção do parâmetro ótimo  $h^*$  é realizada através da minimização do erro quadrático médio (EQM) do estimador. Duclos et al (2004) fornecem uma “regra de bolso” que pode ser utilizada neste caso:

$$h^* \cong 4,7n^{-0,5}\sigma\alpha^{0,1} \quad (6)^{56},$$

Em que  $\sigma$  é a variância.

Sob certas condições de regularidade, pode-se ainda demonstrar que  $n^{0,5}(P_\alpha(\hat{F}) - P_\alpha(F))$  possui uma distribuição normal de limite assintótico  $N(0, V_\alpha)$ ,

$$V_\alpha = \frac{var}{f(y)} \left( (1 + \alpha)f(y)^\alpha a(y) + y \int f(x)^\alpha dF(x) + 2 \int_y^\infty (x - y)f(x)^\alpha dF(x) \right) \quad (7)$$

Duclos et al. (2004) ressaltam que este resultado é independente de distribuição, isto é, “pode ser estimado de forma consistente, sem a necessidade de especificar a distribuição da população a partir da qual a amostra foi coletada” (DUCLOS at al, 2004, p. 17, tradução própria).

#### 4.1.3. Decomposição do índice DER em subgrupos

O método de decomposição do índice DER apresentado a seguir foi proposto por Araar (2008) e é guiado por três perguntas principais: “1. Como os grupos populacionais contribuem para a polarização total?; 2. Como os grupos populacionais podem explicar a polarização?; 3. Quais são as principais modalidades da distribuição que atraem um grupo populacional?” (ARAAR, 2008, p. 10, tradução própria).

Da equação (2), sabe-se que o índice de polarização de DER (2004) pode ser reescrito como:

$$P = \int f(x)^{1+\alpha} \alpha(x) dx \quad (8)$$

$$P_\alpha(f) = \iint (f(x)^{1+\alpha} f(y) |y - x| f(x) f(y) dy dx$$

---

<sup>56</sup> Duclos et al (2004) ressaltam que esta fórmula é ideal para a distribuição normal, pois sempre se localiza a menos de 5% do  $h^*$  que minimiza o EQM. Para assimetria (*skewness*) acima de 6, uma fórmula mais apropriada para o cálculo de  $h^*$  seria  $h^* \cong (n^{(-0,5)} \text{IQ}(3,76+14,7\sigma_{\ln})) / (1+1,09 \cdot [10]^{(-4)} \sigma_{\ln})^{(7268+15323\alpha)}$ , em que IQ é o interquartil e  $\sigma_{\ln}$  é a variância do logaritmo da renda.

Uma vez que a contribuição do grupo composto por indivíduos com renda  $x$  é o produto de seu componente de identificação  $i(x) = f(x)^\alpha$  multiplicado pelo componente de alienação  $a(x) = \int f(y)|x - y|dy$ .

Segundo Araar (2008), a alienação  $a(x)$  pode ser decomposta em outros dois fatores: a privação esperada (*expected deprivation*) e o excedente esperado (*expected surplus*), que é o oposto da privação. O conceito de privação relativa tem origem em Runciman (1966) e diz respeito à distância entre a situação desejada por um indivíduo e a situação real que este vive. Segundo o autor, uma pessoa “é relativamente privada de X quando: (i) ela não tem X; (ii) ela vê outra pessoa ou pessoas [...] como tendo X; (iii) ela quer X; e (iv) ela vê como possível que ela deveria ter X” (RUNCIMAN, 1966, p.10, tradução própria). Araar (2008) define então a privação relativa de um domicílio com renda  $x$  em relação a um domicílio com renda  $y$  como:

$$\tau(x, y) = (y - x)_+ = \begin{cases} y - x, & \text{se } x < y \\ 0, & \text{caso contrário} \end{cases}$$

Assim, a privação esperada  $\delta(x)$  de um indivíduo com renda  $x$  pode ser definida como  $\delta(x) = \int \tau(x, y)f(y)dy$ , já o excedente esperado será  $\sigma(x) = \int \tau(y, x)f(y)dy$ . Assim,

$$a(x) = \delta(x) + \sigma(x) \quad (9)$$

Substituindo (6) na equação (1), teremos:

$$P = \int f(x)^{1+\alpha} a(x) dx \quad (10)$$

$$P = \int f(x)^{1+\alpha} [\delta(x) + \sigma(x)] dx \quad (11)$$

$$P = D + S \quad (12),$$

Em que a privação é  $D = \int f(x)^{1+\alpha} [\delta(x)] dx$  e o complemento  $S$ , o excedente. Como a distribuição de renda costuma ser assimétrica, pode-se esperar que  $D > S$ .

Para obter o índice normalizado, Duclos et al (2004) propõem dividir o índice de polarização por  $\mu^{1-\alpha}$ . Com base na equação (11), a contribuição dos indivíduos com renda  $x$  para a polarização geral pode ser escrita como:

$$c(x) = \frac{a(x)f(x)^{1+\alpha}}{\mu^{1-\alpha}} \quad (13)$$

O componente de alienação  $a(x)$  para o indivíduo com renda  $x$  pertencente ao grupo  $g$ , cuja função de densidade é  $f_g$ , pode ser decomposto da seguinte forma:

$$a(x) = \phi_g a_g + \tilde{a}_g(x) \quad (14),$$

Em que  $a_g(x)$  é a alienação para o indivíduo no nível de seu grupo,  $\phi_g$  é a parcela populacional referente ao grupo  $g$ , e  $\tilde{a}_g(x)$  a alienação no nível populacional quando a alienação dentro do grupo é tomada como zero, ou seja, supõe-se uma situação em que todos os indivíduos possuiriam a mesma renda.

Seja  $\pi_g(x)$  a proporção de indivíduos pertencentes ao grupo  $g$  com renda  $x$ . Então é possível escrever a contribuição local para o índice de polarização do grupo  $g$  com renda  $x$  como  $c_g(x)$ :

$$c_g(x) = \pi_g(x) f(x)^\alpha \frac{f(x)a(x)}{\mu^{1-\alpha}} \quad (15)$$

$$c_g(x) = \frac{\mu_g^{1-\alpha}}{\mu^{1-\alpha}} \left[ \frac{\pi_g(x) \phi_g a_g(x) f(x)^{1+\alpha}}{\mu_g^{1-\alpha}} \right] + \frac{\pi_g(x) \tilde{a}_g(x) f(x)^{1+\alpha}}{\mu^{1-\alpha}} \quad (16)$$

$$c_g(x) = \phi_g^\alpha \psi_g^{1-\alpha} \left[ \frac{\pi_g(x) a_g(x) f(x)^{1+\alpha}}{\mu_g^{1-\alpha}} \right] + \frac{\pi_g(x) \tilde{a}_g(x) f(x)^{1+\alpha}}{\mu^{1-\alpha}} \quad (17)$$

O índice DER pode ser reescrito da seguinte forma, com base nas contribuições do grupo local:

$$P = \sum_g \int c_g(x) dx \quad (18)$$

Portanto, o índice pode ser decomposto da seguinte maneira:

$$P = \sum_g \phi_g^{1+\alpha} \psi_g^{1-\alpha} R_g P_g + \tilde{P} \quad (19),$$

$$P = \text{Intragrupos} + \text{Entre grupos}$$

Em que:

$$R_g = \frac{\int a_g(x) \pi_g(x) f(x)^{1+\alpha} dx}{\phi_g \int a_g(x) f_g(x)^{1+\alpha} dx} \quad (20),$$

e  $\tilde{P}$  é o índice de polarização entre grupos, que é obtido através da suposição de que a polarização dentro do grupo é igual a zero, ou seja, que os grupos são internamente homogêneos e que cada indivíduo possui a renda média de seu grupo.

O componente  $R_g$  pode ser interpretado como um resíduo e, quanto menor o resíduo do grupo, mais significativa será sua explicação para a polarização. Araar (2008) utiliza a decomposição do índice de Gini para explicitar o paralelo entre o resíduo nas duas situações. No caso da decomposição do Gini (A) em subgrupos populacionais, pode-se escrever que  $A =$

$\sum_g \phi_g \psi_g A_g + \bar{A} + R$ . De forma semelhante ao índice de polarização, sabe-se que a primeira parte da decomposição corresponde ao componente de desigualdade intragrupos, enquanto a segunda ( $\bar{A}$ ), à desigualdade entre os grupos, sob a suposição de que a renda de cada indivíduo é igual à renda média do grupo. Assim, no resíduo  $R$  constará a parcela da desigualdade que acontece quando as rendas dos grupos se sobrepõem e estes, portanto, não são perfeitamente homogêneos. Neste caso, se não houver sobreposição das rendas, o resíduo será igual a zero. Para o caso da decomposição do índice de polarização, se as rendas do grupo não se sobrepuserem,  $\pi_g(x) = 1$ , o que fará com que  $R_g = 1$ . De maneira geral, o componente  $R_g$  dependerá também da correlação entre a função de densidade do grupo e da população.

Por fim, Araar (2008) explica como é possível identificar as principais massas que atraem cada grupo. Segundo as equações (11) e (18), escreve-se:

$$P = \sum_g \frac{1}{\mu^{1-\alpha}} \int ([\delta(x) + \sigma(x)] f(x)^\alpha) \pi_g f(x) d(x) dx \quad (21)$$

$$P = \sum_g D_g + S_g \quad (22),$$

A última equação explicita a decomposição da polarização dos grupos entre os componentes de privação e excedente. Assim, se, em termos relativos, o grupo  $g$  possuir um maior número de indivíduos pobres, a relação  $D_g/S_g$  será relativamente mais elevada que a dos demais grupos. Nesse caso, “o grupo é mais atraído por massas situadas na cauda inferior da distribuição” (ARAAR, 2008, p. 13, tradução própria). O oposto ocorre para os grupos mais ricos.

## 4.2. Resultados

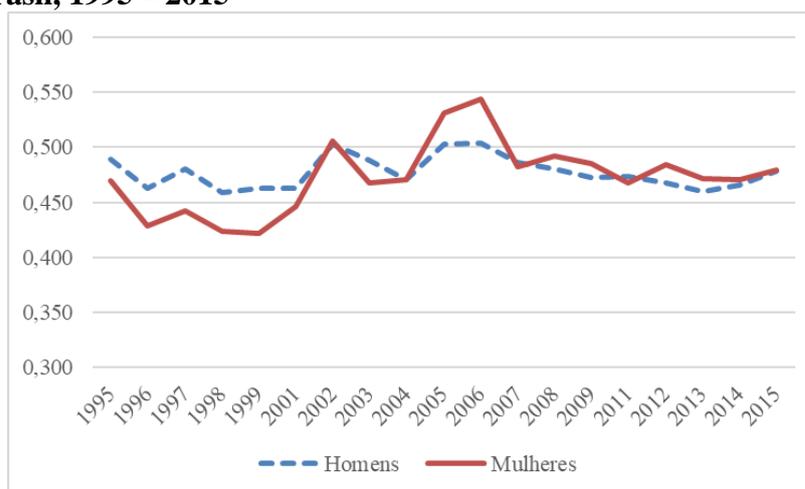
### 4.2.1. O índice DER para homens e mulheres no Brasil

A polarização da renda total medida pelo índice DER variou consideravelmente entre os anos de 1995 e 2015, não tendo sido possível identificar uma tendência, conforme pode ser verificado no gráfico 18 e na tabela 9. Resultado semelhante foi encontrado por Fantinel (2017),

único trabalho que realizou estimativa equivalente para o Brasil, utilizando a mesma variável (rendimento de todos os trabalhos), para período aproximado (de 1995 a 2014)<sup>57</sup>.

No caso do comportamento comparativo da polarização de mulheres e homens, a série pode ser dividida em dois momentos. Até o ano de 2001, o rendimento masculino apresentava valores superiores ao feminino para todos os anos. A partir de 2002, as mulheres passaram a ostentar polarização acima da masculina para quase todos os anos, exceto por 2003, 2007 e 2011, quando a polarização masculina foi ligeiramente superior à feminina. De 2002 em diante, homens e mulheres mantiveram quase sempre níveis muito próximos de polarização, exceto pelos anos de 2005 e 2006, em que o indicador para as mulheres se descolou do masculino. A aproximação entre as duas curvas foi motivada pela elevação da polarização feminina, que sobe de patamar no começo dos anos 2000.

**Gráfico 18 – Resultado do índice de polarização da renda DER (2004) de acordo com o sexo, Brasil, 1995 – 2015**



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados PNAD 1995 a 2015, IBGE.

**Tabela 9 – Resultado do índice de polarização da renda DER (2004) de acordo com o sexo, Brasil, 1995 - 2015**

	Homens	Mulheres	Total
1995	0,489	0,470	0,530
1996	0,463	0,429	0,494
1997	0,480	0,442	0,498
1998	0,459	0,424	0,482

<sup>57</sup> Scozarfave e Castro (2007) apontam evidências de que o Brasil possua índices de polarização bastante elevados em relação aos de outros países. Utilizando o índice de ERG (2007), os autores comparam a polarização da renda brasileira do ano de 1992 (0,257) com a dos EUA (0,154), Reino Unido (0,099), Suécia (0,111), Alemanha (0,111) e Canadá (0,128).

1999	0,463	0,422	0,476
2001	0,463	0,446	0,521
2002	0,503	0,506	0,565
2003	0,488	0,468	0,548
2004	0,471	0,471	0,513
2005	0,503	0,531	0,601
2006	0,504	0,544	0,583
2007	0,486	0,482	0,541
2008	0,480	0,492	0,480
2009	0,473	0,486	0,527
2011	0,473	0,467	0,500
2012	0,467	0,484	0,548
2013	0,459	0,471	0,512
2014	0,466	0,471	0,493
2015	0,478	0,479	0,520

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados PNAD 1995 a 2015, IBGE.

Assim, apesar de não haver uma tendência explícita para toda a série analisada, é possível dizer que, no que concerne à polarização, houve maior variação no caso feminino. Porém, apesar da variação, a diferença entre os resultados do índice DER para homens e mulheres em 1995 e 2015 não é estatisticamente significativa para o teste t, a um intervalo de confiança de 95%, o que significa que, estatisticamente, pode-se dizer que não houve variação confiável entre os dois cenários. Este resultado é contrastante ao que aconteceu com a bipolarização da renda, cuja trajetória de queda foi evidente ao longo dos anos, e compartilhada por homens e mulheres.

Em termos comparativos internacionais, a polarização verificada para os rendimentos brasileiros parece ser elevada. Em uma comparação de dados dos anos de 1990, com outros 34 países, sendo 14 da América Latina, 15 europeus e mais 5 de outros continentes, incluindo China, Canadá e EUA, o Brasil era o país de maior polarização segundo o DER ( $\alpha = 0,5$ ), chegando a 0,356 em 1998 (GASPARINI et. al, 2008). Para o mesmo ano, a estimativa calculada para este trabalho chegou ao resultado de 0,482, igualmente para  $\alpha = 0,5$ . A diferença encontrada pode ser fruto do tratamento de dados e das escolhas metodológicas. Os autores do estudo utilizaram a renda domiciliar *per capita* como variável, o que pode causar variações em relação ao uso dos rendimentos do trabalho. Fantinel (2017) realizou estimações para o DER utilizando duas variáveis de rendimento da PNAD (renda domiciliar *per capita* e rendimento de todos os trabalhos) e obteve valores mais baixos para a renda domiciliar *per capita*, em patamares próximos àqueles encontrados por Gasparini et. al (2008).

Conforme visto no capítulo anterior, polarização e bipolarização são fenômenos distintos, apesar de relacionados, e os índices estimados nos capítulos 3 e 4 possuem metodologias e interpretações diferentes. A bipolarização mede a distância de dois grupos (ou polos) em relação ao limite entre estratos; a polarização afere a formação de múltiplos polos possíveis, que se formam a partir da identificação (homogeneidade) de seus membros, e se distanciam segundo a alienação (ou heterogeneidade) em relação aos demais. Dessa forma, não há qualquer contradição nos resultados encontrados em um e em outro capítulo. O fato de a polarização não ter se alterado de forma significativa indica que o resultado combinado da variação da alienação dos *clusters* de renda formados, isto é, da distância entre eles, e da identificação interna dos mesmos *clusters* se equilibraram. Ou seja, o efeito líquido das variações da distância entre os grupos e sua de identificação foi próximo de zero.

Hoffman (2008, 2017) chama atenção para duas características da distribuição de renda brasileira que influenciam a polarização dos rendimentos. Em primeiro lugar, destaca que a grande frequência de valores iguais ao salário mínimo, ou a frações dele, tem efeito relevante sobre a forma da distribuição. Assim, os picos da função densidade, que formariam os *clusters* de renda, refletem majoritariamente essa característica, o que explica a tendência a uma maior polarização quando a variável utilizada se refere aos rendimentos do trabalho. O segundo fator relevante é a tendência que as pessoas possuem a informar seus rendimentos em números arredondados. Esta característica faz com que, além do salário mínimo, os valores de mil e 2 mil reais também apareçam como picos.

A tabela 10 e os gráficos 19 e 20 abaixo apresentam os valores mais frequentes da distribuição de rendimento de mulheres, homens e do total da população ocupada para os anos de 1995 e 2015, em valores correntes. Assim como apontado por Hoffman (2008, 2017), a moda da distribuição para ambos os anos foi o salário mínimo, para qualquer um dos grupos (R\$100,00 em 1995 e R\$788,00 em 2015), e de fato existia uma tendência na declaração de valores redondos. Entretanto, as mulheres recebiam o equivalente a 1 salário mínimo com maior frequência que os homens. Em 1995, chegaram a receber o valor com quase o dobro da frequência (15,7% para as mulheres; 8,2% para os homens). Já valores como meio salário mínimo, ou muito próximo dele, como R\$50,00 em 1995 e R\$400,00 em 2015, apareceram como os mais frequentes apenas para as mulheres. O valor de R\$1.000,00 estava entre os mais frequentes apenas entre os homens em 1995, e não entre as mulheres. Logo, apesar dos picos de rendimentos seguirem a característica geral de girar em torno do salário mínimo e de valores arredondados, eles não são os mesmos para homens e mulheres. De forma geral, os homens possuíam aglomerações maiores ao redor de valores mais altos do que as mulheres. Apesar da

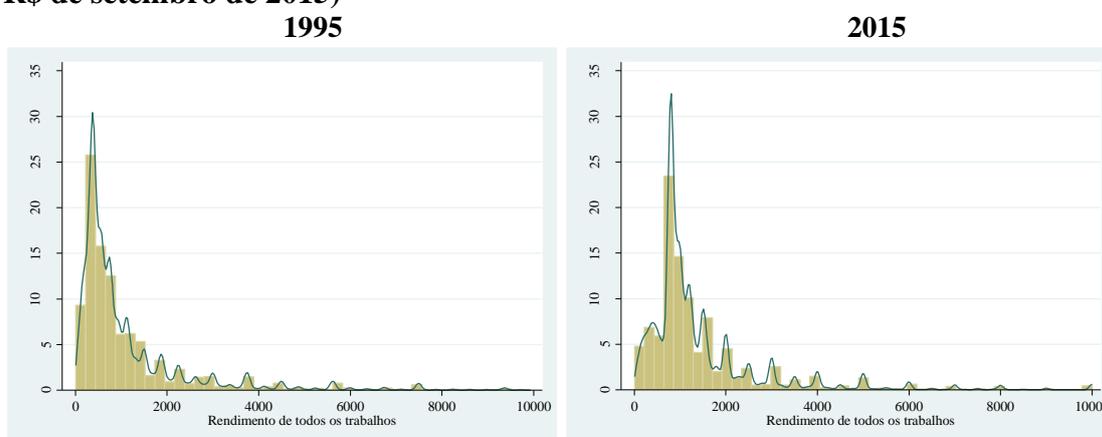
função densidade do rendimento de todos os trabalhos das mulheres ter se deslocado para a direita em 2015 (Gráfico 19), essa característica se manteve entre os anos estudados.

**Tabela 10 – Dez valores mais frequentes da distribuição do rendimento de todos os trabalhos de mulheres, homens e total - Brasil, 1995 e 2015 (em R\$ correntes)**

1995						2015					
Mulheres		Homens		Total		Mulheres		Homens		Total	
Valores	Frequência	Valores	Frequência	Valores	Frequência	Valores	Frequência	Valores	Frequência	Valores	Frequência
50,0	3,2%	100,0	8,2%	100,0	11,0%	400,0	2,3%	788,0	8,5%	788,0	10,4%
80,0	2,2%	120,0	2,5%	120,0	2,4%	788,0	12,9%	800,0	3,4%	800,0	3,7%
100,0	15,7%	150,0	5,4%	150,0	6,2%	800,0	4,0%	900,0	2,6%	900,0	3,1%
120,0	2,2%	200,0	7,2%	200,0	7,3%	900,0	3,7%	1.000,0	6,0%	1.000,0	6,3%
150,0	7,5%	250,0	3,7%	250,0	3,6%	1.000,0	6,7%	1.200,0	7,0%	1.100,0	2,4%
200,0	7,5%	300,0	6,0%	300,0	5,5%	1.100,0	2,6%	1.300,0	2,6%	1.200,0	6,6%
250,0	3,4%	400,0	4,6%	350,0	2,0%	1.200,0	6,2%	1.500,0	7,1%	1.300,0	2,4%
300,0	4,6%	500,0	3,9%	400,0	3,9%	1.500,0	5,0%	1.800,0	2,4%	1.500,0	6,2%
400,0	2,6%	600,0	3,1%	500,0	3,4%	2.000,0	4,0%	2.000,0	6,5%	2.000,0	5,4%
500,0	2,5%	1.000,0	2,3%	600,0	2,6%	3.000,0	2,4%	2.500,0	2,7%	3.000,0	3,1%

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados PNAD 1995 e 2015, IBGE.

**Gráfico 19 - Histograma do rendimento de todos os trabalhos da PEA feminina ocupada (com adição da função densidade/método de kernel) - Brasil, 1995 e 2015 (em R\$ de setembro de 2015)**



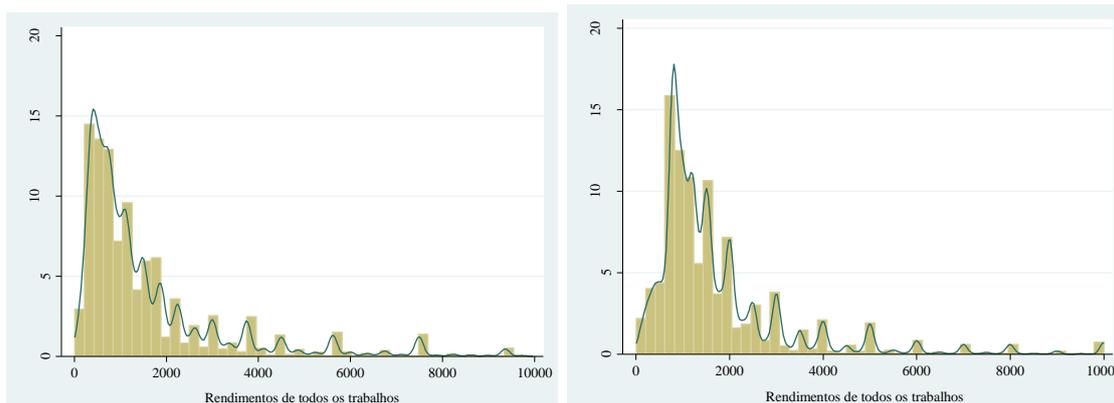
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados PNAD 1995 e 2015, IBGE.

Nota: Os rendimentos utilizados foram deflacionados para o mês de setembro de 2015, segundo índice proposto por Corseuil e Foguel (2002).

**Gráfico 20 - Histograma do rendimento de todos os trabalhos da PEA masculina ocupada (com adição da função densidade/método de kernel) - Brasil, 1995 e 2015**

1995

2015



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados PNAD 1995 e 2015, IBGE.

Nota: Os rendimentos utilizados foram deflacionados para o mês de setembro de 2015, segundo índice proposto por Corseuil e Foguel (2002).

#### 4.2.2. Resultado da Decomposição do índice DER

A seguir, serão apresentados os resultados da decomposição do índice de polarização segundo grupos das variáveis selecionadas para homens e mulheres. Antes, porém, cabe relembrar alguns detalhes metodológicos que facilitam a correta interpretação dos resultados.

Da equação 16, mencionada na seção metodológica, foi visto que Araar (2008) chegou à seguinte decomposição do índice de polarização:

$$P = \sum_g \phi_g^{1+\alpha} \psi_g^{1-\alpha} R_g P_g + \tilde{P} \quad (16),$$

$$P = \text{Intragrupos} + \text{Entre grupos},$$

Ou seja, o índice de polarização DER é igual à soma da polarização verificada dentro dos grupos (intragrupos) adicionada à polarização entre os grupos. A polarização entre grupos que aparece nas tabelas subsequentes (11 a 14) nada mais é do que o componente  $\tilde{P}$  da equação 16. Conforme visto, o índice de polarização entre grupos é obtido através da suposição de que a polarização intragrupos é igual a zero, ou seja, que os grupos são internamente homogêneos, de forma que cada indivíduo possui a renda média de seu grupo. Assim, a pergunta colocada por esse componente é: caso não houvesse polarização dentro dos grupos, qual seria a polarização total? Ou, posto em outras palavras, o quanto da polarização total poderia ser atribuído à polarização verificada exclusivamente entre os grupos?

Já o componente de polarização intragrupos é influenciado pela proporção de indivíduos pertencentes ao grupo ( $\phi_g$ ), pela parcela da renda apropriada por cada um dos grupos ( $\psi_g$ ), pela razão  $R_g$  e pelo índice de polarização calculado para cada um dos grupos ( $P_g$ ).

Na análise que se segue, pretende-se responder a três perguntas principais. A primeira delas é se a divisão da população segundo cada um dos subgrupos – de escolaridade, subsetor de serviços, posição na ocupação, cor ou raça e formalização – está associada a polarização dos rendimentos. Caso esteja, o resultado esperado é que grande parte da polarização seja atribuída aos componentes entre grupos, e não intragrupos. Assim, haveria a confirmação de que a renda de homens e mulheres é polarizada segundo cada um dos grupos propostos. Logo, o primeiro objetivo dessa decomposição é entender se a distância estabelecida entre os grupos de renda é compatível com a formação de grupos de determinadas características socioeconômicas.

A segunda pergunta que interessa responder é se os grupos formados possuem a mesma relevância para a polarização dos rendimentos de homens e mulheres.

A terceira e última questão diz respeito ao componente dinâmico da análise: a relevância dos grupos populacionais para a polarização se alterou entre 1995 e 2015?

Das tabelas 11 a 14, percebe-se que a escolaridade é uma variável associada à polarização da renda de mulheres e de homens no Brasil. Em 1995, a polarização entre os grupos de anos de estudo era responsável por 86,5% da polarização total das mulheres e 86,4% da polarização dos homens. Após 20 anos, em 2015, houve queda da parcela da polarização explicável pelas diferenças entre os grupos: a proporção variou para 78,9% no caso feminino e 81,6% para os homens. Ou seja, os grupos de anos de estudo continuaram possuindo associação com a polarização da renda, apesar de esta ter se reduzido, em especial no caso feminino. Esta mudança fez com que, em 2015, a variável possuísse maior relevância para os grupos formados pelos homens do que pelas mulheres, indo contra a expectativa de que ela seria mais relevante para as últimas.

A contrapartida desta mudança foi o aumento do peso do componente da polarização intragrupos. Para as mulheres, em 2015, os grupos que mais pesaram para a polarização interna foram aqueles de 11 a 14 anos de estudo (11,9%) e 15 anos ou mais de estudo (7,2%). Não coincidentemente, estes eram justamente os grupos mais representativos em termos populacionais. Cabe lembrar que o tamanho do grupo é um fator relevante para o cálculo da polarização intragrupos, como destacado na fórmula 16. Assim, apesar de o grupo com 1 ano de estudo ou menos possuir o maior índice de polarização entre as categorias de escolaridade (0,47), seu peso para a polarização intragrupos era de apenas 0,1%, em consonância com sua representatividade populacional de 3,5%. Para fins de comparação, em 1995, as maiores contribuições vinham dos grupos de 11 a 14 anos de estudo (5,2%) e de 4 a 7 anos (4,6%), que à época, representavam as categorias mais populosas.

Ao desagregar o setor de serviços em subsetores, notou-se que esta divisão se associava à polarização da renda feminina em 74,4% em 2015, valor próximo àquele verificado em 1995. A mesma divisão era responsável por 73,9% da polarização masculina em 2015. Para as mulheres, a polarização intragrupos remanescente ficava por conta dos serviços sociais (13,4% em 2015), cuja representatividade chegava a 32,3% das trabalhadoras dos serviços em 2015, e para onde se direcionavam 45,9% dos rendimentos do setor de serviços. Os serviços pessoais também respondiam por uma parcela importante da polarização interna (6,5%) e, apesar de seu peso populacional (33,7%) próximo ao do subsetor social, este dispunha de apenas 20,5% dos rendimentos totais das mulheres nos serviços. Os rendimentos acumulados apropriados por cada subsetor são um reflexo da hierarquia salarial verificada entre os subsetores no capítulo 2, em que os serviços sociais apareciam com os salários mais altos, seguidos pelos serviços produtivos, os distributivos e, por fim, os serviços pessoais. Internamente, os serviços pessoais era o subsetor menos polarizado entre as mulheres, enquanto para os homens eram os serviços sociais.

Assim como no caso da escolaridade e dos subsetores dos serviços, a decomposição da polarização de acordo com as posições na ocupação revelou que a renda é também polarizada de acordo com essas posições, principalmente para as mulheres. Em 2015, o componente entre grupos da polarização era responsável por 79,1% da polarização total do grupo feminino e de 74,2% do grupo masculino. Ambos os percentuais se reduziram em relação a 1995, quando eram de respectivamente 82,8% e 76,9%. A maior contribuição para o aumento da polarização intragrupos entre 1995 e 2015 veio dos empregados com carteira de trabalho assinado, subgrupo populacional mais expressivo e que mais cresceu no período, para ambos os sexos.

No que diz respeito à polarização interna dos subgrupos, em 2015, as funcionárias e os funcionários públicos e militares eram as categorias menos polarizadas (0,343 para as mulheres e 0,354 para os homens). Os subgrupos mais polarizados, tanto para mulheres quanto para homens, eram os outros empregados sem carteira (0,467 e 0,471, respectivamente)

Em 1995, a polarização entre os grupos de mulheres formais e informais equivalia a 46,6% da polarização total, peso superior ao da polarização intragrupos, mas com equivalência reduzida quando comparada com os grupos de escolaridade, subsetores dos serviços e posições na ocupação. Naquele ano, a maioria das trabalhadoras era formal (53,5%) e os rendimentos estavam mais do que proporcionalmente concentrados nestas trabalhadoras (74,1%). O grupo que mais contribuía para a polarização eram as formais – 33,5%, frente a 13,1% das informais. Em 2015, o cenário havia se modificado, e o percentual de trabalhadoras formais cresceu 16,7 pp., alcançando 70,3% das mulheres. Agora, porém, mais de 60% da polarização poderia ser

explicada pelo componente entre grupos (60,7%) e as trabalhadoras formais contribuíam proporcionalmente mais do que o triplo das informais para a polarização.

Os dados da polarização masculina segundo o *status* de formalização possuem movimentos próximos aos dados femininos, conforme pode ser verificado nas tabelas 13 e 14. A diferença mais importante dos homens em relação as mulheres era o grau de formalização, sempre superior no caso feminino.

Os resultados por cor ou raça são ambíguos: a polarização entre os grupos possuía quase a mesma dimensão daquela verificada intragrupos. Cabe ressaltar que, entre 1995 e 2015, a composição de cor ou raça do Brasil se inverteu, e os pretos e pardos passaram a formar maioria no país, entre homens e mulheres. Os motivos dessa mudança já foram discutidos no capítulo 2, e é provável que ela esteja espelhando modificações mais de ordem identitárias do que demográficas.

Em 1995, a polarização feminina intragrupos (50,3%) era ligeiramente maior que a entre grupos (49,7%), mas este quadro se reverteu em 2015, quando 53% da polarização era referente ao componente entre grupos. Naquele ano, tanto para as mulheres quanto para os homens, os brancos contribuíam mais para a polarização intragrupos do que os pretos e pardos, apesar da contribuição das mulheres e dos homens pretos e pardos para a polarização ter aumentado entre 1995 e 2015. Este aumento pode ser atribuído ao maior peso relativo desses grupos no total populacional. O grupo das mulheres brancas foi aquele cuja polarização interna mais variou, passando de 0,36 para 0,45. Já a polarização interna das mulheres pretas e pardas permaneceu relativamente estável, oscilando de 0,48 em 1995 para 0,46 em 2015.

**Tabela 11 – Resultado da decomposição do índice de polarização da renda DER – Mulheres, Brasil, 1995**

Grupos	Subgrupos	População (%)	Renda apropriada pelo grupo (%)	Polarização intragrupo	Razão R	Contribuição absoluta	Contribuição relativa (%)
Escolaridade	Sem instrução e menos de 1 ano	11,2%	3,6%	0,392	0,633	0,002	0,4%
	1 a 3 anos	13,9%	5,5%	0,383	0,681	0,003	0,7%
	4 a 7 anos	29,0%	16,7%	0,392	0,807	0,020	4,6%
	8 a 10 anos	12,2%	10,0%	0,333	1,062	0,005	1,1%
	11 a 14 anos	22,6%	30,6%	0,349	1,103	0,023	5,2%
	15 anos ou mais	11,0%	33,6%	0,298	1,112	0,007	1,6%
	<b>Soma intragrupos</b>	<b>100%</b>	<b>100,0%</b>	-	-	<b>0,060</b>	<b>13,5%</b>
	<b>Entregrupos</b>	-	-	-	-	<b>0,383</b>	<b>86,5%</b>
<b>Total</b>	-	-	-	-	<b>0,443</b>	<b>100%</b>	
Subsetores dos serviços	Serviços distributivos	21,7%	19,5%	0,464	0,917		
	Serviços sociais	32,9%	47,0%	0,347	1,359		
	Serviços pessoais	36,9%	19,2%	0,458	0,715		
	Serviços produtivos	8,4%	14,3%	0,379	1,38		
	<b>Soma intragrupos</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	-	-	<b>0,117</b>	<b>25,2%</b>
	<b>Entregrupos</b>	-	-	-	-	<b>0,347</b>	<b>74,8%</b>
<b>Total</b>	-	-	-	-	<b>0,465</b>	<b>100%</b>	
Posição na ocupação	Empregado com carteira	30,8%	35,0%	0,327	1215,000	0,040	8,5%
	Funcionários públicos e militares	12,8%	21,3%	0,311	1252,000	0,008	1,7%
	Outro empregado sem carteira	12,0%	7,9%	0,562	0,716	0,005	1,0%
	Trabalhador doméstico com e sem carteira	20,1%	8,0%	0,444	0,592	0,007	1,4%
	Conta própria	21,7%	18,2%	0,543	0,875	0,021	4,4%
	Empregador	2,6%	9,6%	0,395	1337,000	0,001	0,1%
	<b>Soma intragrupos</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	-	-	0,081	17,2%
	<b>Entregrupos</b>	-	-	-	-	0,389	82,8%
<b>Total</b>	-	-	-	-	<b>0,470</b>	<b>100%</b>	
Formalização	Formal	53,6%	74,1%	0,416	1,121	0,157	33,5%
	Informal	46,4%	25,9%	0,514	0,746	0,062	13,1%
	<b>Soma intragrupos</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	-	-	<b>0,219</b>	<b>46,6%</b>
	<b>Entregrupos</b>	-	-	-	-	<b>0,251</b>	<b>53,4%</b>
<b>Total</b>	-	-	-	-	<b>0,470</b>	<b>100,0%</b>	
Cor ou raça	Branca	58,6%	72,6%	0,360	1,356	0,187	39,7%
	Preta e parda	40,7%	25,8%	0,475	0,796	0,050	10,6%
	<b>Soma intragrupos</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	-	-	0,237	50,3%
	<b>Entregrupos</b>	-	-	-	-	0,233	49,7%
<b>Total</b>	-	-	-	-	<b>0,470</b>	<b>100%</b>	

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados PNAD 1995 a 2015, IBGE.

Nota: O universo do subgrupo de escolaridade é referente a pessoas de 25 anos ou mais. O universo do subgrupo de serviços é referente apenas a pessoas ocupadas nos serviços.

**Tabela 12 – Resultado da decomposição do índice de polarização da renda DER (2004) – Mulheres, Brasil, 2015**

Grupos	Subgrupos	População (%)	Renda		Razão R	Contribuição absoluta	Contribuição relativa (%)
			apropriada pelo grupo (%)	Polarização intragrupo			
Escolaridade	Sem instrução e menos de 1 ano	3,5%	1,7%	0,472	0,707	0,000	0,1%
	1 a 3 anos	4,1%	1,6%	0,384	0,696	0,000	0,1%
	4 a 7 anos	15,7%	7,8%	0,334	0,798	0,005	1,0%
	8 a 10 anos	13,5%	8,0%	0,386	0,723	0,004	0,9%
	11 a 14 anos	40,7%	34,0%	0,385	0,907	0,053	11,9%
	15 anos ou mais	22,5%	46,8%	0,320	1,374	0,032	7,2%
	<b>Soma intragrupos</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	-	-	<b>0,094</b>	<b>21,1%</b>
	<b>Entregrupos</b>	-	-	-	-	<b>0,351</b>	<b>78,9%</b>
<b>Total</b>	-	-	-	-	<b>0,445</b>	<b>100%</b>	
Subsetores dos serviços	Serviços distributivos	23,1%	18,8%	0,408	0,915	0,018	4,0%
	Serviços sociais	32,3%	45,9%	0,338	1,424	0,06	13,4%
	Serviços pessoais	33,7%	20,5%	0,396	0,836	0,029	6,5%
	Serviços produtivos	10,9%	14,8%	0,462	1,123	0,007	1,6%
	<b>Soma intragrupos</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	-	-	<b>0,114</b>	<b>25,6%</b>
	<b>Entregrupos</b>	-	-	-	-	<b>0,333</b>	<b>74,4%</b>
<b>Total</b>	-	-	-	-	<b>0,448</b>	<b>100%</b>	
Posição na ocupação	Empregado com carteira	40,4%	41,0%	0,431	0,943	0,067	13,9%
	Funcionários públicos e militares	11,7%	21,6%	0,343	1,504	0,010	2,0%
	Outro empregado sem carteira	11,8%	8,7%	0,467	0,873	0,005	1,0%
	Trabalhador doméstico com e sem carteira	15,6%	7,5%	0,373	0,753	0,005	1,0%
	Conta própria	18,0%	14,1%	0,388	1,224	0,014	2,9%
	Empregador	2,6%	7,1%	0,498	1,304	0,001	0,1%
	<b>Soma intragrupos</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	-	-	0,100	20,9%
	<b>Entregrupos</b>	-	-	-	-	0,379	79,1%
<b>Total</b>	-	-	-	-	<b>0,479</b>	<b>100%</b>	
Formalização	Formal	70,3%	83,6%	0,436	1,134	0,266	55,5%
	Informal	29,7%	16,4%	0,455	0,833	0,297	16,4%
	<b>Soma intragrupos</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	-	-	0,291	60,7%
	<b>Entregrupos</b>	-	-	-	-	0,188	39,3%
<b>Total</b>	-	-	-	-	<b>0,479</b>	<b>100%</b>	
Cor ou raça	Branca	49,1%	60,8%	0,447	1,156	0,139	28,9%
	Preta e parda	50,0%	37,7%	0,460	0,866	0,086	18,0%
	<b>Soma intragrupos</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	-	-	<b>0,225</b>	<b>47,0%</b>
	<b>Entregrupos</b>	-	-	-	-	<b>0,254</b>	<b>53,0%</b>
<b>Total</b>	-	-	-	-	<b>0,479</b>	<b>100%</b>	

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados PNAD 1995 a 2015, IBGE.

Nota: O universo do subgrupo de escolaridade é referente a pessoas de 25 anos ou mais. O universo do subgrupo de serviços é referente apenas a pessoas ocupadas nos serviços.

Nota 2: Os dados do setor de serviços são referentes ao ano de 2002.

**Tabela 13 – Resultado da decomposição do índice de polarização da renda DER – Homens, Brasil, 1995**

Grupos	Subgrupos	Renda			Razão R	Contribuição absoluta	Contribuição relativa (%)
		População (%)	apropriada pelo grupo (%)	Polarização intragrupo			
Escolaridade	Sem instrução e menos de 1 ano	16,3%	5,3%	0,417	0,613	0,004	0,8%
	1 a 3 anos	17,4%	8,6%	0,387	0,825	0,007	1,4%
	4 a 7 anos	32,0%	23,4%	0,392	0,923	0,032	6,7%
	8 a 10 anos	12,6%	12,7%	0,328	1,174	0,006	1,3%
	11 a 14 anos	14,6%	23,2%	0,372	1,157	0,012	2,5%
	15 anos ou mais	7,0%	26,8%	0,328	1,258	0,004	0,8%
	<b>Soma intragrupos</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	-	-	<b>0,064</b>	<b>13,6%</b>
<b>Entregrupos</b>	-	-	-	-	<b>0,409</b>	<b>86,4%</b>	
<b>Total</b>	-	-	-	-	<b>0,473</b>	<b>100,0%</b>	
Subsetores dos serviços	Serviços distributivos	44,6%	38,9%	0,457	0,908	0,077	17,4%
	Serviços sociais	20,8%	27,7%	0,355	1,267	0,022	5,1%
	Serviços pessoais	19,2%	12,6%	0,460	0,815	0,011	2,5%
	Serviços produtivos	15,4%	20,8%	0,396	1,264	0,014	3,1%
	<b>Soma intragrupos</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	-	-	<b>0,124</b>	<b>28,1%</b>
<b>Entregrupos</b>	-	-	-	-	<b>0,318</b>	<b>71,9%</b>	
<b>Total</b>	-	-	-	-	<b>0,442</b>	<b>100,0%</b>	
Posição na ocupação	Empregado com carteira	37,9%	37,9%	0,404	1,026	0,060	12,2%
	Funcionários públicos e militares	6,1%	9,5%	0,328	1,284	0,002	0,4%
	Outro empregado sem carteira	19,9%	9,7%	0,544	0,662	0,010	2,0%
	Trabalhador doméstico com e sem carteira	0,8%	0,3%	0,469	0,656	0,000	0,0%
	Conta própria	29,3%	24,5%	0,515	0,927	0,037	7,7%
	Empregador	6,0%	18,1%	0,406	1,501	0,004	0,8%
	<b>Soma intragrupos</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	-	-	0,113	23,1%
<b>Entregrupos</b>	-	-	-	-	0,376	76,9%	
<b>Total</b>	-	-	-	-	<b>0,489</b>	<b>100,0%</b>	
Formalização	Formal	53,8%	71,8%	0,451	1,102	<b>0,166</b>	<b>33,9%</b>
	Informal	46,2%	28,2%	0,498	0,829	<b>0,069</b>	<b>14,1%</b>
	<b>Soma intragrupos</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	-	-	<b>0,235</b>	<b>48,0%</b>
	<b>Entregrupos</b>	-	-	-	-	<b>0,254</b>	<b>52,0%</b>
<b>Total</b>	-	-	-	-	<b>0,489</b>	<b>100,0%</b>	
Cor ou raça	Branca	56,0%	0,72	0,486	1,062	0,183	37,5%
	Preta e parda	43,4%	0,27	0,437	0,879	0,057	11,6%
	<b>Soma intragrupos</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	-	-	<b>0,240</b>	<b>49,1%</b>
	<b>Entregrupos</b>	-	-	-	-	<b>0,249</b>	<b>50,9%</b>
<b>Total</b>	-	-	-	-	<b>0,489</b>	<b>100,0%</b>	

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados PNAD 1995 a 2015, IBGE.

Nota 1: O universo do subgrupo de escolaridade é referente a pessoas de 25 anos ou mais. O universo do subgrupo de serviços é referente apenas a pessoas ocupadas nos serviços.

Nota 2: Os dados do setor de serviços são referentes ao ano de 2002.

**Tabela 14 – Resultado da decomposição do índice de polarização da renda DER (2004) – Homens, Brasil, 2015**

Grupos	Subgrupos	Renda			Razão R	Contribuição absoluta	Contribuição relativa (%)
		População (%)	apropriada pelo grupo (%)	Polarização intragrupo			
Escolaridade	Sem instrução e menos de 1 ano	6,4%	2,7%	0,399	0,710	0,001	0,2%
	1 a 3 anos	7,5%	3,5%	0,412	0,688	0,001	0,2%
	4 a 7 anos	21,2%	13,3%	0,389	0,806	0,011	2,5%
	8 a 10 anos	16,1%	11,7%	0,354	0,925	0,007	1,6%
	11 a 14 anos	35,3%	34,5%	0,373	1,014	0,047	10,5%
	15 anos ou mais	13,5%	34,2%	0,389	1,265	0,014	3,2%
	<b>Soma intragrupos</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	-	-	<b>0,081</b>	<b>18,2%</b>
<b>Entregrupos</b>	-	-	-	-	<b>0,364</b>	<b>81,8%</b>	
<b>Total</b>	-	-	-	-	<b>0,445</b>	<b>100%</b>	
Subsetores dos serviços	Serviços distributivos	43,3%	34,6%	0,401	0,90	0,06	14,3%
	Serviços sociais	20,5%	30,1%	0,351	1,33	0,024	5,6%
	Serviços pessoais	19,5%	13,9%	0,389	0,90	0,011	2,7%
	Serviços produtivos	16,7%	21,4%	0,439	1,09	0,015	3,6%
	<b>Soma intragrupos</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	-	-	<b>0,110</b>	<b>26,1%</b>
	<b>Entregrupos</b>	-	-	-	-	<b>0,312</b>	<b>73,9%</b>
<b>Total</b>	-	-	-	-	<b>0,422</b>	<b>100%</b>	
Posição na ocupação	Empregado com carteira	45,4%	43,3%	0,426	0,940	0,080	16,8%
	Funcionários públicos e militares	6,3%	11,9%	0,354	1,488	0,003	0,6%
	Outro empregado sem carteira	16,0%	9,9%	0,471	0,806	0,008	1,6%
	Trabalhador doméstico com e sem carteira	0,9%	0,5%	0,382	0,667	0,000	0,0%
	Conta própria	26,6%	22,1%	0,387	1,203	0,030	6,3%
	Empregador	4,8%	12,2%	0,525	1,184	0,002	0,5%
	<b>Soma intragrupos</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	-	-	<b>0,123</b>	<b>26%</b>
<b>Entregrupos</b>	-	-	-	-	<b>0,354</b>	<b>74,2%</b>	
<b>Total</b>	-	-	-	-	<b>0,477</b>	<b>100%</b>	
Formalização	Formal	66,1%	78,2%	0,459	1,068	0,233	48,8%
	Informal	33,9%	21,8%	0,492	0,827	0,038	7,9%
	<b>Soma intragrupos</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	-	-	<b>0,271</b>	<b>56,7%</b>
	<b>Entregrupos</b>	-	-	-	-	<b>0,207</b>	<b>43,3%</b>
<b>Total</b>	-	-	-	-	<b>0,478</b>	<b>100,0%</b>	
Cor ou raça	Branca	45,1%	57,5%	0,441	1,193	0,121	25,3%
	Preta e parda	54,1%	41,2%	0,423	0,941	0,102	21,3%
	<b>Soma intragrupos</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	-	-	<b>0,222</b>	<b>46,6%</b>
	<b>Entregrupos</b>	-	-	-	-	<b>0,255</b>	<b>53,4%</b>
<b>Total</b>	-	-	-	-	<b>0,477</b>	<b>100,0%</b>	

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados PNAD 1995 a 2015, IBGE.

Nota: O universo do subgrupo de escolaridade é referente a pessoas de 25 anos ou mais. O universo do subgrupo de serviços é referente apenas a pessoas ocupadas nos serviços.

## Considerações finais

Este capítulo foi dedicado à análise da polarização da renda do trabalho de mulheres e homens no Brasil, através da estimação do índice DER para os dados das PNADs 1995 a 2015. Além do cálculo da medida de polarização, buscou-se entender de que forma os subgrupos formados a partir das variáveis de escolarização, subsetor de serviços, posição na ocupação, formalização e cor ou raça interagem com a polarização. O método utilizado para esta segunda parte foi a decomposição do índice DER em subgrupos, segundo metodologia proposta por Arrar (2008).

O resultado da primeira parte da análise aponta que a polarização variou um pouco mais para as mulheres do que para os homens, com uma ligeira tendência de aumento no caso feminino. Nenhuma das variações no tempo mostrou-se estatisticamente significativa. Apesar deste resultado, através da investigação dos picos de frequência dos rendimentos de homens e mulheres, percebeu-se que a distribuição masculina possuía em média aglomerações em torno de valores mais elevados que os femininos. Ou seja, ainda que o resultado para a polarização dos rendimentos seja próximo, não sendo possível afirmar que há maior polarização para um ou outro sexo, identificou-se que, provavelmente, os polos de rendimento formados para as mulheres se estabelecem ao redor de médias locais mais baixas. Foi visto ainda que a polarização dos rendimentos brasileiros é razoavelmente elevada quando comparada aos dados internacionais. Vale lembrar que, conforme apresentado no início do capítulo, a polarização será elevada quando houver grupos que possuam uma alta quantidade relativa de indivíduos com rendas aproximadas, mas cujas rendas médias sejam distantes entre si. A literatura sobre medidas de polarização associa altos níveis de polarização à maior possibilidade de guerras civis, conflitos sociais e mal-estar social em geral, de forma que seria socialmente desejável possuir níveis mais baixos de polarização.

Para a decomposição da polarização em subgrupos, foram colocadas três perguntas fundamentais: 1) A divisão da população segundo cada um dos subgrupos é compatível com os grupos formados via polarização de rendimentos? 2) Os grupos formados possuem relevância diferente para homens e mulheres? 3) A relevância dos subgrupos populacionais para a polarização se alterou entre 1995 e 2015?

A resposta para cada uma das perguntas varia conforme a variável analisada, e o componente da decomposição mais importante para respondê-las é o percentual da polarização total capaz de ser explicado pela polarização entre grupos (ou o termo “Entre grupos” que aparece nas tabelas 11 à 14). Isso acontece, porque, se grande parte da polarização puder ser explicada pelo elemento entre grupos, então há um indicativo de que a renda é polarizada

segundo estes subgrupos. Os resultados indicam que a polarização da renda é mais compatível com a divisão dos subgrupos de anos de estudo, posição na ocupação e subsetores dos serviços.

Verificou-se também que a divisão da população ocupada feminina segundo os subgrupos propostos passou a estar um pouco menos associada à polarização em 2015 quando comparado a 1995 para as variáveis de escolaridade, subsetor dos serviços e posição na ocupação. A relevância dos subgrupos se elevou para a cor ou raça e a formalização. Os percentuais de queda variaram entre -7,6 p.p. para a escolaridade e -0,4 p.p. para os subsetores dos serviços. No caso masculino, a associação da divisão entre os subgrupos propostos aumentou para todas as variáveis, exceto pela via dos anos de estudo (queda de 4,6 p.p.).

Por fim, temos o terceiro e último questionamento: a compatibilidade dos subgrupos selecionados com a polarização da renda difere entre homens e mulheres? A resposta é que, de forma geral, não. Os resultados encontrados apontam que, para os anos e as variáveis estudadas, não havia grandes diferenças na relevância dos subgrupos para a da polarização da renda de homens e mulheres no Brasil. A diferença mais expressiva entre eles foi de apenas 4% a mais para as mulheres, no que se referia à variável de formalização.

Assim, o exercício proposto nesse capítulo concluiu que a princípio não há diferenças expressivas na maneira como os rendimentos brasileiros são polarizados para homens e para mulheres. Ou seja, o distanciamento entre os polos de rendimento das trabalhadoras e trabalhadores ocupados e a homogeneidade interna deles se equivalem, de forma que o efeito líquido desta diferença é praticamente o mesmo para homens e mulheres.

## CONCLUSÃO

O objetivo desta tese foi apresentar e conceituar o fenômeno da bipolarização do emprego feminino no Brasil, nos termos propostos por autoras da sociologia do trabalho e, em seguida, propor uma metodologia de aferição e estimar a bipolarização em sua dimensão do rendimento do trabalho. A principal hipótese de trabalho era que o emprego feminino no Brasil é bipolarizado, e que a bipolarização teria aumentado a partir da década de 1990.

Através da revisão e sistematização da literatura no capítulo 1, identificou-se que o ponto de partida para a bipolarização do emprego feminino teria sido a massificação da mercantilização do trabalho das mulheres, em meio a mudanças na divisão sexual do trabalho tradicional. A partir daí, há duas hipóteses para o suposto aumento da bipolarização: a expansão das vagas de emprego precárias para as mulheres pobres e menos escolarizadas; e o aumento do volume de mulheres mais ricas e mais escolarizadas, para as quais teria sido possível assumir algumas carreiras antes reservadas somente aos homens. Ambos os movimentos teriam ocorrido em empregos no setor de serviços.

Partindo da observação dos processos supracitados, no capítulo 2, buscou-se analisar alguns dados descritivos sobre a mercantilização do trabalho das mulheres entre 1995 e 2015. O capítulo também investigou qual era o perfil de inserção das mulheres no setor de serviços e em seus subsetores. Os principais resultados observados foram a redução da presença feminina nas posições na ocupação relacionadas a atividades não mercantis e a expressiva elevação do assalariamento do trabalho feminino. No que diz respeito ao setor de serviços, confirmou-se o lugar dos serviços pessoais e dos serviços sociais como os principais redutos da empregabilidade das mulheres. Não à toa, os dois subsetores representam os arquétipos dos dois polos de mulheres descritos pelas autoras no capítulo 1: nos serviços sociais encontram-se mulheres de escolaridade elevada, brancas e cujos rendimentos estão entre os mais altos dos subsetores; nos serviços pessoais estão as mulheres com menos anos de estudo, majoritariamente pretas e pardas e com os menores rendimentos dos serviços. Ambos os subsetores são em boa parte constituídos por ocupações tradicionalmente femininas, ligadas ao cuidado e às tarefas domésticas, seja pela via das trabalhadoras da área da saúde ou das cuidadoras e empregadas domésticas. Os dois subsetores são igualmente ilustrativos na expressão da ideia de que o trabalho de uma parte das mulheres do polo de trabalhadoras em desvantagem (presentes nos serviços pessoais) seria necessário à manutenção das mulheres do outro polo no mercado de trabalho.

Já no capítulo 3, para a aferição da bipolarização, foi proposta a estimação de três índices de bipolarização da renda. A partir da imagem gráfica sobre o que seria a elevação da bipolarização – um aumento da densidade relativa nas caldas da distribuição – considerou-se que o processo descrito pelas autoras do primeiro capítulo poderia ser traduzido estatisticamente de acordo com esta descrição, uma vez que se utilizasse os rendimentos do trabalho como *proxy* para a localização das mulheres na hierarquia do mercado de trabalho. Os índices calculados partem do pressuposto que a bipolarização de uma distribuição pode ser medida segundo a diferença entre o grau de desigualdade entre dois grupos e a desigualdade interna a esses mesmos grupos. Quanto maior a desigualdade entre os grupos e menor a desigualdade dentro deles, maior a bipolarização.

Os resultados indicaram que a bipolarização do emprego feminino no Brasil é inferior à masculina e que, ao contrário da hipótese de trabalho, a bipolarização se reduziu para o período estudado. Entretanto, não é possível afirmar que o emprego não é bipolarizado, uma vez que há indícios de que a bipolarização dos rendimentos brasileiros é consideravelmente alta para padrões internacionais. O que se pode dizer é que, quando comparadas à totalidade dos trabalhadores homens, as trabalhadoras mulheres são menos bipolarizadas.

Ainda assim, esse resultado precisa ser relativizado diante dos achados da bipolarização de mulheres e homens segundo os grupos de cor ou raça. Conforme visto no capítulo 3, as mulheres brancas possuíam patamares mais elevados de bipolarização que os homens pretos e pardos e que as mulheres pretas e pardas. Ou seja, as brancas eram menos bipolarizadas apenas em relação aos homens de mesma cor ou raça. Esta evidência reforça uma tendência geral observada nos resultados do capítulo 3: grupos cujo rendimento médio era mais baixo possuíam igualmente menor bipolarização e menor desigualdade. Essa relação se mostrou verdadeira quando estudados homens em relação a mulheres, brancos em relação a pretos e pardos, e para todos os subsectores dos serviços, daquele subsector de maior rendimento (serviços produtivos), para o de menor rendimentos (serviços pessoais).

As hipóteses levantadas para a aproximação da bipolarização de homens e mulheres e para a diminuição da bipolarização para o período analisado são que : 1- o aumento da mercantilização do trabalho feminino teria promovido uma aproximação dos marcadores de homens e mulheres ocupadas, tornando inclusive a diferenciação interna do grupo feminino mais próxima à do masculino; 2- a bipolarização respondeu ao movimento de queda da desigualdade no Brasil, na medida em que os efeitos da redução da desigualdade entre os grupos segregados pela separatriz dos rendimentos se mostraram superiores à queda da desigualdade dentro dos grupos. Ou seja, a desigualdade teria caído proporcionalmente mais para os

indivíduos mais distantes entre si do que para aqueles relativamente mais próximos; 3 – A melhora dos indicadores educacionais e a expansão do acesso ao nível superior no Brasil deslocou a fronteira entre as duas categorias de mulheres, através da redução da capacidade do polo do topo de entesourar as oportunidades, levando a uma queda da distância entre os grupos.

Por fim, o capítulo 4 realizou um exercício de estimação para além da bipolarização, testando se houve modificação na polarização dos rendimentos de mulheres e homens entre 1995 e 2015. Os dados indicam que, ao contrário do que ocorreu com a desigualdade e com a bipolarização, não houve grandes modificações na polarização. Além disso, a decomposição da polarização segundo os subgrupos selecionados mostrou que a polarização da renda no Brasil é compatível principalmente com a divisão de grupos de escolaridade, posição na ocupação e subsetor dos serviços, mas não há diferença expressiva na relação da polarização de cada um dos sexos com tais grupos.

Segundo a investigação realizada neste trabalho, a queda da desigualdade brasileira verificada nas últimas décadas teria se refletido na redução da bipolarização, principalmente a partir de meados dos anos 2000. Entretanto, sabe-se que a desigualdade brasileira voltou a subir a partir de 2016, segundo dados da PNAD Contínua do IBGE. O índice de Gini para o rendimento de todos os trabalhos chegou a 0,509 em 2019, maior valor desde 2012, ano em que a série teve início (IBGE, 2020). A reversão da tendência de queda da desigualdade pode também ter afetado a bipolarização, assim como a piora dos dados de mercado de trabalho, verificados já a partir de 2015, certamente tiveram reflexo na evolução dos indicadores estudados ao longo desta tese. Particularmente, interessa investigar como foi afetada a situação das mulheres, elas que já recebiam os menores rendimentos e cujas taxas de desemprego se mostram sistematicamente mais elevadas que as masculinas. A investigação da bipolarização do emprego feminino diante dos anos recentes de crise enfrentados pelo Brasil apresenta-se como uma agenda de pesquisa para o futuro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALICHI, A.; KANTENGA, K.; SOLÉ, J. *Income Polarization in the United States*. Working Paper - Fundo Monetário Internacional (FMI). Jun/2016.

ALVARES, J. E. B. *Desigualdade e polarização: tendências para a economia brasileira e gaúcha*. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em Economia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006. 94f.

AUDIBERT, P. F. *Distribuição e polarização da renda no Rio Grande do Sul: uma evidência empírica*. Monografia (Conclusão de Curso) – Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, 2011. 68f.

ARAAR, A. *On the Decomposition of Polarization Indices: Illustrations with Chinese and Nigerian Household Surveys*. Cahiers de recherche 0806, CIRPEE, 2008.

ARAAR, A., DUCLOS, J.Y. *User Manual for Stata Package DASP: Version 2.3*. PEP, World Bank, UNDP and Université Laval, 2013. Disponível em [http://dasp.ecn.ulaval.ca/modules/DASP\\_V2.3/DASP\\_MANUAL\\_V2.3.pdf](http://dasp.ecn.ulaval.ca/modules/DASP_V2.3/DASP_MANUAL_V2.3.pdf). Acesso em 10 de janeiro de 2020.

ARAÚJO, A; LOMBARDI, M. R. Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do início do século XXI. *Cadernos de pesquisa*, v.43, n.149. p. 452-77. maio/ago., 2013.

ARAÚJO, C.; SCALON, C. *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2005.

BALTAR, E.; LEONE, E. Perspectivas para o mercado de trabalho após o crescimento com inclusão social. *Estudos Avançados*, 29 (85), pp 53 – 67, 2015.

BARBER, B. *Liberating Feminism*. New York: Dell Publishing Company, 1975.

BARBOSA, A. L. Participação feminina na força de trabalho brasileira: evolução e determinantes. In: CAMARANO, A. A. (Org) *Novo Regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

BARBOSA, A. L.; COSTA, J. S. *Oferta de creches e participação das mulheres no mercado de trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2017 (Boletim de mercado de trabalho: conjuntura e análise, ano 23).

BECKER, G. A theory of the allocation of time. *The Economic Journal*, vol.75, n. 299, p. 493-517. Set/1965.

BENERÍA, L. La mujer y el género en la economía: Un panorama general. *Economía y género*, P. De Villota (ed.), Barcelona, Icaria, 2003.

BIROLI, F. *Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Editora Boitempo, 2018. 232 p.

BIROLI, F. MIGUEL, L. F. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. *Mediações*, v. 20 n. 2, p. 27-55, jul./dez. 2015.

BRAGA, R. Precariado e sindicalismo no Brasil contemporâneo: Um olhar a partir da indústria do *call center*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 103, p. 25-52, maio, 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *Lei n. 5.859, de 11 de dezembro de 1972*. Dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências. Brasília, DF, 1972.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *Emenda Constitucional n. 72, de 02 de abril de 2013*. Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. Brasília, DF, 2013.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *Lei Complementar n. 150, de 1º de junho de 2015*. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis n. 8.212, de 24 de julho de 1991, n. 8.213, de 24 de julho de 1991, e n. 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3º da Lei n. 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei n. 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei n. 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências. Brasília, DF, 2015.

BREKKE, K. A.; NYBORG, K. Selfish bakers, caring nurses? A model of work motivation. *Journal of Economic Behavior & Organization*, n. 75, v 3, p. 377-394, 2010.

BRITES, J; PICANÇO, F. O emprego doméstico no Brasil em números, tensões e contradições: alguns achados de pesquisas. *Revista Latino-Americana de Estudos do Trabalho*, ano 19, n. 31, p. 131-158, 2014.

BRUSCHINI, C. O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de noventa. *Anais do X Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP)*: Caxambu. 1997.

BRUSCHINI, C. *Gênero e trabalho feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação; 1985 a 1995*. Texto apresentado no Seminário Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios, organizado pela ABEP/Associação Brasileira de Estudos Populacionais e NEPO/Núcleo de Estudos de População. UNICAMP, 1998.

BRUSCHINI, Cristina. *Trabalho das Mulheres no Brasil: continuidades e mudanças no período 1985-1995*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998a.

BRUSCHINI, C. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985 – 95). In: ROCHA, M. (org.). *Trabalho e gênero –mudanças, permanências e desafios*. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP/ /CEDEPLAR/UFMG; São Paulo: Editora 34, 2000. p. 13-58.

BRUSCHINI, C. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 23, n. 2, p. 331-353, jul./dez. 2006.

BRUSCHINI, C. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez. São Paulo, 2007.

BRUSCHINI, C; LOMBARDI, M. R. Médicas, arquitetas, advogadas e engenheiras: mulheres em carreiras profissionais de prestígio. *Revista Estudos Feministas*, v. 7, p.9-24. 1999.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. *Cadernos de Pesquisa*, nº. 110, São Paulo, pp. 67-104, julho, 2000.

BRUSCHINI, C; LOMBARDI, M. R. Instruídas e trabalhadeiras Trabalho feminino no final do século XX. *Cadernos Pagu*, n.17-18, p.157-196, 2002.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. Trabalho, educação e rendimento das mulheres no Brasil em anos recentes. In: HIRATA, H.; SEGNINI, L. (Orgs.) *Organização, Trabalho e Gênero*. São Paulo: Editora Senac, 2008.

BRUSCHINI, C.; PUPPIN, A. B. Trabalho de mulheres executivas no Brasil no final do século XX. *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, n. 121, p. 105 – 138, jan/abr, 2004.

BRUSCHINI, C.; RICOLDI, A. M. Revendo estereótipos: o papel dos homens no trabalho doméstico. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 259–287, 2012.

CAMOU M.M., MAUBRIGADES S. The Lingering Face of Gender Inequality in Latin America. In: Bértola L., Williamson J. (eds) *Has Latin American Inequality Changed Direction?*. Springer, Cham. 2017

CAMPOLINA, B; GAIGER, F; MAGALHÃES, L. C. *O Mercado de trabalho rural: evolução recente, composição da renda e dimensão regional*. Texto para discussão (IPEA), 2009.

CARRASCO, C. La economía feminista: una apuesta por otra economía. In:VARA, M. J. (coord.), *Estudios sobre Género y Economía*. Madrid: Akal, p.29-62, 2006.

CASTRO, S. A. C. *Uma análise da polarização de renda no caso brasileiro 1981 – 2003*. Dissertação (Mestrado em Economia) –Universidade Estadual de Maringá, 2006.

CLEMENTI, F.; SCHETTINO, F. Income polarization in Brazil, 2001-2011: a distributional analysis using PNAD data. *Economics Bulletin*, v. 33, n. 3, p. 1-16, 2013.

COMIN, A. A. Desenvolvimento econômico e desigualdades no Brasil: 1960-2010. In: ARRETICHE, M. (org.). *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Ed. Unesp, 2015.

CORSEUIL, Carlos. Henrique.; FOGUEL, M. N. *Uma sugestão de deflatores para rendas obtidas a partir de algumas pesquisas domiciliares do IBGE*. Brasília: Ipea, 2002. (Texto para Discussão, n. 897).

COSTA, J. S. de M; BARBOSA, A. L. N de H; HIRATA, G. *Efeitos da ampliação dos direitos trabalhistas sobre a formalização, jornada de trabalho e salários das empregadas domésticas*. Rio de Janeiro: IPEA, 2016. (Texto para Discussão, n. 2241).

CHAKRAVARTY, S. R. *Inequality, polarization and poverty*. Berlin: Springer, 2009.

DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo.2016.

DEDECCA, C. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD: síntese metodológica. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 15, n. 2, 1998.

DEDECCA, C. Tempo, trabalho e gênero. In: COSTA, A. A.; OLIVEIRA, E. M. DE; LIMA, M. E. B. DE; SOARES, V. (Orgs.). *Reconfiguração das relações de gênero no trabalho*. São Paulo: CUT, 2004

DEDECCA, C; RIBEIRO, C. S. M. de; ISHII, F. H. Ocupação e Tempo de Trabalho. In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 16., Caxambu. *Anais...Caxambu*- MG: ABEP, 2008.

DEUTSCH, J.; SILBER, J; YALONETZKY, G. On Bi-polarization and the Middle Class in Latin America: a look at the first decade of the twenty-first century. *Review of Income and Wealth*, Series 60, edição suplementar, novembro/2014.

DUCLOS, J-Y.; ESTEBAN, J.; RAY, D. Polarization: concepts, measurement, estimation. *Econometrica*, 72, p. 1737-72, 2004

DUCLOS, J.-Y., TAPTUÉ, A.-M. Polarization. In: F. Bourguignon, A. B. Atkinson (Eds). *Handbook of Income Distribution*, Vol. 2A. New York: Elsevier, 2015. p. 301 – 358.

DUFFY, M. Reproducing labor inequalities: challenges for feminists conceptualizing care at the intersections of gender, race, and class. *Gender & Society*, v. 19, n. 1, p. 66-82, Feb. 2005

DUFFY, M. Doing the Dirty Work Gender, Race, and Reproductive Labor in Historical Perspective. *Gender & Society*, v. 21, n. 3, 2007.

ELFRING, T. New Evidence on the Expansion of Service Employment in Advanced Economies. *Review of Income and Wealth*, pp. 409-440, dez/1989.

EHRENREICH, B.; HOCHSCHILD, A. R. *Global Woman – Nannies, maids and sex workers in the New Economy*. New York: Metropolitan Books Henry Holt and Company, 2004.

ENGLAND, P. Emerging Theories of Care Work. *Annual Review of Sociology*, n. 31, p. 381-399. agosto/ 2005.

ENGLAND, P., BUDIG, M; FOLBRE, N. Wages of Virtue: The Relative Pay of Care Work. *Social Problems*, n. 49, v.4, p. 455-473, 2002.

ENGLAND, P.; GORNICK, J.; FITZGIBBONS, E. Women's employment, education, and the gender gap in 17 countries. *Monthly Labor Review*, p. 20 – 29, abril, 2012.

ENRÍQUEZ, C. R. La cuestión del cuidado: ¿El eslabón perdido del análisis económico? *Revista CEPAL*, abril, 2012.

ESQUIVEL, V. *La economía del cuidado en América Latina: Poniendo a los cuidado en el centro de la agenda*. PNUD, 2011.

ESQUIVEL, V. A economia do cuidado: um percurso conceitual. In: JÁCOME; M. L.; VILLELA, Shirley (Org.). *Orçamentos sensíveis a gênero: conceitos*. Brasília: ONU Mulheres, 2012.

ESPING-ANDERSEN, G. *Social foundations of postindustrial economies*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1999

ESPING-ANDERSEN, G. *The incomplete revolution: adapting to women's new roles*. Cambridge: Polity Press. 2009.

ESTEBAN, J. M.; GRADÍN, C.; RAY, D. An extension of a measure of polarization, with an application to the income distribution of five OECD countries. *Journal of Economic Inequality*, v. 5, n. 1, p. 1-19, 2007.

ESTEBAN, J.; RAY, R. On the measurement of polarization. *Econometrica*, Oxford, v. 62, n. 4, p. 819–851, 1994.

FALQUET, J. Transformações neoliberais do trabalho das mulheres: a liberação ou novas formas de apropriação? In: ABREU, A. R. DE P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. (Orgs). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas internacionais*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FARIA, N. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: BUTTO, A (Org.). *Estatísticas Rurais e a Economia Feminista: Um olhar sobre o trabalho das mulheres*. Brasília: MDA, 2009

FANTINEL, V. D. *Ensaio sobre Polarização de Renda do Brasil*. Tese (Doutorado). Programa de pós-graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul: 2017. 126 f.

FANTINEL, V. D.; PORTO JR. S, mensuração e evolução da polarização de renda no Brasil e suas regiões (1995-2014). In: XX Encontro de Economia da Região Sul. Porto Alegre: *Anais do XX Encontro de Economia da Região Sul*, 2017.

FERBER, M. A feminist critique of the neoclassical theory of the family. In K. Moe (ed.), *Women, family, and work: Writings on the economics of gender*, p. 9–23, Blackwell Publishing, 2003.

FERBER, M.; J. NELSON. *Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics*, Chicago, The University of Chicago Press, 1993.

FIGUEIREDO, E. A. de.; NETTO Jr., J.; PORTO Jr., S. Distribuição, Mobilidade e Polarização de Renda no Brasil no Período de 1987 a 2003. *Revista Brasileira de Economia*, v. 61, n. 1, p. 7-32, 2007.

FIGUEIREDO E PORTO JR. (2015) Persistência das desigualdades regionais no Brasil: polarização e divergência. *Nova Economia*, n. 25, p. 195-208, jan/abr, 2015.

FILER, R. K. Occupational segregation, compensating differentials and comparable worth. In: *Pay Equity: Empirical Inquiries*. Hartmann, H., O'Farrell, B., Michael, R. T. (Eds). Washington, DC: National Academy Press, 1989.

FONTOURA, N; PINHEIRO, L; GALIZA, M; VASCONCELOS, M. Pesquisas de uso do tempo no Brasil: contribuições para a formulação de políticas de conciliação entre trabalho, família e vida pessoal. *Revista Econômica*, v. 12, n. 1, p. 11-46, 2010.

FOSTER, J. E.; WOLFSON, M. C. *Polarization and the decline of the middle class: Canada and the US*. Oxford Poverty Human Development Initiative (OPHI). Oxford: Department of International Development (UK), Oxford, Working Paper number 31, 1992.

FOSTER, J. E.; WOLFSON, M. C. Polarization and the decline of the middle class: Canada and the US. *Journal of Economic Inequality*, v. 8, n. 2, p. 247-273, 2010.

FRAGA, A. *De empregada a diarista: as novas configurações do trabalho doméstico remunerado*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2013. v. 1. 205p.

GASPARINI, L.; HORENSTEIN, M.; MOLINA, E; OLIVIERI, S. Income Polarization in Latin America: Patterns and Links with Institutions and Conflict. *Oxford Development Studies*, vol. 36, n. 4, dez, 2008.

GUEDES, G.; MONÇORES, E. Empregadas domésticas e cuidadoras profissionais: compartilhando as fronteiras da precariedade. *Revista Brasileira de Estudos de População (Rebep)*, v.36, p. 1-24, 2019.

GUEDES, M. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.15, supl., p.117-132, jun. 2008.

GUEDES, M. *Mulheres de nível universitário no mercado de trabalho: aproximações do padrão masculino?* XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. 2010.

GUEDES, M. A inserção dos trabalhadores mais escolarizados no mercado de trabalho brasileiro: uma análise de gênero. *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 8 n. 1, p. 55-75, mar./jun.2010.

GUEDES, M. Heterogeneização da mão-de-obra feminina: o que mudou no período recente?. *Gênero*, Niterói, v. 15, n. 2, p.141-154, jun. 2015.

GUEDES, M. Percepções sobre o papel do Estado, trabalho produtivo e trabalho reprodutivo: uma análise do Rio de Janeiro. *Cadernos Pagu*, n.47, p. 519–540, 2016.

GUEDES, M.; ARAÚJO, C. Desigualdades de gênero, família e trabalho: mudanças e permanências no cenário brasileiro. *Revista Gênero*, v. 12, p. 61-79, 2011.

GUIMARÃES, N. A. Casa e mercado, amor e trabalho, natureza e profissão: controvérsias sobre o processo de mercantilização do trabalho de cuidado. *Caderno Pagu*, n.46, pp.59-77, 2016.

GUIMARÃES, N. A.; BRITO, M. M. A.; BARONE, L.S. Mercantilização no feminino: a visibilidade do trabalho das mulheres no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 90, p. 17-38, 2016

GUIMARÃES, N A.; HIRATA, H.. La frontera entre el empleo doméstico y el trabajo profesional de cuidados en Brasil: Pistas y correlatos en el proceso de mercantilización. *Sociología del Trabajo*, n. 86, p.7-27, 2016.

GUIMARÃES, N. A.; PAUGAM, S. Work and Employment Precariousness: a transnational concept? *Sociologia Del Lavoro*, v. 144, p. 55-84, 2016.

HAKIN, C. *Key issues in women's work: female heterogeneity and the polarisation of women's employment*. Londres: The Athlone Press, 1996. 257 p.

HEYES, A The Economics of Vocation or ‘Why is a Badly Paid Nurse a Good Nurse’? *Journal of Health Economics*, n. 24(3), p. 561-569, 2005.

- HIRATA, H. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. *Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho*: São Paulo, ano 4, n. 7, 1998. p.5 -27
- HIRATA, H. Globalização e divisão sexual do trabalho. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 17/18, p. 139-158, 2002.
- HIRATA, H. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 11, nº 21, p. 24-41, jan./jun. 2009.
- HIRATA, H. Teorias e práticas do care: estado sucinto da arte, dados de pesquisa e pontos em debate. In: *Trabalho Doméstico e de Cuidados*. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, pp. 42-56, 2010.
- HIRATA, H. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. *Caderno CRH*, v. 24, n. especial, p. 15-22, 2011.
- HIRATA, H. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo social*, vol. 26, n. 1, pp. 61-73, 2014.
- HIRATA, 2015 *Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparada*. Friedrich Ebert Stiftung Brasil, n.7, 2015.
- HIRATA, H. Trabalho, gênero e dinâmicas internacionais: work, gender and international dynamics. *Revista da ABET*, [s.l.], v. 15, n. 1, p.9-21, jan/jun. 2016.
- HIRATA, H.; KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, pp 79-93. set/dez, 2007.
- HIRATA, H; KERGOAT, D. *Divisão sexual do trabalho pessoal e doméstico: Brasil, França, Japão*. In: COSTA, A. O.; SORJ, B.; BRUSCHINI, C; HIRATA, H. Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- HOFFMAN, R. Polarização da Distribuição de Renda no Brasil. *Econômica*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 169-186, 2008.
- HOFFMAN, R. Desigualdade e polarização entre empregados na agricultura brasileira: 1992-2007. *Economia e Sociedade*, v. 18, n. 2 (36), p. 417-428. Ago, 2009.
- HOFFMAN, R. Medidas de polarização da distribuição da renda e sua evolução no Brasil de 1995 a 2013. *Economia e Sociedade: Campinas, Unicamp*, v. 26, n. 1 (59), p. 165-187, abr. 2017.
- HOFFMAN, R; BOTASSIO, D. C.; JESUS, J. G de. *Distribuição de renda: medidas de desigualdade, pobreza, concentração, segregação e polarização*. São Paulo: Edusp, 2019.
- HOOKS, B. *Feminist Theory: from margin to center*. Boston: South end Press, 1984.
- IBGE. *Manual do entrevistador: PNAD 1995*. Rio de Janeiro: Diretoria de Pesquisas, 1995.
- IBGE. *Censo Demográfico 2010: Nupcialidade, fecundidade e migração. Resultados da amostra, 2012*.

[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/98/cd\\_2010\\_nupcialidade\\_fecundidade\\_migracao\\_amostra.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/98/cd_2010_nupcialidade_fecundidade_migracao_amostra.pdf). Acesso em maio de 2019.

IBGE. *Síntese de indicadores 2016*. Rio de Janeiro, 2016.

IBGE. *Microdados PNAD 2002 a 2015*. [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em fevereiro de 2018.

IBGE. *Microdados PNAD 1995 a 1999*. Rio de Janeiro: dados gravados em março de 2018. Cd rom.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Outras formas de trabalho*. Informativo IBGE. 2018. [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101560\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101560_informativo.pdf). Acessado em 20 de setembro de 2020.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Rendimento de todas as fontes*. Informativo IBGE. 2020. [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101709\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101709_informativo.pdf). Acessado em 20 de setembro de 2020.

IPEA. *Situação das trabalhadoras domésticas no país*. Comunicado do IPEA n. 90. 05 de maio, 2011.

IPEA. *Retrato das desigualdades de gênero e raça no Brasil*. 2017. <https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores.html>. Acessado em 04 de setembro de 2020.

INEP. *Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2017*. 2019. <http://portal.inep.gov.br/web/guest/resumos-tecnicos1> Acessado em 20 de outubro de 2019.

ITABORAÍ, N. Temporalidades plurais: desigualdades de gênero e classe nos usos do tempo das famílias brasileiras. In: *Uso do tempo e gênero*. Fontoura, N; Araújo, C. (Orgs.). Rio de Janeiro: UERJ, 2016.

KENWORTHY, L. *Jobs with Equality*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2008.

KERGOAT, D. Ouvriers = ouvrières? Propositions pour une articulation théorique de deux variables: sexe et classe sociale. *Critiques de l'Économie Politique*, v.5, p.65-97, 1978.

KERGOAT, D. La division du travail entre les sexes. In: KERGOAT, J. et al. (Orgs.). *Le Monde du Travail*. Paris: La Découverte, 1998.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA et al. (Org.). *Dicionário Crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, p.67-75, 2009.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos Estudos*, n.86, p.93-103, 2010.

KERSTENETZKY, C. L.; MACHADO, D. C. Labor market development in Brazil: formalization, at last? In: BAER, W.; AMMAN, E.; AZZONI, C. (eds.). *Oxford Handbook of the Brazilian Economy*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

KOFES, S. *Mulher, Mulheres*. Identidade, diferença e desigualdade na relação entre empregadoras e empregadas. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001. 469 p.

KREIN, J. D.; PRONI, M. W. *Economia informal: aspectos conceituais e teóricos*. Escritório da OIT no Brasil. Brasília: OIT, 2010.

LAVINAS, L. Emprego feminino: o que há de novo, o que se repete? *Dados*, v.40, n. 1, p. 41 – 67, 1997.

LAVINAS, L. Gasto social no Brasil: programas de transferência de renda versus investimento social. *Ciência & Saúde Coletiva*, vol.12, n.6, p.1463-1476. 2007.

LAVINAS, L.; CORDILHA, A. C.; CRUZ, G. F. da. Assimetrias de gênero no mercado de trabalho no Brasil: rumos da formalização. In: ABREU, A. R. DE P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. (Orgs). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas internacionais*. São Paulo: Boitempo, 2016.

LEONE, E. T. *O Perfil dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Economia Informal*. Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil. Série Trabalho Decente no Brasil. Brasília: OIT, 2010.

LEONE, E. T. Os impactos do crescimento econômico com inclusão social na participação das mulheres no mercado de trabalho. In: Leone, E. T.; Krein, J. D.; Teixeira, M. O. (Orgs.). *Mundo do trabalho das mulheres: ampliar os direitos e promover a igualdade*. São Paulo: Instituto de Economia Cesit, 2017. p. 13-38.

LOMBARDI, M. R. Anotações sobre a desigualdade de gênero no mercado de trabalho. In: GEORGES, I; LEITE, M. P. (Orgs.). *Novas configurações do trabalho e economia solidária*. São Paulo: Annablume, 2012. p. 109-134.

LOMBARDI, M. R. Mulheres em carreiras de prestígio: conquistas e desafios à feminização. *Cadernos de Pesquisa*: São Paulo, v.47, n.163. p.10-14. jan./mar, 2017.

LOPES, E. S. *Desigualdade e polarização da distribuição de renda no Brasil e no Estado de São Paulo, 1992-2007*. Dissertação (Mestrado) – Unicamp, Instituto de Economia, 2009. 88f.

MADALOZZO, R. Occupational segregation and the gender wage gap in Brazil: an empirical analysis. *Economia Aplicada*, v. 14, n. 2, p. 147-168, 2010.

MADALOZZO, R.; ARTES, R. Escolhas profissionais e impactos no diferencial salarial entre homens e mulheres. *Cadernos de Pesquisa*, v. 47, n. 163, p.202-221, jan./mar. 2017.

MADALOZZO, R.; MARTINS, S. R.; SHIRATORI, L. Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais? *Revista Estudos Feministas*, v. 18, n. 2, p. 547-566, 2010.

MAIA, M. Limites de gênero e presença feminina nos cursos superiores brasileiros do campo da computação. *Cadernos Pagu*: Campinas, n. 46, p. 223 – 244. Jan./mar, 2016.

MARUANI, M.; MERON, M. Como contar o trabalho das mulheres? França, 1901 – 2011. In: ABREU, A. R. DE P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. (Orgs). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas internacionais*. São Paulo: Boitempo, 2016.

MEDEIROS, M; SOUZA, P. H. G. F. DE; CASTRO, F. A. A estabilidade da desigualdade de renda no Brasil, 2006 a 2012: estimativa com dados do imposto de renda e pesquisas domiciliares. *Ciência & Saúde Coletiva*, vol.20, n.4. p. 971 – 986. Abr., 2015.

MELLO, H. P. *O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras*. (Texto para discussão n.565). Rio de Janeiro: IPEA, 1998.

MELO, H. P.; CASTILHO, M. Trabalho reprodutivo no brasil: quem faz? *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 135-158, jan./abr. 2009.

MELO, H. P. de; CONSIDERA, C. M.; SABBATO, A. di. Os afazeres domésticos contam. *Economia e Sociedade*, Campinas, ano 16, v. 3, n. 31, p. 435-454, dez. 2007

MELO, H. P.; SABBATO, A. di. Mulheres rurais - invisíveis e mal remuneradas. In: MDA-PPIGRE. *Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul*. Brasília, MDA-NEAD, 2006, p.47-87.

MELO, H. P.; SABBATO, A. di Gênero e trabalho rural: 1993/2006 In: BUTTO, A (Org.). *Estatísticas Rurais e a Economia Feminista: Um olhar sobre o trabalho das mulheres*. Brasília: MDA, 2009

MELO, H. P.; SERRANO, Franklin. A mulher como objeto da teoria econômica. In: AGUIAR, N. (Org.) *Gênero e ciências humanas*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1997.

MELO, H. P.; THOMÉ, Débora. *Mulheres e Poder: histórias, ideias e indicadores*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

MINCER, J. *Labor force participation of married women*, Aspects of Labor Economics, H.G. Lewis (ed.), Princeton, Princeton University Press, 1962.

MONÇORES, E. *Emprego doméstico no Brasil: um estudo sobre as desigualdades e contradições dos cuidados*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2014. 105 f.

MUNIZ, J. O.; VENEROSO, C. Z. Diferenciais de Participação Laboral e Rendimento por Gênero e Classes de Renda: uma Investigação sobre o Ônus da Maternidade no Brasil. *Dados*, v. 62, n. 1, p. 1 – 38. 2019.

NELSON, J. A. For Love or Money? Current Issues in the Economics of Care. *Journal of Gender Studies* (Ochanomizu University), n. 14., p.1 – 20, 2011.

NOUROUDINE, A. Como conhecer o trabalho quando o trabalho não é mais o trabalho? *Trabalho, Educação e Saúde*., v. 9, supl.1, p. 69-83. 2011.

OIT. *Evolution of and prospects for women's labour participation in Latin America*. ECLAC (Employment Situation in Latin America and the Caribbean), n. 21, out/2019.

PAIXÃO, M.; ROSSETTO, I. Levantamento das fontes de dados estatísticos sobre a variável cor ou raça no Brasil contemporâneo: terminologias classificatórias, qualidade das bases de dados e implicações para as políticas públicas. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 35, 2011, Caxambu. *Anais [...]*. Caxambu: Anpocs, 2011.

PAPERMAN, P. *Travail et responsabilités du care*: questions autor du handicap. Comunicação apresentada no colóquio internacional Théories et Pratiques du Care: Comparaisons Internationales, Paris, 13-14 jun. 2013.

PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Revista Estudos Feministas*, v. 12, n. 1, p. 229-252, jan./abr. 2004.

PAULILO, M. I. S. FAO, Fome e Mulheres Rurais. *Dados*, vol. 56, n. 2, p. 285 - 310. 2013.

PARREÑAS, R. S. *Servants of Globalization: Women, Migration, and Domestic Work*, Stanford: Stanford University Press, 2001.

PASSOS, L. Normas de Gênero: Constrangimentos e Limitações na Atuação Econômica Feminina. Tese (Doutorado em Economia) —Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. 131 f.

PICCHIO, A. A macroeconomic approach to an extended standard of living. In: PICCHIO, A. (Ed.). *Unpaid Work and the Economy. A Gender Analysis of the Standards of Living*. London: Routledge, 2003.

PINHEIRO, L. S.; FONTOURA, N.; QUERINO, A. C.; BONETTI, A.; ROSA, W. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. Brasília: Ipea/ SPM/Unifem, 2008.

PINHEIRO, L. S. *O trabalho nosso de cada dia*: determinantes do trabalho doméstico de homens e mulheres no Brasil. Tese (Doutorado em Sociologia) —Universidade de Brasília, Brasília, 2018. 314 f.

PRONI, M. W.; GOMES, D. C. Precariedade ocupacional: uma questão de gênero e raça. *Estudos Avançados*, v. 29, n. 85, p. 137-151. 2015.

RAMOS, D. Pesquisas de Uso do Tempo: um instrumento para aferir as desigualdades de gênero. In: BONETTI, A.; ABREU, M. A. (Org.). *Faces da desigualdade de gênero e raça no Brasil*. Brasília: Ipea, 2011.

RAMOS, L. *Evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001*. (Texto para Discussão, n. 914). Brasília: Ipea, 2002.

RAMOS, L.; ÁGUAS, M.; FURTADO, L. Participação feminina na força de trabalho metropolitano: o papel do status econômico das famílias. *Economia Aplicada*, v. 15, n. 4, p. 595-611. 2011.

REID, M. *Economics of Household Production*. New York: Wiley and Sons, 1934.

RIBEIRO, C. A. C.; SCHLEGEL, R. Estratificação horizontal da Educação Superior no Brasil (1960 a 2010). In: ARRETCHE, M. (Org.) *Trajetórias das Desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Editora Unesp/CEM, 2015. p. 133-162.

RUNCIMAN, W. *Relative Deprivation and Social Justice: A Study of Attitudes to Social Inequality in Twentieth-Century England*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1966.

SIMÕES, P. H. C.; ALVES, J. E. D.; SILVA, P.L.N. Transformações e tendências do mercado de trabalho no Brasil entre 2001 e 2015: paradoxo do baixo desemprego? *Revista Brasileira de Estudos de População (Rebep)*, v.33, n.3, p.541-566, set./dez. 2016.

SESHANNAA, S.; DECORNEZ, S. Income polarization and inequality across countries: an empirical study. *Journal of Policy Modeling*, v. 25, p. 335–358. 2003.

SCHWARTZ, Y. Conceituando o trabalho, o visível e o invisível. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 9, p. 19-45. 2011.

SCHROEDER, G. N. *Polarização de renda no Brasil: uma análise por macrorregião*. Monografia (Conclusão de Curso) – Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, 2014.

SILVA, J. G; DEL GROSSI, M. E. A mudança no conceito de trabalho nas novas PNADs. *Economia e Sociedade*: Campinas, (8): p. 247- 261. Jun, 1997.

SOARES, S.; ISAKI, R. S. *A participação feminina no mercado de trabalho*. IPEA: Texto para discussão n. 923. 2002.

SOARES, C.; MELO, H. P.; BANDEIRA, L. *O trabalho das mulheres brasileiras: uma abordagem a partir dos Censos Demográficos de 1872 a 2010*. XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. São Pedro/SP, 2014.

SCORZAFAVE, L. G.; CASTRO, S. A. C. Ricos? Pobres? Uma análise da polarização da renda para o Brasil – 1981-2003. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 37, n. 2, p. 283-297, 2007.

SCORZAFAVE, L. G.; MENEZES, N. A. Participação feminina no mercado de trabalho brasileiro: evolução e determinantes. Rio de Janeiro: *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v.31, n.3, p. 441-478, 2001

SORJ, B. Arenas de cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil. *Cadernos de pesquisa* v.43 n.149 p.478-491. Maio/ago, 2013.

SORJ, B.; FONTES, A. O “care” como um regime estratificado: Implicações de gênero e classe social no Brasil. In: HIRATA, H.; GUIMARÃES, N. A. (Orgs). *Cuidado e cuidadoras: as várias faces de trabalho do care*. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

SORJ, B.; MACHADO, D. C. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, set./dez., 2007.

THEODORO, M. I. A. *Um estudo da relação entre polarização da renda e criminalidade para o Brasil*. Dissertação (mestrado). 77 f. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo, 2011.

TILLY, C. *Durable Inequality*. Berkeley: University of California Press, 1998.

ULYSSEA, G. Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. *Revista de Economia Política*, v.26 (4) p.596-618. 2006.

WOLFSON, M. C. When inequalities diverge. *American Economic Review*, v. 84, n. 2, p. 353-358. 1994.

## APÊNDICE A – Principais atividades dos subsetores de serviços

**Tabela 15 – Cinco principais atividades femininas dos subsetores de serviços de (em números de trabalhadoras ocupadas e % do total de trabalhadoras do subsetor) – Brasil, 2002 e 2015**

	2002			2015		
	Atividade	Frequência	%	Atividade	Frequência	%
Serviços distributivos	<b>Total</b>	<b>4.525.225</b>	<b>100,00</b>	<b>Total</b>	<b>6.878.071</b>	<b>100,00</b>
	Comércio varejista realizado em postos móveis, instalados em vias públicas ou em mercados	833.856	18,43	Comércio de artigos do vestuário, complementos e calçados	1.463.422	21,28
	Comércio de artigos do vestuário, complementos e calçados	705.580	15,59	Comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo	1.259.985	18,32
	Comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo	560.865	12,39	Comércio de produtos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, odontológicos, cosméticos e de perfumaria	654.865	9,52
	Supermercado e Hipermercado	343.041	7,58	Supermercado e Hipermercado	600.635	8,73
	Comércio de mercadorias em geral - inclusive mercadorias usadas	257.684	5,69	Comércio varejista realizado em postos móveis, instalados em vias públicas ou em mercados	436.747	6,35
	<b>Total</b>	<b>6.881.666</b>	<b>100,00</b>	<b>Total</b>	<b>9.607.581</b>	<b>100,00</b>
Serviços Sociais	Educação regular, supletiva e especial pública	2.355.019	34,22	Educação regular, supletiva e especial pública	2.912.033	30,31
	Saúde particular	944.448	13,72	Saúde particular	1.610.410	16,76
	Educação regular, supletiva e especial particular	763.693	11,10	Saúde pública	1.282.648	13,35
	Administração do Estado e da política econômica e social - Municipal	746.507	10,85	Administração do Estado e da política econômica e social - Municipal	1.126.880	11,73
	Saúde pública	674.718	9,80	Educação regular, supletiva e especial particular	1.005.479	10,47
<b>Total</b>	<b>7.719.031</b>	<b>100,00</b>	<b>Total</b>	<b>10.004.867</b>	<b>100,00</b>	
Serviços Pessoais	Serviços domésticos	5.152.229	66,75	Serviços domésticos	5.417.254	54,15
	Outros serviços de alimentação - exceto ambulantes	944.343	12,23	Outros serviços de alimentação - exceto ambulantes	1.964.221	19,63
	Cabeleireiros e outros tratamentos de beleza	738.538	9,57	Cabeleireiros e outros tratamentos de beleza	1.485.518	14,85
	Alojamento	153.636	1,99	Alojamento	233.650	2,34
	Atividades desportivas e outras relacionadas ao lazer	152.266	1,97	Atividades desportivas e outras relacionadas ao lazer	217.163	2,17
	<b>Total</b>	<b>1.764.659</b>	<b>100,00</b>	<b>Total</b>	<b>3.230.251</b>	<b>100,00</b>
Serviços	Atividades jurídicas; de contabilidade; e de pesquisas de mercado e opinião pública	442.331	25,07	Atividades jurídicas; de contabilidade; e de pesquisas de mercado e opinião pública	827.164	25,61
	Intermediação Financeira	319.871	18,13	Intermediação Financeira	433.574	13,42

Atividades de imunização, higienização e de limpeza em prédios e em domicílios	177.945	10,08	Outros serviços prestados às empresas	394.371	12,21
Outros serviços prestados às empresas	111.042	6,29	Atividades de imunização, higienização e de limpeza em prédios e em domicílios	313.859	9,72
Seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra	105.746	5,99	Seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra	231.781	7,18

Fonte: Elaboração própria. IBGE (2018), microdados PNADs 2002 e 2015.

**Tabela 16 – Cinco principais atividades masculinas dos subsetores de serviços (em números de trabalhadores homens ocupados e % do total de trabalhadores do subsetor) – Brasil, 2002 e 2015**

	2002			2015		
	Atividade	Frequência	%	Atividade	Frequência	%
Serviços distributivos	<b>Total</b>	<b>9.071.329</b>	<b>100,0</b>	<b>Total</b>	<b>11.556.204</b>	<b>100,0</b>
	Comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo	1.244.503	13,7	Transporte rodoviário de cargas - exceto de mudanças	1.880.861	16,3
	Transporte rodoviário de cargas - exceto de mudanças	1.184.928	13,1	Comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo	1.797.101	15,6
	Transporte rodoviário de passageiros	1.182.411	13,0	Transporte rodoviário de passageiros	1.510.815	13,1
	Comércio varejista realizado em postos móveis, instalados em vias públicas ou em mercados	765.987	8,4	Comércio de madeira, material de construção, ferragens e ferramentas	668.084	5,8
	Comércio de madeira, material de construção, ferragens e ferramentas	549.933	6,1	Supermercado e Hipermercado	651.589	5,6
	<b>Total</b>	<b>4.232.467</b>	<b>100,00</b>	<b>Total</b>	<b>5.475.090</b>	<b>100,0</b>
Serviços Sociais	Administração do Estado e da política econômica e social - Municipal	1.033.802	24,43	Administração do Estado e da política econômica e social - Municipal	1.268.807	23,2
	Outros serviços coletivos prestados pela administração pública - Estadual	636.860	15,05	Outros serviços coletivos prestados pela administração pública - Estadual	729.824	13,3
	Educação regular, supletiva e especial pública	481.865	11,38	Educação regular, supletiva e especial pública	713.488	13,0
	Saúde particular	308.062	7,28	Saúde particular	482.514	8,8
	Educação regular, supletiva e especial particular	246.721	5,83	Saúde pública	437.476	8,0
<b>Total</b>	<b>3.909.467</b>	<b>100,00</b>	<b>Total</b>	<b>5.197.707</b>	<b>100,0</b>	
Serviços Pessoais	Serviços de reparação e manutenção de veículos automotores	1.123.098	28,73	Serviços de reparação e manutenção de veículos automotores	1.615.919	31,1
	Outros serviços de alimentação - exceto ambulantes	1.021.900	26,14	Outros serviços de alimentação - exceto ambulantes	1.497.124	28,8
	Serviços domésticos	377.745	9,66	Serviços domésticos	446.133	8,6
	Atividades desportivas e outras relacionadas ao lazer	254.560	6,51	Outras atividades artísticas e de espetáculos	265.706	5,1

	Reparação e manutenção de eletrodomésticos	230.561	5,90	Atividades desportivas e outras relacionadas ao lazer	247.188	4,8
	<b>Total</b>	<b>3.122.155</b>	<b>100,00</b>	<b>Total</b>	<b>4.462.231</b>	<b>100,0</b>
Serviços Produtivos	Investigação, vigilância e segurança	592.274	18,97	Investigação, vigilância e segurança	753.416	16,9
	Atividades jurídicas; de contabilidade; e de pesquisas de mercado e opinião pública	456.111	14,61	Atividades jurídicas; de contabilidade; e de pesquisas de mercado e opinião pública	698.919	15,7
	Intermediação Financeira	355.291	11,38	Intermediação Financeira	412.555	9,2
	Condomínios prediais	319.132	10,22	Serviços de arquitetura e engenharia e de assessoramento técnico especializado	326.623	7,3
	Serviços de arquitetura e engenharia e de assessoramento técnico especializado	172.598	5,53	Atividades de informática	317.735	7,1

Fonte: Elaboração própria. IBGE (2018), microdados PNADs 2002 e 2015.

## APÊNDICE B – Trabalhos que estimaram medidas de polarização e bipolarização para o Brasil

**Quadro 1 – Resumo dos trabalhos que estimaram medidas de polarização e bipolarização para o Brasil (continua)**

Trabalhos encontrados	Foster-wolfson (1992/2010)	Duclos et al. (2004)	Outras medidas	Período analisado	Abrangência	Variável utilizada	Base de dados	Tipo de trabalho	Principais resultados
Alvares (2006)	X			1987 a 2003	Brasil e Rio Grande do Sul	Renda domiciliar <i>per capita</i>	PNAD	Dissertação de mestrado	Tendência de declínio da bipolarização
Audibert (2011)	X	X		2005 a 2009	Brasil e Rio Grande do Sul	Não informada	PNAD	Monografia de conclusão de curso de graduação	Tendência de declínio da bipolarização/estabilidade da polarização
Clementi e Schettino (2013)	X	X	Medium Relative Polarization index (MRP) de Morris et al. (1994)	2001 a 2011	Brasil	Renda domiciliar total	PNAD	Artigo em periódico revisado por pares	Elevação da bipolarização e da polarização a partir de 2005
Deutsch, Silber e Yalonetzky (2014)			Análise gráfica do grau de bipolarização do padrão de vida	2000 e 2009	Brasil e outros 16 países da América Latina	Variável de bens disponíveis aos domicílios e seu acesso a diversos serviços	Survey Latinobarómetro	Artigo em periódico revisado por pares	Elevação da bipolarização
Fatinel (2017)	X	X		1995 a 2014	Brasil e Grandes regiões	Renda domiciliar <i>per capita</i> e rendimento de todos os trabalhos	PNAD	Tese de doutorado	Tendência de declínio da bipolarização. Declínio da polarização para a renda domiciliar <i>per capita</i> ; indícios de aumento da polarização para o rendimento de todos os trabalhos, mas sem tendência clara
Fatinel e Porto Jr. (2017)	X	X		1995 a 2014	Brasil e Grandes regiões	Renda domiciliar <i>per capita</i>	PNAD	Artigo em anais de congresso	Tendência de declínio da bipolarização e da polarização
Figueiredo e Porto Jr (2015)		X		1991, 1996, 2007	Brasil e Norte/nordeste	PIBs <i>per capita</i> estaduais e municipais	Dados IBGE PIBs <i>per capita</i> estaduais e municipais	Artigo em periódico revisado por pares	Estabilidade da polarização nos estados/queda da polarização nos municípios
Figueiredo, Netto Jr. e Porto Jr. (2007)		X		1987 a 2003	Brasil e Grandes regiões	Rendimento de todos os trabalhos	PNAD	Artigo em periódico revisado por pares	Aumento da polarização

Fonte: Elaboração própria.

**Quadro 1 – Resumo dos trabalhos que estimaram medidas de polarização e bipolarização para o Brasil (final)**

Trabalhos encontrados	Foster-wolfson (1992/2010)	Duclos et al. (2004)	Outras medidas	Período analisado	Abraçgência	Variável utilizada	Base de dados	Tipo de trabalho	Principais resultados
Hoffman (2008)	X		Esteban e Ray (1994) Bipolarização baseada na discrepância máxima	1987 a 2005	Brasil	Renda domiciliar <i>per capita</i> e rendimento de todos os trabalhos	PNAD	Artigo em periódico revisado por pares	Tendência de declínio da bipolarização e aumento da polarização. Sugere interpretação relativa sobre aumento da polarização.
Hoffman (2009)	X			1992 a 2007	Trabalhadores empregados na agricultura	Rendimento do trabalho principal	PNAD	Artigo em periódico revisado por pares	Tendência de declínio da bipolarização
Hoffman (2017)	X		Bipolarização baseada no índice de Gini com a renda média, no 90º percentil utilizando o índice de Gini média utilizando T de Theil Polarização de três estratos baseada no Índice de Gini, no T de Theil e no L de Theil	1995 a 2013	Brasil, Grandes regiões e DF	Renda domiciliar <i>per capita</i>	PNAD	Artigo em periódico revisado por pares	Tendência de declínio da bipolarização e da polarização de três estratos. Aumento apenas para o DF.
Lopes (2009)	X		Bipolarização baseada na renda média e no 90º percentil utilizando o índice de Gini Bipolarização baseada na média, no 90º percentil e no 95º percentil utilizando T de Theil Bipolarização baseada na média e na mediana utilizando o L de Theil	1992 a 2007	Brasil e São Paulo	Renda domiciliar <i>per capita</i> e rendimento de todos os trabalhos	PNAD	Dissertação de mestrado	Índices de bipolarização variam entre redução e estabilidade
Schroeder (2014)	X	X		2003 a 2013	Brasil e Grandes regiões	Não informada	PNAD	Monografia de conclusão de curso de graduação	Tendência de declínio da bipolarização/lev e declínio da polarização
Scorzafave e Castro (2007)			Esteban, Gradín e Ray (2007) para dois e para três polos	1981, 1992 e 2003	Brasil	Renda domiciliar <i>per capita</i> e renda domiciliar ajustada por duas diferentes escalas de equivalência	PNAD	Artigo em periódico revisado por pares	Pequena queda da polarização. Nível de polarização elevado quando comparado a outros países.
Theodoro (2011)		X		1999 a 2006	Brasil e São Paulo	Renda domiciliar <i>per capita</i>	RAIS	Dissertação de mestrado	Queda da polarização para $\alpha = 0,25$ /relativa estabilidade para $\alpha$ maiores

Fonte: Elaboração própria